



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS-ICS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA



Roossélia Pontes Silva

REFORMA AGRÁRIA: DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS
ASSENTAMENTOS RURAIS ALAGOANOS NA APLICAÇÃO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS.

2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA



Roossélia Pontes Silva

**REFORMA AGRÁRIA: DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS
ASSENTAMENTOS RURAIS ALAGOANOS NA APLICAÇÃO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS.**

Dissertação apresentada
ao programa de pós-
graduação em Sociologia
ICS/UFAL, com linha de
pesquisa nas áreas
Movimentos Sociais e
Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Décio de Arruda Mello.

2009

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

S586r Silva, Roossélia Pontes.
Reforma agrária : desafios enfrentados pelos assentamentos rurais alagoanos na aplicação das políticas públicas / Roossélia Pontes Silva. – 2010.
223 f. il. color.

Orientador: Paulo Décio de Arruda Mello.
Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas.
Faculdade de Sociologia. Maceió, 2010.

Bibliografia: f. 177-183.
Anexos: [184]-223.

1. Reforma agrária – Brasil. 2. Assentamentos rurais – Alagoas. 3. Políticas públicas. 4. Movimentos sociais. I. Título.

CDU: 316.4:332.021.8



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS



TERMO DE APROVAÇÃO

ROSSÉLIA PONTES SILVA

Título do Trabalho: **REFORMA AGRÁRIA:** DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS ASSENTAMENTOS RURAIS ALAGOANOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Paulo Décio Arruda Mello

Prof. Dr. Paulo Décio Arruda Mello (PPGS/UFAL)

Examinadores:

Walter Matias Lima

Prof. Dr. Walter Matias Lima (PPGS/UFAL)

Prof. Dr. José Nascimento França (PPGSS/UFAL)

Maceió, 16 de Novembro de 2009.

Resumo

SILVA Roossélia Pontes: Reforma Agrária: Desafios Enfrentados pelos Assentamentos Rurais Alagoanos na Aplicação das Políticas Públicas. 2009 dissertações (mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Alagoas / Instituto de Ciências Sociais, Maceió, 2009.

O presente estudo teve como objetivo a análise sobre os desafios enfrentados para a aplicação das políticas públicas nos assentamentos rurais alagoanos nas situações perto dessa realidade social. Os resultados apontam para uma melhoria das condições de vida e de renda das famílias assentadas, porém não em sua totalidade. Existem muitos assentamentos que enfrentam problemas que se perpetuaram e que passaram a fazer parte do cotidiano do homem do campo. Diferentes dimensões puderam ser observadas, entre elas a iniciativa quanto à luta por políticas públicas em construção de escolas, postos de saúde e etc. Pôde-se perceber o surgimento de iniciativas inovadoras por parte dos assentados e suas associações, no sentido de ter maior participação, procurando intervir mais intensivamente em busca do desenvolvimento, chegando, em alguns casos, até a enfrentar o poder local constituído, tradicionalmente sob uma oligarquia política que se vale do clientelismo e da coerção para assegurar o controle da política local e dos moradores dos municípios onde se localizam os assentamentos, mas nesses casos foram iniciativas singulares que não contemplaram todo universo das áreas assentadas. Por outro lado ficou evidente a pobreza, situação previsível, muitas vezes esquecida, e pouco se conta como uma educação de qualidade, estradas construídas, postos de saúde e etc. tudo que contribui para o desenvolvimento das áreas de assentamentos rurais. Constatamos que há uma diversidade de problemas que surgiram antes da criação e continuaram depois, principalmente por não conseguir soluções imediatas e, portanto o problema passou a ser maior como, por exemplo, o acesso ao mercado econômico, o escoamento da produção, a falta de técnicos para conduzir o aperfeiçoamento de técnica a ser empregada no cultivo agrícola e os projetos muito distantes da realidade vivida.

Palavra Chave: Reforma Agrária. Movimentos Sociais Rurais, Políticas Públicas, Assentamentos Rurais.

Abstract

SILVA Roossélia Pontes: e/she/you reforms agrarian; challenges faced by the from Alagoas rural establishments in the application of the public politics 2009 dissertation (master's degree in Sociology) Federal university of Alagoas / Institute of Social Sciences, Maceió, 2009.

The present study had as objective she analyzes on the challenges faced for the application of the public politics in the from Alagoas rural establishments the results appear for a improvement in the life conditions and of income of the seated families, however not in your totality, many establishments that face problems that were perpetuated exist and that they started to do part of the daily of the man of the field, different dimensions could be observed, among them the initiative as the fight for public politics as construction of schools, health centers and etc. It could be noticed the appearance of innovative initiatives on the part of seated them and your associations in the sense of having larger participation, seeking to intervene more intensively in search of the development of the family agriculture arriving in some cases, to face local the constituted power under an oligarchy politic traditionally that if of the costumed and of the coercion to assure the control of the local politics and of the residents of the municipal districts where they are located the establishments, but in those cases they were singular initiatives that didn't contemplate every universe of the seated areas. On the other hand it was evident the poverty, and previsible situation, but a lot of times forgotten, and little it is counted as a quality education, built highways, health centers and etc. everything that contributes to the development of the areas of rural establishments. We consisted that there is a diversity of problems that you/they appeared before the creation and they continued later, mainly for not getting immediate solutions and therefore the problems became larger as for instance the access to the economical market, the drainage of the production, the technicians' lack to lead the technique improvement to be used in the agricultural cultivation and the projects very distant of the lived reality.

Key word: He/she/you reforms Agrarian. Rural Social Movements, Public Politics, rural establishments. e etc.

Agradecimentos

Aos meus pais Rafael Silva (In memorem) e Ana Lúcia Pontes

Aos familiares pelos incentivos nos momentos de desânimo, em dizer que “tudo posso naquele que me fortalece”.

Ao meu orientador, professor Dr. Paulo Décio Arruda Mello pela paciência, seriedade e rigor que conduziu esta dissertação.

Aos professores doutores do Mestrado em Sociologia, em especial aos professores Drs. Walter Matias Lima e Maria do Carmo Vieira.

Aos meus colegas e amigos do mestrado

Aos amigos pessoais que contribuíram nesta caminhada para o nosso crescimento humano e profissional.

Epigrafe

*"Lutemos sempre mesmo sem esperança de ganhar a batalha."
(Santa Teresinha do Menino Jesus)*

"Cada um de nós tem uma tarefa a cumprir neste mundo. Por isso o trabalho tem tanto valor." (Anônimo).

LISTA DE SIGLAS

CEBs - Comunidades Eclesiais de Bases

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

COPAVI - Cooperativa de Produção Agropecuária

COOPEAGRO - Cooperativa de Produção Agropecuária

CPT - Comissão Pastoral da Terra

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA-Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

ITERAL - Instituto de Terras e Reforma agrária de Alagoas

MASTER. - Movimento dos Agricultores Sem Terra

MDA. Ministério de Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PROCERA - Programa de Crédito Especial à Reforma Agrária

SUPRA-Superintendência de Reforma Agrária

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

ULTAB – União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil

GRÁFICOS E TABELAS NA DISSERTAÇÃO

Tabela I. Famílias Assentadas - Brasil - 1964-2004. (anexo)

Tabela II. Famílias Assentadas - Brasil - 1995-2004 (anexo)

Tabela III. Assentamentos de famílias/ implantação de projetos Brasil. 1995-2006 (anexo)

Tabela IV. Municípios e nº. de assentamentos da microrregião Litoral Norte.

Tabela V. Municípios e nº. de assentamentos da microrregião do Baixo São Francisco.

Tabela VI. Municípios e nº. de assentamentos da microrregião região Zumbi

Tabela VII. Municípios e nº. de assentamentos da microrregião Agreste

Tabela VIII. Municípios e nº. de assentamentos da microrregião Vale do Paraíba

Tabela IX. Municípios e nº. de assentamentos da microrregião Alto sertão.

Tabela X. Municípios e nº. de assentamentos da microrregião Médio sertão.

Tabela XI. Municípios e nº. de assentamentos da microrregião Bacia Leiteira

Tabela XII. Municípios e nº. de assentamentos da microrregião Grande Maceió.

Tabela XIII. Representação dos assentamentos rurais em Maragogi.

Tabela XIV. Representação dos assentamentos rurais em Porto Calvo

Tabela XV. Nome, ano de criação e distribuição das famílias nos assentamentos rurais em Branquinha.

Tabela XVI. Nome, número e data de criação dos assentamentos rurais em Atalaia.

Tabela XVII. Nome, número e data de criação dos assentamentos rurais em Girau do Ponciano.

Tabela XVIII: Nome, número e data de criação dos assentamentos rurais em Traipú.

Tabela XIX. Nome, número e data de criação dos assentamentos rurais em Pão de Açúcar.

Tabela XX. Nome, número e data de criação dos assentamentos rurais em Delmiro Gouveia.

Tabela XXI. Nomes dos assentamentos rurais em Alagoas e data de criação.

Tabela XXII. O acréscimo de assentamentos rurais a partir de 2005 -2007

Tabela XXIII. Nº. de famílias assentadas em Alagoas. (1987-2006)

Tabela XXIV. O acréscimo de famílias a partir de 2005 -2007

Tabela XXV. Nomes e localização dos assentamentos em seus respectivos municípios.

Mapa I. Localização das primeiras áreas de assentamentos rurais em Alagoas.

Mapa II. Localização das primeiras áreas de assentamentos rurais pelo INCRA

Mapa III . Localização geográfica do Estado.

Mapa IV. As microrregiões administrativas do Estado de Alagoas.

Mapa V. Os municípios com maior concentração de assentamentos rurais em cada microrregião.

Gráfico I. Estimativa em relação à população absoluta (1) e a população assentada de Maragogi (2).

Gráfico. II. Numero de famílias assentadas em Maragogi de acordo com todos os PA.

Gráfico III. Ano e número de assentamentos criados em Maragogi.

Gráfico IV. Estimativa em relação à população absoluta (1) e a população assentada de Porto Calvo (2).

Gráfico V. Distribuição das famílias nos assentamentos rurais em Porto Calvo.

Gráfico VI. Ano e número de assentamentos criados em Porto Calvo.

Gráfico VII. Representação da população absoluta (1) no município e o número de pessoas que tiveram um ano de instrução no ensino básico em União dos Palmares (2)

Gráfico VIII. Distribuição das famílias nos assentamentos rurais em União dos Palmares

Gráfico IX. Ano e número de assentamentos criados em União dos Palmares

Gráfico X. Distribuição da população (1) e população com pouco acesso ao ensino básico (2) Atalaia.

Gráfico XI. Distribuição das famílias nos assentamentos rurais em Atalaia.

Gráfico XII. Ano e número de assentamentos criados em Atalaia.

Gráfico XIII. Distribuição da população (1) e população com pouco acesso ao ensino básico (2) em Girau do Ponciano.

Gráfico XIV. Distribuição das famílias assentadas por assentamento rural. Girau do Ponciano.

Gráfico XV. Ano de criação dos assentamentos Girau do Ponciano

Gráfico XVI. Distribuição da população (1) e população com pouco acesso ao ensino básico (2) em Traipú.

Gráfico XVII. Distribuição das famílias assentadas por assentamento rural em Traipú

Gráfico XVIII. Ano de criação dos assentamentos em Traipú.

Gráfico XIX. Distribuição da população (1) e população com pouco acesso ao ensino básico (2) em Pão de Açúcar.

Gráfico XX. Distribuição das famílias assentadas por assentamento rural Pão de Açúcar.

Gráfico XXI. Ano de criação dos assentamentos Pão de Açúcar

Gráfico XXII. Distribuição da população (1) e população com pouco acesso ao ensino básico (2) em Delmiro Gouveia

Gráfico XXIII. Distribuição das famílias assentadas nos assentamentos rurais em Delmiro Gouveia

Gráfico XXIV. Ano de criação dos assentamentos Delmiro Gouveia

Gráfico XXV. Representação dos assentamentos rurais criação por ano em Alagoas.

Gráfico XXVI. Representação do nº. de famílias assentadas em Alagoas

Gráfico XXXI. Representação do nº. de municípios com assentamentos rurais em Alagoas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 O PROCESSO AGRÁRIO NO BRASIL: TRAJETÓRIA E SEUS REFLEXOS NA FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS.	
1.1 Processo de Colonização.....	31
1.2 Os Novos Rumos da Questão da Terra.....	36
2 A TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL, A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS.	
2.1 Trabalhando o Conceito “Movimento Social”.....	51
2.2 Os Movimentos Sociais Rurais Brasileiros.....	53
3 CONFLITOS DA TERRA EM ALAGOAS: EMERGÊNCIA E FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS.	
3.1 Pressupostos Históricos, Políticos e Sociais da Luta Pela Terra em Alagoas.....	66
3.2 Contexto e a Emergência dos Movimentos Sociais e a Formação dos Assentamentos Rurais em Alagoas.....	73
3.3 As Conquistas e trilhas na luta pela terra.....	76
4 AS MICRORREGIÕES ADMINISTRATIVAS E OS ASSENTAMENTOS RURAIS ALAGOANOS.	
4.1 As Microrregiões Administrativas e seus assentamentos rurais.....	85
5 AS ESTRATÉGIAS PARA A CONQUISTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O MEIO RURAL EM ALAGOAS.	
5.1. Caracterizando as Propostas de Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais em Alagoas.....	110
5.2. As Estimativas das Políticas Públicas Em Alagoas com a Criação dos Assentamentos rurais.....	114

5.3.O Processo de Distribuição das Famílias Assentadas em Alagoas.....	124
5.4 Os Assentamentos Rurais e o Poder Local.....	133
5.5 Localização e Acesso ao Mercado Consumidor.....	151
5.6.O Tipo de Solo e a Produtividade nos Assentamentos Rurais.....	153
5.7.Poder Aquisitivo nos Assentamentos Rurais.....	159
5.8 As Relações Institucionais e Sociais nos Assentamentos Rurais Alagoanos.....	163
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Inserido na linha de pesquisa Movimentos Sociais e Políticas Públicas, esta dissertação buscou fornecer elementos para o debate sobre as experiências dos assentamentos rurais alagoanos a partir de situações concretas na reforma agrária levadas a efeito no Estado. Aqui analisar as áreas assentadas em Alagoas teve como significado diagnosticar que são vários os desafios que estão presentes no processo de desenvolvimento da produção da agricultura familiar e que merecem ser discutidas ao longo, uma reflexão acerca dos impactos ocorridos a partir da aplicação das políticas públicas.

Vislumbramos neste aspecto os desafios para o desenvolvimento do campo no século XXI, que exigem do trabalhador rural ou assentado maior capacidade de competitividade através da produtividade, qualificação e novas técnicas. Na perspectiva de ação dos assentados para levar adiante os projetos econômicos, sustentáveis e sociais rurais. Nas estratégias para o desenvolvimento rural principalmente no enfoque territorial que resulta na geração de políticas públicas que trazem mudanças significativas, depois das grandes limitações para combater e solucionar as desigualdades sociais, o meio ambiente e a falta de incentivos governamentais.

Refletir, portanto os meios pensados para que o assentado não possuísse apenas o domínio de um instrumental técnico, mas à capacidade de interpretar novas realidades que exigirá muito trabalho em direção à conquista de qualidade de vida através da agricultura familiar. Se o primeiro desafio, a posse da terra, já teria sido ultrapassado — um sonho tornado realidade na vida de muitas famílias no Estado de Alagoas —, Daí como os assentados poderiam executar seus projetos com condições necessárias para o desenvolvimento das áreas beneficiadas pela reforma agrária? Tendo em vista a situação encontrada como a falta de estradas conservadas, localização, escolas e postos de saúde perto das áreas assentadas.

Devido a esse argumento partimos do princípio de que os assentamentos rurais a partir de sua criação e segundo (Araújo: 2000) são fundados, dentro

dessa perspectiva de desafios, novas estruturas sociais, que, além da posse da terra, buscam também a criação de novas formas de ação para o desenvolvimento no espaço rural, principalmente nas áreas mais carentes.

Diante dessa perspectiva e, de acordo com a nossa análise, acreditamos que os fatores limitantes para o desenvolvimento das áreas assentadas eram mais complexos principalmente pela falta de acesso as políticas públicas que muito impediu a luta do homem do campo ou assentado em busca de novas conquistas para o espaço rural.¹

Para tanto a investigação em nossa pesquisa surgiu dessa perspectiva, qual seja como organizar os assentamentos rurais a partir das políticas públicas quando a realidade social do campo se esbarra nas condições mínimas e o acesso a elas se constitui em verdadeiros obstáculos principalmente pela falta de estrutura que vão desde a educação, localização, saúde e etc.

Dessa forma, procurar refletir sobre a situação e qualificação para os assentados pensando nos beneficiados assegurados pela reforma agrária através da aquisição dos lotes, nos elementos básicos como as ferramentas e condições necessárias para desenvolver as áreas assentadas, como, por exemplo, aperfeiçoamento técnico, recursos financeiros, acesso à educação, saúde e etc. significou, nos deparamos com os impactos do ponto de vista socioeconômico e cultural que ocorreram a partir da organização dos assentados, no tocante à qualidade de vida que surgiram com as formas de poder externo e interno. Um olhar crítico que se impôs ao falar sobre os desafios, os quais se estabelecem no momento de organizar e promover a estabilidade no campo. Salientamos aí, uma situação, um processo de desenvolvimento sustentável, como o projeto coletivista que se constitui, tendo como principal eixo a organização dos assentamentos rurais que passam a viver sobre um desafio, o desenvolvimento das áreas assentadas.

De posse desses argumentos constatamos que em Alagoas, foram formados 144 assentamentos rurais em 2008 quando já tínhamos terminado nossa pesquisa, totalizando 11.000 famílias assentadas, conforme dados fornecidos pelo INCRA. A nossa análise foi feita com base no período anterior,

¹ Os resultados desse processo de reforma agrária podem ser vistos no número de famílias assentadas no Brasil no período que se estende de 1964, com o estatuto da terra, até o ano de 1994; principalmente em Alagoas os dados apontam para uma progressão da miséria e do aumento da violência no campo. Matéria Jornal de Alagoas. Agosto de 2005.

que se estende até meados de agosto de 2007, quando contávamos com 105 assentamentos rurais alagoanos, sendo 8.000 o número de famílias assentadas.² Onde a grande maioria sofria com o grau de pobreza e miséria e por que não dizer do abandono. Nesses assentamentos, e de acordo com alguns estudiosos como Medeiros (1999. 2002. 2004), Leite (2004) entre outros, os beneficiados lutariam muito para conseguir subsistir e produzir, enfrentando os desafios na produção, passando pela assistência técnica, pelo crédito e comercialização, até às questões ligadas à saúde, educação e lazer.

Dessa forma dentro dessa perspectiva partimos do princípio, ou seja, a execução das políticas pública nesse intervalo se apresentava como estratégias lentas, insuficientes, instáveis e descontínuas, motivo pelo qual em muitos casos não se conseguia atingir efetivamente seu objetivo o melhoramento das condições de vida do homem nas áreas assentadas. Ora, um processo de distribuição de lotes (assentamento rural), para o qual não existia um planejamento anterior que levasse em conta os problemas inerentes a essa formação de assentamento rural, ou área assentada, pautou para que muito desses projetos ficasse fadado a funcionar de maneira precária impedindo a própria manutenção e estruturação das atividades produtivas nas áreas assentadas.

Situação que de certa maneira passou a ser visível em Alagoas principalmente pelos projetos que, inicialmente, seriam viáveis na forma de produção familiar, mas que, logo depois, esbarraram em problemas como falta de técnico, gerenciamento, pouca experiência com as fórmulas do mercado consumidor, além dos fatores físicos e climáticos que influenciam diretamente a produção, o solo infértil, a má localização, além do que as novas relações estabelecidas com os poderes, locais e interno, que são diferenciados de acordo

² Em 2008, até julho, foram registrados pelo INCRA 140 assentamentos rurais em Alagoas. Uma luta e reivindicação que, deu a posse de terra a 30 famílias apenas, que foram assentadas em 1987. Naquele período, foram constantes os conflitos de terras e a violência no campo sofrida pelos movimentos sociais rurais. Aquela conquista inicial que, dentro da perspectiva de consolidação de formação dos assentamentos no princípio foi mínima, significou mais tarde avanços e vitórias num Estado onde é grande a quantidade de terras pertencentes aos usineiros destinadas às plantações de cana-de-açúcar. A concentração de terras nas mãos de poucos logo passou, na história de nosso Estado, a exibir uma grande quantidade de trabalhadores sem-terra, desempregados, sem meios para produzir, e que esperavam por um lote de terra para trabalhar pela sua sobrevivência no campo. Entre eles se encontravam bóias-frias, meeiros, posseiros, plantadores de cana, fumo etc. (Fonte: INCRA/AL/2008).

com cada região³. Soma-se também a essa situação a desarticulação entre as propostas de políticas públicas e aquelas necessidades dos assentamentos. Entraves que, muitas vezes, devido ao desconhecimento prévio das peculiaridades da vida dos assentados, resultaram em verdadeiros desastres na produção e produtividade. Portanto, em nossa realidade, os assentados ficaram subordinados ao Estado, o principal gerenciador das políticas públicas, e, por outro lado, aos movimentos sociais rurais, através das associações aumentando o grau de dependência econômica que muitas vezes não se enquadrariam nos padrões de vida social e cultural ao qual se pensou para os assentados. Perguntamo-nos se os assentados, levados a essa situação de dependência, não seriam condenados a permanecer numa condição de produção da subsistência, a qual, na maioria dos casos, não reduzia nem mesmo a miséria entre eles, em que havia o elevado contingente de trabalhadores rurais vivendo na linha de pobreza.

Cabe, salientar, que na relação articulada entre poderes públicos e sociedade civil através da incorporação das políticas públicas foi fácil perceber e definir o espaço social chamado “assentamento rural”, como política pública de gestão, praticas agrícolas e o desenvolvimento do homem do campo. Ou como segundo esclarece Rodriguez (1996, p. 36),

As políticas públicas envolvem questões de valores e de recursos disponíveis, por isto, desenvolver uma ou outra política depende do que se considera que é desejado socialmente. Portanto, são os critérios seguidos no momento de se estabelecer as prioridades dos recursos disponíveis que direcionam a distribuição e transferência de renda de um agente social para outro.

Todos esses fatores apontados concorreram de certa forma para o aparecimento dos desafios impostos para a aplicação das políticas publicas, em conflitos cada vez mais freqüentes envolvendo grupos de agricultores e

³Censo e pesquisas promovidos pelo Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE), revelando que 43,6% das famílias alagoanas vivem com renda mensal de até meio salário mínimo. Por mais que se conheça a miséria endêmica de Alagoas, os últimos indicadores de desenvolvimento sustentável divulgado pelo IBGE chocam pela crueza dos números e denunciam a situação de indigência social da maioria de sua população que vive abaixo da linha de pobreza. Os dados da última Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) revelam a dramática situação das famílias com renda mensal até meio salário mínimo, resultando em alta taxa de exclusão social, materializada no alto percentual de famílias faveladas, desempregadas e moradores de rua. Santos (2000a, p. 37)

latifundiários, ou mesmo entre os órgãos estaduais de fiscalização nas situações de ocupações de terra em certas áreas, ou ainda naquelas regiões em que as áreas estavam vias de desapropriação e também no processo produtivo. Problemas que passaram a ser visto ainda no período de desapropriação da terra, nos conflitos permanentes tanto por parte dos latifundiários ameaçados de perder sua terra ou, depois, nas terras desapropriadas, e nas disputas existentes entre os próprios trabalhadores rurais. ⁴

São, portanto, esses acréscimos de novas formas-conteúdos que vão atender às novas funções das áreas assentadas, a partir de um outro contexto sócio-histórico. Como observa Codato (2000, p. 1),

O Estado é, também, uma organização burocrática, isto é, um conjunto de instituições e organismos, ramos e sub-ramos, com suas respectivas burocracias, destinadas a cumprir aquela tarefa (a dominação) através do jogo institucional de seus aparelhos econômicos e políticas.

Dessa forma o processo de formação dos assentamentos rurais e a aplicação da política pública fizeram surgir à luta por reivindicação da terra e, portanto uma política pública que segue por uma trajetória abrangendo as formas econômicas, políticas e sociais que tiveram impactos a formação dos assentamentos rurais e no grau de relação entre o Estado e a sociedade civil em Alagoas.

Os assentamentos rurais teriam essa conotação, espaço de lutas pelo resgate do homem do campo. Reconhecendo-os pelas práticas sociais que se dariam dentro de um ambiente determinado, um espaço social organizado de forma a ser efetivadas as posições de poder e trocas simbólicas; estas trocas se apresentariam distintas pelos ocupantes e nas atitudes de quem ocupa este espaço, porém se tornando possíveis a partir do processo de reivindicações, onde se travariam inúmeras relações no jogo desenvolvido pelos setores envolvidos com a questão social.

⁴ As bases da economia implantada em Alagoas foram o trabalho escravo e o latifúndio e essas bases naturais vão definir e expressar o tipo de organização social, cultural e a ideologia que, por muito tempo, justificarão o modo de agir, de se relacionar socialmente, de pensar e de se fazer política em Alagoas. (ALMEIDA: 1999: 29).

Desse mesmo modo, para que se tornassem possíveis às relações sociais - ou, nos termos de Bourdieu (1989, p.10) no momento necessário que “o *jogo entre em ação*” - ou mais precisamente a partir de um “*objeto desejado*” os indivíduos seriam levados a “*criar as regras*” e esse campo só funcionaria caso o objeto de disputa e pessoas estivessem prontas para disputar o jogo, dotadas de “*habitus*” (Bourdieu, 1989), ou seja, um conjunto de disposições construídas “objetivamente”. Foi essa relação que buscamos entender dentro da perspectiva das relações sociais e sociológicas no espaço da produção das políticas públicas.

Em parte essa busca de resposta e este anseio por entender essas políticas públicas direcionada ao homem do campo em nosso trabalho também segue essa trajetória de investigação da realidade do homem do campo. A partir do contato com o estudo sobre a reforma agrária e os movimentos sociais rurais alagoanos durante a graduação, desenvolvemos uma pesquisa sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e suas relações na organização do movimento de luta pela terra. O resultado daquele trabalho tornou-se então nosso Trabalho de Conclusão do Curso, que teve como título *Uma análise social: a relação de poder Interno no MST/ AL*. As idéias discutidas naquele período gestaram o desejo de aprofundar o estudo sobre as experiências de reforma agrária em Alagoas e as perspectivas dos assentados em desenvolver suas potencialidades nas áreas beneficiadas através dos programas executados pelo INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) relativamente à agricultura familiar, a partir de um desenvolvimento sustentável.

Além da pesquisa desenvolvida durante a graduação, surgiram outras oportunidades que nos levaram a conhecer, na prática, o processo de aquisição de terra em Alagoas, como, por exemplo, o estágio que realizamos no INCRA/AL e o trabalho no ITERAL (Instituto de Terra e Reforma Agrária de Alagoas), no Programa Banco da Terra, experiências que nos aproximaram do objeto desta pesquisa. Nesses ambientes, participamos da elaboração de projetos, processos de vistoria dos imóveis, formação de associações e inauguração de áreas assentadas. O cotidiano nessas instituições, entre os anos de 2000 e 2002, nos fez perceber a viabilidade de um estudo que pudesse descrever as dificuldades vividas pelos novos assentados, as carências e demandas existentes no projeto de reforma agrária elaborado no Estado de Alagoas.

As experiências adquiridas nestes dois órgãos, em particular nos fizeram perceber que, no processo de formação dos assentamentos rurais, aparecem vários desafios, muitos dos quais eram anteriores à sua formação e, com a chegada das famílias, vinham à tona, dificultando a realização do processo de sua criação. Nos problemas relativamente ao acesso à educação, saúde, construção de estradas, comercialização e as relações com o poder local, que se fazem presentes no dia-a-dia dos assentados, razão por que a luta pela reforma agrária se situa para além da luta pela posse de terra: percebemos que o desejo daquele que se insere na luta pela reforma agrária — Movimentos, Estado (INCRA) e assentado — reside, sobretudo, na busca da qualificação e do desenvolvimento das áreas assentadas, bem como na diminuição dos efeitos sociais negativos adquiridos ao longo de décadas em Alagoas.

A partir dessas motivações, refletidas e problematizadas nas várias discussões provocadas nas aulas do mestrado, aprofundamos um pouco mais a teoria existente sobre reforma agrária, e, dentro da nossa linha, buscamos os questionamentos que nos fariam precisar o foco de nossa pesquisa. Principalmente quando estávamos presente em algumas áreas assentadas que nos fizeram perguntar será que vai dá certo este projeto. Formulamos, assim, estas questões: Como é a situação do assentado após a aquisição do lote de terra? Que conjunto de ações é estabelecido anteriormente pelo Movimento e o INCRA para dar qualidade aos assentamentos rurais? Que perspectivas têm os assentados diante da escassa aplicação de políticas públicas no suporte ao desenvolvimento das áreas assentadas, uma vez que, mesmo com construções de casas, financiamento da produção, fica inviável expandir as ações e orquestrar o desenvolvimento social e econômico dessas áreas sem a participação do Estado? Enfim, questionamos como é pensado o processo de transição entre acampados e futuros assentados sem a aplicação efetiva de políticas públicas na capacitação dos que vivem no campo.

Para responder às questões estabelecidas anteriormente, partimos do princípio segundo o qual, se existe uma luta pela reforma agrária, existem os trabalhadores rurais sem terra envolvidos com esse problema que integram, em sua maioria, os movimentos sociais rurais, e, nesse cenário, também o Estado aparece como gerenciador das ações e reivindicações. Isso nos levou a

questionar a posição dos atores sociais envolvidos na questão da reforma agrária em alguns pontos ilustrados anteriormente.

Uma questão nos inquietava bastante, ou seja, verificamos que, apesar do conhecimento adquirido através das experiências com o manejo da terra, o alto grau de analfabetismo presente nas famílias beneficiadas constituía um grave problema. Queríamos saber como os assentados poderiam contribuir, a partir de suas experiências, para levar adiante o processo de assentamento, tendo em vista sua passagem ao largo da cultura letrada. Como seria possível a participação ativa dos assentados sem o contato com a educação formal e com todos os atributos que dela adviriam, os quais tornariam sua realidade mais próxima do que se pretende com a reforma agrária?

Através dessa relação entre produção econômica e cultural, sugerimos os seguintes problemas:

- A) Em que medida, em termos organizacionais, os projetos praticados pelos programas rurais acionados pelo INCRA diferem dos demais?
- B) As medidas tomadas romperiam com os princípios burocráticos e centralizadores que caracterizam os programas governamentais nas organizações modernas?
- C) Como garantir o projeto de desenvolvimento sustentável a essas comunidades, principalmente pelo fato de ser ele o meio pelo qual se pode mudar o rumo do Estado, não apenas do ponto de vista do crescimento econômico, mas também no que diz respeito à superação das injustiças sociais geradas por tantos anos de exclusão?

Em vista dessa realidade, nossa primeira tarefa consistiu em questionar o Estado como principal agente executor das políticas públicas, nos seus instrumentos de gestão para viabilizar o desenvolvimento da reforma agrária e sustentabilidade das áreas assentadas. Foi necessário verificar se o Estado possuía, em seus órgãos responsáveis pelo desenvolvimento das áreas assentadas, técnicos suficientes na sustentação do processo de reforma agrária. Ou, como questiona Silva (2001, p.1), se a avaliação do governo contribui para identificar a realidade do campo, através dos fracassos ou sucessos da reforma agrária. Da mesma forma, importa saber se a avaliação dos assentamentos feita pelo Estado consegue chegar de fato a resultados satisfatórios, que garantam a melhoria das condições dos assentados, já que essa avaliação leva em conta, no

desenvolvimento da agricultura familiar, somente variáveis como geração de renda e desempenho econômico dos assentados, as quais, consideradas isoladamente, são insuficientes para efetuar tal avaliação.

Da mesma forma em que analisamos o Estado, não poderíamos deixar de observar os movimentos sociais rurais,⁵ partimos então da idéia de que eles são livres e possui sua autonomia. Aqui, é necessário pensar como os assentamentos rurais, assentados, ou mesmo os agricultores familiares possuem a garantida à liberdade de expressão no assentamento rural. Sugerimos então essas argumentações: Depois do processo de transição, o assentamento rural teria o seu desenvolvimento a partir dessa coletividade, ou as ações que são positivas partiram de experiências individuais entre eles? Em que pese à luta pela reforma agrária, estaria havendo uma subordinação, pelos movimentos, das famílias assentadas, ou não a um tipo de programa que não possibilita o desenvolvimento das áreas assentadas?

Método de trabalho

Neste trabalho, influenciado por vários fatores, e mesmo diante das nossas limitações, com as pesquisas relativas à problemática da luta pela terra, quanto a análise de dados, procuramos identificar as principais situações vividas nos assentamentos rurais, bem como as políticas e procedimentos adotados.

Em relação à posição metodológica a nossa pesquisa se propôs ser descritiva e teórica. Descritiva porque expôs as características dos assentamentos rurais alagoanos, assistidos pelo programa de reforma agrária do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) enquanto uma situação historicamente evolutiva. Teórica, porque analisa as diferentes literaturas acerca das concepções sobre técnicas, projetos aplicados aos assentamentos rurais. E documental, pois, foram consultados relatórios internos como tabelas de dados sobre o processo de distribuição das áreas para fins de reforma agrária. Para tanto, após o levantamento de informações sobre os referidos assentamentos rurais organizadas pelo Incra-AL, utilizamos recursos como congressos, seminários, palestras, dentre outros as entrevistas com lideranças dos

⁵ Aqui, quando falamos de movimentos sociais, estamos nos referindo ao MST, CPT, MLST, entre outros que estão participando do processo de luta pela reforma agrária em Alagoas.

movimentos sociais, membros de associações e especialistas que pesquisam sobre a dinâmica da reforma agrária na base territorial alagoana, privilegiando os impactos dos assentamentos rurais em comunidades e municípios.

Em vista a metodologia, também, partimos da análise científica cuja ação como nos informa Demo (1985, p. 59), a “*pesquisa é uma atividade científica pela qual descobrimos a realidade*”. Para isso entendemos que a realidade não poderia ser desvendada na superfície seria necessário conhecê-la de maneira profunda para, então, interpretar as diferentes concepções da realidade vivida nas áreas assentadas a partir de um pressuposto teórico.

Na Sociologia, explicar e definir o conceito *Política Pública* nos fez perceber que ele permeia no espaço do debate. Observamos que a partir de sua significação e indagação de seu significado se tem um espaço amplo de aplicação em si e do seu objeto, principalmente para uma análise, compreendendo espaço de ações do Estado e sociedade civil. Assim as *Políticas Públicas* passou a ter essa conotação, ou seja, são relativas aos espaços que necessitam dos direitos sociais assistidos; (Melazzo: 2003) Vale também destacar que as políticas públicas se constituem como uma opção dentre infinitas possibilidades, porém, sua importância maior é como opção política (isto é que envolve conflitos de interesses), e resulta na maioria dos casos numa combinação de diferentes opções.⁶

Partindo desse pressuposto a aplicação do termo política pública dentro de nossa pesquisa passou a ser definido como espaço de tomada de decisão e por isso nos levou a lançamos um olhar ao conceito de “*campo de ação*”, termo utilizado sociologicamente, como “*espaço social de relações objetivas*” (Bourdieu: 1989 p.69), Nesse sentido, o “*campo de ação*” seria o palco em que se desenrolariam as inúmeras relações que constituiriam a estrutura social, ou ainda, campo de poder, ou relação de forças com objetivo maior, como o poder de barganha. De maneira que as relações estabelecidas entre as forças sociais garantiriam aos seus executores o poder e a possibilidade de conseguir

⁶ É mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual. Cunha e Cunha (2002, p.12)

barganhar pelo interesse do indivíduo e/ou coletividade, determinadas conquistas, como por exemplo, educação, saúde, moradia e etc., voltadas para o espaço de produção familiar.

Para tanto, a nosso ver, dentro da perspectiva sociológica, este trabalho fez um estudo sobre os assentamentos rurais nos municípios alagoanos dando ênfase para alguns dos problemas vividos que se tornaram desafios para a aplicação das políticas públicas. Buscamos a partir daí apreender aspectos de suas realidades que, embora fruto de uma mesma luta, apresentam diversidades e diferenças na maneira de utilizar e usar a exploração da terra como também nas suas perspectivas de projetos.

Esta relação diversidade e diferenças mudou muito à nossa visão da luta pela propriedade da terra, principalmente na relação »*campo de ação*» no qual obtivemos um novo olhar. Atualmente, o nosso amadurecimento se deu a partir de novos referenciais teóricos e a aproximação da realidade social que nos permitiu entender melhor as questões que permeiam a luta pela terra, ao analisar uma atuação contextualizada, concreta e objetiva. Isto se deu graças aos novos contatos que tivemos com outros pesquisadores sobre a realidade da reforma agrária alagoana, na participação em encontros, cursos, seminários, congressos e palestras; como por exemplo: II Seminário de Reforma Agrária e Movimentos Sociais; Por uma Universidade Comprometida com a realização da Transformação Social no Campo. A partir dessas trocas de experiências expostas houve maior aprofundamento nas questões relativas à reforma agrária em Alagoas.

A segunda etapa de nossa pesquisa foi caracterizada por uma observação sistemática, a partir de condições controladas, como as entrevistas, observação "in loco" para responder ao propósito que anteriormente foi definido na pesquisa, justificado pelo fato de não extrapolarmos as observações ocasionais e irmos em busca de uma técnica científica, conhecer a opinião dos técnicos, assentados a respeito das tomadas de decisões e dos encaminhamentos acerca da implantação das políticas públicas e da participação das instituições diretamente relacionadas com a reforma agrária. Fizemos algumas viagens observando as estradas de acessos aos assentamentos rurais principalmente na BR- 104 BR-120, AL -101 Norte que cortam a maioria dos municípios alagoanos onde existe o acesso as

áreas assentadas para visualizar os problemas existentes que se constituíram como desafio para a agricultura familiar.

Inicialmente, a escolha por uma pesquisa em termos de participação significou a busca de uma metodologia que estivesse em consonância, na prática, com a concepção de ciência por nós adotada: aquela cujos métodos utilizados fossem capazes de operacionalizar o conhecimento enquanto prática comprometida com a realidade investigada, isto é, as experiências nos assentamentos rurais. Ianni (1990, p. 55), refletindo sobre essa perspectiva, mostrou-nos que a preocupação da pesquisa não é conhecer apenas a realidade, mas agir sobre ela. De certa forma a realização dessa observação “*in loco*” não permitiu que como pesquisador a apenas se ativesse a aspecto teórico, sem promover uma ação mais direta junto à comunidade pesquisada. Mas observar tecnicamente e diagnosticar os avanços ou retrocessos da realidade vivida no campo.

Seguindo por essa intenção e para levar adiante o nosso estudo, também foi necessário antes que houvesse uma análise histórica, uma aproximação das raízes da comunidade, buscando a sua gênese; no nosso caso, esse procedimento nos fez conhecer, além do processo de luta dos movimentos sociais rurais em Alagoas, o cotidiano, a forma como o assentado apreende o próprio conceito de movimento social rural e o sentido dado ao projeto de reforma agrária na história em Alagoas e no Brasil. Bem como o processo de organização não somente a estruturação dos projetos mais os sonhos, as ansiedades vividas antes, durante e depois de construídas as casas e começados o processo de produção baseado na agricultura familiar. E, como afirma Demo (1985, p. 55-60), dependendo das condições históricas e sociais, numa dada realidade, é fundamental a observação de algumas formas de idéias que podem ser transformadas em valores institucionalizados e, até mesmo, em paradigma para atuação política.

Essa importante atribuição e descrição tiveram como forma observar a diversidade e diferentes formas como se efetiva a aplicação das políticas públicas nesses espaços de áreas assentadas. Ou como afirma Santos (2000) “a formação dos assentamentos rurais ou projetos de assentamentos (PA’s) representam à efetivação das políticas de reforma agrária que são implantados

através da intervenção pública no sentido de modificar o uso e a propriedade da terra”.

Por outro lado como Santos afirma (2000, p.4) os assentamentos rurais pode ser considerado como “o processo de divisão da propriedade rural em pequenos lotes, as áreas coletivas com a construção da agrovila, ou, casa isolada são intervenções que vão marcando espaço de conquistas e que resultam da atuação dos novos agentes que agora passam a produzir a partir da agricultura familiar”.

Os trabalhos feitos, na coleta de dados na pesquisa foram relevantes, uma vez que nos direcionaram a um contato direto com o objeto da ciência com a qual, trabalhamos na Sociologia. Um exercício que, num primeiro momento, angustiou-nos, mas após as dificuldades que são inerentes ao próprio processo de dissertar e apreender a realidade, fomos entendendo como chegar ao fato empírico e a possibilidade do seu entendimento, por intermédio das teorias sobre reforma agrária e assentamentos rurais. Enfim nos fizeram perceber, portanto, sobre a realidade de um Estado, região ou município que tem problemas que se apresentam de maneira diversificada, sobretudo devido aos desafios enfrentados na aplicação das políticas públicas, que exercem influência não apenas no município ou, eventualmente, na região, mas nas novas áreas para fins de reforma agrária.

O trabalho, dessa forma aqui apresentado, encontra-se estruturado em cinco capítulos.

No primeiro capítulo – discutimos como foi o reflexo do processo de concentração da propriedade da terra e do processo de exclusão dos trabalhadores rurais da terra, realizado pelo sistema capitalista. Em seguida, lançamos um olhar sobre o século XX, mais especificamente a partir da década de 50, quando as políticas agrárias passaram a ter um papel específico na luta pela distribuição de terra no processo de reforma agrária. Dessa forma, ao tentarmos resgatar o sentido dado à reforma agrária, sua composição e complexidade de aplicação até os nossos dias. Nesse capítulo, privilegiamos alguns estudiosos como Guimarães (1981), Viotti (1990), Grzybowski (1987), Medeiros (1999, 2002, 2004), entre outros, que sustentam que o processo de reforma agrária seria iminente, porém sua forma de execução estaria distante do

que seria o real desenvolvimento rural. Encontram-se inserido nesse contexto os que defendem que não existiria uma reforma agrária efetiva no país; é o caso de alguns estudos como Brandão (2003), Carvalho (2005), Filho (2005), Glass (2005), Santos (2000), Silva (1997), Graziano (1989), Veiga (1998), Mançano (1998), entre outros que entende que os aumentos das áreas assentadas são mais uma política de popularidade e não um projeto de reforma agrária.

No segundo capítulo – tratou de qualifica dados quantitativos sobre o Movimento social rural e sobre a Luta pela terra. Apresentamos as evidências socioeconômicas. Além disso, realizamos um estudo das condições históricas dos movimentos sociais e dos trabalhadores sem terra, mostrando que, embora os dois grupos apresentem aspectos históricos semelhantes, guardam peculiaridades, diferenciando-os entre si. Debruçamo-nos sobre as suas expectativas quanto à reforma agrária no Brasil, valendo-nos da reflexão de estudiosos como Scherer-Warren (1987,1993), Gohn (1997), Sader (1998) e Ricci (2000).

O terceiro capítulo – trabalhamos os fatos históricos alagoanos as estratégias de Intimidação à luta pela Terra. Tentamos desvendar o cenário político, marcado pela violência que atingiu os movimentos sociais rurais, abordando a congregação de forças entre o poder político e o poder econômico dos latifundiários para impedir o avanço das conquistas pela terra. Enveredamos no contexto de formação dos movimentos sociais rurais como MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) CPT (Comissão Pastoral da Terra). Traçamos o perfil da luta dos assentados e, assumindo como referencial o contexto social e histórico dos assentamentos realizamos um estudo acerca conflito de terras em Alagoas: vislumbramos aí a emergência dos assentamentos rurais como uma ação que se dá ao debate. Dessa forma contamos com a apropriação da teoria de Júnior (1980), Renan (2002), Almeida (1999); Santos (2000); Mello (2002, 2004,2005) Oliveira (2006) entre outros.

Chegando ao quarto capítulo, procuramos descrever as microrregiões administrativas, seus municípios, processos de impactos e desafios que ocorreram nos locais onde existem assentamentos rurais; caracterizamos a região assentada, os impactos climáticos; suas especificidades compondo o quadro da reforma agrária nas diferentes regiões alagoanas, caracterizado pela microrregião administrativa ao que estão inseridas cuja sua delimitação geográfica e de acordo

com a realidade da região poder aproximar a particularidade dos problemas existentes. Cujas definições dos seus limites estão na existência de um conjunto de municípios vizinhos com concentração relativamente elevada da população, clima, densidade demográfica, índice de produtividade, tanto em número de projetos, quanto em número de famílias e nas áreas ocupadas, sem deixar de levar em conta a dinâmica histórica, econômica, social e organizativa comum.

No quinto capítulo, buscamos expor os problemas que se tornaram desafios e as estratégias para a aplicação das políticas públicas voltadas para o meio rural. Caracterizamos ainda as propostas de desenvolvimento da reforma agrária, o número de famílias assentadas e, enfim, os problemas que ampliaram os desafios enfrentados no processo de aplicação dessas políticas voltadas para as áreas assentadas em Alagoas, como a falta de escolas, postos de saúde, acesso ao mercado consumidor, poder aquisitivo e solo fértil, bem como a má localização das áreas assentadas e as relações institucionais entre o poder público e privado.

Por último, traçamos algumas considerações finais, onde refletiremos sobre os futuros encaminhamentos no processo de reforma agrária alagoano.

1 OS PROCESSO AGRÁRIOS DO BRASIL: TRAJETÓRIA E SEUS REFLEXOS NA FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Ao contextualizar as políticas agrárias no Brasil, e, dentro dessa perspectiva histórica, o significado das expressões “políticas públicas” e “assentamentos rurais”, temos a idéia de que as políticas agrárias são frutos do processo de constituição de uma sociedade cujo pressuposto é a tradição histórica do processo de exploração da terra e da formação dos grandes latifúndios. Para Lopes (2001:46),

A forte presença do Estado na economia brasileira e, especificamente, na agricultura, é historicamente constatada por analistas de diferentes matizes teóricas e ideológicas. As políticas governamentais visando à ocupação de novas áreas no meio rural, tanto do ponto de vista demográfico como econômico, tiveram na constituição de assentamentos rurais para trabalhadores sem-terra, uma de suas principais ferramentas.

Sendo assim, podemos entender que a política agrária muitas vezes é confundida com a proposta de reforma agrária no cenário brasileiro, quando, na verdade, deveria ser entendida como o aporte que endossa o processo de reforma agrária no Brasil. É possível também dizer que, dentro das discussões em torno da questão da terra, o surgimento do debate sobre assentamentos rurais e políticas públicas se deu no contexto da política agrária brasileira em meados dos anos 90, momento que proporcionou a abertura de campos variados de interpretações sobre as contradições, conflitos e lutas entre oposições no campo (senhores de terras/ trabalhadores).

Segundo Glass (2005, p.2) entre outros estudiosos o processo histórico de concentração de terras e de renda pelo latifúndio tornou-se o principal responsável pelas disparidades sociais no meio rural, um contra-senso segundo este teórico levando em conta o fato que a agricultura familiar é muito mais eficiente na produção de alimentos e, em última instância, no combate à fome e à miséria, grande bandeira dos movimentos sociais e da sociedade em todo país e no exterior.

Brasil que como terra teve sua ocupação territorial em 1500, como colônia de Portugal, fonte de riqueza e exploração. Por possuir uma imensa extensão territorial com um solo fértil, passou a ser lugar de acumulação e exploração das riquezas. A fase inicial da colonização, dessa forma, foi marcada pela possibilidade dos exploradores tirarem proveito de toda riqueza oferecida pela colônia. Para Novais (1990, p.48),

As colonizações por meio da agricultura tropical, como inauguram pioneiramente os portugueses, aparecem como a solução através da qual se tornou possível valorizar economicamente as terras descobertas, e dessa forma garantir-lhes a posse pelo (povoamento).

A região que passou a ser colonizada possuía uma vasta extensão de terra, dando início a um período de produção de gêneros agrícolas exportáveis. O solo fértil permitiu o surgimento de um longo período de exploração e de utilização da terra em grandes extensões, trabalhada por uma coletividade. Para Prado Júnior (1957) as condições favoráveis à produção na colônia levaram os exploradores coloniais a valorizar as terras e se recuperar economicamente a partir de sua posse. A economia agrária, juntamente com a base essencial escravista e o senhor rural, passou a monopolizar a riqueza e, com ela, os recursos naturais da colônia, sem mencionar o prestígio e o domínio econômico, político e social adquirido pelos exploradores.

Para Guimarães (1981), todos os condicionantes para montar uma estrutura de colonização das terras no Brasil tiveram como base uma situação externa, ou seja, a transformação vivida na Europa e a busca por novas terras. Isso nos fornece uma tese, a de que a estrutura colonial nascida no Brasil vem sob o signo do capitalismo de base latifundiária, fundada na exploração da terra e do homem. O trabalhador e a terra, na colônia, estavam subordinados a uma estrutura organizacional cujos mecanismos de funcionamento, sempre visavam à maior exploração dos recursos naturais e humanos, partiam sempre da ótica do colonizador, que se orientava tendo em vista a comercialização, o lucro e a venda de produtos exportáveis. É nessa situação de comercialização posta na formação da economia brasileira, que se estende entre os períodos de 1504 até 1822, que surge o regime latifundiário. Esse foi o cenário onde se desenvolveu a agricultura no Brasil, com o sistema de cultivo da monocultura — o qual, entre nós, priorizou

o cultivo da cana-de-açúcar — e monopólio das economias. Ora, isso nos leva a compreender que aquela forma inicial de produção favoreceu a aquisição da terra e o estabelecimento de um sistema de plantação desenvolvida para monopolizador através dos grandes latifúndios, tendo como base as necessidades específicas de uma procura mundial pelo produto produzido no Brasil, a cana-de-açúcar.

De acordo com Prado Júnior (1957) a estrutura social da colônia brasileira no primeiro século e meio de colonização reduz-se a duas classes: de um lado, os proprietários rurais, classe abastada dos senhores de engenhos e fazendeiros; do outro lado, a massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos e semilivres. Esse tipo de organização social resultou numa política futura de distribuição de lotes, as chamadas “sesmarias”,⁷ que concorreu para o aparecimento da função econômica da terra, das fontes de rendas e da possibilidade de proventos e riquezas para uma nova elite que se constituiria no Brasil - Colônia. Esse domínio de uma camada majoritária seria visto nitidamente na própria Constituição brasileira, quando se deu a execução da lei nº. 601 de 1850, que afastava definitivamente do acesso à terra o homem do campo. Para dispor de mão-de-obra, o latifundiário impediu a posse da terra pelo homem do campo, exclusão que se estende até hoje pelas mesmas razões: aquelas relacionadas ao interesse de uma camada social inimiga da reforma agrária, que luta para impedir a distribuição de terra no Brasil.

Sousa (1989, p. 47) destaca que, ao longo da colonização, a legislação infraconstitucional apresenta pelo menos quatro diplomas de extraordinária relevância para o estudo do direito à propriedade, das suas limitações e da reforma agrária. São eles: a Lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850 (a Lei de Terras), cujo reflexo no direito vigente decorre da instituição das terras devolutas, ou seja, aquelas originárias de dadas (ou datas) de sesmarias e que, caídas com isso por força das condições resolutivas do contrato sesmarial, tenham sido devolvidas aos patrimônios da Coroa e do Império, retornando, conseqüentemente, ao patrimônio público; a Lei nº. 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (o Código Civil Brasileiro), que elegeu a propriedade, o contrato e a família como linhas fundamentais; o Decreto-lei nº. 3.365, de 21 de junho de

⁷ A legislação de sesmarias representava, em Portugal, uma tentativa de salvar a agricultura decadente e evitar o abandono dos campos. (cf. GUIMARÃES, 1981, p. 41)

1941, que englobou a motivação legal da desapropriação em um único ponto – utilidade pública –, preservando normas de natureza material e processual para regular o instituto. Esse diploma legal continua em vigor até hoje. E o quarto diploma Lei nº. 4.504/64 (O Estatuto da terra) definiu a colonização, toda a atividade oficial e particular, que se destina a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de cooperativas.

Já para Araújo (2005) essa política iniciada na colonização fez aparecerem nas formas de tradição agrícola e econômica do país e também promoveu o surgimento de uma cultura autoritária de raiz patrimonialista. Trata-se de uma herança ibérica que deu origem, no Brasil, a uma cultura fortemente marcada pelas relações de dependência pessoal, a qual impediu a implantação de um modelo de distribuição de terras mais justo e equitativo.

Com a Republica, a idéia de Estado-nação faz aparecer novos elementos que começam a promover um novo campo de ação. Percebe-se que, no intervalo de 1889 a 1930, ocorrem várias mudanças no Brasil. O Estado passa a ser o foco do poder e também a intervir diretamente como referência política na formação da sociedade. Esse momento de transição do regime monárquico ao republicano funda um processo de urbanização crescente e o fortalecimento das bandeiras do desenvolvimento do Brasil até então retardado pela própria estrutura do país. Começa no Brasil o processo de industrialização, e o eixo de produção sofre uma mudança substancial. Isso significa dizer que a cana-de-açúcar produzida no Nordeste passa a ser substituída pelo café produzido no Sul, com a produção em grande escala.

Para Mendonça (1986, p. 34), a prioridade das políticas governamentais era o incentivo da atividade industrial inserido na agricultura. E mais:

A centralização da vida política e econômica do país nas mãos de um Estado intervencionista e a disciplina a que foram submetidos - em particular a força do trabalho industrial - revelam a natureza modernizante do novo Estado. (MENDONÇA, 1986, p. 34)

Dessa forma, mesmo com as mudanças que ocorreram nesse período, ou seja, o aparecimento do cultivo do café, a transferência do pólo de cultivo do açúcar do Nordeste para o do café no Sul, a estrutura dos latifundiários continuava intacta (GUIMARÃES, 1981, p. 103). A lógica seria a mesma devido à

manutenção dos grandes latifúndios. Portanto, mesmo com os avanços, como o processo de industrialização e a modernização do trabalho agrícola instaurados pelo Estado, a questão da luta pela terra pouco passou ao largo das atenções do país.

Graças à surpreendente ascensão do latifundiarismo cafeeiro e às consideráveis fortunas por ele proporcionadas, uma grande maioria de senhores de terra passou a dominar e influenciar a política do Estado, enquanto os demais latifúndios da cana-de-açúcar e cacau puderam enveredar por caminhos idênticos no sentido de assegurar sua vitalidade e resistir com êxito até nossos dias às mudanças radicais que as aspirações ao progresso a que tem direito à sociedade brasileira tornaram imperativas e inadiáveis (cf. *idem, ibidem, loc. cit.*).

O resultado desse processo pode ser visto nas décadas seguintes, quando passa a ser evidenciada a manutenção da propriedade de terra ou latifúndios, apesar das crises enfrentadas pelo país e da Guerra Mundial de 1945. Segundo Lopes (2002, p. 46), partir da década de 40 do século passado, a política agrária ganharia um novo olhar no Brasil, que estava preocupado em promover o bem-estar dos pequenos agricultores, com os chamados “*ciclos de colonização agrícola*”. Entretanto, a hegemonia dos grandes proprietários entra novamente em cena para conter o avanço desta nova proposta, acompanhado simultaneamente por um movimento de expansão das atividades econômicas capitalistas.

Para Silva (1990, p. 26),

O período que se estende de 1933 a 1955 marca uma nova fase na transição da economia brasileira. Nesse período, o setor industrial vai-se consolidando paulatinamente e o centro das atividades econômicas começa vagarosamente a se deslocar do setor cafeeiro-exportador. A indústria gradativamente vai assumindo o comando do processo de acumulação de capital: o país vai deixando de ser “*eminente agrícola*” (como alguns ainda crêem ser a sua “*vocação histórica*”).

1.2 Os novos rumos da questão da terra.

A década de 50 no século XX pode ser considerada como a época em que foram intensificadas as discussões sobre a terra. Com efeito, o processo de

modernização que caminhava no Brasil fez surgir uma nova discussão no país: a necessidade de um amplo processo de reforma agrária. Esse debate ganharia grande importância com um novo ator social, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), que diagnosticou a necessidade da distribuição da terra. As reivindicações apresentadas em relação a esse tema foram importantes, uma vez que se pensava no processo de diminuição das desigualdades sociais juntamente com as necessidades de desenvolvimento externo e interno do país. De acordo com a proposta dos cepalinos, a reforma agrária tinha como função favorecer o desenvolvimento da produção interna reduzindo os custos e investindo mais na industrialização. Pretendia-se promover o desenvolvimento econômico do país e uma proposta social de combate aos principais elementos de seu atraso: a pobreza, a violência e a exclusão do homem do campo.

Essa discussão da política agrária também envolveu vários grupos cujos desafios estavam relacionados a dois processos que limitavam o desenvolvimento econômico do país e a ação do Estado: o estrangulamento da produção e a não ampliação do mercado interno.

Para os cepalinos, a terra concentrada nas mãos de poucos latifundiários dava o poder e a autonomia aos donos das grandes produções, o que impossibilitava que a população comprasse os produtos industrializados. O estrangulamento da produção se limitava a aumentar o volume do mercado interno.

A realidade mostrava que, somente a partir de uma distribuição da terra e do aumento de espaço de desenvolvimento do campo, o mercado interno seria ampliado a novos consumidores. De fato, quando os desenvolvimentistas pensavam nesta distribuição de terra, a intenção central da proposta se resumia apenas em verificar o desenvolvimento econômico, sem ter em mente o propósito definidor da luta pela reforma agrária no país, cuja temática seria o problema da desigualdade social no país. O estado de direito já dava essa garantia da posse da terra ao homem que trabalhava; contudo, era necessário que o debate no país fosse ampliado, principalmente por causa das reais necessidades do país, pelas quais se almejava alcançar o desenvolvimento e progresso nacional como uma das prerrogativas do Estado.

Dessa forma foi criada a Superintendência de Políticas Agrárias (SUPRA), entre os anos de 1955 -1960 ao mesmo tempo em que foram criados o Instituto

Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA).

Nos anos 60, começou a surgir uma preocupação em promover o desenvolvimento rural através de projetos e programas especiais de financiamento dirigidos às parcelas mais pobres das populações rurais. Todavia, através de suas ações governamentais e privadas, o Estado não desempenha a contento o papel de financiador de atividades e empreendimentos rurais, cujo problema principal seria a não compensação dos investimentos (cf. BRUNO, 2004, p.3). Com isso, os investimentos nas atividades de pequeno porte, dada a sua escala e as suas particularidades, correspondiam, para os agentes financeiros, a riscos e custos operacionais cujo retorno financeiro não era compensador. Essa estratégia fez com que os programas sociais fossem precariamente executáveis, pois, à medida que se pensavam as respostas em curto prazo, o que se observava era a miséria crescente no campo.

O grande passo para a reforma agrária, no sentido social da palavra, se dá com o **Estatuto da Terra**⁸ criado em 1964, pelo que se passa a consolidar a regulamentação do uso e ocupação da terra, dando enfoque à função social da propriedade e instituindo mecanismos de políticas agrícolas. É instituída uma nova forma de desapropriação das terras improdutivas, com a eliminação dos latifúndios improdutivos e do minifúndio antieconômico, e com a promoção do homem rural através das reformas e ajustes nas estruturas produtivas.

Conforme Grzybowski (1990) a reforma agrária, nesse contexto, passa a possuir um caráter social, porque possibilita uma revisão e um novo regramento das normas, disciplinando, assim, a estrutura agrária do país, haja vista a valorização humana do trabalhador e o aumento da produção mediante a utilização racional da propriedade agrícola e de técnicas apropriadas ao melhoramento da condição humana da população rural. De fato, com essa nova ordem, pudemos vislumbrar um tratamento diferente da parte do governo em relação campo, atitude política cuja prioridade seria combater, simultaneamente, as formas menos adequadas de produção, sobretudo o latifúndio e o minifúndio, e

⁸ O Estatuto da Terra (Lei nº. 4.504/1964), Código Agrário Brasileiro, considera a reforma agrária como um conjunto de medidas que visem promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade (Cf. Estatuto da Terra, art.1º, inciso1º).

a miserabilidade, o alto índice de analfabetismo, a violência e a morte do povo do campo.

Com o golpe militar, os avanços nas discussões em torno da reforma agrária sofrem uma perda. O Estado volta atrás nas suas estratégias para combater os desafios sociais de certo modo assegurados pela proposta anterior de uma reforma agrária iminentemente voltada para os problemas sociais vividos no Brasil. O regime militar impede que a reforma agrária constitua pauta de discussão. A sociedade assiste a um Estado que aplica o recurso da força e da coerção para coibir as tentativas de discussão sobre a temática da reforma agrária. A rapidez com que foi montado o esquema comprovaria o caráter de urgência que ficara implícito na atitude do Estado com a ofensiva contra um governo civil deposto, na legitimação do governo de generais e sob o disfarce demagógico de um populismo rural, com a inclusão do latifúndio na órbita das grandes empresas capitalistas.

Este foi o modo como se deu o real funcionamento do regime militar no país: visava-se, com essa ordem, manter o equilíbrio e a harmonia das estruturas política, social e econômica. O Estado, com a nova versão do Estatuto da Terra, tornava impossível a promoção das desapropriações permitidas na versão original da lei. O que o golpe proporcionou, na verdade, foi o assistencialismo, que funcionava sob uma vigilância constante do governo através do Estado. O processo de distribuição de terra passa a ser monopólio de um poder militarizado. E é nesse período que se dá o surgimento dos sindicatos. De acordo com Scherer-Warren (1996, p. 97),

Após o golpe militar de 1964, há um período em que apenas o sindicalismo rural (tanto o trabalhador como o patronal) continua se disseminando pelos municípios brasileiros, porém com características cada vez mais assistencialistas. A repressão militar, sob forma de ameaça, não permite a formação de outros movimentos sociais no campo até a 2ª metade da década de 70.

Ora, foi essa situação que perdurou no período de ditadura militar, na qual, segundo Ferreira (1994), as ações do poder público resumiam-se a projetos de colonização que exigiam vultosos recursos e eram marcados pelo paternalismo. Esses elementos aparecem nas manifestações e nas novas maneiras como

passaram a ser retratadas as mobilizações sociais a partir da segunda metade da década de 70. Como afirma Ferreira, tratava-se de

deficiências permanentes em relação a componentes essenciais ao sucesso do projeto: crédito, extensão rural, prestação dos serviços públicos básicos de educação e saúde... e ausência de integração e co-responsabilidade entre órgãos e beneficiários. (p. 30)

De acordo com Martins (1980, p. 23), o camponês não teria vez nessa nova roupagem da qual foi revestida o Estatuto da Terra. A reforma agrária, como era pensada antes do golpe, objetivava permitir aos trabalhadores, os homens e mulheres do campo, a apropriação dos bens econômicos; porém, “o destinatário privilegiado do novo Estatuto não era o camponês, o pequeno lavrador apoiado no trabalho da família, o destinatário era o empresário.”

Já segundo Silva (1990), a concentração da propriedade da terra a partir dos anos 60 fez aumentar o agravamento da questão social no campo; a luta e a disputa realizadas não privilegiavam o trabalhador rural nem o pequeno proprietário de terra, levando essa população a ficar sem recursos a abandonar suas terras. Para o autor, essa situação

Significou que milhares de pequenos posseiros, parceiros, arrendatários e mesmo pequenos proprietários que iam perdendo as terras que possuíam não tiveram nova oportunidade na agricultura. Em outras palavras, que tiveram de se mudar para as cidades em busca de uma nova maneira (nem sempre satisfatória) de ganhar a vida. (p. 38)

Assim, a partir da modernização na agricultura brasileira através do modelo econômico adotado pela política agrária no Brasil, que, como dissemos, privilegiava a indústria, além de acontecer um agravamento da situação social no campo, houve ainda o favorecimento do êxodo dos trabalhadores da terra para os grandes centros urbanos. Criando grandes bolsões de miseráveis e exclusão dos trabalhadores de suas terras, formação das favelas nas cidades, sem contar com o aumento do analfabetismo e exclusão social. Apesar da sensação de que o país estava bem na forma de gestão empregada pelos governantes .

Essa fase dividiu espaço com o chamado “milagre brasileiro”, pelo qual o crescimento econômico se expande no país. Como destaca Silva (1990):

Na primeira metade dos anos sessenta, que corresponde ao período da crise econômica de 1961/1967, há um aumento praticamente e generalizado de todos os tamanhos de propriedade. Mas ainda assim podemos notar que o crescimento das grandes propriedades é maior que o das pequenas [...]. Já no período seguinte, 1967/1972, que corresponde ao período de crescimento e auge do que ficou conhecido como “milagre” brasileiro, aumenta apenas o número de grandes propriedades. [...] No período 1972/1976, que coincide com uma forte expansão da fronteira agrícola na Amazônia Legal (incluindo aí parte da Região Centro-Oeste), há novamente uma multiplicação das pequenas propriedades, embora haja também um crescimento ainda maior das grandes, especialmente as ligadas às empresas multinacionais. (p.31-32).

Uma das conseqüências desse processo foi a concentração fundiária da propriedade da terra, que ficou evidenciada a partir da década de 60, o que fez com que os índices de concentração crescessem continuamente no período de 1965/1976, passando de 0,820 para 0,849 (Índice Gini), conforme destaca Silva (1981, p. 52). Segundo Veiga (1988, p. 21), assim organizado, o Brasil aparece no Índice de Gini com a expectativa de um ligeiro aumento no crescimento econômico; mas aí não se considerava a distribuição de terra: acreditava-se que o desenvolvimento da agricultura nacional resolveria os problemas sociais existentes no país.

Nos anos que se seguiram de 1967 até 1973, são excluídos alguns órgãos responsáveis pela reforma agrária no Brasil, a exemplo do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário). A partir da fusão desses órgãos, é criado o INCRA, (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em 1971, uma nova estrutura institucional que possibilitou o aparecimento de diversos programas para o desenvolvimento regional, dentre os quais o PIN (Programa de Integração Nacional), que, restrito à região Norte, possibilitou a construção da Transamazônica, e o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria Norte e Nordeste).

Passado o momento eufórico, o país começa a dar conta de que as maravilhas proporcionadas pelo “milagre econômico” não contemplavam o povo

brasileiro na sua totalidade, mas apenas uma pequena minoria privilegiada; os penalizados eram os trabalhadores, particularmente os trabalhadores rurais. A crise enfrentada pelo país nesse momento traz de volta para a discussão o processo de reforma agrária. O Estado brasileiro teria de realizar a distribuição fundiária para então receber investimentos financeiros para seu desenvolvimento. A economia brasileira, apesar de seu crescimento, começa a delinear outra situação de crise, com altos índices de miséria; o país novamente tem sua estrutura política e social abalada, restando-lhe, assim, enfrentar seus fracassos e resolver uma questão inerente a todo este processo: a questão agrária.

Dessa forma, a definição de uma aliança para enfrentar os problemas logo após o “milagre econômico” se impôs, e o Estado é recolocado diante da questão agrária no país. É inaugurado um novo período, no qual o debate sobre a distribuição da terra ganha um novo enfoque, redirecionando, com isso, o papel do poder público. Ainda, as forças contrárias a essa discussão não ficam ausentes desse processo, uma vez que buscavam redefinir suas posições e estratégias na manutenção da antiga estrutura fundiária tradicional do país.

Na década de 80, ocorre o primeiro impulso no sentido de fazer a reforma agrária. Segundo Graziano (1985, p. 10), com a criação do MIRAD (Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário), surge um novo elemento para a discussão e aplicação das regras para a reforma agrária: o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) é lançado no dia 27/5/1985, no 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores rurais. Este plano gerou grandes debates, principalmente pela maneira como foi pensado e pelo lugar em que foi lançado, gerando uma grande discussão entre os que eram a favor da reforma agrária e aqueles que a rejeitavam. Para Graziano (1985, p.10-15), um dos problemas do 1º PNRA talvez tenha sido o fato de ele ser apresentado como algo inédito, mesmo que a sigla já tivesse sido usada em dois momentos anteriores: no 1º PNRA, em 1966, que cuidou da implantação dos cadastros previstos no Estatuto da terra, e no 2º, em 1968, o qual deu ênfase à tributação e à colonização.

Além do mais, segundo Graziano (*idem*), essa questão tem o mérito de considerar elementos importantes na proposta do 1º PNRA, da Nova República, isto é, ela levantou novamente a discussão em torno da reforma agrária e significou uma conquista, pois permitiu que a sociedade participasse do debate, sem mencionar que havia de fato a pretensão da execução de uma reforma

agrária ampla e, ao mesmo tempo, conhecer a real posição dos setores envolvidos com o problema da distribuição de terra no Brasil.

Não se deve pensar, todavia, que a apresentação da proposta do MIRAD/INCRA foi um “ato falho”, “um gesto mal calculado” ou mesmo “uma concessão do governo”. O debate público da proposta de reforma agrária é antes de tudo uma conquista da longa luta de toda a sociedade brasileira, muito antes mesmo da campanha pelas diretas. (GRAZIANO, 1985, p.11)

No entanto, apesar da intenção do 1º Plano ser bastante notável — de fato, com ele aparece uma nova postura para enfrentar o problema da reforma agrária e o estabelecimento de prioridades para a distribuição de terra se torna um objetivo real, com propostas onde se vislumbraram as bases fundamentais para enfrentar o problema da reforma agrária —, esse projeto esbarrou nas forças anti-reforma, levando à dissipação das idéias contidas no PNRA. Nas palavras de Medeiros:

O I Plano Nacional de Reforma Agrária voltou a propor o estabelecimento de zonas prioritárias de Reforma Agrária, mas a reação das forças anti-reformistas levou ao abandono da idéia. O que houve daí para frente foram desapropriações não sistemáticas e não planejadas, embora bem mais freqüentes do que no regime militar. (MEDEIROS, 2004, p. 2)

De toda forma, a necessidade da reforma agrária continua viva no plano das idéias e, anos depois do lançamento do 1º PNRA, a Nova Constituição Federal do Brasil, em 1988, faz a reforma agrária torna-se lei. O Estado torna-se o instrumento de controle e fiscalização da reforma agrária então legalizada pelo Congresso Nacional. Neste contexto, aparece o direito público subjetivo, que se configura como instrumento de controle e atuação do poder estatal, pois permite executar o que estava estabelecido na lei.⁹ Ao se tornar vigente, a Constituição Federal, passa a regular o processo de desapropriação das terras para efeito de reforma agrária. Ela eleva o direito de propriedade à categoria de direito fundamental, no art. 5º, incisos XXII a XXIV, definindo a propriedade privada e a sua função social como parte da ordem econômica, no art. 170, incisos II e III, e

⁹ Constituição Brasileira, Ano 1988.

dedica todo o Capítulo III do Título VII à Política Agrícola e Fundiária e à Reforma Agrária.

O texto constitucional avança em alguns pontos na questão da reforma agrária e na aplicabilidade de uma política agrária, tendo em vista que sua ação estava voltada para a função social da propriedade. Entre outros aspectos relevantes, o texto trata ainda da demarcação de terras públicas, da reavaliação de todos os incentivos fiscais e, além disso, estipula o pagamento prévio das indenizações. Entretanto, como nem sempre o que se estabelece em lei se exprime em ações concretas de provocar mudanças no país, o que na realidade se percebeu foi uma inversão neste processo, a ampliação da concentração fundiária com a queda do nível de emprego agrícola.

O resultado desse processo desencadeado na década de 80 foi uma distribuição fundiária que pode ser vista no I Censo Agropecuário, concentrado entre os anos de 1984 e 2004, em que percebemos o retrato de um Estado pouco preocupado com as questões sociais vividas no campo.¹⁰

Segundo Draibe (2003), percebe-se que as tentativas transformadas em Lei Constitucional foram elaboradas com o intuito de se alcançar um patamar mínimo de igualdade não apenas econômica, mas também do ponto de vista dos direitos sociais. Nesse sentido, não podemos fechar os olhos para o empenho que teve o Estado relativamente às reformas com a pretensão de mudar o quadro no Brasil. Afirma a autora:

Com efeito, já nos anos 80, uma agenda democrática de reforma social orientou um primeiro movimento de mudanças, sob a dupla chave da democratização das políticas e da melhora da eficácia do gasto social. Ao iniciar-se a democratização do país, o acerto de contas com o autoritarismo supunha um dado reordenamento das políticas sociais que respondesse às demandas da sociedade por maior equidade ou, se quiser, pelo alargamento da democracia social. Projetada para o sistema de proteção social, tal demanda por redução das desigualdades e afirmação dos direitos sociais adquiriu as concretas conotações de extensão da cobertura dos programas e efetivação do universalismo das políticas. Registrada na nova Constituição de 1988, tal orientação logrou indiscutíveis êxitos ao longo dos anos 90. (DRAIBE, 2003, p. 1-10)

¹⁰ Cf. em anexo a tabela elaborada pelo I Censo da Reforma Agrária no Brasil.

Nesse cenário, seria inviável pensar a reforma agrária sem levar em conta as idiosincrasias próprias da estrutura do país. Ainda que, com muitos entraves, a reforma agrária pudesse mudar um pouco a situação do Brasil, alterando a sua fisionomia social com a promoção de algumas mudanças, ela seria incapaz de promover uma mudança radical na ordem estabelecida historicamente. Se, de um lado, as reformas pleiteadas nesse período foram significativas, sobretudo para um país como o Brasil, que possui um enorme potencial agrícola e agroindustrial (grande extensão territorial, condições climáticas extremamente favoráveis, mão-de-obra farta e barata, parque agroindustrial consolidado etc.), de outro lado, a falta de políticas voltadas para as áreas carentes não permitiu a efetivação de soluções concretas para a questão da distribuição de terra nem para o problema da desigualdade social existente no campo.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, é redesenhado institucionalmente o Estado brasileiro, que introduz novos instrumentos de gestão social das políticas públicas, entre os quais podemos destacar a institucionalização dos conselhos gestores de políticas setoriais ou conselhos de políticas públicas nas esferas federal, estaduais e municipais, fruto da mobilização de grupos sociais organizados dos mais diversos setores da sociedade brasileira. Daí a importância da emergência de um conceito de política pública voltado para as populações mais carentes, preocupado com a distribuição de renda, com a educação, a saúde, e cultura etc.

Schneider (2004, p.10-15) entende que o conceito de política pública que surgiu a partir da década de 90 veio como um meio de aumentar a participação da população rural na partilha dos bens sociais. Isso faz sentido, ainda mais se pensarmos na união dessa nova concepção de políticas públicas àquela perspectiva legal de ação acenada pela Constituição Federal de 1988, em que foi redesenhado institucionalmente o Estado brasileiro com o objetivo de introduzir novos instrumentos de gestão social. É nesse sentido que a noção de política pública se consolida na formação do que chamamos assentamento rural, porque ela se permite enquadrar em diversas perspectivas, principalmente no campo da ação entre agentes institucionais e grupos sociais nos espaços de disputas. Os novos espaços de formulação, gestão, controle e avaliação de políticas públicas e de conservação dos interesses de diferentes setores passam a ser uma nova

experiência para o Estado e para a sociedade brasileira, constituindo-se um lugar privilegiado de exercício da cidadania e da democracia.

As políticas públicas são, portanto, a garantia de acesso aos recursos materiais, simbólicos e culturais; são ações que se concretizam nos direitos declarados e garantidos por lei, como sustenta Cunha e Cunha (2002, p.12):

é mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual.

Graças a essa definição de política pública, a formação dos assentamentos rurais no Brasil, os quais, de início, aparecem carregados da idéia de espaço de colonização, logo após a Constituição de 1988, passam a ser compreendidos como política pública de reforma agrária, a partir do que novos caminhos se abrem para a gestão estatal.

Já o conceito de assentamento rural passa a ser utilizado no universo das ações políticas nas décadas de 80 e 90, e assume o papel importante de designar o palco em que se desenrolariam as inúmeras relações que constituiriam a estrutura social do país. Da mesma maneira, a idéia de assentamento rural serviria para consolidar um campo de relação de forças cujo objetivo seria adquirir o poder de barganha na luta por bens econômicos, políticos e sociais para as famílias beneficiadas com o processo de reforma agrária logo após a sua aquisição. Como bem afirma Medeiros (2004) criado no âmbito das políticas públicas tem uma razão maior do que simplesmente a distribuição de lotes de terras e vai além quando afirma que,

O termo assentamento rural, criado no âmbito das políticas públicas para nomear um determinado tipo de intervenção fundiária, unifica e, muitas vezes, encobre uma extensa gama de ações, tais como compra de terras, desapropriação de imóveis rurais ou mesmo utilização de terras públicas. Em geral tais intervenções visaram a regulamentação de áreas ocupadas.” (Medeiros: 2004:17).

A formação dos assentamentos rurais permitiu a construção de um novo campo social. Consistiu a criação de uma arena que é ocupada por seus respectivos atores ou agentes sociais nas ações e atitudes individuais e/ou coletivas determinadas por elementos que vão além das simples intenções

objetivas, posto que sejam adquiridas inconscientemente a partir do convívio social, onde se formam as ações e as relações objetivas e subjetivas. Com efeito, a idéia de assentamentos rurais serviu, ainda, para que se tornassem possíveis as relações sociais no jogo desenvolvido pelos setores envolvidos com a questão da luta pela terra e no processo de reivindicação pela terra. Dessa forma o espaço de ação denominado assentamentos rurais deverá configurar o conjunto de onde parte a ação deliberada na qual se fazem presentes as preferências, escolhas e decisões dos mecanismos coletivos e individuais, não apenas no tocante à distribuição de lotes, mas, sobretudo, no que diz respeito à diminuição das desigualdades sociais que envolvem grande parcela dos atores sociais mobilizados na disputa para ter suas idéias ouvidas e, ao mesmo tempo, tornadas executáveis.

Para o INCRA a definição de assentamentos rurais se confunde com a noção de “Projetos de Assentamentos” (PA’s). Bergamasco (1996, p. 9) define os assentamentos rurais como “unidades de produção agrícola”. Já Leroy (1997, p. 92) compreende que os assentamentos rurais constituem “unidades de produção familiar”, sustentando que práticas sociais vivenciadas dentro desse ambiente determinado, um espaço social organizado engendram as posições de poder e as trocas simbólicas.

Para nós, a idéia de assentamento rural se compõe dessas três definições: trata-se de microcomunidade rural formada a partir de projetos previamente formulados do ponto de vista político, cuja produção agrícola resulta do trabalho das famílias assentadas.

Seguindo por essa perspectiva, nos anos 90, o conceito de assentamento rural transforma o modo de conceber a luta pela posse da terra. A partir dessa década, começa a haver uma nova forma de intervenção, que se traduz na formação de uma agenda voltada para as políticas públicas, ao mesmo tempo em que se passa a redefinir o próprio sentido de cidadania, representação política e participação no processo democrático. Nesse novo contexto, a distribuição fundiária passa a ser efetuada através das desapropriações de terras realizadas pelo governo federal, a partir da regularização da posse da terra, e os assentamentos rurais se convertem na marca da participação social, a partir das reivindicações e luta. Segundo Araújo (2005, p.14), a formação desses assentamentos no meio rural assume aspectos críticos que vão promover a

amplitude e a diversificação da luta no campo.

Analisando a formação dos assentamentos rurais dentro desse contexto da política agrária nos anos 90, Mançano (1998) defende que há nesse processo o surgimento de uma política popular na qual o principal interesse seria manter os movimentos sociais sob controle, não havendo aí nenhuma preocupação com a diminuição das desigualdades sociais. A formação dos assentamentos rurais levaria a crer que os dados apresentados pelo governo na década de 90 seriam insuficientes para se questionar a validade das afirmações de que haveria uma reforma agrária ampla no país. Com isso, a “Reforma Agrária teria virado uma metáfora para justificar uma política de atrelamento do governo aos proprietários.” (MANÇANO, 1998, p. 23)

Para Santos (2001), há de se compreender que, dentro do espaço de atribuição das políticas de reforma agrária, existe um elemento de contradição entre o que real e aquilo que é imaginário nesse processo. Segundo o autor, a luta pela terra, a violência política e costumeira dos proprietários fundiários e a seletividade do Estado nos conflitos agrários, indicam a continuidade do processo de dilaceramento da cidadania do campo. (p. 1-20) Existe, dessa forma, uma violência que não é exposta, mas que é legal sob o ponto de vista jurídico, a qual é dirigida pelo próprio Estado que, ao mesmo tempo em que promove um processo seletivo de acesso à terra, permite que as condições se tornem mais difíceis quando se pensa numa população dependente das políticas públicas.

Medeiros (1999, 2000, 2002, 2004), Silva (2002), Araújo (2005), Leite (2000, 2004, 2005) e Santos (2000), ao contextualizarem as políticas agrárias no cenário da distribuição de terra e, conseqüentemente, na perspectiva dos assentamentos rurais, encontram um sinal positivo na história do país no tocante à melhoria das condições do homem do campo, qual seja a possibilidade de abrir novas linhas de crédito e a distribuição fundiária que ocorreu em todo Brasil. Como mesmo observar Leite em entrevista a Ibasenet, 2004, a democratização do espaço e patrimônio fundiário possibilitou a uma parcela não desprezível da população ter acesso a terra e aos bens necessários para a reprodução de forma mais digna e cidadã, além da promessa da equidade social. Enfim além de atender os princípios de justiça social e ao aumento da produtividade familiar.

Carvalho (2005, p.3), por sua vez, questiona se na década de 90 teria havido de fato reforma agrária, ou se na verdade não teria existido apenas uma

política compensatória e populista de assentamentos rurais no país, cuja conseqüência foi uma distribuição desordenada das terras para minimizar os conflitos no campo. Para esse autor,

Como conseqüência dessa correlação de forças política desfavorável à concretização de uma reforma agrária popular, mesmo mediada pelo Estado burguês, a apropriação do espaço rural e a territorialização do capital e dos especuladores de terras, em especial das terras públicas do país, seguiu o curso histórico onde se combinava a manutenção dos latifúndios (desde as cartas de sesmarias) com a contínua expansão da apropriação privada de terras públicas pelo capital com a aquiescência conivente ou a “frouxidão da política fundiária” do Estado. Sejam quais tenham sido os meios de apropriação das terras públicas o resultado objetivo é que as terras sempre permaneceram concentradas nas mãos de uma minoria de proprietários privados e de grileiros de terras públicas até o momento atual. No meu entendimento os conflitos sociais agrários são decorrentes, por um lado, da ação histórica arbitrária e opressiva de invasão e apropriação privada de territórios indígenas, camponeses e das terras públicas pela expansão e territorialização do capital e, por outro lado, da combinação entre a resistência indígena e camponesa contra essa invasão de terras pelo capital e a ofensiva dos trabalhadores rurais sem terra na ocupação das terras dos latifundiários, forma extremada de resistência pela ação direta contra os que lhe negam a existência social no campo. (CARVALHO, 2005, p. 3)

Os resultados desse processo de reforma agrária podem ser vistos no número de famílias assentadas no Brasil no período que se estende de 1964, com o estatuto da terra, até o ano de 1994; os dados apontam para uma progressão da miséria e do aumento da violência no campo.¹¹ Desde o momento da aplicação do 1º PNRA, o quadro da reforma agrária, até o ano de 1994, totalizou 322.989 famílias assentadas no país. Nos anos de 1995 a 1997, cerca de 139.270 teriam sido assentadas e, de 1998 a 2002, um total de 286.370 famílias.¹²

¹¹ Jornal de Alagoas. Agosto de 2005.

¹² O Relatório do Censo das Universidades mostra que o INCRA trabalhava com um dado segundo o qual teriam sido assentadas no Brasil, em todo esse período, 254.173 famílias, em projetos de assentamento; e outras 77.567 famílias teriam sido assentadas por meio de projetos de colonização, ou seja, em terras públicas da fronteira agrícola. Totalizavam, então, cerca de 331.740 famílias beneficiadas por programas de distribuição de terras. Mas o Censo das Universidades encontrou apenas 156.778 famílias assentadas, o que demonstra que, se comparado apenas com os projetos de assentamento, existem, na verdade, 62% das famílias anunciadas pelo INCRA, e se comparado com o somatório de projetos de colonização e assentamentos, encontra-se apenas 48%.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário informa que o número de famílias assentadas no país, de 1995 a 2006, engloba um total de 922.123, com 6.598 projetos, perfazendo uma área de 51.541.207 há de assentamentos rurais.

Tabela I

Assentamentos de famílias/ implantação de projetos Brasil - 1995-2006

ANO	FAMÍLIAS ASSENTADAS	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS	
		Projetos	Área destinada na reforma agrária (ha)
1995	42.912	387	2.544.688
1996	62.044	466	2.451.405
1997	81.944	701	3.455.917
1998	101.094	753	2.802.086
1999	85.226	670	2.109.418
2000	60.521	417	2.158.702
2001	63.477	477	1.837.883
2002	43.486	384	2.501.318
2003	36.301	320	4.573.173
2004	81.254	426	3.511.434
2005	127.506	880	14.193.094
2006	136.358	717	9.402.089
TOTAL	922.123	6.598	51.541.207

Balanço MDA. 2003/2006

O Plano Nacional de Reforma Agrária (PRNA) de 2003 tem objetivos claros visando promover a geração de empregos e renda e a ocupação soberana e equilibrada do território. Podemos ler no documento:

Urge realizar a Reforma Agrária, antes que a situação econômica e social da população do campo assuma gravidade ainda maior e possa comprometer definitivamente a possibilidade de transformar o meio rural brasileiro em um lugar de vida economicamente próspera, socialmente justa, ecologicamente sustentável politicamente democrática. (PNRA, 2003, p. 4)

Resta-nos saber até que ponto este novo elemento ou reedição do 1º PNRA poderá contemplar de fato as pessoas que vivem no campo. Importa compreender que elementos serão adequados a essa nova atuação do PNRA de 2002 na sua aplicação prática e as conseqüências futuras que ele trará para o bem dessa parcela da população brasileira.

Se de um lado observamos o Estado dentro da formação do que hoje falamos políticas públicas e dentro dessa acepção assentamentos rurais veremos que essa luta não foi fácil para os movimentos sociais rurais brasileiros. O que observaremos no próximo capítulo a partir do contextos e formas para que esse objetivo da reforma agrária fosse posto em prática.

2 A TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL: A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA E PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Falar sobre movimentos sociais rurais é buscar analisar o processo desencadeado dentro de sua organização interna e a sua importância no processo de reivindicação na proporção dos problemas de uma sociedade. Ao fazer esse itinerário dos movimentos sociais rurais no Brasil, a nossa intenção é mostrar o campo de ação desses novos atores sociais, “sociedade civil” organizada em torno de ações que vieram consolidar as propostas de desenvolvimento rural no Brasil.

Se for possível considerar que a prática desnuda, direta ou indiretamente, as maneiras com as quais percebemos e explicamos a realidade na qual vivemos, podemos, então, buscar os pressupostos implícitos na atuação concreta dos sujeitos dentro da história dos movimentos sociais rurais. Partiremos da perspectiva de que é possível compreender o homem como um ser que modifica e é modificado pelas situações concretas da sociedade a partir do seu próprio movimento.

Segundo Ricci (2000, p.2), o estudo acerca dos movimentos sociais rurais, especificamente no tocante ao processo de luta e reivindicação que lhe é característico, pressupõe, de um lado, a compreensão do conceito de movimento social como o fruto do incômodo e da necessidade de controle social e, de outro, o entendimento de que aí se revela uma profunda dificuldade das agências estatais na compreensão da realidade social e, em particular, do meio rural.

De acordo com Ricci (2000 p. 1-10), a origem desse conceito se dá na modernidade, mais especificamente, em 1840. Criado por Lorenz Von, que, com esse conceito, passa a defender a necessidade de uma ciência da sociedade que se dedicasse ao estudo dos movimentos sociais, em especial, ao estudo do movimento operário francês e do socialismo, a expressão nasce no bojo de um processo de *estranhamento* das instituições públicas e de alguns segmentos urbanos frente ao acelerado processo industrialização na Europa. A idéia de movimento social é, portanto, o resultado do incômodo e da necessidade de controle social.

É possível distinguir duas tradições nos estudos sobre movimentos sociais nascidas no século passado: na primeira, os movimentos sociais são

considerados excrescências sociais, germe da desagregação e da violência (Le Bon); a segunda vê nos movimentos sociais o desaguadouro de demandas sociais dos segmentos da população, que se caracterizam como grupos não institucionalizados e, até mesmo, excluídos dos processos decisórios e da integração social. (Cf. RICCI, 2000, p.1-10)

Nos estudos que se dedicam aos movimentos sociais no Brasil, Gohn (1997, 2002.) Scherer-Warren (1996) entre outros, podemos identificar três tendências: a primeira, estudos de natureza descritiva centrados nas falas dos agentes; a segunda, a divisão na academia entre uma antropologia que priorizava os movimentos indígenas e uma política e sociologia que se voltavam mais para as questões urbanas; terceira, a utilização dos paradigmas teóricos europeus, com a negação do caráter funcionalista da cultura, do marxismo como campo teórico capaz de dar conta da explicação da ação do indivíduo e com a eliminação do sujeito histórico, centralizando aí o aspecto político. (Cf. GOHN, 1997, p. 10) Nesta última tendência, estudiosos como Laclau e Mouffe consideram a política como uma dimensão da vida social que abarca todas as práticas sociais. Assim, embora os estudos que partem desse pressuposto sejam realizados em lugares diferentes e com populações e problemáticas distintas, seria possível dizer que cada um possui objetivos diferentes.

Por outro lado encontram-se aqueles estudos que não concordam com as explicações funcionalistas, “neutras” e a - históricas. Esse tipo de investigação surge da preocupação de encontrar novos modelos de interpretação e de ação que conseguissem resgatar o papel histórico das populações marginalizadas e que contribuísse para a emergência de uma consciência social. Gohn (1997, p.153) situa Melucci como um dos representantes dessa corrente de estudo; um dos fundadores do paradigma da identidade coletiva.

Seguindo por esse pensamento investigativo sobre uma identidade coletiva para Scherer-Warren (1996, p. 17), existem, na trajetória do pensamento sobre a temática dos movimentos sociais no Brasil, três momentos. O primeiro baseado num paradigma funcionalista. O segundo o momento das lutas de classe, da acumulação de forças em torno do partido e da luta revolucionária (essa fase costuma destacar as décadas de 30 e 60, priorizando um modelo explicativo cuja ênfase recai sobre as idéias de infra-estrutura de ação e de classe social). No terceiro momento, a categoria de “movimento social”,

principalmente na década de 80, tende a sair de cena, e as idéias passam a girar em torno da categoria “povo”. Enfatiza-se, com isso, a noção de “ator social”, a qual, permeando essa nova situação vivida no Brasil, tomará o lugar antes ocupado pela categoria de “classe social”. Esse modelo de investigação tende a substituir os velhos paradigmas por uma nova forma de compreender os movimentos sociais.

A categoria sujeito popular, para uns, e de ator social para outros, passa a substituir a categoria de classe social, bem como a de movimento popular e/ou movimento social substitui a de luta de classe, significando que, em lugar da tomada revolucionária do poder poder-se-ia pensar em transformações culturais e políticas substantivas a partir da cotidianidade dos atores envolvidos, Buscou-se esse potencial em sujeitos múltiplos, seja nos movimentos urbanos, nas comunidades eclesiais de base, nas lutas pela terra, moradia e etc. (SCHERER-WARREN, 1996, p. 17)

A realidade vivida no Brasil de miséria, fome, analfabetismo, altos índices de mortalidade infantil, desemprego, falta de moradia e reforma agrária colabora para fortalecer a nova forma de entender os movimentos sociais, dentre eles, os movimentos sociais rurais. À idéia de movimento social une-se a idéia de compromisso com as lutas populares; esses movimentos passam a ser vistos como grupos engajados nos processos de transformação da sociedade. A expressão “movimentos sociais” passa a ocupar novos espaços, atores sociais inseridos nesses movimentos perdem um pouco o seu anonimato e passam a ser vistos como agentes únicos e específicos perfeitamente identificáveis e situados histórica e socialmente. Tudo isso vai permitir que haja uma rede de intercâmbio social, em que se fazem presentes as referências materiais, simbólicas e emocionais entre os componentes e participantes, contribuindo para que a ação coletiva adquira um rumo diferente.

2.2 Os movimentos sociais rurais brasileiros.

A partir da década de 30, a história dos movimentos sociais rurais no Brasil passa a ter uma nova configuração, ganhando uma nova dinâmica. A sociedade começa a ter seus primeiros anseios pela democracia, muito embora essa busca

por espaços mais democráticos sofresse com sérias restrições à liberdade de organização.

Nesse cenário moderno de transformação do Estado brasileiro, com o aparecimento da industrialização, nascem as lutas dos movimentos sociais rurais, cujos principais objetivos seriam o acesso à terra na luta contra a dominação e o acesso aos direitos sociais e de igualdade Scherer-Warren (1998), Medeiros (1996, 2004). A estratégia de tais movimentos assume um caráter permanente de transformação, tendo sempre como eixo a luta pela terra. Intensificam-se, então, os conflitos e as lutas de resistência que, aos poucos, vão se consolidando como porta-vozes das bandeiras históricas. Assiste-se a grandes movimentos de participação e reivindicações populares. A dimensão dada a essas lutas ultrapassa as questões mais pontuais. O amplo movimento de reivindicação se expressará em projetos imbuídos de uma práxis revolucionária no viés ideológico, onde anteriormente não existia uma organização com objetivos estabelecidos para dar conta de responder, pela luta, a uma sociedade em processo de mudança global. De acordo com Scherer-Warren (1998, p.20),

Os movimentos sociais passam a ser definidos como uma ação grupal para a transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização efetiva mais ou menos definida, a organização e sua direção.

No panorama de modernização da produção no Brasil, os movimentos sociais começam a debater os principais objetivos para o combate da desigualdade no país, com o interesse inicial de garantir o acesso à terra, promovendo a luta contra dominação, a garantia dos direitos sociais e de igualdade.

Ir além dos movimentos localizados e empreender um alcance nacional: este objetivo se dá duas décadas depois dos acontecimentos de 30, mais precisamente em 1950, quando começam a aparecer os primeiros ensaios da luta pela reforma agrária no país. Segundo Medeiros (2004), o que ocorre nesta década é uma nova estratégia de mudanças no terreno de uma nova forma do regime democrático. Havia um novo elemento que surgiu diante do impasse estabelecido entre a proposta de desenvolvimento do país e uma proposta social

no combate aos principais elementos de atraso como a pobreza, a violência e a exclusão do homem do campo. “Nos anos 50, os trabalhadores do campo emergiram no cenário político, através da luta de resistência na terra da qual eram ameaçados de expulsão, identificando-se como ‘lavradores’, ‘trabalhadores agrícolas’.” (*Idem, ibidem*, p.1-10)

A disputa pela terra passa a ir além dos movimentos localizados e empreende alcance nacional: a luta se torna uma realidade. Começa a haver uma reforma agrária democrática que tem um alcance muito maior; seu objetivo fundamental é destruir pela base um duplo sistema espoliativo e opressivo; o desejo era romper, simultaneamente, com as relações semicoloniais de dependência ao imperialismo e com os vínculos semifeudais de subordinação ao poder extra-econômico, político e jurídico e à classe latifundiária.

Segundo Scherer-Warren (1996, p. 97), além da perspectiva desenvolvimentista, na década de 60 se encontrava uma das posições que trataria a reforma agrária como elemento essencial ao processo de transformação do Estado; isso quer dizer que o início dos anos 60 será o momento da articulação das diferentes lutas sociais disseminadas no país, mas também o da disputa de sua condução por várias organizações políticas: Igreja católica, PCB, ligas camponesas, MASTER e o Estado populista. Através da aliança campo-cidade e da tentativa de realização do socialismo no país, o caráter distributivista aparece, defendendo a necessidade de "eliminação" do latifúndio e redistribuição da terra àqueles que eram explorados.

Dessa forma, pensar as estratégias econômicas, em particular aquelas voltadas para o meio rural, foi uma atitude que trouxe novas propostas de ação e, ainda, a perspectiva de mudanças na estrutura fundiária do Brasil, provocando novas tensões e, com isso, a organização de grupos que buscavam defender seus interesses relativamente à propriedade da terra. Segundo Medeiros (2004, 1-10),

No momento das Ligas, o debate sobre a reforma agrária era parte constituinte de uma ampla discussão sobre as perspectivas de transformação econômica, social e política do país. Por alguns, ela era entendida como ferramenta central para vencer o chamado "atraso" da agricultura e um instrumento de desenvolvimento econômico.

Esse era o ponto de vista defendido pelo Partido Comunista (PCB), o qual foi de suma importância para a luta política dos trabalhadores rurais. Na região Sul, surge o Movimento dos Agricultores Sem-terra (MASTER). As ligas camponesas, sob a liderança de Julião, vêm engrossar a luta no Nordeste. Tendo-se iniciado em Pernambuco, essas ligas tornaram-se expressivas nos Estados da Paraíba, Rio de Janeiro, Goiás e Alagoas, e, com suas caminhadas até os centros urbanos, solicitavam condições mínimas para o plantio e a colheita no campo. Para Ruy (1997, p.15), as ligas camponesas “foram a organização de combate pela reforma agrária mais característica dos anos 50 e 60”, por causa das quais o latifúndio se pôs na defensiva até 1964. Dentre os aspectos mais marcantes das ligas camponesas, figurava uma nova estratégia na luta pela posse da terra. Como observa Medeiros (2004, p. 1), o surgimento das ligas

Era um primeiro passo em direção ao socialismo. Para os trabalhadores que se envolviam nas lutas, a palavra sintetizava o sonho do acesso à terra, sem a exploração dos "patrões" (no caso dos foreiros, moradores de engenho etc.) ou pressão dos "grileiros" e suas milícias privadas, nos casos das áreas de expansão da fronteira.

Em março de 64, instaura-se o regime militar no Brasil. O povo e as organizações sociais passam a ser obrigadas a conviver com um governo que põe fim a quase todas as reivindicações da sociedade em geral. Os movimentos sociais urbanos e rurais passam, assim, a ser sufocados pelo regime militar. As organizações populares, os sindicatos rurais que começavam a despontar seriam severamente controlados pelo governo, passando a possuir um caráter meramente assistencialista. O governo procura resolver o problema da luta pela terra criando o INCRA, que, naquele período, serviu para minimizar os conflitos por causa da terra. O golpe, dessa forma, proporcionou o assistencialismo, numa vigilância constante do governo através do Estado. Segundo Scherer-Warren (1996, p. 97),

Após o golpe militar de 1964, há um período em que apenas o sindicalismo rural (tanto o trabalhador como patronal) continua se disseminando pelos municípios brasileiros, porém com características cada vez mais assistencialistas. A repressão militar, sob forma de ameaça, não permite a formação de outros movimentos sociais no campo até a 2ª metade da década de 70.

Esse processo é constante no período de ditadura militar, momento em que as ações do poder público se resumiam em projetos de colonização que exigiam vultosos recursos e eram marcadas pelo paternalismo. Nessa época, os movimentos sociais estavam restritos ao sindicalismo. É apenas a partir da segunda metade da década de 70 que eles se voltam para a mobilização social e para a reivindicação dos direitos dos cidadãos.

Segundo Medeiros (1996), a riqueza da história dos movimentos sociais rurais brasileiros, nesse período que se encerra com o golpe militar foi enorme, e é nele que se encontram as experiências mais abrangentes dos movimentos sociais rurais, principalmente pelo processo tenso da luta pela aquisição da terra e pela implantação de uma política agrária no Brasil, numa clara rejeição à tradição latifundiária. Tais tensões vivenciadas a partir de determinadas conjunturas desencadearam reações que resultaram em disputas onde a violência individual ou coletiva era grande na organização em defesa de um direito que se considerava legítimo, o direito a terra. Intensificaram-se, assim, os conflitos e as lutas de resistência, que, aos poucos vão se consolidando. De fato,

o início dos anos 60 será momento da articulação das diferentes lutas sociais disseminadas no país, mas também o da disputa de sua condução por várias organizações políticas (Igreja Católica, PCB, ligas camponesas, MASTER e o Estado populista). (SCHERER-WARREN, 1996, p. 97)

A Igreja Católica, apesar de estar atenta à urgência na realização de uma reforma agrária, inicialmente defende o direito à propriedade. No entanto, essa posição muda mais tarde, quando, defendendo a causa da "justiça social", a Igreja altera seu discurso no interior do campo da disputa pela "tutela" dos trabalhadores rurais com os partidos de esquerda. Para isso, leva essa disputa para o campo político ideológico, em planos de ação como, por exemplo, o incentivo à sindicalização no campo, uma das principais orientações da Igreja diante da incorporação da "bandeira" da reforma agrária pelo movimento sindical rural. Dessa forma, a participação da Igreja segue uma tônica externa, mas vem ajudar muito no discurso pela reforma agrária no Brasil, principalmente na denúncia e no combate à violência e às tensões vividas no campo: "a violência é interpretada pelos seguidores do movimento da igreja na América latina como

componente socioeconômico da exploração de classes”, diz-nos Scherer-Warren (1996, p. 46).

Não existe nenhuma de dúvida que, a partir da metade da década de 70, os *novos* movimentos surgem no contexto nacional. Apesar do intenso controle efetuado pelo Estado, a luta pela terra não terminou, mas, ao contrário, aumentou com o passar do tempo, principalmente em decorrência dos conflitos gerados entre posseiros pobres e grileiros. É nesse momento que aparecem novas perspectivas para a luta pela terra, com a organização dos trabalhadores sem-terra.

Para Scherer-Warren (*idem*), embora sejam vistos como “novos”, os movimentos sociais rurais carregam traços dos velhos movimentos, mesmo com a maior ou menor capacidade de mobilização e participação no debate e na luta pela reforma agrária. Segundo o autor, “a diferença entre os velhos movimentos sociais e os novos pode ser encontradas nas formas de suas organizações e encaminhamentos de suas lutas.” (p. 67)

GOHN (1997, p.158) sustenta que o “novo” nos movimentos sociais é uma questão aberta; já Fowerker afirma que

uma das principais afirmações da tese dos Novos movimentos Sociais é que todos são novos porque não têm uma clara base classista, como nos velhos movimentos operários, ou camponeses, e porque não têm um interesse especial de apelo a nenhum daqueles grupos.

Os movimentos sociais que surgiram nos anos 70 são portadores de um novo discurso de mudança que se caracteriza por valorizar a participação ampliada da base através da instalação de mecanismos de democracia direta. Seus discursos nascem da preparação e envolvimento da Igreja católica, com a presença de padres e bispos progressistas que se colocaram ao lado do povo, em especial por meio das assim chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e de outros movimentos surgidos no país. A multiplicação dessas comunidades de base possibilitou a perspectiva da utopia de libertação, que passou a penetrar as áreas rurais empobrecidas (SCHERER-WARREN, 1996, p. 35). No Brasil, comenta-se a existência de 80.000 comunidades participando dos novos rumos da luta nos movimentos sociais. O pressuposto dessa participação

assenta-se, de um lado, na assunção da “dignidade da pessoa humana” (fundamento teológico) e, de outro, na redefinição do status de cidadania e no empenho para a libertação das formas de opressão econômica, política, racial, legal e estrangeira (fundamento social).

A partir da categoria “pobre”, teve origem um novo conceito relacionado aos trabalhadores rurais que não tinha terra, ou seja, os “excluídos do desenvolvimento”. Oliveira (1994, p.1-10) afirma que não havia uma crise, mas um processo de democratização, uma mudança na forma de interlocução dos movimentos com o Estado e, portanto, uma base para se pensar um projeto de sociedade a partir de uma linha mais democrática. Daí a emergência de mecanismos de democracia direta — os quais, quando muito, consistiam em formas de representação delegada, que limitavam a autonomia dos representantes. Tais mecanismos passam a ser um componente importante dentro da reforma dos movimentos sociais e rurais, fazendo parte desse contexto de lutas — ao contrário da representação fiduciária, em que o representante reproduz, integralmente, o desejo expresso daqueles que estavam presentes na assembléia que o elegeu para tal fim. (RICCI, 2000, p.1-30)

Alves (1985, p. 230) defende que, com a participação mais efetiva da Igreja na questão da reforma agrária e no combate à pobreza crescente da população do campo, houve uma maior adesão de todos os setores da população “desprovidos do ter, do poder e do saber” e sem voz nas decisões que afetam diretamente suas vidas. Para Ricci (2000), essa mobilização fundia diversos agrupamentos sociais em torno de uma mesma categoria, a de *marginalizados da sociedade*. Sustenta ainda que esse enquadramento também demonstra a exclusão, da política, daqueles sujeitos os menos favorecidos na sociedade. Assim, acrescenta Ricci (2000, p. 13),

nasce, pela negação desse sistema de exclusão política, uma forma organizativa — que podemos denominar de antiinstitucionalista, por se autodefinir como exclusivista — própria das comunidades pobres, baseada na participação direta das bases em reflexões, decisão e execução, diminuindo a distância entre elas e a direção. Trata-se de um modelo fundado na radical distribuição de poder no grupo e autonomia frente ao Estado e partidos políticos.

Com isso, os movimentos sociais rurais introduzem na sua organização e forma de ação alguns elementos básicos, em consonância com seu discurso em

vista de uma nova identidade em termos organizacionais, tendo como palavras-chave democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade, respeito à individualidade, identidade local e regional e liberdade individual associada à liberdade coletiva.¹³

Surge, então, uma identidade política em formação, tendo como princípio elementos que constituíam a sociabilidade comunitária, a ausência de autoridade discriminada e de hierarquia de funções, relações afetivas e prestação de serviços na comunidade, elementos fundamentais da Teologia da Libertação. A nova identidade social dos movimentos parte do sentimento de exclusão e de injustiça e está diretamente relacionada com a geração de novos direitos, de categorias sociais em processo de conformação.

Em 1975, surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT), um elemento importante de articulação para a luta pela reforma agrária. São organizados encontros dos trabalhadores sem terra, que acabaram culminando no I Encontro Nacional dos Trabalhadores, em 1984, onde foi fundado um novo movimento, o dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo Sader (1988, p.20), quando esses novos personagens entraram em cena, organizados em movimentos sociais durante a década de 70, os movimentos sociais rurais se caracterizam pela fragmentação. Tal fragmentação estava vinculada à diversidade das próprias condições em que emergem os movimentos: a heterogeneidade constitutiva da própria estrutura seria reproduzida na diversidade no plano das manifestações sociais. Essa situação não foi vista como um ponto negativo no processo de reivindicação, ou como um elemento inviável ao processo de transformação da sociedade; pelo contrário, essa nova forma possibilitou a emergência de novas formas de lutas levantadas pela sociedade civil em busca de seus direitos.

Essa idéia de fusão positiva da heterogeneidade também é defendida por Scherer-Warren (1996), que fala de “redes de movimentos” para qualificar uma articulação, no panorama dos movimentos sociais, que fortalece o nível de comunicação e une os diversos movimentos, os quais, embora através de lutas particulares, estão associados na mesma luta por direitos constitucionais. Na

¹³ As análises da autora aqui citadas foram originalmente publicadas em dois estudos: O caráter dos novos movimentos sociais. In: KRISCH I. e SCHERER-WARREN, Isle (orgs.). *Uma revolução no cotidiano?*; e, *O que há de novo nos movimentos sociais no campo?*, XVII Congresso Latino americano de Sociologia, Montevideu, 1988.(mimeo).

medida em que as bandeiras são acionadas, os movimentos passam a ter maior densidade no cenário político.

Outro aspecto importante na análise que Scherer-Warren realiza sobre os movimentos sociais a partir da década de 70 pode ser considerado a crise das matrizes discursivas nas instituições mediadoras dos movimentos populares: Igreja, partidos de esquerda e sindicatos. Percebe-se que apenas a Igreja progressista impulsionada pelas teses da Teologia da Libertação, conseguiu fincar raízes mais profundas no cotidiano popular estabelecido através da religiosidade popular. Por vezes, os grupos ligados à Igreja até substituíam a ação dos partidos de esquerda, que, engajados nas matrizes marxistas, em certos momentos, ficavam alheios aos problemas mais concretos da população brasileira, sem dispor dessa base popular.

Ricci (2000), por outro lado, tem uma opinião diferente a respeito do esfacelamento das organizações clandestinas de esquerda, percebendo uma recomposição das mobilizações populares de natureza reivindicatória e contestatória. Para ele, cada momento teve sua dinâmica: inicialmente, esses movimentos se articularam ao redor da Igreja Católica, que disseminou um discurso comunitário e antiinstitucionalista; posteriormente, os segmentos da esquerda se realinharam a partir das associações locais. Desta fusão, nasceriam vários movimentos sociais no final da década de 70: oposições sindicais, movimentos contra a carestia, movimentos pela posse da terra, entre outros. Todos, segundo o autor, valorizariam — ao contrário do discurso básico das organizações de esquerda pré-74 — as demandas surgidas no cotidiano das fábricas e dos bairros mais carentes. Os espaços institucionalizados de prática política — partidos, legislativo e executivo, organizações gerais de representação social — dividiriam lugar com as formas mais difusas de organização humana, anteriormente, concebidas como locais de interesses e relações privadas: o local de moradia, o local de trabalho, a comunidade rural.

Os movimentos sociais dos anos 70 e 80, com suas principais fontes de organização, como autonomia, adoção de democracia direta, sentimento anticapitalista e antiinstitucionalista, formariam um ideário que passou a favorecer práticas corporativas, porque tinham como referência o local, o imediato e o particular. Nota-se um momento de contraste entre as idéias contidas e

significados , principalmente pelas mudanças ocorridas face as lutas sociais. Para Ricci (2001, p. 15),

temos tão logo de abandonar qualquer “otimismo teórico” apriorístico, mesmo porque, se pensados em alto grau de abstração, tais conflitos revelam uma natureza profundamente ambígua. Primeiramente, porque, longe de inscreverem-se na órbita das relações de produção ou de trabalho, emergem em inusitados lugares entre o Estado, o mercado e a cultura, contando com uma base social de natureza dispersa e volátil. Em segundo lugar, porque, não obstante, definem-se, via de regra, em referência ao fundo público, reivindicando bens de consumo coletivo, constituem-se por fora dos formatos tradicionais de representação política e realizam-se numa espécie de “vácuo regimental”, à base de critérios *ad hoc* de interlocução. E, finalmente, porque, ao regerem-se pela lógica consensual-solidarística, própria das ações diretas, tornam-se vulneráveis ao agenciamento de grupos e de instituições que não têm a política como fundamento institucional. Como corolário, tais conflitos apresentam um caráter altamente cambiante, podendo tanto adquirir um perfil pendular entre a defesa do estatismo e a reivindicação das vantagens do mercado, quanto oscilar entre condutas expressivo-disruptivas de negação do Estado e atitudes integrativo-corporativas de afirmação de sua face provedora.

Logo em seguida a essa discussão temos então o governo de transição, a década da "Nova República", com a definição de uma política de alianças, recoloca o Estado diante da questão agrária e inaugura um novo período, em que novos termos são trazidos ao debate, redirecionando, portanto, o papel do poder público e a participação da sociedade civil. Nesse período, como nos demais momentos em que a reforma agrária esteve em evidência, surgiram diferentes (e, em sua maioria, divergentes) associações do tema com questões mais amplas, como renda, emprego e meio ambiente.

As lutas e formas de organização e os princípios orientadores de sua ação, com o passar do tempo, necessitam de renovação e novas táticas para conduzir o debate sobre a reforma agrária. As alternativas na reivindicação pela terra começam a renovar-se e a sociedade começa a manifestar-se, quer seja na formação de oposição sindical, quer seja na formação de movimentos sociais, coincidindo com o aparecimento dos novos movimentos sociais rurais, dentre eles o MST. Ora, apesar das especificidades que assume esta questão, a atuação dos movimentos sociais rurais, aos poucos, demonstra um lento

direcionamento das lutas rumo ao processo de democratização da sociedade. Segundo Gohn (1997, p. 285), na realidade tratava-se mais de uma estratégia política embutida no olhar sobre os movimentos populares, pois se reivindicava um duplo distanciamento. De um lado, em relação ao Estado autoritário, de outro, lado em relação às práticas populistas e clientelistas.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra representa um pouco essas tensões, pois expressa o avanço em nível organizacional e na descoberta de novas fontes de luta contra o descaso estatal, a favor de melhorias no sistema de saúde, de transporte, eletrificação rural e educação.

Segundo Scherer-Warren (1996, p. 56), a busca por uma sociedade construída sob uma nova base, em que fossem inexistentes a exploração e a violência, elevando o nível de resistência no plano individual ou coletivo, tudo isso serviria de base para o novo movimento social rural. Os acampamentos são o exemplo de uma forma de resistência prolongada e de cunho pacífico, passando a ser o divisor entre as duas formas de movimentos sociais, antes e depois da década de 70. Sua luta se faz de modo diferente dos movimentos do passado, cuja resistência prolongada era combinada à violência física.

A manifestação adquire uma nova face que, paulatinamente, começa a ser superada através da luta. Ganha espaço uma nova forma de abordagem que procurou aglutinar os segmentos sociais marginalizados pela política de exclusão no meio rural. Suas lideranças tinham como fundamento a proposta de uma *pedagogia popular*, desenvolvida pela Igreja Católica ao longo dos anos 70 e 80.

Dessa forma, alguns elementos da religião passam a fazer parte do cotidiano do homem do campo, tais como a cruz, a leitura de passagens da Bíblia ao início das reuniões, as missas logo após as ocupações de terra; além disso, havia a promoção paralela dos valores culturais do homem do campo (contos, músicas, rituais de produção e colheita na terra, prosas e músicas), os quais incentivavam o homem do campo incorporado no movimento social a seguir uma organização que primava pelos elementos como disciplina rígida para alcançar os objetivos determinados. A força do MST estaria concentrada na capacidade de sustentar toda a sua forma de reivindicação numa combinação entre a dimensão racional e espiritual.

Nos anos 90, a intensa luta pela terra se deu a partir das marchas para a capital do país, ponto alto dos movimentos sociais rurais. Foram postas em

prática as necessidades dos trabalhadores sem terra, não obstante as tentativas de desqualificar os movimentos sociais rurais, principalmente o MST, como instâncias de interlocução das reivindicações pela reforma agrária.

No campo dos estudos sobre o MST, há diferentes posições em relação à novidade trazida pelo movimento. Num primeiro bloco, encontram-se os estudiosos que poderiam ser chamados “críticos”, entre eles D’Incão, para quem os impasses de natureza estrutural do movimento não impediria de romper com a lógica política que vigora no mundo rural brasileiro, da mesma forma que as especificidades próprias do campo serviriam para dificultar todo o esforço em se contrapor à estrutura montada no Estado. Um segundo bloco, o dos mais “otimistas”, observa que no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, haveria uma possibilidade de articulação capaz de elaborar um projeto nacional que se contrapunha à institucionalidade pública vigente.

Para Gohn (2004) e Mançano (1990), os movimentos sociais nos anos 90 começam a ter uma nova forma de luta: suas agendas se traduzem em lutas por políticas públicas, e, ao mesmo tempo, o próprio sentido de palavras e expressões como; cidadania, representação política e participação no processo democrático são redefinidas. Conseqüentemente, a esta nova forma de organização sugerem novas formas de movimentos de luta pela reforma agrária no país, chamando atenção em direção a uma política que viesse melhorar de fato a estrutura do campo.

A partir dessa ascensão dos movimentos sociais rurais, a ocupação de terra tornou-se chave fundamental de pressão para a formação dos assentamentos rurais em todo país, uma prática intensamente feita pelo MST e, nos últimos anos, pelos movimentos que surgiram na mesma luta pela terra. Essa ocupação passou a ser prioritária diante da inexistência de uma real reforma agrária, e, como bem relaciona Mançano (1990, 29), passou a dar o tom e o tempo ao Incra para a realização de uma política voltada aos assentamentos rurais.

É através dessa contextualização que compreenderemos os passos dos movimentos sociais rurais alagoanos na trajetória de luta pela reforma agrária e políticas públicas voltadas para este espaço denominado assentamentos rurais.

Vejamos o quadro abaixo, em que aparecem alguns dos movimentos sociais rurais denominados novos movimentos sociais rurais.

TABELA II

Movimentos Sociais Rurais na Luta Pela Terra – Brasil

NOME	Estado (s)	INICIO
Comissão Pastoral da Terra CPT	MS e PB	1975
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST	RS, SC, PR, SP, MG, RJ, ES, BA, SE, AL, PE, ES, PB, RN, CE, PI, MA, PA, AM, TO, DF, GO, RO, MT, MS	1984
Movimento de luta pela terra MLT	BA	1994
Movimento Sem Terra do Sul do Mato Grosso – MST, SMT	MT	1994
FETAGRI - MS	MS	1996
Coordenação de Associação de assentado do Mato Grosso do Sul - COAMS	MS	1996
Movimento de terra- PE/MT	PE	1996
Movimento de Comissões de Luta	PE	1996
Central de Associações de Assentados e Pequenos Agricultores- CEAPA	AL	1996
FEATEMAG	MG	1996
Movimento Camponês de Corumbá	RO	1996
Movimento de Libertação dos Sem Terra - MLST	MA, PE, MG e SP	1997
Movimento dos Agricultores Sem Terra - MAST	SP (Pontal do Paranapanema)	1998
Movimento Unificado dos Sem Terra - MUST	SP (Pontal do Paranapanema)	1998

Extraído da pesquisa de Bernardo Mançano Fernandes (1998)

3 CONFLITO DE TERRAS EM ALAGOAS: A EMERGÊNCIA E FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO

A análise realizada neste capítulo tenta resgatar a história da emergência dos assentamentos rurais em Alagoas, tendo como foco de atenuação os atores sociais envolvidos nesse processo, como os donos de terras, usineiros “coronéis”, posseiros, bóias-frias, trabalhadores rurais, meeiros etc. Dentre esses sujeitos, uns se mostraram a favor e outros contrários à aquisição da terra por meio do processo de reforma agrária, a partir da emergência dos novos movimentos sociais.

3.1 Pressupostos históricos, políticos e sociais da luta pela terra em Alagoas

O conhecimento da história das lutas sociais em Alagoas pressupõe, entre outros aspectos, o resgate dos diferentes elementos da composição social do Estado, bem como as lutas históricas que antecederam o processo de reforma agrária nessas terras. Principalmente, para esse estudo, importa adentrar em aspectos como ocupação, produção e relações sociais, espaços onde é possível identificar as alterações ocorridas na história de Alagoas.

As lutas sociais em Alagoas seguem pelos mesmos caminhos que observamos na luta dos movimentos sociais rurais no Brasil. Também nesse Estado foram vivenciadas diversas etapas na história dessa luta, desde a expulsão do homem do campo, exploração e violência no campo pelas mortes anunciadas, à impunidade política. Houve aí uma trajetória de conflitos que sempre fora sublinhada pelo tradicionalismo dos donos de terra, pelas estratégias de manutenção da terra e de uma classe contrária à reforma agrária. Como consequência, a intensificação das lutas sociais gerou no futuro próximo a luta pela terra, cujo processo teve como resultado o agravamento dos conflitos agrários intensificados pelas invasões de terras, prisões, mortes, atos, manifestações etc. Uma luta que, como observa Araújo (2005, p. 8), possui um elemento central, que é a terra, onde “se constitui e continua a se constituir a propriedade da terra e nela suas relações sociais”

Em Alagoas, os conflitos de terras têm uma história antiga, que remonta à primeira etapa de nossa história, subordinada às exigências de construção de

uma Nação e ou Estado livre. As tensões vivenciadas dentro dessa trajetória desencadearam reações que levaram à migração e à violência individual ou coletiva na organização em defesa do que se considerava como legítimo neste processo de luta. Depois, intensificaram-se os conflitos que tiveram como ponto alto as lutas de resistência, as quais, aos poucos, se consolidaram no princípio de luta por melhores condições com os movimentos operários, que, apesar de não ter como foco de interesse a luta pela terra, carrega uma experiência histórica de conquistas voltadas para o ideal de liberdade.

No primeiro momento dos movimentos sociais no Estado de Alagoas, era justamente o desejo de liberdade que constituía os anseios do movimento abolicionista. Os atores sociais da luta eram os escravos, que buscavam sua liberdade construindo “quilombos”, numa tentativa de fugir da dominação dos senhores de engenhos e de buscar espaço para produzir.

No segundo momento, mais próximo dos dias atuais, entra em cena a perspectiva da luta pela reforma agrária; é aí que aparecem os novos atores sociais e se dá a emergência dos movimentos sociais rurais, dando origem aos conflitos no campo, cujas tensões formaram o cenário atual das lutas pela terra. Essas situações de tensão extrema vividas no campo têm culminado no agravamento dos conflitos rurais, nas mortes anunciadas periodicamente pela imprensa e na expulsão do homem de sua terra.

Alagoas se caracteriza, no tocante à luta pela terra, como um Estado mantido pelo tradicionalismo político, econômico e social, onde a ocorrência da violência foi intensa a favor da manutenção da terra pelas camadas mais favorecidas economicamente. De acordo com Santos (2000a, p, 29),

Alagoas tem se caracterizado pela presença de estruturas predominantemente arcaicas. Durante séculos, o Estado vem apresentando um espaço de sobrevivência de grupos notadamente atrelados às oligarquias rurais e ao conservadorismo. Da chegada dos portugueses ao Brasil em 1500, até a emancipação político administrativa do Estado de Alagoas em 1817, um longo caminho foi trilhado, dando-se nesse percurso a formação da rígida estrutura econômica social que tem resistido ao tempo e ainda reflete-se em suas instituições e na sua vida política e social contemporânea.

A sucessão de conflitos pela terra teve sua origem em Alagoas, a partir da formação dos engenhos de açúcar e no aumento da produção da cana-de-açúcar,

que cresceu entre os anos de 1770 e 1802, saindo do número de 62 unidades de engenho para 180 ao longo de 32 anos. Isso indica que, mesmo iniciada em nossa história, as grandes extensões de terra foi largamente explorada durante o período colonial em todo o território brasileiro. A cultura da cana e a indústria açucareira marcariam a economia provinciana a partir da Carta Régia de 1811.

Ao se introduzir a cana caiana e Bourbon em Alagoas, o que aconteceu foi o aumento do espaço para a formação dos engenhos e, futuramente, das usinas de açúcar, situação que predominou no período da província alagoana e se arrasta até os dias de hoje. A força dessa tradição econômica no estado é tanta que em 1811, mesmo sem os incentivos à produção que a lei permitia, a cultura da cana-de-açúcar continuou sendo o principal motor da economia alagoana. Trata-se de um cenário onde são os constantes conflitos pela manutenção da estrutura agrária tradicional, cujo reconhecimento passou a dar origem ao tradicionalismo e à oligarquia alagoana.

A ascensão dos canaviais em Alagoas produziu o aumento da mão-de-obra escrava, uma prática que se enraizava em todo país. A distribuição espacial das terras, a partir da produção de cana-de-açúcar, apesar da plantação do algodão e outros gêneros agrícolas, passou a produzir dois ambientes que dominaram em sua prática agrícola: o do algodão e o da cana-de-açúcar, os quais centralizaram a economia, sem nenhum conflito. Nesse momento, o eixo de produção não sofria nenhuma ameaça no espaço rural, uma vez que era inexistente qualquer forma de ação que demonstrasse a insatisfação dos sujeitos diante do *status quo* social, econômico e político. Como afirma Almeida (1999, p. 49), não “houve qualquer conflito interno capaz de demonstrar a necessidade de modificações na rota de acumulação, haveria, isto sim, uma permanente retórica de modernização, onde a indústria era posta como expectativa.”

Como resultado, a produção de açúcar que se estabeleceu até o limiar da República (1891) cresceu e chegou a cerca de 6.057.486 sacos de açúcar e uma estimativa de crescimento de mais de 600 engenhos. A produção da cana-de-açúcar supera o processo produtivo e passa a ser a base para a distribuição espacial dos engenhos, o que impede a distribuição de terra em Alagoas, já que a produção do açúcar priorizava o interior, onde se encontravam as moendas baguezeiras, as bolandeiras, a fiação e a tecelagem. Os espaços onde poderia haver a distribuição de terras passam a ser ocupados pelos próprios donos de

terra, ficando restrito para o pequeno agricultor apenas o espaço da produção para a sua subsistência. Ainda hoje podemos encontrar essa situação no Estado: o pequeno agricultor se vale dos espaços da produção do açúcar para realizar o plantio de feijão, amendoim, mandioca etc.

É essa a particularidade do campo em Alagoas; nela predomina a agricultura de subsistência do trabalhador rural. Desde muito cedo em nosso Estado, o pequeno agricultor que necessitava da terra para trabalhar nasceu e sobreviveu sob o signo da precariedade jurídica, econômica, social e política. Ou seja, os menos abastados, desde o período colonial, foram levados a viver e produzir sua subsistência quase que nos meios das grandes plantações. Essa Idiosincrasia da história de Alagoas pesou na luta pela reforma agrária, pois, em certo sentido, há também uma tradição de subordinação e dependência dos trabalhadores aos donos de terra, os quais lutavam também entre si para conseguir a manutenção do tradicionalismo agrário no Estado. A repercussão dessa condição é expressa nas lutas e confrontos travados entre os senhores de terra.

No processo de formação oligárquica os grupos de poder se estruturam em torno de determinados feixes de interesses econômicos e de uso do poder. Lutam pela permanência no uso do poder político que é de contrapartida de sua hegemonia social. O poder oligárquico quer partilhar o poder sozinho, e para isto usa todas as formas de violência sociais possíveis. Formas psicológicas de violência e formas materiais de violência. (LINDOSO, 2000, p. 177)

Ora, em face de uma conjuntura de profunda mudança, o que vemos são atitudes de violência entre representantes do poder oligárquico, gerando uma trajetória de conflitos que causou danos não apenas ao pequeno trabalhador sem terra, mas também se refletiu na luta entre poderes. Para Lindoso (2000, p.176),

A estruturação social senhorial não gerou apenas a violência contra terceiros: contra negros, escravos, índios, servos, mamelucos, mulatos forros e brancos proletário. Gerou também um tipo de violência contra si, e nascida da competição da luta pelo poder político: a violência de grupos sociais hegemônicos contra grupos sociais hegemônicos.

E continua Lindoso (2000, p.176) ,

A nobreza rural sesmeira-escravocrata compartilhava, em termos gerais, o poder, mas também o descompartilhava. Na nobreza rural era pacífica a concordância sobre o poder; ele devia ser exclusivamente compartilhado pelos senhores de terra e escravos, e desse poder deviam ser excluídos os escravos, os índios de servidão de aldeia, os moradores, os lavradores e os bandos de brancos criminais. Aos senhores deviam ser concebidos os privilégios: possuir terras e escravos, ser dono de engenhos de açúcar, possuir uma milícia rural e aplicar a justiça sesmeira aprovada pelas Ordenações do Reino e outros códigos de justiça.

A lógica de manutenção da estrutura oligárquica e de uma classe detentora dos poderes, logo após a Primeira República, segue pelo mesmo caminho da manutenção da terra. Entre as décadas de 30 e 40, com o processo de industrialização no país e seguindo a rota de desenvolvimento em Alagoas, aconteceu a substituição dos engenhos pelas usinas de açúcar. Nessa década apoiada pelo projeto desenvolvimentista, assiste-se ao binômio “açúcar-algodão”, que leva ao aparecimento das usinas de açúcar e à exportação do algodão em Alagoas. Segundo Lindoso, (LINDOSO: 2000, p.177)

Essa busca permanente de um poder hegemônico, reconhecido unanimemente ínter pares, acabava conduzindo a um tipo de solução autofágica em termos de classe: a busca de destruição, dos grupos rivais. Essa luta do poder entre grupos hegemônicos, e a busca exclusivista do governo das coisas, chamavam oligarquias. No processo de formação oligárquica os grupos de poder se estruturavam em torno de determinados feixes de interesse econômico e de uso de poder. Lutam pela permanência no uso do poder político que é contrapartida de sua hegemonia social.

O aparecimento das usinas e os esforços em 1937 deram origem a uma situação que não era boa, principalmente pelos constantes conflitos entre plantadores e fornecedores da cana-de-açúcar, os quais geraram uma disputa séria no Estado. O resultado dessa falta de união entre as classes gerou problemas para a economia alagoana. Os reflexos negativos do desenvolvimento, portanto, acabaram provocando oscilações na economia alagoana e os donos de terras, dessa forma, devido à necessidade de promover o fortalecimento da classe de produtores por causa dos maus resultados na economia resultantes da união

desses dois setores, se associaram, criando uma união entre fornecedores de cana-de-açúcar e de produtores, dando origem à República do Bangüê.¹⁴

Com essa ação e a transformação dos banqueiros em fornecedores de cana-de-açúcar, ressurgia a grandeza da lavoura canavieira. A partir dessa união, foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), juntamente ao qual foi lançado o Estatuto da Lavoura Canavieira, que passou a congrega os fornecedores e plantadores de cana.

Com a formação da República do bangüê, também foram disponibilizados recursos públicos para a camada economicamente mais favorecida. Se, de um lado, essa associação indicava uma classe operária que não possuía os poderes econômicos e políticos acumulados pelos proprietários produtores e fornecedores, de outro, tal situação levou os trabalhadores rurais para o campo da disputas pela terra.

Segundo Araújo (2005, p. 89), esses acontecimentos, do qual tivemos exemplos em todo o Brasil, fizeram os trabalhadores, aos poucos, se unirem para reivindicar seus direitos, nomeadamente o direito à terra, bem necessário ao trabalho para produzir a sua subsistência.

O processo desenvolvimentista em Alagoas, nas décadas seguintes, teve o predomínio do setor primário (produção da cana-de-açúcar), que durou até o início dos anos 60. Em seguida, em 1964, os governos militares promovem a modernização do latifúndio. Se, de um lado, essa situação estava fortemente marcada pelo crescimento da economia, de outro, seu efeito social não foi tão positivo, pois era crescente a migração para os grandes centros urbanos dos trabalhadores rurais, gerando bolsões de concentração humana em condições de vida precária. Isso vem provocar a crescente miséria e pobreza no campo e nas cidades alagoanas. Segundo Santos (2000 a, p. 30),

Historicamente Alagoas permaneceu atrelado a este modelo. A mão de obra escrava transformou-se em assalariados servis e a estrutura fundiária permanece quase intocada de tal forma que as recentes mudanças políticas ainda não foram suficientes para transformar este quadro que se arrasta desde os tempos coloniais.

¹⁴ Obter mais informações sobre este período ver DIEGUES Jr. M. *O Bangüê das Alagoas*. Alagoas. Edufal .1980.

Alagoas passou a ser um Estado totalmente submisso, no plano econômico, aos usineiros, e nunca chegou a pensar num verdadeiro processo de reforma agrária, porque atingiria diretamente os interesses dessa classe. Para Araújo (2005, p. 39), essa conformação do Estado teve um efeito muito maior do que simplesmente a distribuição da terra, pois, além da excessiva concentração fundiária, com as condições climáticas do Nordeste e as estiagens freqüentes, o agravamento das más condições sociais dos pequenos agricultores criou o espaço ideal para a exploração dos donos dos grandes latifúndios. A pobreza e a produção eram ambos utilizados como recursos de enriquecimento das oligarquias rurais tradicionais. Era comum que essa classe pleiteasse os recursos públicos, ou mascarasse a situação de pobreza dos segmentos de trabalhadores ligados ao trabalho na terra tendo em vista a manutenção do sistema.

Diante de tudo isso, a concentração da terra em Alagoas acabou gerando uma nova classe de desempregados, da mesma forma que a exploração da mão-de-obra e o lucro fizeram o trabalhador rural sair de suas casas em busca de novos locais para morar. Sem alternativa para produzir em suas terras, esses trabalhadores passaram a se submeter ao trabalho temporal, sendo admitidos na época de colheita e moagem da cana-de-açúcar pelo período de seis meses. Outros trabalhadores rurais, por não conseguirem trabalhar nas usinas, tiveram como alternativa a migração para os centros urbanos em Alagoas, onde passaram a viver na miséria e mendicância, sem qualquer possibilidade de voltar para sua terras de origem.¹⁵

Devido à intensificação da lavoura da cana-de-açúcar e o total desatrelamento entre as relações dos trabalhadores com proprietário de terra, essa situação gerou o agravamento da situação do homem do campo. Segundo atesta Mello (2002, p. 66),

Interrompidas as antigas trajetórias no interior das propriedades rurais e estabelecidos os novos elos de mediação com os processos de transformações sociais nas áreas canavieiras, os empresários passaram a se considerar livres das relações que tinham com os trabalhadores.

¹⁵ Mais informações ver CARVALHO. Cícero P. de. A Formação Histórica de Alagoas. Grafitex 1982

Os trabalhadores rurais, além de vivenciarem o abandono pelo próprio Estado, passariam a ser excluídos da produção, sendo levados a produzir unicamente para a sua subsistência. Já espoliados de toda forma, ainda tinham de conviver com a impossibilidade de lutar pela terra, uma vez que a força política e econômica dos donos de terra e os constantes conflitos no campo os deixavam sem meios para enfrentar a situação no sentido de transformá-la. Assim, passaram a viver nas periferias dos centros urbanos e, até mesmo, nas regiões periféricas dos municípios onde foram obrigados a viver ao sair de suas terras.

A emergência dos movimentos sociais rurais alagoanos aparece neste contexto, primeiro pelo predomínio do setor primário na aquisição das terras para a produção da cana-de-açúcar. Logo depois, a necessidade de mais terras gerou a expulsão do homem do campo para áreas mais periféricas, ou o êxodo externo e interno. Sem educação, sem casa e sem saúde, sendo constantemente exploradas nas relações de trabalho com a mão-de-obra barata, essas famílias tiveram nos movimentos sociais rurais um instrumento de luta pela reforma agrária no território alagoano.

3.2 A emergência dos movimentos sociais e a formação dos assentamentos rurais em Alagoas

A história da emergência dos movimentos rurais e da formação dos assentamentos rurais em Alagoas tem início a partir da década de 80. É uma história que passa pelos mesmos estágios de formação dos demais assentamentos rurais em outras regiões do Brasil, tendo como principal objetivo assegurar aos homens do campo a sobrevivência de suas famílias e, conseqüentemente, da população residente no campo.

Conforme dissemos atrás, em Alagoas temos como particularidade a complexidade nas questões sociais e as carências que foram geradas ao longo dos anos no Estado. Nessa parte do Brasil, o homem do campo é uma figura fortemente marcada pela expulsão do seu lugar de origem e de suas terras, pelos baixos níveis sociais e pela transformação de seu trabalho em mão-de-obra barata. Assim, estariam presentes aí as condições necessárias à emergência dos

movimentos sociais rurais alagoanos, os quais passaram a criar uma nova forma de luta.

Ora, o sentimento de exclusão e de injustiça está diretamente relacionado com os anseios que geram a luta pela geração de novos direitos e de novas categorias sociais. A nova identidade política dos movimentos rurais em formação em Alagoas, na década de 80, faz surgir a organização dos trabalhadores rurais com novas propostas e alternativas para a transformação no campo. Os principais representantes dessa luta pela terra foram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra,(CPT) os quais, diante das tensões vividas no campo, trabalharam rumo ao avanço organizacional e à descoberta de novas fontes de luta contra o descaso estatal com relação ao sistema de saúde, transporte, ao processo de eletrificação rural e à necessidade de escolas, deteriorados pela escassez de políticas públicas direcionadas ao avanço das mudanças locais.

Dessa forma, quando o MST e demais movimentos entraram em cena, buscaram concretizar os objetivos da reforma agrária; e, assim, o acirramento dos conflitos gerados pela ocupação de terra agricultáveis em disputa social passou a ser um elemento decisivo na luta pela reforma agrária em Alagoas.

A luta dos movimentos sociais alagoanos não teve somente como ponto alto a violência física, que foi característica dos conflitos do campo, mas a violência ideológica também compôs o quadro dos conflitos vividos no campo, através dos maus tratos e das mentiras que passaram a fazer parte da mídia do Estado no sentido de omitir os verdadeiros motivos da luta pela reforma agrária, e, ao mesmo tempo, confundir a opinião pública sobre as verdades e as injustiças no campo. Essa ação da mídia no Estado teve como principal objetivo impedir a sociedade de agir contra os interesses dos donos de terra e usineiros. Havia um jogo de interesses direcionado a desqualificar aquilo que de fato constituía o movimento social rural alagoano bem como as reais intenções do dono de terra em conter o avanço em direção à reforma agrária no Estado.

Os trabalhadores não ficam imóveis diante dessa luta: para chamar atenção aos problemas vividos no campo, principalmente pelos trabalhadores rurais sem terra, assiste-se a diversas marchas cujo intuito seria a luta pelos direitos do homem do campo. Essa atitude era a expressão da revolta contra a forma de política empregada, a qual não contemplava a situação real do homem

do campo diante do alarmante índice social. Conseqüentemente, essa ação acaba chamando atenção da sociedade sobre o agravamento da situação rural, fazendo-a ver que a questão não avançava de fato em direção a uma política que melhorasse a estrutura do campo. Os movimentos sociais rurais, por sua vez, seguiam a partir das propostas e a concepção de uma sociedade organizada que se mobilizava, mesmo com as tensões existentes ao longo dos tempos em busca de novos caminhos para diminuir as desigualdades sociais existentes no campo. O ponto alto de suas mobilizações estava nos acampamentos em fazendas, nas beiras das estradas e avenidas e também em frente aos órgãos responsáveis pela reforma agrária no Estado.

Medeiros (2000, p. 117) dá conta de que

Paralelamente ao crescente peso das ocupações e acampamentos e, conseqüentemente da presença política do MST e do revigoramento do debate sobre reforma agrária, nos anos 90 começou a ganhar corpo um rearranjo de posições no interior do sindicalismo, levando a um aumento da importância dos chamados “pequenos produtores” e a um declínio da importância política dos assalariados.

O Estado alagoano, por seu turno, apesar dos limites e da pressão impostos pelos usineiros, procurou minimizar os efeitos sociais nefastos no campo. A princípio, o Estado tornou-se pólo de implantação de medidas que ajudaram o processo com a criação de unidades agrícolas, como por exemplo, o Programa de Integração Rural,¹⁶ projeto pioneiro em todo o país, cujo objetivo seria promover a reforma agrária. Dentre as especificidades desse programa, se destacariam seis itens executados em vista do melhoramento da vida do homem do campo: abastecimento d’água, melhores habitações, construção e ampliação das escolas nos municípios, postos de saúde, eletrificação e unidades sanitárias nas agrovilas instaladas no ano de 1985.

A primeira agrovila foi inaugurada no município de Passo de Camaragibe, onde foram contempladas 150 pessoas integrantes de famílias camponesas ligadas ao PIN (Programa de Integração Nacional) e PROTERRA, através do PROCANOR. Apesar dessa estratégia que, combinada com a sociedade civil

¹⁶ Revista: Alagoas Agora, matéria Integração rural: Programas assistem pequenas comunidades melhorando a oferta de serviços públicos. Maceió, ano II, nº. 42 outubro de 1985,

organizada, poderia avançar no desenvolvimento do homem do campo, o que se pôde observar foi que os conflitos no campo aumentaram em Alagoas e, como conseqüência, cresceram também a miséria, a concentração de renda e terra e a exploração do homem do campo.

Mesmo com esse quadro que não era animador para os movimentos sociais rurais, Alagoas, na década de 80, passa a constar na agenda do Governo Federal junto com outros Estados do Nordeste, sendo incluído no projeto de regularização fundiária através do INCRA/AL, com os recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Dentre os objetivos dessa regularização, estava a legalização das terras das famílias beneficiadas pelo projeto.

O Estado também tem sua participação com a criação de alguns órgãos, como a Coordenadoria de Regularização e Titulação de Terras em Alagoas (CORAL), que passou a instituir a Lei de Terras.

Não obstante os esforços para essa regularização das terras, com a falta de uma política de ações voltadas para essa nova etapa da distribuição da terra, os efeitos foram negativos. Como observa Souza (2001), a falta de técnicos para acompanhar os projetos, o pouco acesso ao crédito e a falta de perspectiva das famílias beneficiadas levaram-nas a abandonar o projeto através da venda dos lotes de terras e seu retorno para os centros urbanos do Estado.

O que se percebe é que, mesmo com as tentativas para resolver a situação do homem do campo em Alagoas, as soluções foram contrárias ao que pretendia o projeto de distribuição fundiária, principalmente no que se refere à idéia de promover a “emancipação” ou “consolidação” dos assentamentos rurais como unidades produtivas, pois a ação não seguiu o caminho traçado nos projetos de inclusão do homem do campo, uma vez que a idéia de integração das comunidades assentadas ao mercado consumidor não obteve êxito.

3.3 As conquistas e trilhas dos movimentos sociais rurais na luta pela terra

Se, de um lado, observamos a ação do Estado, que sempre tendeu ao privilégio dos donos de terras e, com isso, à manutenção do sistema de opressão das classes menos favorecidas, de outro lado, vamos notar que, da parte dos

trabalhadores rurais, houve um impulso no sentido de se organizarem e fortalecerem politicamente para a luta, sobretudo por meio dos movimentos sociais no espaço rural alagoano. Destacam-se entre esses movimentos responsáveis pelas conquistas no campo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Comissão Pastoral da Terra.

O passo inicial dessa luta foi desencadeado a partir de 1979, quando o processo de reivindicação pela distribuição da terra começa a ganhar espaço no campo político. A década de 80 tem sua ênfase no processo de disputa entre donos de terras e trabalhadores; nesse período, cada passo marcaria as pretensões dos trabalhadores rurais na luta pela terra em Alagoas. Entre as lutas, embates, violências, assassinatos, mortes encomendadas, fatos ocorridos durante essa década, o movimento rural representado pelo MST consegue dar passos significativos em direção à tão sonhada reforma agrária.

Segundo, ex-líder do MST, que atualmente integra o MLST, o movimento social rural em Alagoas passou por uma série de disputas durante vários anos e, somente, na década de 80 conseguiu sucesso pela repercussão que teve nos meios de comunicação. Vemos que nesse Estado, a luta pela reforma agrária teve um desenrolar muito desumano, de que são exemplos a repressão severa e impune por parte dos coronéis, usineiros e donos de grandes latifúndios, os quais trabalhavam contrariamente à reforma agrária.

Em 1987, a luta ganha maior espaço para a aplicação de suas estratégias através das disputas pelas terras entre os movimentos sociais e latifundiários. É o momento da emergência dos trabalhadores rurais no cenário político, os quais foram progressivamente se constituindo sujeitos sociais, cujas pela terra lutas foram sempre marcadas por avanços e retrocessos, derrotas e vitórias. A emergência dos movimentos sociais rurais junto às experiências dos trabalhadores e diante da violência vivida no campo, mesmo com as primeiras conquistas, levou-os a serem obrigados a mudar de uma região para outra. Esse fato foi constante na luta pela terra devido aos conflitos enfrentados pelos trabalhadores rurais sem terra e senhores de terras.

Assim, uma das alternativas que os trabalhadores encontraram foi à migração para outras regiões do Estado. Primeiro, eles saíram da região do Sertão, partindo para a região da Zona da Mata, onde então ocuparam terras nos municípios de Porto Calvo e Jacuípe; depois, migraram para as demais regiões

alagoanas: Agreste e Litoral. Isso facilitou a ação do MST na mobilização de trabalhadores rurais sem-terra para realizar as ocupações, assim como conseguir a intervenção do INCRA no sentido de promover as desapropriações dos imóveis.

Segundo Araújo (2005), a forma de ação adotada pelos movimentos sociais, valendo-se das constantes mudanças de espaço para realizar a luta pela terra, reflete o processo de desigualdade no campo. Além do que, a exclusão econômica, social e política chamam atenção para o uso de outros mecanismos de reivindicação da terra, que se manifestam de forma diferente. Tal situação pode ser vista na trajetória dos movimentos sociais rurais em Alagoas, a partir do processo de deslocamento para áreas onde o conflito era menos tenso. Da mesma forma, a estratégia serviu também como modo de divulgar a luta em toda região alagoana.

Essa forma de ação proporcionou conquistas importantes para os trabalhadores, as quais se somaram ao fato de os movimentos sociais encontrarem maiores facilidades na ocupação das terras em outras áreas. A pressão dos proprietários não contaria com muita resistência, ao contrário daquilo que acontecia nas regiões onde havia o predomínio de grandes plantações de cana-de-açúcar, que contavam com a presença dos usineiros membros da oligarquia rural mais tradicional.

Medeiros (2002, p. 6) sustenta que essa situação é fácil de ser verificada em todo o Nordeste, em lugares onde existem as mesmas condições e nos quais, boa parte das ocupações esteve combinada com outras formas de luta, como, por exemplo, a antiga resistência de moradores ou de pequenos parceiros e arrendatários contra a sua expulsão das terras de engenhos e fazendas, nas reivindicações de trabalhadores de usinas falidas. A estreita relação entre as desapropriações e as iniciativas dos trabalhadores rurais e seus movimentos se evidencia quando são analisadas as informações sobre a existência de conflitos e sobre a iniciativa do pedido de desapropriação.

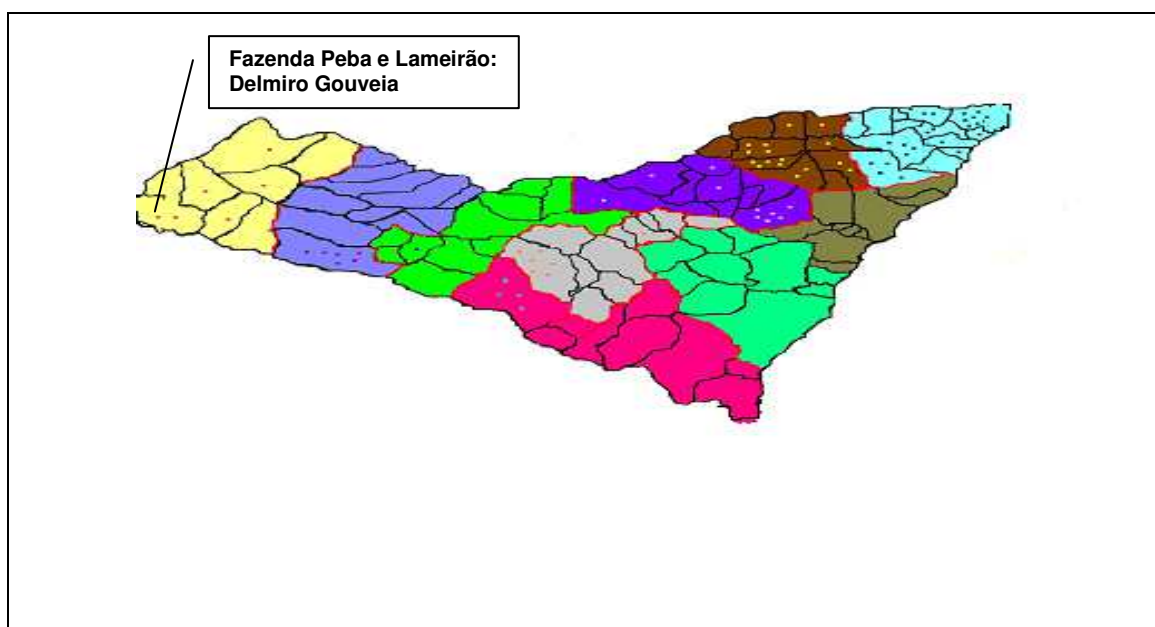
Dadas essas circunstâncias, o processo de reforma agrária em Alagoas era lento e muitas vezes a violência em certas regiões fazia o MST mudar os rumos da luta. A violência enfrentada pelos movimentos sociais rurais apresentava dois pólos bem definidos: num extremo, os grandes latifúndios com incentivos fiscais e formas de proteção, e, no outro, uma população isenta das proteções e direitos

sociais. Segundo Araújo (2005, p. 65), “é óbvio que esse é um espaço tenso e faz parte de uma estratégia mais ampla de apoio às diferentes categorias em luta.”

Nessa nova fase de formação dos assentamentos rurais e da retomada da luta pela reforma agrária surgiram os primeiros assentamentos rurais em Alagoas. Assim, a primeira área conquistada pelos trabalhadores rurais sem terra se deu na Fazenda Peba; em seguida, houve a ocupação da Fazenda Lameirão, no município de Delmiro Gouveia. Atualmente, as duas propriedades são de responsabilidade da esfera estadual.

Mapa I

Localização das primeiras áreas de assentamentos rurais em Alagoas



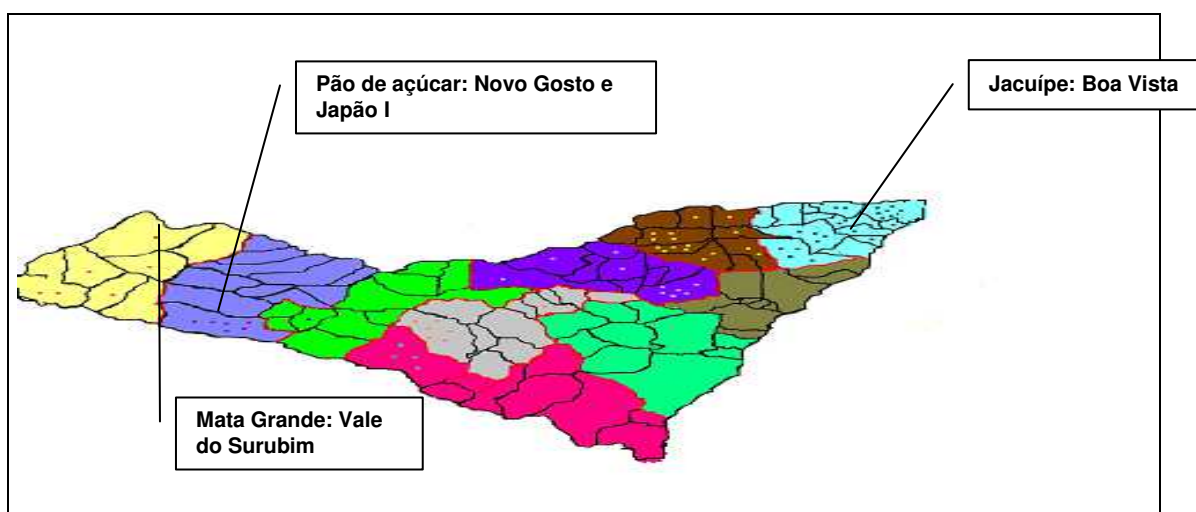
Fonte: MST/AL/2000

Segundo dados fornecidos pelo INCRA, os primeiros assentamentos rurais implantados em Alagoas pela esfera federal foram formados no município de Pão de Açúcar, com os Projetos de assentamentos “Novo Gosto” e “Japão I”. O órgão informa ainda que a obtenção da terra ocorreu através da compra do imóvel.

O terceiro projeto de assentamento rural obtido pelo processo de reforma agrária em Alagoas foi dois anos depois, em 1989, com assentamentos criados nos municípios de Jacuípe por meio do projeto de assentamento rural “Boa Vista”; em seguida, foi a vez do município de Mata Grande, com o projeto de assentamento “Vale do Surubim”.

Mapa II

Localização das primeiras áreas de assentamentos rurais em Alagoas



Fonte: INCRA/AI/2004

Os movimentos sociais rurais, diante do cenário de luta, marcaram sua presença através das manifestações coletivas, encontros, atos públicos, greve, acampamentos e ocupações de terra, que trouxeram à luz a realidade do campo experimentada por grupos sociais diferenciados, os problemas advindos da falta da terra e os conflitos vividos no campo. Com palavras de ordem como “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a única solução”, ou, ainda, “Ocupar, resistir, produzir”, o movimento tenta resgatar o homem do campo e acabar com a sua aflição em conseguir terra para trabalhar. As principais reivindicações desses movimentos seriam diminuir a miséria, o desemprego, as doenças, o analfabetismo e a mortalidade infantil, que colocaram Alagoas como um dos Estados mais carentes de políticas social voltadas para essas áreas, apresentando-se como o campeão nacional no quesito desigualdade social.

A situação de miséria em Alagoas se tornou alarmante e, segundo estatísticas, até o ano de 2004 o quadro se mostrava estarrecedor. Segundo o censo e pesquisas promovidas pelo Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE), até o ano de 2004, 43,6% das famílias alagoanas viviam com uma renda mensal de até meio salário mínimo. Por mais que se conhecesse a miséria endêmica de Alagoas, os últimos indicadores do desenvolvimento sustentável divulgado pelo IBGE chocavam pela crueldade dos números, os quais denunciavam a situação social da maioria da população, que passou a viver abaixo da linha de pobreza.

Os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), de 2004, também revelaram a dramática situação das famílias, que eram condenadas a sobreviver com renda mensal de até meio salário, índice cujo resultado se refletia na alta taxa de exclusão social, materializada no alto percentual de famílias vivendo nas favelas, desempregadas e morando nas ruas da capital do Estado.

Segundo pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o índice que mede a distribuição de renda mostrou, em 2004, que Alagoas estava numa situação pior que a do Piauí. O índice de Gini de Alagoas, segundo IBGE, foi de 0,618 abaixo do Piauí, Estado que, até a década de 1980, era considerado o mais miserável do Brasil, com o índice de 0,612.

Diante desses números, a perspectiva da luta pela reforma agrária faria a sociedade alagoana conhecer o que realmente o campo estava sofrendo. Como afirma uma das lideranças dos movimentos rurais sobre este processo de mobilização, o objetivo da ação de tais movimentos era possibilitar uma luta conjunta entre a sociedade e os movimentos rurais: “nós estamos em processo de luta. A sociedade não conhece a história real. A sociedade só apóia quando vir à história concreta. Hoje lutamos pela reforma agrária que venha como ação, que venha resolver o problema do homem do campo.”¹⁷

Para o movimento social rural, pensar em reforma agrária e nas estratégias de ação seria buscar soluções para alguns dos problemas enfrentados no campo. Segundo uma das lideranças, para esses movimentos,

A reforma agrária não resolverá só o problema do campo, mas também da cidade. Ela empregará, ela beneficia a realidade do produto no mercado [a questão do atravessador]. O problema da miséria, não todos..., mas ela [reforma agrária] é capaz de resolver um terço das questões sociais no Brasil.¹⁸

Enfim, a luta travada pelos movimentos tentava não apenas resgatar o homem do campo, mas garantir uma agricultura familiar que resultaria no melhoramento da situação econômica e das condições sociais, combatendo

¹⁷Esta e outras entrevistas contidas neste trabalho foram feitas pela autora. Utilizamos apenas os excertos que julgamos importantes para a nossa argumentação. Os sujeitos entrevistados concordaram em fornecer informações que foram gravadas pela autora.

¹⁸ Idem ibid essa entrevista faz parte da composição da monografia feita pela autora de Conclusão de curso sob o título: Uma análise social: a relação do poder interno no MST/Al.

analfabetismo e em ação promovendo a implantação de programas de saúde e de desenvolvimento para a população rural. O interesse era resgatar da marginalidade um contingente de pessoas privadas da educação formal, saúde e moradia, que viviam num ambiente de exclusão econômica, política e social. O foco dos movimentos era, portanto, aquele público formado de homens, mulheres e crianças que sofriam com a situação da baixa qualidade de vida no campo.

Para as pessoas que se viam representadas pelos movimentos, a nova realidade de luta veio transformar a condição de abandono por que passavam antes. Alguns expressavam a alegria da ascensão dos movimentos sociais rurais e o início da concretização do processo de reforma agrária em Alagoas, sobretudo porque isso permitiu que muitas famílias pudessem retornar para seu estado de origem, já que a situação de miséria anterior as tinha feito recorrer ao êxodo e à migração para outros estados. O testemunho de um dos beneficiados com um lote de terra é bastante expressivo nesse sentido: “Viver longe da família causa grande sofrimento. Quando estamos longe da nossa terra a vontade é voltar, e o movimento me ajudou a realizar este sonho.”¹⁹

O período de lutas era dramático: as famílias viviam nos acampamentos de lona, amontoadas, numa constante aflição, pois estavam sujeitas a toda forma de violência. Como destacou um dos integrantes do movimento sobre a situação das ocupações: “Debaixo das lonas não dá certo... muito calor (...) a situação no acampamento é péssima, falta água, pouca distribuição de alimentos e muita fome. Tem dia que come, outro não”. O relato continua: “é uma situação miserável. Pedimos a Deus que a terra saia.”²⁰

Sendo assim, a luta pela formação dos assentamentos rurais nos municípios alagoanos e por políticas públicas eficazes passou a ser palco de contestação onde se desenrolariam as inúmeras disputas. Essas lutas constituíam um campo de relação de forças cujo objetivo era conquistar o poder de reivindicar. Era necessário um poder de voz capaz de lutar pelas políticas públicas de acesso à educação, à saúde, à moradia digna e contra a violência. Nesse jogo de interesses, o Estado não é o único sujeito de ação; temos aí o resultado de forças sociais e das tensões desencadeadas na luta de que participam vários atores

¹⁹ Entrevista ao senhor Severino nome fictício

²⁰ Idem.

sociais os latifundiários e os homens do campo. Como afirma Medeiros, (2002, p. 6),

a estreita relação entre as desapropriações e as iniciativas dos trabalhadores rurais e seus movimentos se evidencia quando são analisadas as informações sobre a existência de conflitos e sobre a iniciativa do pedido de desapropriação.

O processo de formação dos assentamentos rurais em Alagoas e as lutas por políticas públicas rurais resultariam em novas e melhores condições de vida e no desenvolvimento das potencialidades dos trabalhadores rurais. De acordo com Medeiros e Leite (2002) os impactos dos assentamentos, enquanto resultados de mudanças de curto, médio e longo prazo, fazem-se sentir tanto na vida dos assentados e do assentamento como também para fora deles. Sem querer atribuir uma valoração positiva ou negativa, de forma a afirmar sucessos ou fracassos da política de assentamentos, procurou-se, ao longo do estudo, desenvolver uma análise voltada à mensuração e qualificação desses efeitos e mudanças (internas aos assentamentos ou externas a eles), buscando construir indicadores e relações que refletissem o significado dessas experiências a partir, basicamente, da comparação entre as situações atual e anterior dos assentados (tanto em termos objetivos como subjetivos), bem como entre as condições sócio-econômicas existentes no assentamento e aquelas verificadas no seu entorno.

Sem a presença dos assentamentos rurais não seria possível àquelas famílias produzir para a sua subsistência e comercialização, nem aglutinar a presença de diferentes atores sociais locais, como se deu através das associações dos produtores rurais, e da interlocução entre assentados, empresários e agentes financeiros, no intuito de se levar a efeito — e com sucesso — ações de interesse coletivo, visando sempre o desenvolvimento local. A partir desse conjunto de ações que envolvem desde o plantar ao semear, surgiriam novas formas de desenvolvimento que dinamizaram o potencial de cada grupo voltado para as perspectivas de desenvolvimento dos assentamentos rurais e aumento do poder local. Havia aí uma preocupação explícitas com o uso racional da terra, desenvolvimento da produtividade etc.

Mais recentemente, em 2007 o INCRA em Alagoas anunciou a desapropriação em 21 dos 29 imóveis rurais ligados ao chamado Complexo Rural Agrisa, que envolve municípios como Joaquim Gomes, com terras em outros municípios vizinhos, formando uma área de 23 mil hectares, reivindicada pelos principais movimentos sociais que estão envolvidos na luta pela terra em Alagoas: MST, CPT, MTL e MLST. E isso torna parte da história e trajetória da luta política e econômica dos movimentos sociais rurais em torno do propósito que é a questão da terra e a aplicação das políticas públicas voltadas para as áreas cujo proposta principal é a agricultura familiar.

4 AS MICRORREGIÕES ADMINISTRATIVAS E OS ASSENTAMENTOS RURAIS ALAGOANOS

Trabalharemos, neste capítulo, o conceito de “região” e “microrregião administrativa”, que se constituem como elementos necessários para a reflexão dos impactos sócio-econômicos nos assentamentos rurais e respondem à necessidade de qualificar a intensidade e a área de influência sobre a qual se projetou a distribuição fundiária, levando em conta diferentes dimensões, diversidades e as redes de relação estabelecidas entre os assentados e o poder local. Não se trata aqui de analisar apenas os aspectos físicos ou econômicos, mas compreender a realidade sócio-cultural em que passaram a viver os atores sociais contemplados com a distribuição da terra e, agora, estão vivendo em novas unidades agrícolas inseridas nesses espaços geográficos.

Medeiros (2004, p.131) observa que as análises regionais permitem resgatar as dimensões sociais, culturais e políticas de cada região nas quais estão inseridos os assentamentos rurais. Analisar o processo de formação dos assentamentos rurais alagoanos requer, portanto, que busquemos as suas características nas regiões onde se localizam, caracterizando bem a realidade sócio-econômica em cada lugar onde foram criados. Essa necessidade da caracterização da região é uma forma criada para trabalhar com a particularidade de cada região, verificando características como tipo de solo, problemas estruturais, sociais, políticos etc. Depois, esse conhecimento ajuda a encontrar planos de ação para resolver questões práticas nos assentamentos, a exemplo da necessidade de aproximar o poder local na solução dos problemas existentes em cada realidade específica da região relativamente à extensão e à divisão em microrregiões administrativa. Esse tipo de conhecimento nos faz compreender como a luta foi grande, principalmente pelas diferenças e diversidades encontradas nas microrregiões alagoanas, as quais vão desde aspectos como as paisagens, climas, forma de economia, à identidade cultural dos assentados.

Cada microrregião administrativa se diferencia por suas condições naturais, seu povoamento, sua história e sua economia, da mesma forma que são caracterizadas pelos problemas que enfrenta.

4.1 Cenário geográfico

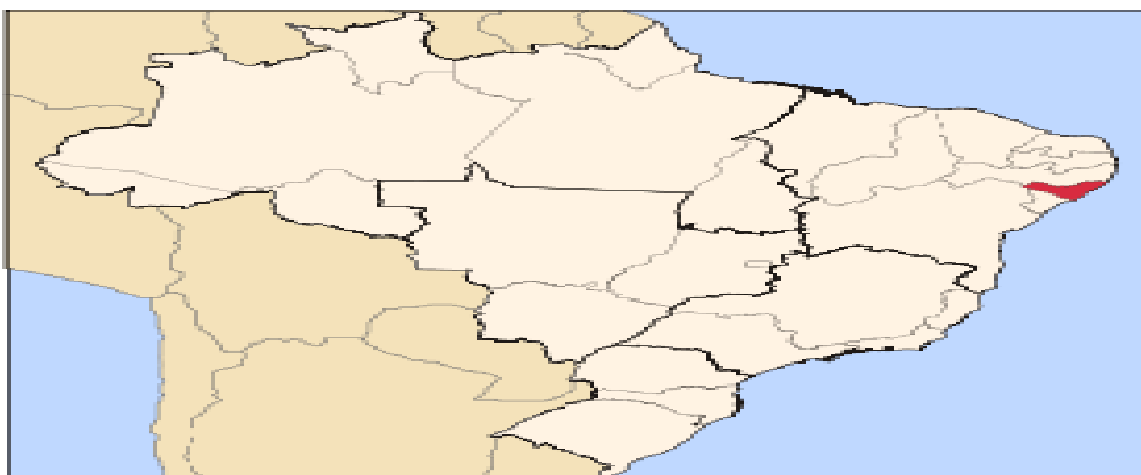
Alagoas, um Estado cuja relação geográfica com a área territorial do Brasil correspondente a 8.514.215,3 Km², possui uma área de 27.818,9 Km², representando 0,33% do território nacional. Já em relação ao Nordeste, com área total de 1.561,177 km², sua representatividade corresponde a 1,78%, possuindo uma população de cerca de 3.015.912 habitantes, com densidade demográfica de 101,84 hab/km².²¹

Esse Estado encontra-se distribuído basicamente em três regiões com características marcantes: a Zona da Mata, onde se concentra maior parte das usinas e plantações de cana de açúcar; a Zona do Agreste, marcante por abrigar a bacia leiteira; e a Zona do Sertão, que sofre com as estiagens constantes.

Embora, graficamente representado, Alagoas seja um Estado pequeno em relação aos demais Estados brasileiros no que diz respeito à sua extensão, ele abriga imensos problemas com relação ao processo reforma agrária e à formação dos assentamentos rurais. No Mapa III, Alagoas aparece em vermelho.

Mapa III

Localização geográfica do Estado



Fonte: Wikipédia/2005

A observar o mapa percebemos que, mantidas todas as ressalvas, os projetos de assentamentos rurais representam uma parcela da população rural nos municípios localizados no Estado. Uma vez que passaram a gerar acréscimos na demanda em torno de novas infra-estruturas e projetos sociais, isso porque

²¹Fonte: IBGE/ 2005 disponível no site [http:// www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br). Acesso em 20/05/2005

aumentou também as reivindicações por escolas, postos de saúde, condições de transportes e escoamento de sua produção etc.

Com o processo de transformação do campo por meio da formação dos assentamentos rurais, os desafios enfrentados para levar adiante o projeto de reforma agrária no Estado de Alagoas vieram à tona, sobretudo porque nesse estado é grande a carência de políticas públicas que gerem novas formas para o desenvolvimento dos espaços denominados assentamentos rurais.²² Como observa Mello (2007, p.3), em Alagoas, esse processo

Requer, ainda, o fortalecimento de um aparato institucional que sustente políticas públicas, assim como modificações de procedimentos administrativos e aperfeiçoamentos em normas jurídicas. Mais ainda, mudança na cultura política local. Para tanto, torna-se necessário ao invés de ações pontuais, uma intervenção planejada através de um conjunto de ações, envolvendo várias áreas de governo e entidades da sociedade civil.

Segundo Medeiros (2004) ainda mais porque quando se criam os assentamentos rurais envolve o deslocamento populacional e de alguma forma, o aumento da população também proporciona, em alguns casos, a ampliação do mercado de trabalho e de consumo gerando aumento na economia do município ao qual estão inseridas essas novas unidades agrícolas de produção familiar. “O crescimento populacional gerado pelos assentamentos em algumas situações foi o fator importante” para a explicação de algumas regiões administrativas.

Na sua divisão geográfica, Alagoas é formado por 102 municípios, e suas cidades mais populosas são: Maceió, Arapiraca, Palmeira dos Índios, União dos Palmares, Rio Largo, São Miguel dos Campos, Coruripe, Delmiro Gouveia, Campo Alegre.²³ Vejamos o mapa abaixo:

²² “O problema é decorrente da realidade do Estado, onde mais de 50% da população vive abaixo da linha de pobreza. Assim, a reforma agrária surge como uma perspectiva de vida melhor para as pessoas que estão na favela ou no campo e se enquadram no programa”, explica Coutinho, superintendente do INCRA/AL. JUNIOR. E. matéria: Alagoas vira exemplo com criação da Justiça agrária Alagoas: Modelo Adotado no Estado – Terceiro do País em Conflitos no Campo – É Pioneiro no Brasil 2007. disponível em <<http://www.gazeta.web.com>. acesso em :25 de maio de 2007

²³ Wikipédia, a enciclopédia livre. Endereço eletrônico:< [http:// www. wikipèdia.com.br](http://www.wikipèdia.com.br). Acesso: 15/04/2005.

Mapa IV

Localização geográfica dos municípios Alagoanos mais populosos



Fonte: IBGE/2005

4.2 As Microrregiões administrativas em Alagoas

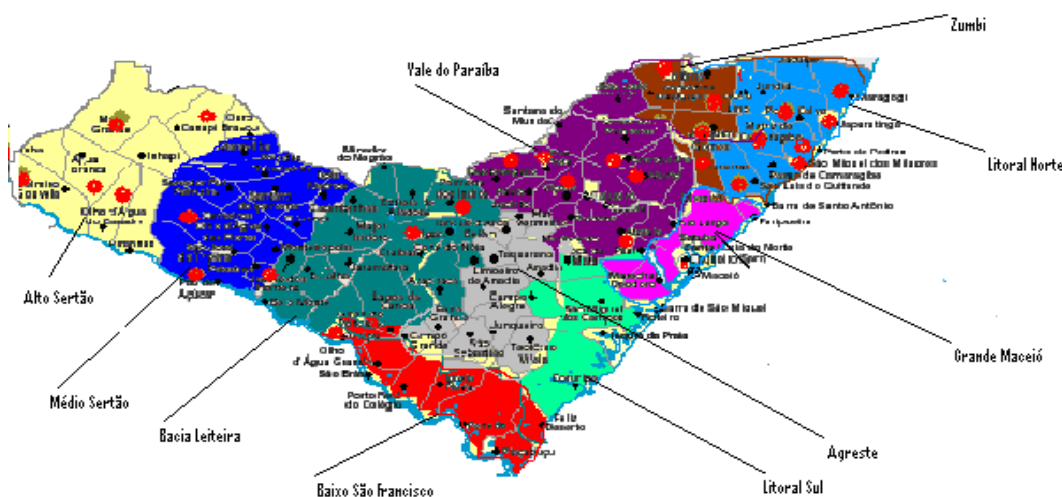
A definição das microrregiões em Alagoas segue dos limites onde estão localizadas, levando-se em conta a existência de um conjunto de fatores sócio-econômicos e municípios vizinhos como a concentração relativamente elevada da população, clima, densidade demográfica, índice de produtividade, tanto em número de projetos, quanto em número de famílias e em área ocupada, sem deixar de lado a dinâmica histórica, econômica, social e organizativa comum a cada município com projetos de reforma agrária. Tudo isso nos auxilia, por um lado, a entender as modificações por que passaram essas regiões e, por outro lado, também serve para mostrar as novas formas de organização e as características e condições existentes nesses locais.

E como afirma Medeiros (2004), Nos locais onde se verifica uma maior concentração de projetos é possível buscar equacionar possíveis delimitações de regiões construídas a partir dos assentamentos considerando-os como áreas de influência e construção de novas redes sociais econômicas e políticas.

Em Alagoas, contamos com 10 microrregiões administrativas: Agreste, Vale do Paraíba, Zumbi, Litoral Norte, Litoral Sul, Alto Sertão, Médio Sertão, Bacia Leiteira, Zumbi e Baixo São Francisco. Observemos o Mapa V:

Mapa V

As microrregiões administrativas do Estado de Alagoas



Fonte: INCRA/2005.

Segundo os dados do INCRA, até meados de 2007 havia 105 projetos de assentamentos rurais, distribuídos entre 8.000 famílias beneficiadas com lotes de terra em 35 municípios alagoanos.²⁴

Mapa VI

Representação dos municípios com assentamentos rurais em Alagoas



Fonte INCRA/2007

²⁴ No ano de 2008, até meados de agosto, já eram somados 140 assentamentos no Complexo Agrisa. Fonte INCRA/AL/2008.

É justamente nesses espaços que se representam as microrregiões administrativas se desenrolam os conflitos por terra e toda sorte de violência vivenciada pelos trabalhadores que lutam para que a reforma agrária aconteça em Alagoas. Regiões que aparecem os desafios enfrentados por uma população historicamente excluída dos bens sociais, cuja existência é marcada pela falta de políticas públicas de habitação, alimentação, saúde, lazer e educação. E se nos debruçamos sobre políticas públicas elas nos direcionam as propostas e perguntas instrumentais responsáveis por mostrar as exigências e as possibilidades que esse enfoque pode trazer as estratégias ao desenvolvimento das áreas assentadas.

4.3 As microrregiões e principais municípios com assentamentos rurais

A distribuição fundiária ocorre em 35 municípios alagoanos datando até 2007. Nesse caso, ocorre a inserção da população antes afastadas do meio da produção historicamente determinada, difundindo diferentes características que resulta das diferentes identidades étnicas, econômicas culturais e políticas como pros municípios inseridos nesse processo de reforma agrária passaram a contar com uma nova dimensão nesses locais gerando a disputa, que trouxeram novas reivindicações e necessidades.

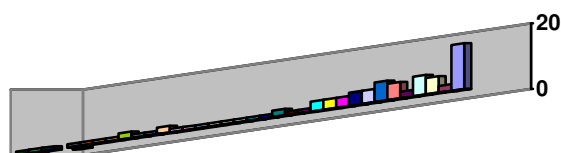
Os assentamentos rurais formados nessas microrregiões administrativas alagoanas possibilitaram a elaboração e a perspectiva de uma visão compartilhada, o surgimento de novas e pequenas comunidades agrícolas com formas organizativas internas baseadas na agricultura familiar (e também mais amplas), onde se percebe a idéia de sustentabilidade aplicada no modo como as famílias produzem. Há um processo de dinamização econômica ainda que embrionário a partir das potencialidades de cada município considerando a criação de metas para o desenvolvimento da agricultura familiar. Como observa Araújo (2005, p. 90), “terra significa vida, liberdade e segurança.”

No processo de construção dos assentamentos rurais apareceram conjuntos de modificações que conduziu o referencial de distribuição das áreas. Das 13 microrregiões 10 foram totalmente incluídas com áreas assentadas em 35 municípios alagoanos. Onde podemos destacar: Maragogi, (Litoral Norte); Girau do Ponciano, (Agreste); Atalaia, (Vale do Paraíba); União dos Palmares, (Zumbi);

Traipú, (Baixo São Francisco); Pão de açúcar, (Médio Sertão); e Delmiro Gouveia, (Alto Sertão).

Gráfico II

Os municípios em Alagoas com áreas assentadas (2007).

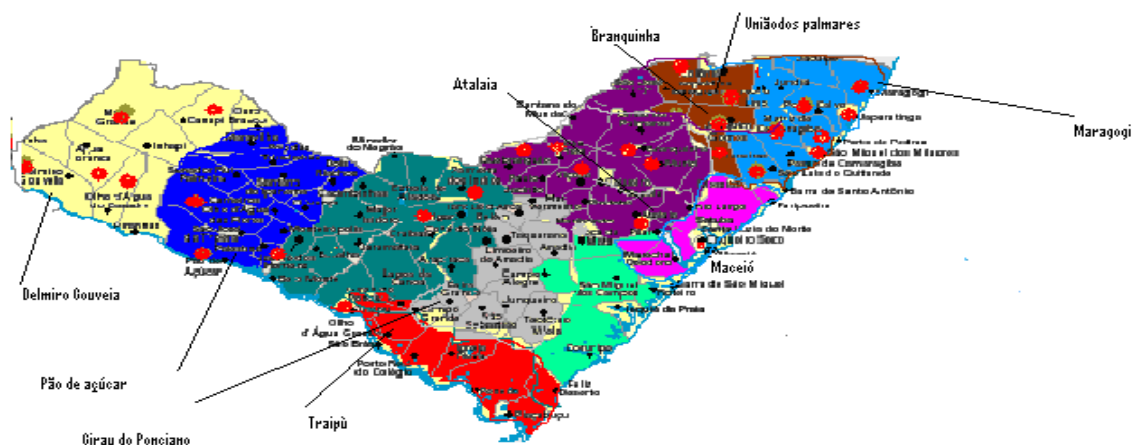


Maragogi	Pão de Açúcar	Branquinha
Girau do Ponciano	Porto Calvo	União dos Palmares
Atalaia	Traipú	São Luis de Quitunde
Matriz de Camaragibe	Quebrângulo	Murici
Inhapi	Porto de Pedras	Jacuípe
Viçosa	Mata Grande	Colônia
Tanque D'Arca	Agua Branca	Joaquim Gomes
Olho D'água	Chã Preta	Delmiro Gouveia
Jacaré dos Homens	São Miguel dos Milagres	Flexeiras
Ibateguara	Palmeiras dos Índios	Cacimbinhas
Maceió	Passo de Camaragibe	Piranhas
Novo Lino	Anadia	

Fonte: INCRA/AL/2007

Mapa VII

Localização dos municípios que possuem maior representatividade dos assentamentos rurais em suas microrregiões administrativas



Fonte: INCRA/AL/2007

4.3.1 Microrregião Litoral Norte

A microrregião administrativa do Litoral Norte pode ser considerada o espaço onde se localiza o maior número de assentamentos rurais, distribuídos em municípios como Jacuípe, Maragogi, Matriz do Camaragibe, Novo Lino, Passo de Camaragibe, Porto Calvo, Porto de Pedras, São Luiz do Quitunde e São Miguel dos Milagres, onde são encontrados 35 assentamentos rurais, com 3.427 famílias assentadas. Considerada também a região da zona canavieira onde formam as grandes extensões de terra dessa monocultura a cana de açúcar. Os assentamentos trouxeram uma nova condição para essa região principalmente na diversificação da agricultura

Tabela III

Número de assentamentos na microrregião Litoral Norte (1987-2007)

Municípios	Assentamentos	Famílias
Jacuípe	2	230
Maragogi	18	1683
Matriz do Camaragibe	3	218
Novo Lino	1	250
Passo de Camaragibe	1	8
Porto Calvo	3	492
Porto de Pedras	2	100
São Luiz do Quitunde	4	404
São Miguel dos Milagres	1	42

Fonte: INCRA/2007

Essa é uma região bastante representativa no quadro da reforma agrária, pois detém 40% dos assentamentos criados no Estado. Apresenta, como característica, uma faixa úmida, onde aparece uma planície litorânea, e baixa pediplano sedimentar, com tabuleiros e terrenos cristalinos. Conta também com uma rica rede hidrográfica, que é composta, basicamente, pelos rios perenes que desembocam no oceano Atlântico.

Com essas características, essa faixa territorial está intimamente associada ao cultivo da cana-de-açúcar, sendo, por isso, integrada ao setor agroindustrial. Além da principal forma de cultivo — a cana-de-açúcar — são desenvolvidas

outras atividades econômicas. É crescente aí a industrialização de frutas, o setor turístico e a atividade pesqueira.

Essa região também apresenta problemas variados que vão desde a composição do solo, uma situação permanente as diferentes formas de culturas que são verificadas em seus gostos, e saberes diferentes a partir da tradição de cada município. Sem deixar de levar em conta o números de habitantes que forma a alto percentual de pessoas sem acesso a educação formal.

Microrregião administrativa do Baixo São Francisco

Uma microrregião administrativa cercada pelo Vale do Baixo são Francisco, com um população ribeirinha onde os desafios dessa região, a falta de água é uma constante dentro do aspecto de aproveitamento da produtividade nos assentamentos rurais. Além de outros elementos que são importantes para que os desafios de produtividade não apenas no econômico, mas o social sejam realmente vencidos como a educação e outros bens sociais saúde e acesso ao micro crédito.

Esta região Traipú é um município que possui uma extensão no territorial de 698 km², com o PIB de 41. 507 reais. Possui 12 estabelecimentos de saúde e uma população de 24.000 habitantes, estimada até o ano de 2006. Nesse município há 4 assentamentos rurais, com 320 famílias assentadas.

Gráfico IX

Distribuição da população (1) e população com pouco acesso ao ensino básico (2) em Traipú

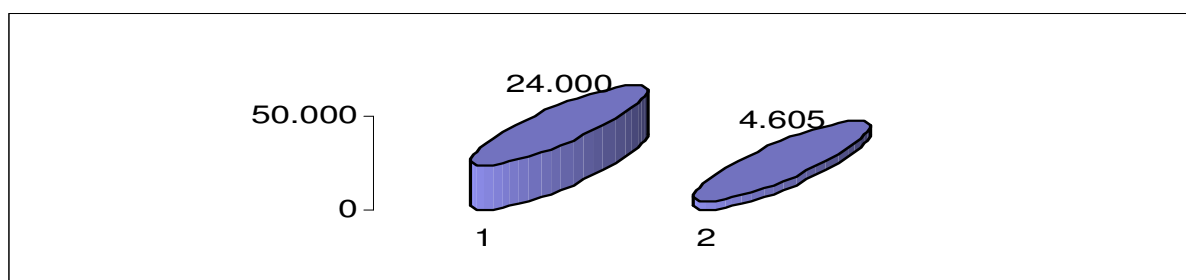


Tabela VII

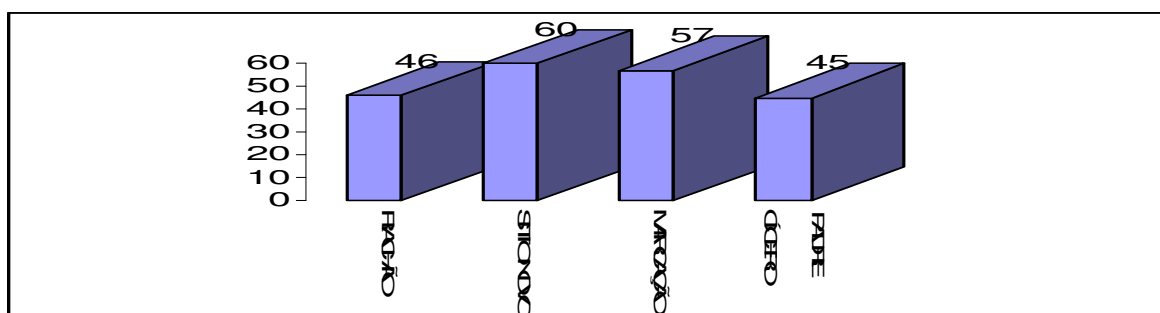
Ano de criação e distribuição das famílias assentadas

NOME DOS ASSENTAMENTOS	Nº. DE FAMÍLIAS	ANO DE CRIAÇÃO
<i>Riachão</i>	46	1997
<i>Sítio Novo</i>	60	1999
<i>Marcação</i>	57	1999
<i>Padre Cícero</i>	45	2001

FONTE: INCRA/AL/2007

Gráfico X

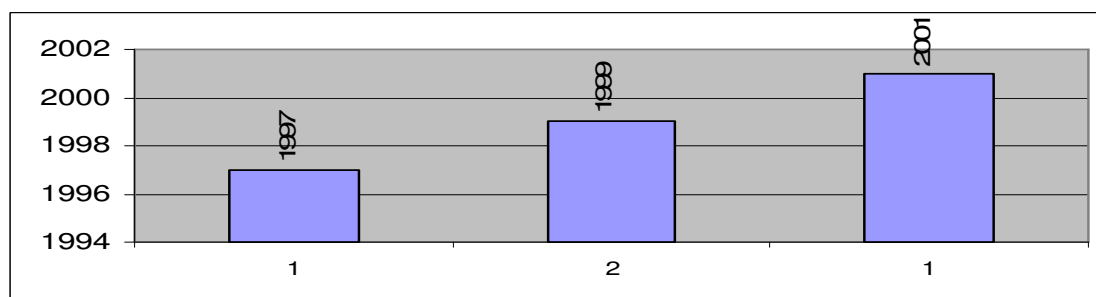
Distribuição das famílias assentadas por assentamento rural.



FONTE: INCRA/AL/2007

Gráfico XI

Distribuição por ano dos assentamentos rurais.



FONTE: INCRA/AL/2007

Microrregião Administrativa Zumbi.

A microrregião administrativa do Zumbi é uma região que possui uma história de luta, onde se localiza o memorial “Zumbi”, espaço que traz a memória da luta dos escravos pela liberdade. Os municípios onde se encontram os assentamentos rurais, nessa microrregião, são: Branquinha, Colônia de Leopoldina, Flexeiras, Ibateguara, Joaquim Gomes Murici e União dos Palmares. São 19 os assentamentos rurais criados; a população assentada chega a um total de 1.856 beneficiados com lotes de terra. A microrregião Zumbi detém 15% dos assentamentos de Alagoas, segundo dados da reforma agrária.

Tabela VIII

Municípios da Microrregião Zumbi com assentamentos rurais

Municípios	Famílias	Assentamentos criados
Branquinha	586	5
Colônia de Leopoldina	25	1
Flexeiras	86	3
Ibateguara	162	1
Murici	130	2
Joaquim Gomes	44	1
União dos Palmares	853	7
Total	1858	19

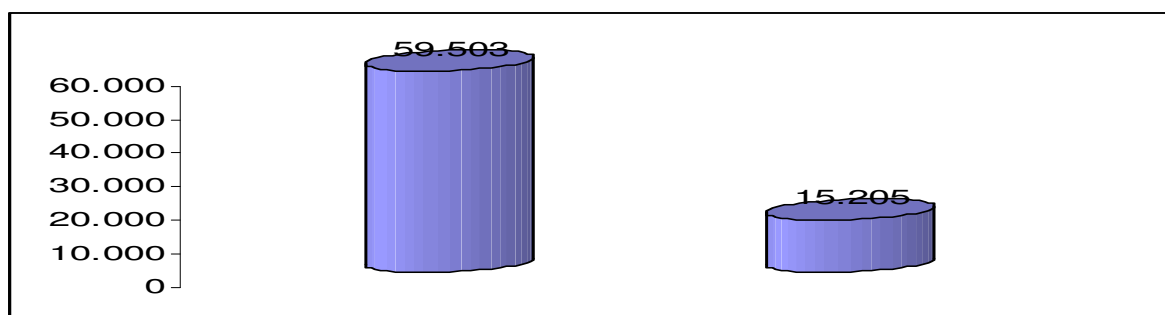
Fonte: INCRA/AL/2007

Na microrregião administrativa Zumbi engloba a região de transição entre a faixa litorânea e o sertão alagoano. Essa região possui também, em sua trajetória histórica, a existência e ascendência dos canaviais. Como, por exemplo, União dos Palmares cujo sua participação na história do Brasil é muito importante com o “Zumbi dos Palmares”. É um lugar que possui uma área total de 428 km², com o PIB de 16.370 reais. Até o ano de 2002, possuía uma população estimada de 59.503. A taxa de pessoas com pouco acesso ao ensino básico é de 15.205, em

média 25% da população total.²⁵ Nesse município, encontram-se 21 estabelecimentos de serviço de saúde públicos e privados, os quais servem a toda a população.

Gráfico XII

Representação da população absoluta (1) no município e o número de pessoas que tiveram um ano de instrução no ensino básico (2)



Fonte: IBGE/ cidades/2007

Com o projeto de reforma agrária no município de União dos Palmares, formaram-se 7 assentamentos rurais, abrangendo uma área distribuída em lotes de terra de 6.791,2700 ha, com 821 famílias assentadas. É também uma região onde os conflitos na luta pela terra foram constantes.

Tabela IX

Nome, ano de criação e distribuição das famílias nos assentamentos rurais em União dos Palmares

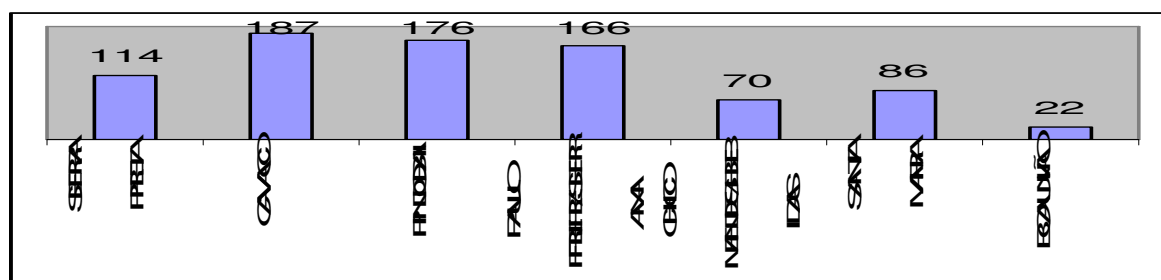
Nome dos assentamentos	Nº. de famílias	Ano de criação
Serra Preta	114	1986
Cavaco	142 (187)	2001
Pindoba li	141 (176)	1984
Paulo Freire/Serrana	166	2001
Chico Mendes / Bebidas	70	2002
Santa Maria	86	2005
Boa União	22	2005

Fonte: INCRA/AL/2007

²⁵ Dados IBGE/ cidades.. site: www.ibge/cidades Consulta feita no dia 12/08/2007

Gráfico XII

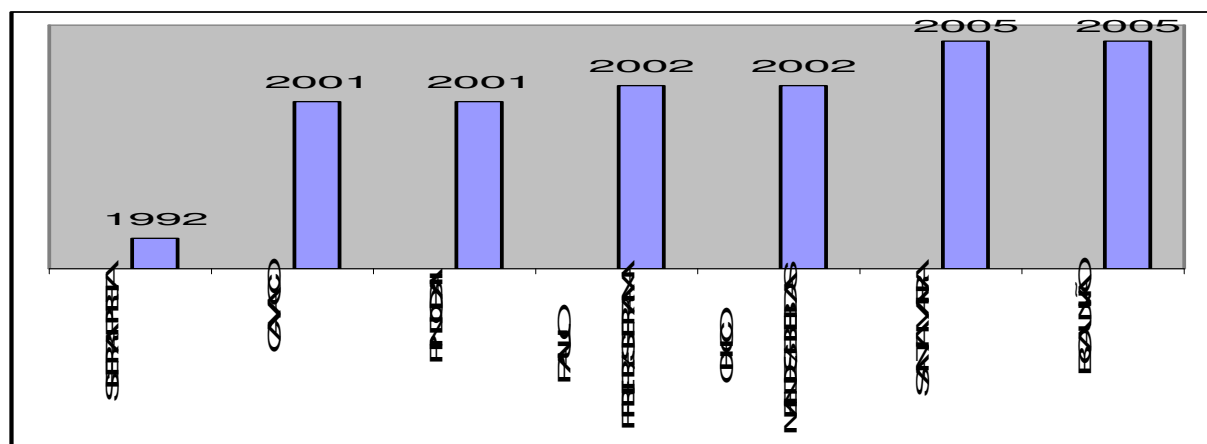
Distribuição por família



Fonte: INCRA/2007

Gráfico XIII

Distribuição por ano



Fonte: INCRA/AL/2007

União dos Palmares também enfrenta o desafio do acesso aos seus assentamentos rurais. Caminhos que muitas vezes são intermináveis quando se pensa em trafegabilidade. Estrada de barro sem as mínimas condições, sem conta com outro elemento a poeira e a distancia desses assentamentos rurais a cidade.

Microrregião Agreste

O Agreste alagoano é uma zona de transição entre o Litoral, a Zona da Mata e o Sertão. Trata-se da parte central do Estado, com relevo suave, geralmente em terrenos cristalinos. Apesar de ter clima úmido e semi-úmido, possui uma significativa parcela de área desprovida da vegetação natural. Sua rede fluvial pertence à denominada vertente ocidental, cujos cursos de água convergem quase sempre para o Rio São Francisco. A diversificação do setor agrário marca o

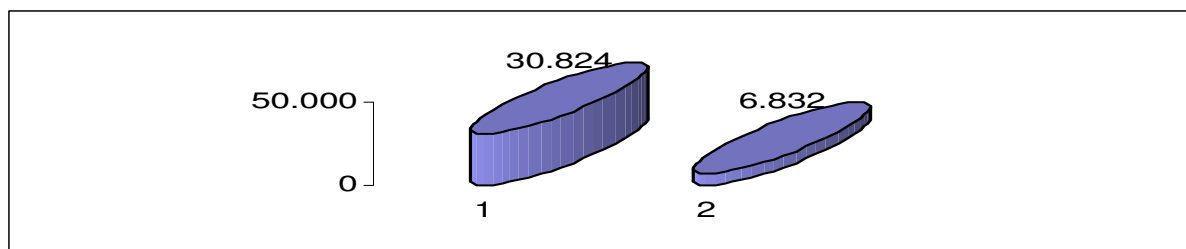
espaço rural do Agreste, onde se destacam a pecuária, as culturas de fumo e arroz, a lavoura do algodão e a fruticultura.

Na microrregião administrativa do Agreste, encontra-se o município de Girau do Ponciano, o qual possui sete assentamentos rurais, com 635 famílias assentadas beneficiadas com lotes de terra, representando um percentual de 7% dos assentamentos criados no Estado.

O município tem uma área de 502 km² e uma população de 30.824 habitantes, segundo estimativa do IBGE no ano de 2006. Seu PIB é de 54.983 reais. Em Girau do Ponciano, o número de pessoas com idade mais de 10 anos com pouco acesso ao ensino básico é de 6.832 habitantes. No serviço de saúde, o município conta com 7 estabelecimentos, todos gerenciados pelo poder local.

Gráfico XIV

Representação da população absoluta (1) no município e o numero de pessoas que tiveram um ano de instrução no ensino básico (2)



Fonte: IBGE/CIDADES/2007

Girau do Ponciano, como outros municípios alagoanos onde tem sido criado assentamentos rurais, necessita de mais terras a serem distribuídas no processo de reforma agrária, pois o número de famílias assentadas nos lote de terra ultrapassa a capacidade normal dos assentamentos. É o caso do assentamento “Paraná”, onde a capacidade total seria de 180 famílias a serem assentadas, mas, segundo informações do INCRA, o numero chegou a 258 famílias.

Essa situação é constante em Alagoas, perceptível em outras microrregiões administrativas. Entre os fatores que contribuem para o aparecimento desse problema está a falta de estrutura produtiva e social.

Uma das particularidades encontradas nesse município foi o fato de que, nessa região, o processo de reforma agrária foi movido apenas pela associação dos trabalhadores, sem a participação dos movimentos sociais.

Tabela X

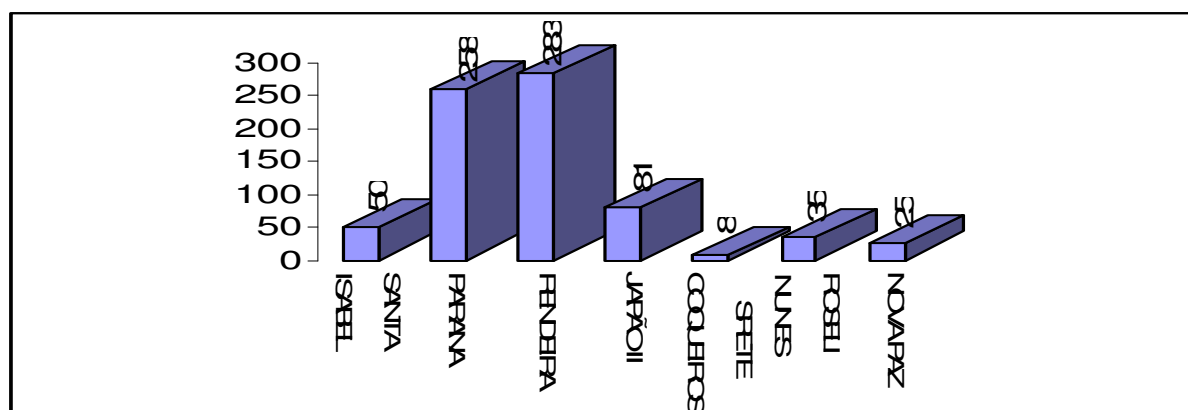
Nome, número de famílias e data de criação dos assentamentos rurais em Girau do Ponciano

Nome dos assentamentos	Famílias assentadas	Ano de criação
<i>Santa Isabel</i>	50	1998
<i>Paraná</i>	258 (180)	1997
<i>Rendeira</i>	283	1999
<i>Japão II</i>	81	2001
<i>Sete Coqueiros</i>	8	2005
<i>Roseli Nunes</i>	35	2004
<i>Nova Paz</i>	25	2004

Fonte: INCRA/AL/2007

Gráfico XV

Distribuição das famílias assentadas por assentamento rural.



Fonte: INCRA/AL/2005

Microrregião Vale do Paraíba.

Na microrregião administrativa do Vale do Paraíba, são cinco os municípios que possuem assentamentos rurais: Atalaia, Chã Preta, Palmeiras dos Índios,

Quebrângulo e Viçosa. Essa microrregião possui 13 assentamentos rurais, com um total de 985 famílias contempladas com lotes de terra. Segundo dados da reforma agrária, temos aí 15% do total dos assentamentos no Estado.

Dentre esses municípios o que merece destaque é Atalaia com 8 assentamentos rurais e o total de 662 famílias assentadas.

Tabela XI

Municípios da Microrregião administrativa do Vale do Paraíba com assentamentos rurais.

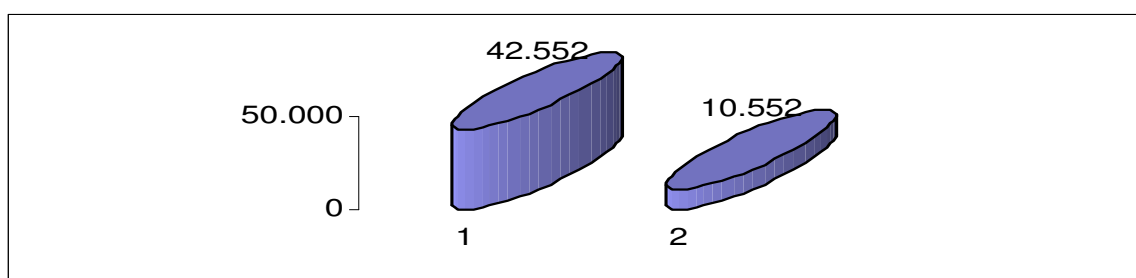
Municípios	Famílias	Assentamentos criados
ATALAIA	662	8
CHÃ PRETA	75	1
PALMEIRAS DOS INDIOS	33	1
QUEBRANGULO	117	2
VIÇOSA	98	1
TOTAL	995	13

Fonte: INCRA/AL

Atalaia, município situado na região do Vale do Paraíba, possui uma população de 42.552 habitantes, numa extensão territorial de 532 Km². Sua principal fonte de renda é a cana-de-açúcar e o gado. Nesse município, 10.552 pessoas tiveram pouco acesso ao ensino básico. Seu PIB é de 67.238 reais, possuindo 18 estabelecimentos de serviço de saúde, um da rede particular com atendimento pelo SUS (Sistema Único de Saúde). Apesar desse número é grande o desafio que enfrentam as famílias assentadas na conquista de políticas públicas

Gráfico XV

Representação da população absoluta (1) no município e o número de pessoas que tiveram um ano de instrução no ensino básico (2)



Fonte: IBGE/ cidades/2007

Considerando que o município vive em função da economia rural, inclusive os assentamentos rurais, é possível afirmar que a implementação de políticas públicas levem à dinamização desses assentamentos, que sem dúvida alguma, repercutirão profundamente na dinâmica da economia e o mercado local.

Tabela XII

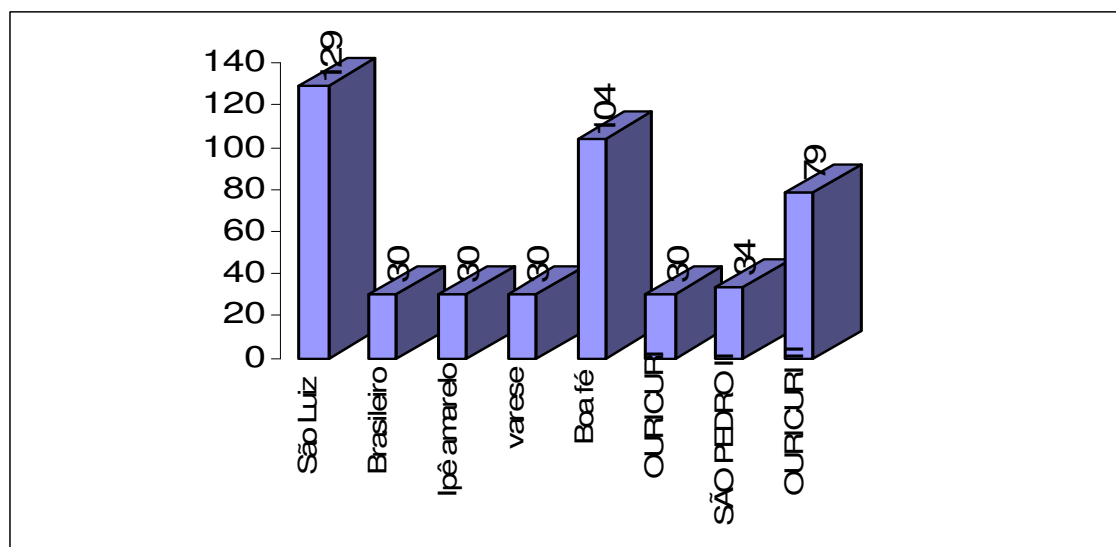
Nome, número de família e data de criação dos assentamentos rurais em Atalaia

Nome dos assentamentos	Nº. de famílias	Data de criação
São Luiz	129	1996
Brasileiro	30	2001
Ipê Amarelo	30	2001
Varese	30	2001
Boa Fé	104	1997
Ouricuri	30	2004
São Pedro II	34	2005
Ouricuri II	79	2005

Fonte: Incra/Al/2007

Gráfico XVI

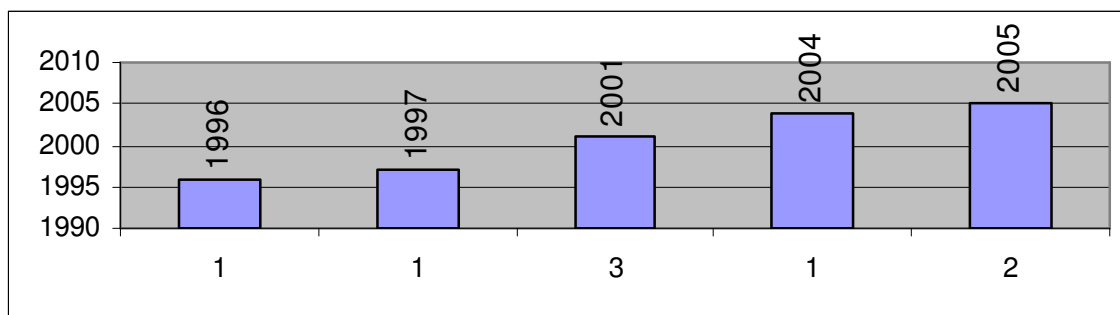
Representação dos assentamentos e o numero de famílias assentadas



Fonte: INCRA/AL/2007

Gráfico XVII

Representação do ano de criação dos assentamentos (2)



Fonte: INCRA/AL/2007

Microrregião Administrativa do Alto Sertão

O Sertão é a região que ocupa a porção ocidental do território alagoano, representado por um extenso pediplano onde predominam o clima semi-árido e a vegetação de caatinga. Entretanto, emergem serras cristalinas, que amenizam, em alguns pontos, a semi-aridez dominante. Há nessa região lavouras de subsistência e a pecuária é a principal atividade econômica. É uma das áreas menos povoadas no Estado, por ser uma região que sofre muito devido às longas secas, sem contar com um outro fenômeno que se estabeleceu nos últimos anos: a desertificação. As idiosincrasias dessa região levam muitos trabalhadores a abandonar suas terras devido à falta de recursos materiais e também por causa do clima pouco hospitaleiro. Dessa forma, a solução que os moradores dali encontram é procurar a sobrevivência em outras regiões do Estado, ou fora mesmo dele.

A microrregião administrativa do Alto Sertão, apesar de ser uma região que possui problemas climáticos, a seca, também foi contemplada com a criação de assentamentos rurais nos municípios: Água Branca, Delmiro Gouveia, Inhapi, Mata Grande, Olho d'Água do Casado e Piranhas. Somando no Alto Sertão 19 assentamentos, com 958 famílias beneficiadas. Fica claro, portanto, o caráter marcadamente pontual da reforma agrária levado a efeito no Estado alagoano, bem como as dificuldades de criar condições de sustentabilidade do

desenvolvimento, em áreas com restrições de ordem climáticas bastante acentuadas, distantes dos principais mercados locais, com ineficiente infraestrutura física e materiais, além de terra cujos solos em sua totalidade precisam de boa fertilidade natural. Com isso, os custos de implantação de projetos de assentamentos no sertão, sem dúvida alguma, tendem a ser mais elevados do que outros localizados em outras microrregiões do estado, onde os solos são mais férteis e não sofrem periodicamente os problemas da seca.

Tabela XIII

Municípios da Microrregião do Alto sertão com assentamentos rurais.

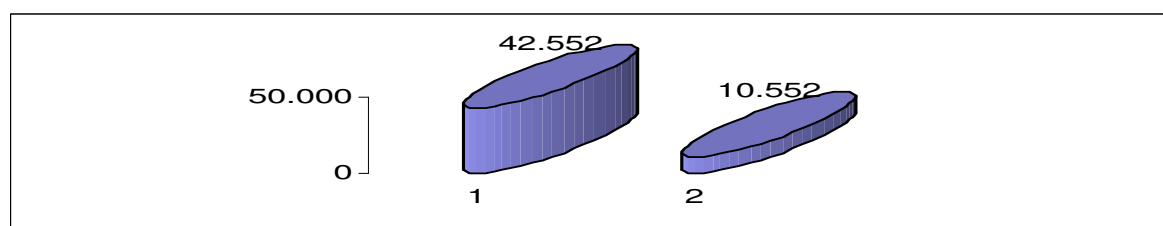
Municípios	Famílias	Assentamentos criados
Água Branca	86	3
Delmiro Gouveia	288	6
Inhapi	94	2
Mata Grande	24	1
Olho D'água do Casado	328	3
Piranhas	138	4
Total	958	19

Fonte: INCRA/AL/2007

Delmiro Gouveia, município que possui destaque nessa análise, pertencente à microrregião do Alto Sertão alagoano, possui uma população estimada até o ano de 2006 de 44.311 habitantes, ocupando uma área territorial de 605 km². A economia é dividida em vários ramos, dentro os quais se destacam a indústria têxtil, o comércio, a agricultura e a pecuária. De sua população, o total de 7.353 acima dos 10 anos quase não teve acesso ao ensino básico. O PIB desse município é de 139.951 reais e o serviço de saúde é organizado em 29 estabelecimentos, 25 pertencentes ao município, 1 ao Estado e 3 à rede privada.

Gráfico XVIII

Representação da população absoluta (1) no município e o número de pessoas que tiveram um ano de instrução no ensino básico (2)



Fonte: IBGE/ cidades/2007

Tabela XIV

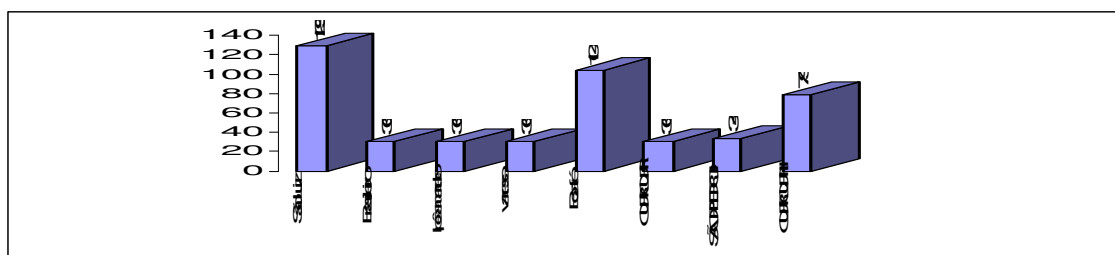
Nome, número de famílias e data de criação em Delmiro Gouveia.

Nome dos assentamentos	Nº. de famílias	Data de criação
São Luiz	129	1996
Brasileiro	30	2001
Ipê Amarelo	30	2001
Varese	30	2001
Boa Fé	104	1997
Ouricuri	30	2004
São Pedro II	34	2005
Ouricuri II	79	2005

Fonte: INCRA/AL/2007

Gráfico XIX

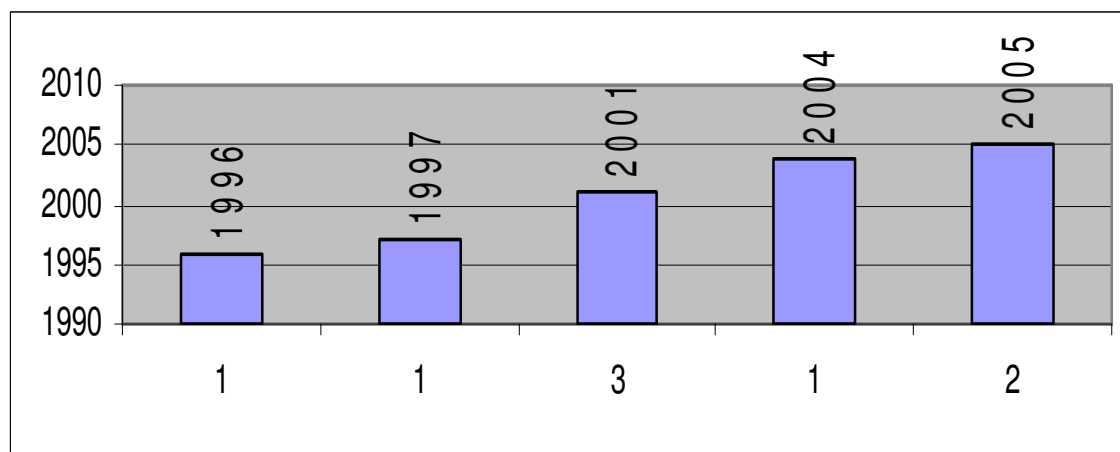
Representação dos assentamentos e o número de famílias assentadas



Fonte: INCRA/AL/2007

Gráfico XX

Ano de criação dos assentamentos (2)



Fonte: INCRA/AL/2007

Microrregião Administrativa do Médio Sertão

Na microrregião do Médio Sertão encontramos o município de Pão de Açúcar, com 3 assentamentos rurais e 82 famílias assentadas, representando em média 4 % dos projetos de reforma agrária no Estado.

Tabela XV

Ano e número de famílias assentadas em Pão-de-Açúcar

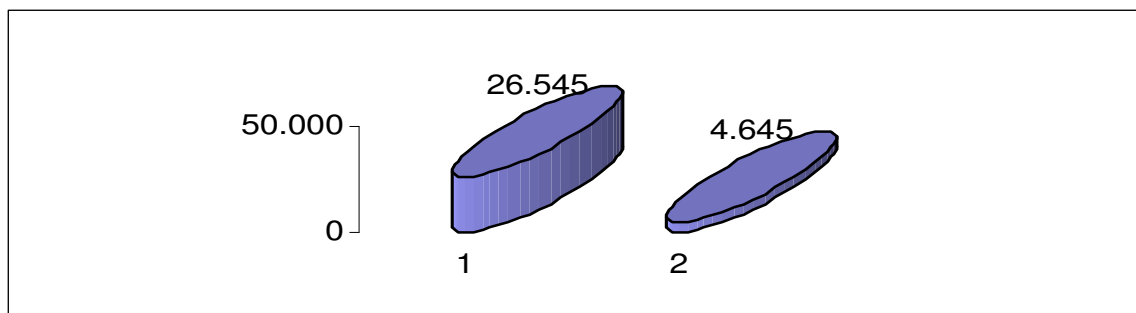
Município	Famílias	Assentamentos criados
Pão de Açúcar	62	3
Total	62	3

Fonte/INCRA/AL/2007

Pão de Açúcar, município localizado na região do Sertão alagoano, possui uma particularidade histórica na ascensão dos assentamentos rurais no processo de reforma agrária realizado pelo INCRA: foi nesta região que foram criados os primeiros assentamentos rurais no Estado. Trata-se de município que possui uma extensão de 659 km², com o PIB de 43.059 reais, possuindo 12 estabelecimentos de saúde e uma população de 26.454 habitantes até o ano de 2006.

Gráfico XXI

Distribuição da população de Pão de Açúcar (1) e população com pouco acesso ao ensino básico com mais de 10 anos de idade (2)



Fonte: IBGE/CIDADES/2007

Em Pão de Açúcar, há o número de 4.845 habitantes com pouco acesso a escola. Poderíamos afirmar que esse município com alta densidade de latifúndios improdutivos e fazendas de criação de gado de forma extensiva é habitada por trabalhadores rurais pobres. A particularidade desta região é a distância dos assentamentos rurais em relação ao município em que estão inseridos. Muitos deles são localizados em regiões com número elevado de ladeiras, motivo pelo qual, no período chuvoso, há muita dificuldade das famílias assentadas chegarem à cidade. As dificuldades por que passam os assentamentos em geral, assumem maior gravidade, pelo tipo de agricultura que praticam. Em obter semanalmente uma renda. O que os torna fortes dependentes do crédito rural para continuarem produzindo. Sem ele, dificilmente os assentados têm condições de tocar o lote com recursos próprios, o que significa dizer que a viabilidade sócio-econômica desses projetos, no curto prazo, está seriamente ameaçada.

Nome dos Assentamentos	Famílias	Ano de criação
Novo Gosto	45	1987
Japão	26	1987
Riacho Grande E Quixaba	15	2002

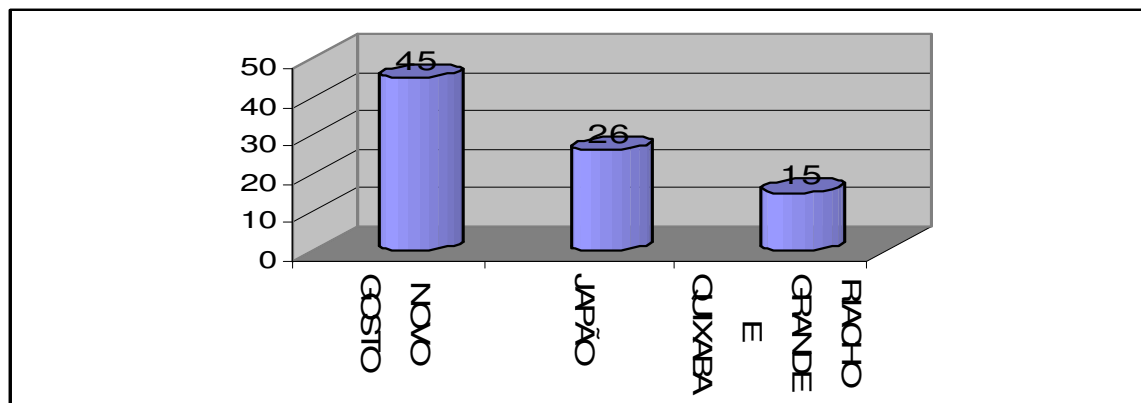
Tabela XVI

Nome, número de famílias e ano de criação dos assentamentos rurais em Pão de Açúcar

Fonte: INCRA/2007

Gráfico XXII

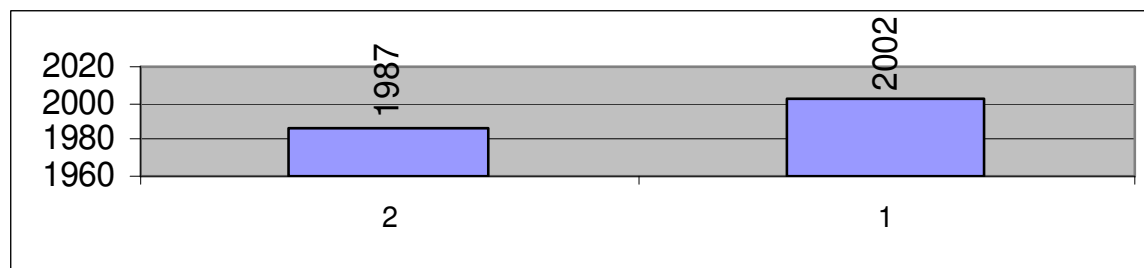
Distribuição das famílias por assentamento



Fonte: INCRA/AL/2007

Gráfico XXIII

Distribuição dos assentamentos por ano de criação



Fonte: INCRA/AL/2007

Microrregião Administrativa da Bacia Leiteira

Na microrregião da Bacia Leiteira, até 2007 foi criado 1 assentamento rural, no município Jacaré dos Homens, contemplando 42 famílias com o processo de assentamento, número que representa, no quadro da reforma agrária em Alagoas, uma média de 1% dos projetos de assentamento criados no Estado. Uma região que como é observado é onde a criação de bovino é muito importante não só para os municípios localizados nesta área como para o desenvolvimento do próprio Estado.

Tabela XVII

Nome, número de famílias e ano de criação do assentamento em Jacaré dos Homens

Nome do assentamento	Famílias	Ano de criação
----------------------	----------	----------------

Aroeiras / Serrote	41	2001
Total	41	1

Fonte: INCRA/AL/2007

Microrregião Grande Maceió

Maceió , município em destaque na microrregião administrativa da Grande Maceió, é um cidade litorânea , capital de Alagoas desde 1839, tem uma população estimada em cerca de 800 mil habitantes segundo IBGE, constituindo-

se um dos pólos turísticos mais significativos do Brasil, apesar de ser uma capital que não se encontra entre as mais privilegiadas no setor econômico dentro do Nordeste.

A experiência com assentamento rural em Maceio é recente, e conta com uma população que possui um alto índice de analfabetismo. Na capital de Alagoas, a linha imaginária da pobreza abrange mais de 65 % da população vivendo nas favelas e nas ruas.

Tabela XVIII

Nome, número de famílias e ano da criação do assentamento em Maceió

Nome do assentamento	Famílias	Ano de criação
Primavera	60	2007
Total	60	

Fonte: INCRA/AL

O problema do analfabetismo, entre outros que incidem sobre a população menos favorecida de Alagoas, imperra o avanço do processo de reforma agrária no Estado, se se pensa esta reforma como uma realização que está para além do mero assentamento das famílias numa terra onde possam plantar. A reforma agrária acontece numa esfera maior, que envolve diferentes ações para se chegar ao mesmo fim: o de fazer os sujeitos assentados desenvolverem seus potenciais dentro de condições que lhes permitam o exercício pleno da cidadania, o que pressupõe a garantia, em seu cotidiano, de que seus direitos serão assegurados e seus deveres justamente cumpridos. Ao se pensar, pois, a formação de um

assentamento, todas essas questões devem vir à tona no momento da composição dos projetos políticos de reforma agrária em cada área particular. Como observa Mello (2007, p.3),

Na prática, o enfrentamento a tal desafio exige um fluxo de ações articuladas na perspectiva do desenvolvimento rural, reconhecendo especificidades de região e territórios, democratizando a informação e garantindo efetivamente o acesso a direitos fundamentais da cidadania. É óbvio que se trata de um lento e difícil trabalho de aprendizagem política democrática e geralmente com pouca visibilidade.

A análise da ascensão dos assentamentos rurais nas microrregiões administrativas de Alagoas e sua presença modificando a paisagem natural dos municípios não significam que o processo de luta pela distribuição de terra chegou ao fim no Estado. Ao contrário, o momento que precede a desapropriação da área deu início a outra jornada. Inicia, com a criação dos assentamentos, a luta por políticas consistentes para o desenvolvimento da agricultura familiar, que garantirá o desenvolvimento sustentável das famílias beneficiadas com o lote de terra. Se o início a reforma agrária teria como objetivo o direito a terra, depois de adquiridos os lotes surgiram necessidades múltiplas. Dessa forma, podemos observar que criação de assentamentos abre novos espaços para outras ações. Para Araújo (2001, p. 10), a formação dos assentamentos

Cria e recria novas necessidades sociais (créditos, habitação, educação, assistência técnica dentre outras). É o momento em que os trabalhadores agora “assentados” têm que garantir a sobrevivência dentro do assentamento gerando o seu desenvolvimento não só econômico, mas, político e social.

Isso nos leva a problematizar a presença das políticas públicas junto às famílias recém-assentadas. Principalmente quando em todo o território alagoano o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é baixo e a incidência de pobreza bastante elevada. (Ver tabela em anexo III)

5 AS ESTRATÉGIAS E OS DESAFIOS PARA A CONQUISTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O MEIO RURAL EM ALAGOAS

5.1 Caracterizando as propostas de desenvolvimento dos assentamentos rurais em Alagoas.

Alagoas tem como principal atividade econômica a agricultura, na qual se destaca a cana-de-açúcar na qualidade de produto mais cultivado. Além dessa cultura, numa posição de menor destaque, aparece o cultivo de algodão, arroz, feijão, milho, fumo, coco, feijão, amendoim, inhame, mandioca etc. As frutas também são produzidas em grande quantidade; citem-se aqui as culturas de banana, manga, caju, maracujá, laranja, abacaxi, mamão e melancia.

É um Estado que possui uma diversificação na agricultura, porém não consegue romper com os índices sociais negativos. É dentro dessa diversificação se encontra o projeto de assentamento rural como espaço das ações de políticas públicas que, a nosso ver, deveriam ser capazes de responder às necessidades de ação concreta para o desenvolvimento positivo dos índices sociais. Resta-nos verificar em que medida a formação desses assentamentos em Alagoas conseguiu diminuir esses problemas e, atendendo às expectativas das famílias beneficiadas pelo programa de reforma agrária, permitir aos sujeitos contemplados com a terra para plantar ter sua cidadania reconhecida por meio de políticas públicas de saúde, educação e saneamento básico, por exemplo.

Sem a concretização de políticas públicas na vida cotidiana dos assentados, a expressão “políticas públicas” não deixará de ser apenas uma definição subjetiva, sem uma aplicação real que intervenha na história dos sujeitos e provoque transformações na saúde, educação e habitação, como forma eficaz de diminuir os índices sociais de marginalização e violência no campo.

A situação de atraso que caracteriza o Estado de Alagoas é fruto de uma trajetória cultural política de longa data, e, segundo dados inseridos na reportagem “Alagoas completa 185 anos com os piores índices sociais do país”,²⁶

²⁶ Matéria Alagoas completa 185 anos com os piores índices sociais do país (**Gazeta de Alagoas**, Política, p. A II, 15/9), 2007. disponível no site <<http://www.gazetaweb.com>>. acesso em 17/09/2007

Alagoas é um Estado que vive o pesadelo de possuir uma dívida impagável — o que atrasa seu crescimento econômico — e apresenta os piores indicadores sociais. Apesar de ser um Estado pobre, possui a maior concentração de renda do país. Podemos observar isto pelos indicadores do Ministério da Integração Nacional (Superintendência do desenvolvimento do Nordeste), cuja razão de dependência em dados totais do ano de 1991 a 2000 consta dos seguintes números totais em 1991, de 80,9 %, e 2000, de 66,8%, com a distribuição entre o espaço urbano, em 1991, de 52,0 %, e em 2000, de 61,0 %. Já com relação ao espaço rural os números foram os seguintes: em 1991 havia 95,3%, e em 2000, o número é de 80,7 %.

De acordo com o Relatório 2001 do Serviço Nacional do Comércio (SENAC), Alagoas ocupa a penúltima posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil, estagnado em 0,5385. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em pesquisa de 2003, aponta o Estado como o líder em analfabetismo, com mais de 40 % da população sem saber ler nem escrever. Já o UNICEF atesta que Alagoas é o primeiro Estado em mortalidade infantil, com 45,9 óbitos por mil nascimentos. A contradição está nisto: enquanto o Produto Interno Bruto de Alagoas – indicador que representa a soma de todas as riquezas de uma determinada região – chegou a crescer em percentuais acima da média do Brasil e do Nordeste, os indicadores sociais alagoanos são lastimáveis.

A política de reforma agrária empreendida pelo Estado de Alagoas, com a formação dos assentamentos rurais, tem como prerrogativa uma política de governo com objetivos claros. Seu objetivo é não apenas amenizar as disputas e conflitos nas áreas agricultáveis e reduzir as tensões sociais, mas corrigir os efeitos de um Estado onde é contrastante a distribuição da riqueza. Seu interesse é, pois, o de avançar na possibilidade de avanços nas áreas em que foram criados os assentamentos rurais. Há, no entanto, um abismo entre as idéias de realização e a própria realização das políticas. Na trajetória da formação dos assentamentos rurais no Estado, a concretização dos objetivos traçados sempre encontrou dificuldades para estabelecer uma seqüência efetiva de ações na aplicação de recursos para a realização de projetos de desenvolvimento dessas

áreas carentes. Isto significa dizer que, não obstante a violência e disputas no campo, os assentamentos rurais alagoanos não conseguiram realizar a maioria de seus projetos explicitados no programa de reforma agrária.

Assim, ao consideramos a condução das desapropriações realizadas em Alagoas, verificamos que a direção tomada foi orientada mais pelos conflitos gerados ao longo do tempo no Estado. Como observar Medeiros (1998, p.57), os órgãos responsáveis por esse processo “não seguiram um plano prévio, envolvendo, por exemplo, cuidado na localização estratégica dos assentamentos, quer no que se refere às condições ambientais, quer quanto às possibilidades de sua reprodução econômica.” A reportagem “Criminalidade política em Alagoas é impasse para Reforma Agrária”²⁷ expressa bem o cenário típico dessa região: Alagoas ainda segue padrões tradicionais, limitando o projeto de reforma agrária onde foram grandes os abusos usados através do poder econômico e político. As carências dos homens do campo por políticas públicas, dessa maneira, ficaram apagadas e, como resultado, poucos foram os avanços que se pode operar para a população que necessita de terra para desenvolver suas potencialidades. A matéria deixa claro:

A arcaica estrutura agrária brasileira, conservadora e criminosa, tem sido responsável pela miséria e exploração de milhares de famílias que são expulsas do campo pelo sistema monocultor, latifundiário que concentra nas mãos de poucos a riqueza produzida por muitos. No campo, os conflitos de terra ocorridos são reflexos do poderio dessas figuras, que usam da impunidade e do cargo político para ameaçar os/as trabalhadores/as Sem Terra e todos aqueles que lutam por uma vida digna. Mantendo fazendas que não cumprem a função social, vigiadas por pistoleiros, e sustentando a exploração de trabalhadores no corte da cana, esses políticos são um dos responsáveis pelo atraso do processo de Reforma Agrária e pelos conflitos agrários, em que Alagoas é o primeiro no nordeste, segundo o “Cadernos de Conflitos” de 2007, da CPT (Comissão Pastoral da Terra), em violência cometida contra os/as trabalhadores rurais e o terceiro no país.

A quantidade elevada de reivindicações e até mesmo as invasões de terras que fizeram precipitar toda essa onda de criação e formação dos assentamentos rurais em Alagoas acabaram esbarrando em outros problemas sérios enfrentados pelos futuros assentados. A falta de estrutura para a produtividade e o

²⁷Na matéria: **Criminalidade política em Alagoas é impasse para Reforma Agrária**, disponível no Site < [http://: www.mst.com.br](http://www.mst.com.br)> acesso em 17/09/2007.

escoamento da produção, a falta de crédito etc., seguiu aumentando os problemas vividos nos assentamentos rurais. Tudo foi e tem sido garantido por meio da luta constante reivindicando os direitos dos trabalhadores. Como afirma um dos assentados: “Para nós conseguir a educação, saúde, se nos não lutar não consegue.”²⁸

Segundo Araújo (2005, p. 256), existe um ponto negativo nesta situação, porque a própria realidade em que vivem os assentados ou trabalhadores rurais limita a capacidade de formular reivindicações mais abrangentes e definitivas, deixando-os, assim, à mercê dos benefícios imediatos e, portanto, paliativos. Essa situação é constante no processo de reforma agrária; une-se a ela o problema da violência e do conflito no campo em Alagoas. Para Mello (2007, p.1),

A Zona da Mata Sul de Pernambuco e a Norte de Alagoas hoje integram uma das áreas mais tensas e conflituosas do país, segundo avaliação da Ouvidoria Agrária Nacional. Mesmo com a introdução de muitos assentamentos nos últimos anos, permanece ainda expressivamente elevado o número de famílias demandantes por terra, conforme aponta o censo dos sem-terra realizado pelas vinte e nove superintendências do Incra em 2005.

Essas observações também integram a análise das condições de desenvolvimento e da vida dos assentados em Alagoas, no que se refere às possibilidade de acesso a serviços e bens os assentamentos e às oportunidades que foram oferecidas, principalmente na infra-estrutura, na moradia e em algumas questões essenciais ainda que muito precárias: saúde, educação, alimentação, poder de compra e etc.

Para Leite (1998; 2004), a importância dos assentamentos rurais tem essa conotação de política pública que pode ser considerada como forma de modificação no campo, resultando novas demandas. Ou seja, “o assentamento é uma alternativa consistente.”

5.2 As estimativas da reforma agrária em Alagoas com a formação dos assentamentos rurais

²⁸ J. M. Assentado .

Em Alagoas, as perspectivas do Estado nos apontam para índices sociais que acabaram resultando em problemas os mais diversos: o analfabetismo, a violência no campo e a violência doméstica, as agressões da polícia, os conflitos de terra, a falta de habitação, saúde etc., indicando um número de 50% da população que vive este drama da desigualdade social.

A experiência de extrema pobreza e de humilhação do homem do campo já tem influenciado a realidade das cidades no Estado: os moradores do campo têm abandonado suas casas e se amontoado nas periferias dos municípios, existindo em condições subumanas. A reforma agrária, dentro desse quadro, é um passo importante para o espaço rural. Segundo Leite (2004) e Medeiros (2002), a formação dos assentamentos rurais envolve também a maneira como deve ser gerada a propriedade agrícola para o trabalhador rural na luta pelo acesso à terra. E os caminhos a serem seguidos devem ser planejados de acordo com as estimativas da distribuição fundiária em Alagoas, levando em consideração a realidade social de cada região.

As ações deflagradas para o processo de reforma agrária realizadas no Estado de Alagoas desde a formação dos assentamentos rurais inaugurados entre os anos de 1987 até meados de 2007 totalizavam 105 assentamentos rurais.

O processo de aquisição de terra se deu a partir da década de 80, mas a sua formação teve início em 1987, quando foram criados dois assentamentos rurais. A forma de obtenção foi pela compra de imóveis, localizados no município de Pão de Açúcar. Em 1989 foram criados mais dois assentamentos rurais: um situado em Jacuípe, garantido por meio de desapropriação da terra, e um assentamento em Mata Grande, conseguido pela compra do imóvel. Esses assentamentos (Peba e Lameirão) rurais ficaram sob a tutela do poder estadual.

Seguindo, então, esta trajetória histórica de luta pela formação dos assentamentos rurais em Alagoas, houve, durante vários anos e de modo geral no prosseguimento do processo de reforma agrária, uma lentidão na execução e formação dos assentamentos rurais. Houve anos em que a criação de assentamentos rurais foi de 0%, apesar de ter existido a compra e a desapropriação da terra; foi este o caso dos anos de 1988, 1990 e 1993. Nos anos de 1992, 1994 e 1995 foi mínimo o processo de compra e desapropriação

dos imóveis para reforma agrária, sendo exceção os municípios de Branquinha, Porto Calvo e União dos Palmares.

A partir dos anos que se estendem de 1996 a 2002, podemos notar que teve curso uma fase promissora na emergência dos assentamentos rurais em Alagoas, sobretudo devido à atuação dos movimentos sociais rurais. Esse é um dado que pode ser visto na próxima tabela (Tabela XIX), a qual mostra que o número de famílias assentadas foi superior a 1.000. Em média, foram criados 56 assentamentos rurais.

Essa estimativa também nos indicou que, se, de um lado, foi efetiva a demanda de novos assentados, de outro, os problemas foram intensificados. Assim, de acordo com Araújo (2005, p. 14-20), essa efervescência proporcionou o aumento das unidades agrícolas e assentou mais família. Mas, também, o problema da reforma agrária foi uma questão nunca atingiu o status de política pública prioritária no país e no Estado.

Nos anos seguintes, que se estendem de 2003 a 2007, foram criados 29 assentamentos rurais por meio dos quais apenas 1.934 famílias tiveram acesso legal à terra.²⁹ Essa é uma estimativa que, de certo modo, frustrou os movimentos sociais, uma vez que, pelas promessas, algumas metas deveriam ser cumpridas, e elas simplesmente não tiveram continuidade. Para os movimentos sociais, estes resultados divulgados pelo INCRA são considerados falsos e consideram; na verdade, teriam sido assentadas somente 800 famílias.

De acordo com a tabela abaixo os números apresentados para a reforma agrária segundo dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) são os seguintes, a partir do ano de 1987 – 2007.

A tabela reflete que, em muitos municípios, o processo de reforma agrária diminuiu, motivando aí os conflitos, as lutas e violências sofridas pelos trabalhadores rurais. Uma relação complexa entre sonhos e desilusão .

No gráfico abaixo, quando seguimos pelas linhas desenvolvidas entre os anos de 2004 e 2007, é fácil observar como a aquisição da terra foi limitada, nos intervalos onde os números de assentamentos estava entre 0 e 2.

Tabela XIX

²⁹ Dados do INCRA/2007.

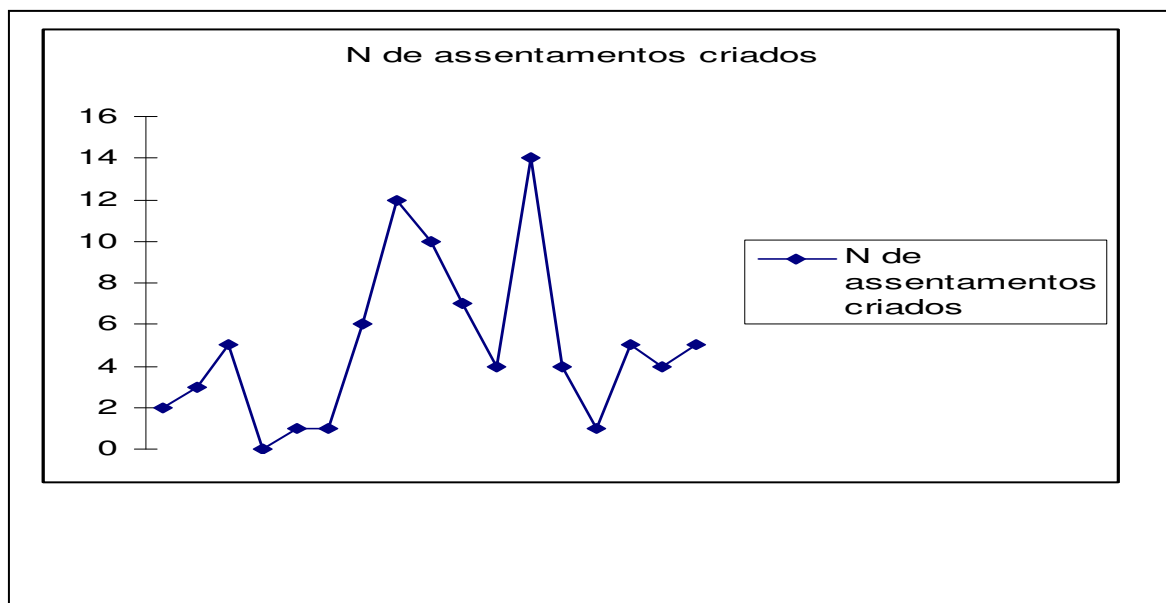
Representação dos assentamentos rurais em Alagoas (1987-2007)

Ano	Nº. de assentamentos criados	Ano	Nº. de assentamentos criados
1987	2	1999	7
1989	3	2000	4
1992	5	2001	14
1993	0	2002	4
1994	1	2003	1
1995	1	2004	5
1996	6	2006	4
1997	12	2007	5
1998	10		

Fonte: INCRA/AL 2007

Gráfico XXIV

Representativo dos assentamentos rurais alagoanos por ano



Fonte: INCRA/2005/2007

Na tabela seguinte, observamos as diferenças entre os números dos assentamentos rurais a nos anos de 1987 a 2004 e os que foram formados entre

os anos de 2005/2007 a partir do quadro de distribuição feito pelo processo de reforma agrária em Alagoas.

Tabela XX

O acréscimo de assentamentos rurais a partir de 1987-2005/ 2007

Municípios	Nº. de assentamentos 1987 - 2004	Nº. de assentamentos 2005-2007	Diferença entre os anos de 2005-2007
Água Branca	1	3	2
Anadia	0	1	1
Atalaia	6	8	2
Branquinha	5	4	0
Cacimbinhas	1	1	0
Chã Preta	1	1	0
Colônia de Leopoldina	1	1	0
Delmiro Gouveia	2	6	4
Flexeiras	2	3	1
Girau Do Ponciano	6	7	1
Ibateguara	1	1	0
Inhapi	1	2	1
Jacaré dos Homens	1	1	0
Jacuípe	2	2	0
Joaquim Gomes	1	1	0
Maceió	0	1	1
Maragogi	14	17	3
Mata Grande	2	1	0
Matriz de Camaragibe	3	3	0

Murici	2	2	0
Novo Lino		1	1
Olho D' Agua do Casado	1	3	0
Palmeiras dos Índios	1	1	0
Pão De Açúcar	2	3	1
Passo de Camaragibe	0	1	1
Piranhas	0	4	4
Porto Calvo	1	3	2
Porto de Pedras	1	2	1
Quebrângulo	2	2	0
São Luis do Quitunde	4	4	0
São Miguel dos Milagres	1	1	0
Tanque D'arca	1	1	0
Traipú	4	4	0
União dos Palmares	5	7	2
Viçosa	1	1	0
Total	77	105	28

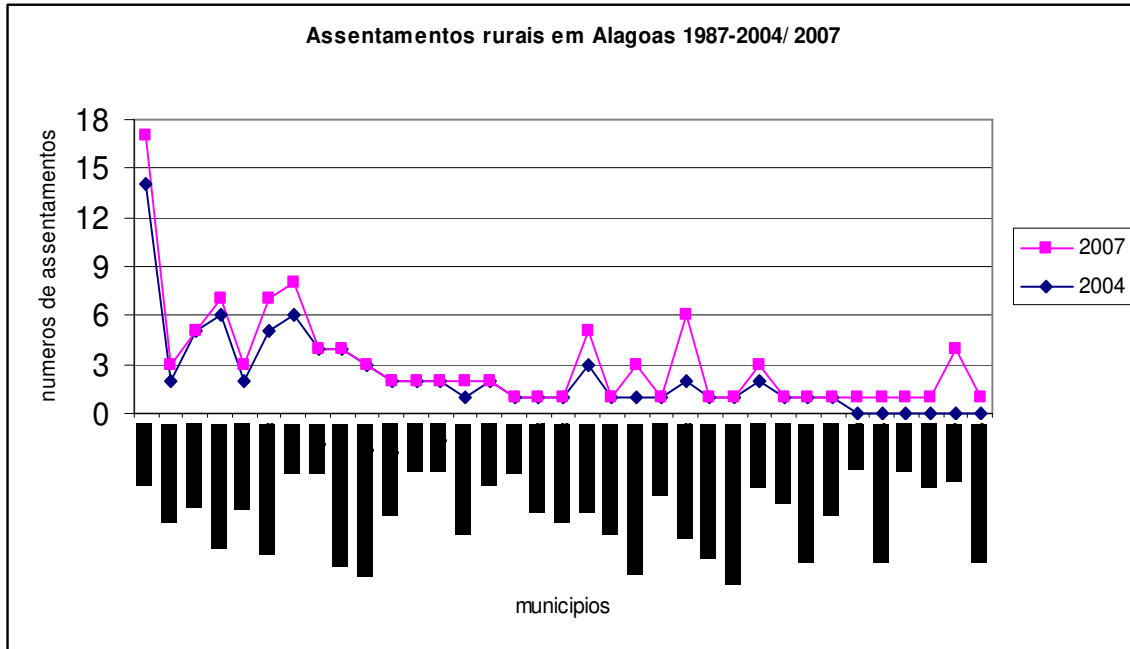
Fonte: INCRA/2007

Já no gráfico seguinte, em que temos representado o avanço dos números de aquisição da terra, observamos aumentos que são significativos para a reforma agrária alagoana em determinados municípios, como é o caso de Maragogi, que tem quase 40% do total de assentamentos rurais isso também

seguidos por outros municípios alagoanos como é o caso de Branquinha, Girau do Ponciano, entre outros.

Gráfico XXV

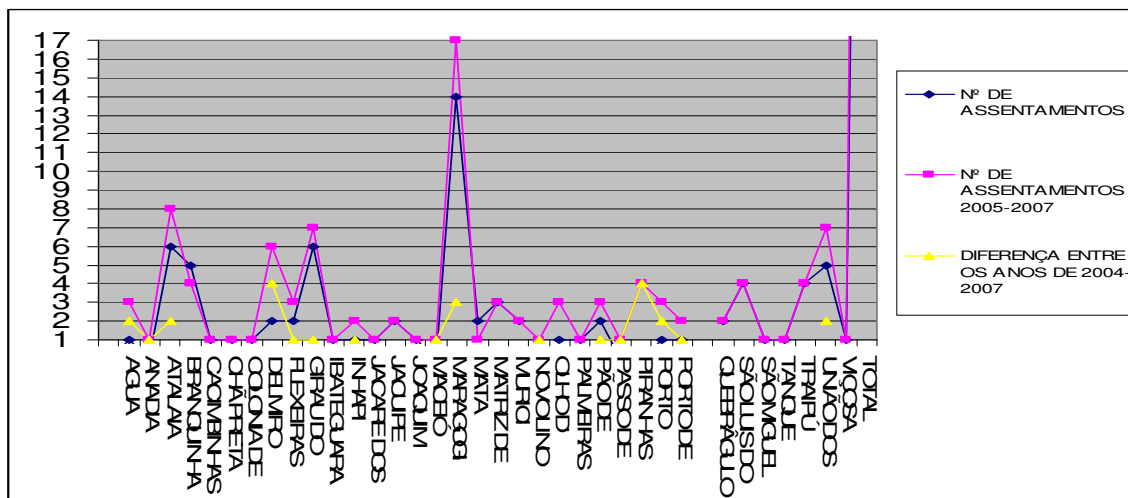
De comparação entre os anos de 2004 e 2007



Fonte: INCRA/AL/2007

Gráfico XXVI

De comparação entre o período até 2004 e 2007



Fonte: INCRA/AL/2007

A lentidão da execução da reforma agrária no Estado aumentou os conflitos e a violência no campo, efeitos negativos que podem ser observados pelos

excessos cometidos pelas invasões nas fazendas, crimes de pistolagem e invasão aos prédios públicos.

De fato, os assentamentos rurais alagoanos que foram formados o na década de 90 tiveram como conseqüência o aprofundamento das desigualdades sociais no campo e o aumento dos conflitos em torno da posse da terra, que se intensificaram. Em Alagoas não se observou uma ação contínua de aplicação de políticas públicas voltadas para o campo, o que provocou o aumento dos efeitos negativos de modo geral, uma vez que a realidade dos assentamentos não correspondeu às expectativas de melhoria planejada antes da posse da terra. Segundo Mello (2007, p. 7),

Geralmente nos assentamentos, a vida não reflete expectativas acumuladas pelas famílias envolvidas durante o período que antecedeu a posse da terra. Em decorrência, instala-se um relacionamento marcado por uma série de conflitos internos e externos. Acampamentos e assentamentos vivem situações não apenas distintas, mas tensas e adversas. Se nem sempre existe um razoável consenso em torno das formas de lutas pelo acesso a terra, existem também diferentes aspirações que se traduzem em diferentes concepções na organização dos novos espaços produtivos e sociais.

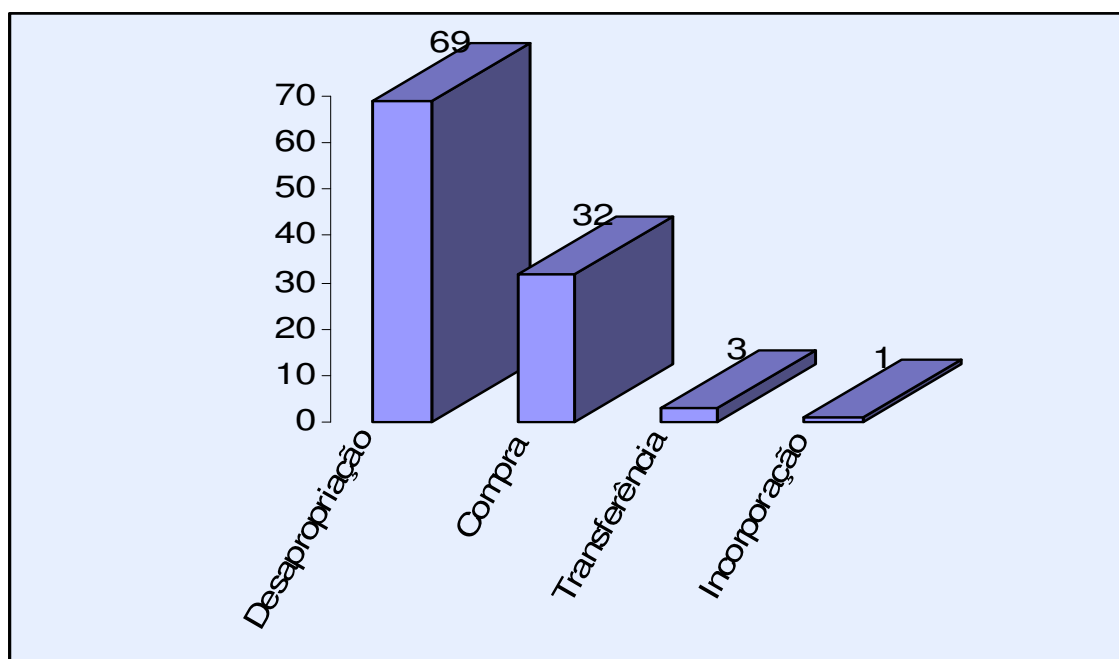
O resultado da realização de uma reforma agrária que atingiu uma proporção de 70.754,9516 ha de terras utilizados, uma área considerada pequena relativamente ao número de pessoas à espera dos lotes de terra.

Inicialmente, a aquisição da terra onde foram formados os assentamentos rurais alagoanos se deu, na sua maioria, por via da *desapropriação* em 69 (sessenta e nove) imóveis. No segundo momento, ocorreu a *compra* de 32 (trinta e dois) imóveis. Houve também *transferência* de 3 (três) imóveis, procedimento que ocorreu nos municípios de Palmeiras dos Índios (P'As Algodão), Anadia (P'As 25 de Março) e Passo de Camaragibe (P'As Sonho Meu). Outro procedimento foi o de *incorporação* de 1 (um) imóvel em Delmiro Gouveia (P'As Xingozinho).

Podemos observar logo abaixo no gráfico como realmente se encontra a movimentação em torno da criação dos assentamentos rurais de acordo com a forma de aquisição da terras seja ele pela compra, desapropriação, incorporação ou transferência de um imóvel.

Gráfico XXVII

Representativo dos assentamentos rurais alagoanos. Quanto a forma de aquisição (1987/2007)



Fonte: INCRA/2007

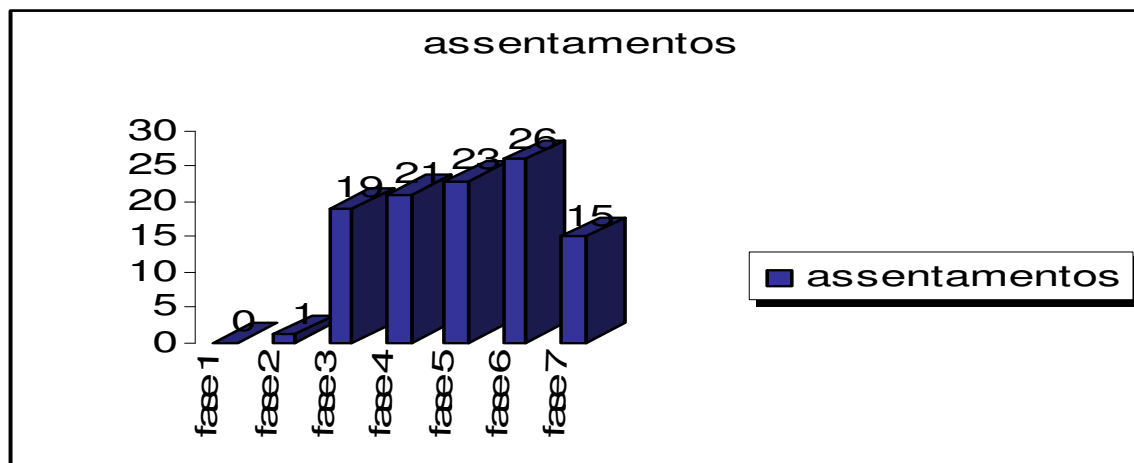
Partindo da aquisição dos imóveis para entendermos como se encontra o desenvolvimento do processo de estruturação dos assentamentos rurais alagoanos, seguimos pela tabela e pelos critérios adotados pelo do INCRA no processo de consolidação dos assentamentos rurais, as quais apresentam diversas fases que vão desde a aquisição, ou formação até sua consolidação.

Dessa forma, a situação dos 105 assentamentos rurais até o ano de 2007 se encontrava da seguinte forma: fase 1) pré-assentamento em obtenção: 0; fase 2) assentamentos em criação: 1 assentamento rural; fase 3) assentamentos criados: 19 assentamentos rurais; fase 4) assentamentos em instalação: 21 assentamentos rurais; fase 5) assentamentos em estruturação: 23 assentamento rurais; fase 6) em consolidação: 26 assentamentos rurais; e fase 7) assentamentos rurais consolidados: 15 assentamentos rurais.

Vejamos essas fases esquematizadas no gráfico abaixo:

Gráfico XXVIII

Representação das fases de formação dos assentamentos rurais alagoanos (1987-2007)



Fonte: INCRA/AL/2007

A leitura desse gráfico nos indica como o processo de reforma agrária está caminhando em estado de lentidão no Estado de Alagoas. Associam-se a esse fato os principais obstáculos vividos desde a aquisição da terra, tanto no que se refere às dificuldades que tem o Estado de promover as ações necessárias do ponto de vista político quanto no que diz respeito aos problemas enfrentados pelos próprios movimentos sociais. Alguns pontos que dificultam o processo: a) o processo de distribuição de terras é lento; b) a vida dos assentamentos em determinadas microrregiões apresenta problemas sérios, como a falta de qualificação, falta de maior aproximação entre o poder local e as unidades agrícolas ou entre assentados e assentamentos; c) é grande a burocracia, são constantes os conflitos entre os movimentos e dono de terra na reintegração de terras; (d) a falta de técnicos no Estado dificulta o apoio a essas áreas na execução dos projetos para a sua sustentabilidade. De acordo com Ramalho (2004), essa situação leva a população a um total afastamento das perspectivas de consolidação dos assentamentos rurais. Para o autor: “na reforma agrária em Alagoas há total desconhecimento de qualquer assentamento consolidado, ou

qualquer iniciativa de consolidação. É provável que existam alguns melhores, outros não”.³⁰

5.3 O processo de distribuição das famílias assentadas em Alagoas

No Estado de Alagoas a realidade dos assentamentos rurais muitas vezes nos mostra que o processo de distribuição de terras não se fez levando em consideração as necessidades reais de bem-estar das famílias beneficiadas, tendo em vista o conceito abrangente de reforma agrária: isto é, não apenas distribuir terras, mas permitir o exercício da cidadania no campo.

O processo de distribuição, segundo nos mostra a tabela do INCRA (cf. tabela abaixo), segue a seguinte trajetória: em 1987 houve um número pequeno de famílias assentadas, totalizando 38 famílias; em 1989 esse número aumenta, passando a uma média de 500 famílias assentadas; nos anos de 1990 e 1991 nenhuma família foi assentada; em 1992 foram assentadas 186 famílias; em 1993 não houve assentamento de famílias; de 1994 a 2004 foram assentadas 5.441 famílias; nos anos seguintes o total foi de 516 famílias assentadas até meados de 2007. O total de famílias assentadas nesses 20 anos de luta é de 7996

Tabela XXI

Número de famílias assentadas no período de (1987-2004)

Ano	Famílias assentadas
1987	38
1989	485
1992	186
1994	221
1995	116
1996	672
1997	1070
1998	575

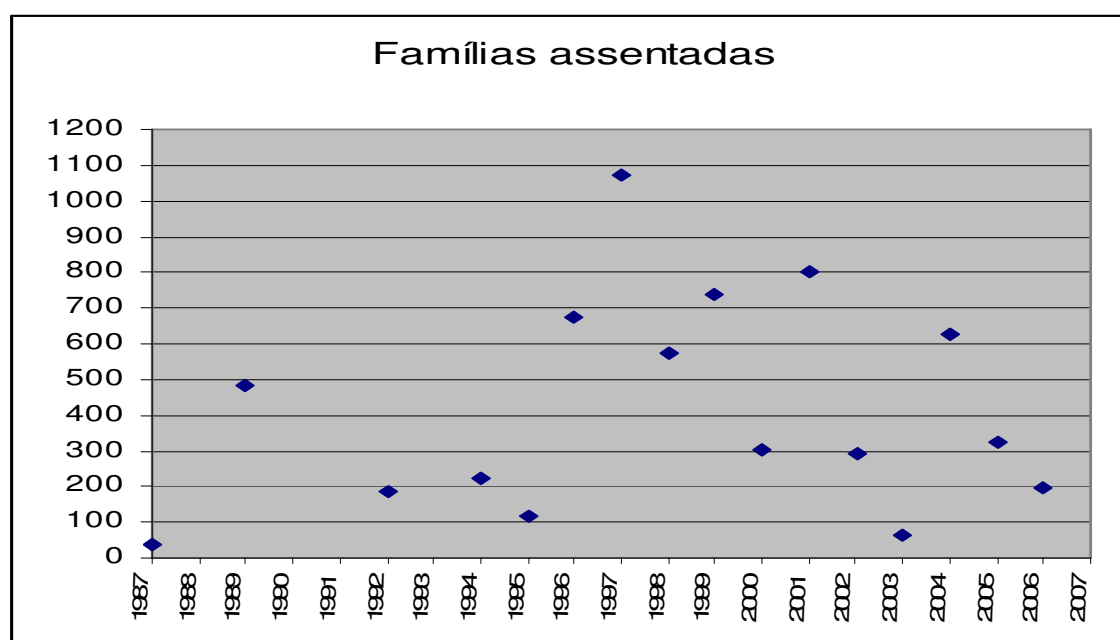
³⁰ Seminário Semana da Reforma Agrária e movimentos sociais. Por uma Universidade comprometida com a realização da transformação social no campo. 24 a 26 de novembro. UFAL. 2004.

1999	740
2000	303
2001	800
2002	293
2003	65
2004	626
2005	322
2006	195

Fonte: INCRA/2004/2007

Gráfico XXIX

Número de famílias assentadas em Alagoas entre os anos de 1987/2007



Fonte: INCRA 2005/2007

Na tabela seguinte são demonstrados os dados e acréscimos nos últimos 4 anos, quando começa o PNRA de 2003, cujo objetivo traz a proposta de desenvolvimento e a qualificação das áreas assentadas. Com esse PNRA, tem início a aceleração da luta pela diminuição dos conflitos sociais existentes no campo. Na prática, o que observaremos são as mudanças de gestão e da forma como passou a ser conduzida a reforma agrária em Alagoas. Temos, a partir daí,

a preocupação imediata com as condições dos assentamentos e famílias assentadas.

Tabela XXII

O acréscimo de famílias nos anos de 2005-2007

Municípios	Famílias assentadas (1987 a 2004)	Famílias assentadas (final de 2004-2007)	Diferença / aumento entre os anos de 2004 e 2007
Água Branca	31	86	55
Anadia		29	29
Atalaia	215	215	0
Branquinha		586	0
Cacimbinhas	100	100	0
Chã Preta	75	75	0
Colônia de Leopoldina	20	25	5
Delmiro Gouveia	51	288	231
Flexeiras	31	85	54
Girau do Ponciano	715	635	0
Ibateguara	150	162	12
Inhapi	46	122	72
Jacaré dos Homens	38	41	3
Jacuípe	218	230	12
Joaquim Gomes	39	44	5
Ma triz do Camaragibe	200	218	18

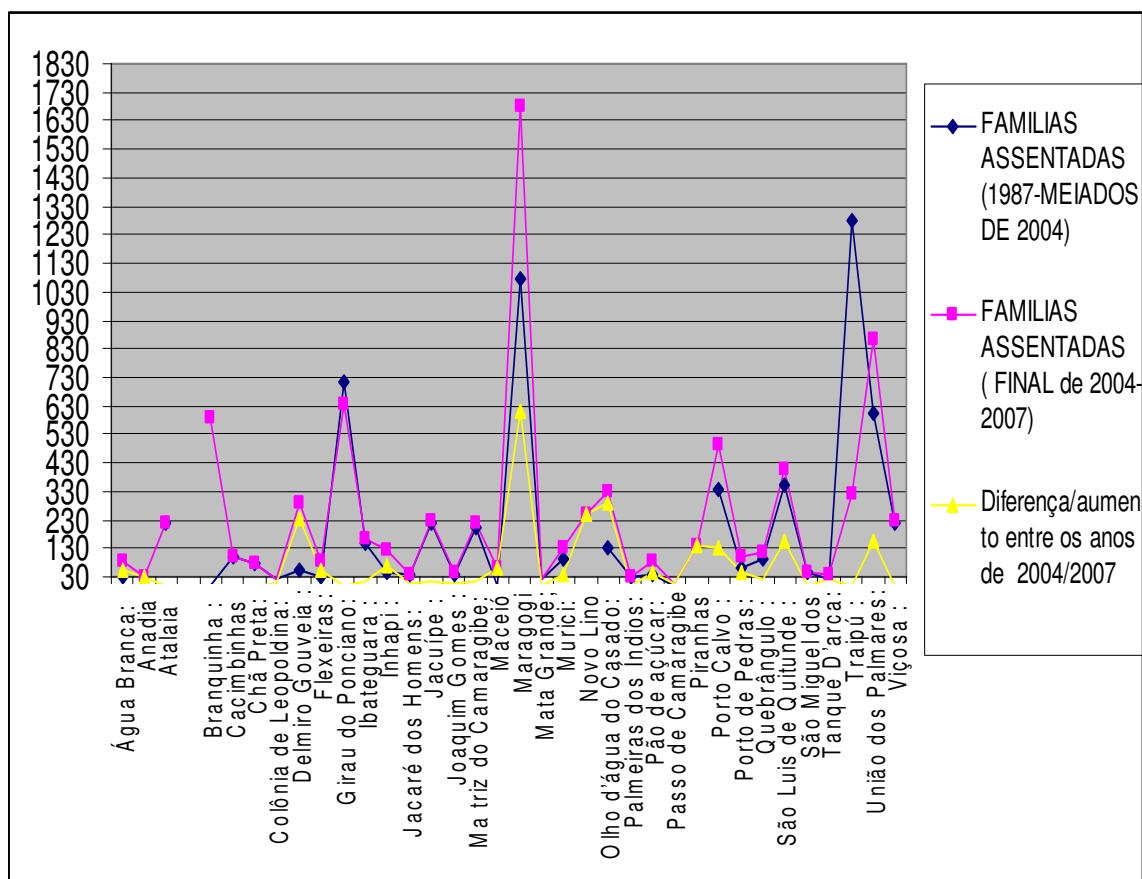
Maceió		60	60
Maragogi	1078	1683	609
Mata Grande	24	24	0
Murici	91	130	39
Novo Lino		250	250
Olho d'água do Casado	135	328	293
Palmeiras dos Índios	32	33	1
Pão de açúcar	38	82	44
Passo de Camaragibe	-	8	8
Piranhas		138	138
Porto Calvo	337	492	135
Porto de Pedras	58	100	42
Quebrângulo	96	117	21
São Luis de Quitunde	352	404	152
São Miguel dos Milagres	42	42	0
Tanque D'arca	20	40	20
Traipú	1280	1280	0
União dos Palmares	603	862	159
Viçosa	221	223	2

Fonte: INCRA/AL/2007

Dessa forma observamos na tabela que alguns municípios deram um salto no número de famílias beneficiadas entres os anos de 2004-2007. Com destaque para aqueles que estão na região Litoral Norte ou Zona da Mata.

Gráfico XXX

Das diferenças entre os anos de 1987-2007



Fonte: INCRA/2007

Em duas décadas de existência dos “novos” movimentos sociais rurais em busca da reforma agrária no Estado de Alagoas, nota-se que as famílias assentadas lutam para superaram a condição de miséria dos tempos de acampamento. O interesse das famílias e dos movimentos é que todos possam gozar de bens materiais que, na realidade do campo, praticamente não se vêem: água encanada, poço artesiano (perfurado no assentamento), fossa séptica, energia elétrica, geladeira, fogão a gás, lavadora de roupas, chuveiro e ferro elétricos, televisão e antena parabólica.

A expectativa de possuir tais bens torna-se ainda mais distante se levarmos em conta o fato de que, em muitos assentamentos, o número de assentados é bem maior do que o ideal. Em Girau do Ponciano, por exemplo, há uma carência muito grande de terra e em alguns casos. No PA “Paraná”, o número da capacidade de assentar era de 180 famílias; tal número foi excedido, e foram assentadas 258 famílias. Em Jacuípe o caso é similar: a capacidade de

assentamento que era de 185 deu lugar a 288 famílias no PA Boa Vista. No município de Chã Preta o limite de famílias a serem assentadas também foi ultrapassado, visto que deveriam 75 famílias beneficiadas, mas, no final, o número chegou a 151 no PA “Santa Fé”. Em União dos Palmares o número ideal seria de 141 famílias, mas chegou a 175 no PA “Pindoba”. São situações que demonstram o número enorme da quantidade de famílias esperando pelos lotes de terra. Para Mello (2007, p.3),

Na prática, o enfrentamento a tal desafio exige um fluxo de ações articuladas na perspectiva do desenvolvimento rural, reconhecendo especificidades de região e territórios, democratizando a informação e garantindo efetivamente o acesso a direitos fundamentais da cidadania. É óbvio que se trata de um lento e difícil trabalho de aprendizagem política democrática e geralmente com pouca visibilidade.

A distribuição das famílias beneficiadas com o lote de terra passa por esse problema e outros que permeiam as relações internas e externas, nas quais muitas vezes os recursos obtidos também promovem a disputa dentro do próprio movimento. De acordo com Abromovay (2001, apud MELLO, 2007, p.3),

para os movimentos sociais, de maneira crescente, além da manutenção de ações como ocupação de áreas improdutivas e acampamentos em praças e rodovias, interdição de prédios públicos, bloqueio de estradas entre outras modalidades já rotineiras de mobilização para apressar processos de desapropriação, o desafio atual consiste também em ter uma participação cada vez mais incisiva, permanente e qualificada não apenas junto ao Incra, mas também a prefeituras, conselhos gestores, ministério público, secretarias estaduais de governo e órgãos federais, na perspectiva de dinamizar a organização comunitária.

Tabela XXIII

Localização, nome e número de famílias assentadas em Alagoas

MUNICIPIOS	NOME DOS ASSENTAMENTOS	Nº. DE FAMÍLIAS
Água Branca	Paraíso	31

Água Branca	Paca Malhada Vermelha	20
Água Branca	Cobra	35
Anadia	25 De Março / Fazenda Criação	20
Atalaia	Brasileiro	30
Atalaia	São Pedro II	34
Atalaia	São Luiz	143
Atalaia	Ipê Amarelo	30
Atalaia	Varese	30
Atalaia	Curicuri	30
Atalaia	Boa Fé	104
Atalaia	Curicuri II	121
Branquinha	Nova Esperança	126
Branquinha	Flor do Mundaú	100
Branquinha	Eldorado dos Carajas / Dois Paus	143
Branquinha	Santo Antônio Da Boa Vista	94
Branquinha	Zumbi dos Palmares	123
Cacimbinhas	Santa Maria	100
Chã Preta	Santa Fé	75
Colônia de Leopoldina	Gruta D'agua	25
Delmiro Gouveia	Bezerras	70
Delmiro Gouveia	Jurema	48
Delmiro Gouveia	Lameirão	40
Delmiro Gouveia	Peba	9
Delmiro Gouveia	Bom Jesus / Talhado	85
Delmiro Gouveia	Xingozinho	30
Flexeiras	Pulgas / Nova Conquista	18
Flexeiras	Cobras / Vitória Da Conquista	17
Flexeiras	Caldeirões	50
Girau do Ponciano	Paraná	180

Girau do Ponciano	Santa Isabel	50
Girau do Ponciano	Sete Coqueiros	12
Girau do Ponciano	Japão II	46
Girau do Ponciano	Roseli Nunes	35
Girau do Ponciano	Nova Paz	29
Girau do Ponciano	Rendeira	287
Ibateguara	Jussara E Laranjeiras	162
Inhapi	Delmiro Gouveia	88
Inhapi	Salgadinho	34
Jacaré dos Homens	Serrote / Aroeiras	41
Jacuípe	Boa Vista	186
Jacuípe	Canafístula	45
Joaquim Gomes	Camaçari	44
Maceió	Primavera	60
Maragogi	São Pedro	51
Maragogi	Samba	132
Maragogi	Massagana	120
Maragogi	Pau Amarelo	57
Maragogi	Água Fria	37
Maragogi	Costa Dourada	56
Maragogi	Mellos	84
Maragogi	Espírito Santo	48
Maragogi	Itabaiana	69
Maragogi	Junco	42
Maragogi	Mangeruba	118
Maragogi	Costa Dourada	56
Maragogi	Bom Jesus	100
Maragogi	Lemos	47
Maragogi	Javari	51
Maragogi	Buenos Aires / Santa Rita	245

Maragogi	Caramuru	46
Maragogi	Nova Jerusalém / Fazenda Santa Luzia	60
Mata Grande	Vale do Surubim	24
Matriz de Camaragibe	Santa Cruz do Riachão	106
Matriz do Camaragibe	Paraíso Agrícola	52
Matriz do Camaragibe	Florestan Fernandes	60
Murici	Pacas	85
Murici	Dom Helder Câmara	45
Novo Lino	Belo Horizonte	280
Olho D'água Do Casado	Nova Esperança II	150
Olho D'água Do Casado	Olho D'água	126
Olho D' Água Do Casado	Costa	52
Palmeiras dos Índios	Algodão	33
Pão de Açúcar	Novo Gosto	25
Pão de Açúcar	Japão I	17
Pão de Açúcar	Riacho Grande / Quixaba	20
Passo de Camaragibe	Sonho Meu / Posto Agropecuário	8
Piranhas	Samambaia	40
Piranhas	Dois Irmãos	24
Piranhas	Lagoa Da Cachoeira	39
Piranhas	Lagoa Da Pedra	35
Porto Calvo	Maciape	112
Porto Calvo	Conceição	210
Porto Calvo	Boa União	80
Porto de Pedras	Boa Vista II	56
Porto de Pedras	Areias	42
Quebrângulo	Manivas Romualdo	67

Quebrângulo	Cabeceira de Pacavira	50
São Luis do Quitunde	São Frutoso	210
São Luis do Quitunde	Santa Luzia	30
São Luis do Quitunde	Santa Luzia do Riachão	79
São Luís do Quitunde	Silvio Viana	85
São Miguel dos Milagres	Jubileu	42
Tanque Darca	Caminho das Flores	40
Traipú	Marcação	165
Traipú	Padre Cícero	45
Traipú	Sítio Novo	62
Traipú	Riachão	48
União dos Palmares	Chico Mendes/Bebidas	70
União dos Palmares	Pindora li	141
União dos Palmares	Serra Preta	116
União dos Palmares	Cavaco	142
União dos Palmares	Gordo	22
União dos Palmares	Paulo Freire/Serrana	170
União dos Palmares	Santa Maria	192
Viçosa	Dourada	223
TOTAL		7996

Fonte: INCRA/2007

A distribuição geográfica dos assentamentos, conforme vimos na tabela acima, revela-nos que a reforma agrária em Alagoas tem atingido vários municípios. A depender da área em que tais assentamentos foram instalados, variável que pressupõe as diferenças tanto do meio físico quanto do contingente humano, pode haver o surgimento diversos problemas que afetarão o sistema do uso e exploração da terra. Observando as condições históricas dos assentados, mostraremos que, embora seja grupos/indivíduos que apresentam aspectos

históricos semelhantes, cada um, guarda peculiaridades que os diferencia entre si.

5.4 Os assentamentos rurais e o poder local

Os assentamentos rurais como “unidades produtivas” são pequenas comunidades fruto de uma coletividade. Nasceram da mobilização de pessoas que se uniram em associações e lutaram pela sua formação, a partir da qual se criaram novas relações de poder, dominação e legitimação, resultantes da reprodução ou manutenção do tipo de relação que foi estabelecido bem antes.

Assim ao falarmos em assentamentos rurais, pensamos não somente no desenvolvimento produtivo do campo, mas também nos aspectos sociais e culturais aí implicados. Isso significa dizer que a realidade dos assentamentos necessita da participação do município na deflagração de ações que dinamizem o desenvolvimento do potencial dessas áreas assentadas, levando em conta esses aspectos sócio-culturais.

É necessário construir perspectivas de ação política que possam promover o desenvolvimento dos assentamentos rurais, tendo sempre em mente a diversidade e diferenças encontradas no campo e no desenvolvimento da região. Assim, faz-se importante conhecer a realidade que aparece ao longo de todo processo de formação dos assentamentos, pensando já no mercado de consumo, na formação de cooperativas etc. A perspectiva de sucesso dos assentamentos depende muito do grau de adesão do poder público em dotar essas áreas de condições básicas para o trabalhador ter como produzir com qualidade, no meio físico e humano que lhe cerca; é assim que vai se dar produtividade que se almeja e a sustentabilidade de cada assentamento rural.

A intervenção do órgão gestor irá ajudar na construção de uma Agricultura Familiar consistente, por meio da negociação com as representações dos movimentos sociais, no sentido do fortalecimento da capacidade de trabalho e da execução das políticas públicas que sustentam a estratégia de desenvolvimento rural do país e da região particular.

Neste processo, tem destaque os diálogos com as organizações da sociedade que representam os interesses dos que vivem no campo juntamente ao poder local. Em Alagoas, esse diálogo tem sido difícil, pois, muitas vezes, o poder

local não mantém uma boa relação com os assentados, fugindo da responsabilidade de planejar as políticas públicas diretamente relacionadas à manutenção das áreas assentadas. Da mesma forma, não há um interesse em buscar alternativas para solucionar a questão da falta de perspectivas para o desenvolvimento dessas áreas.

Os problemas que ocorrem em certos casos vão desde o desconhecimento da realidade em que vive o assentado, na diversidade agrícola, cultural e regional, até o grau mínimo de relacionamento dos trabalhadores com a prefeitura.

As ações para qualificar a organização produtiva dos assentamentos rurais que ganham ênfase nas as ações de ampliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, com o incremento dos valores teto para crédito e a constituição de fundos de aval, que de uma forma geral deveriam facilitar o acesso dos agricultores ao crédito, compõem também este quadro de incentivos aos projetos nos assentamentos rurais, para os quais também devem ser dirigidos esforços para a recuperação dos assentamentos mais antigos, a partir de sua qualificação, a qual deve possibilitar a abertura para a criação de linhas de crédito para tal fim.

Se, de um lado, existe a pressão dos movimentos sociais rurais, por outro lado, encontramos o poder local que não percebe a importância do emprego de políticas públicas específicas voltadas para o espaço rural, fragilizando cada vez mais o processo de aquisição de terra. O que se observa é que as alternativas são transferidas e as urgências e carências do desenvolvimento do campo ficam retardadas. Para Mello (2007, p. 6),

Tal situação alimenta uma intensa concorrência entre direções junto a gestores públicos. Alguns movimentos avaliam que são prejudicados pelas indicações de grupos políticos, enquanto outros procuram dar sustentação. Animosidades não partem apenas de proprietários de terras, mas de integrantes de movimentos quando se sentem penalizados.

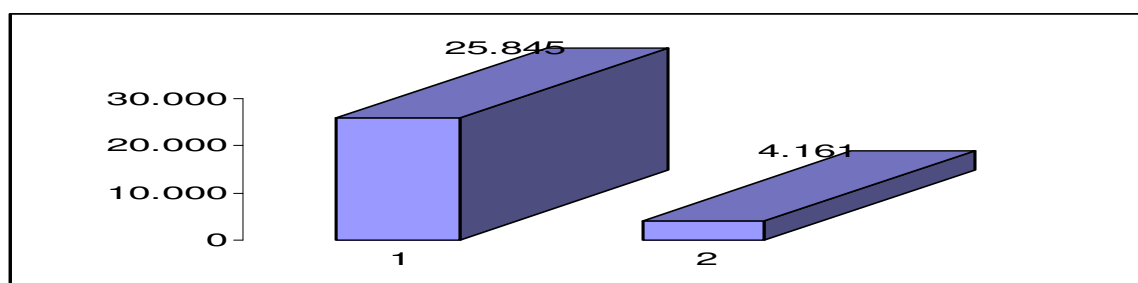
Maragogi é um dos municípios da região Litoral Norte contemplado com o processo de reforma agrária; possui uma área territorial de 334 km², com uma população estimada até o ano de 2006 de 25.845 habitantes, contando com um PIB de 48.804 reais.³¹ O município possui também o maior número de famílias

³¹ Dados retirado do site < [http:// www. IBGE/cidade](http://www.IBGE/cidade) > Consulta feita em agosto de 2007.

assentadas e beneficiadas com um lote de terra de cerca de 1.700 ha. O processo de aquisição das terras se deu pela desapropriação da terra; a área obtida é de 10.830.2799 (ha). A taxa de analfabetismo é de 4.161 pessoas que quase não tiveram acesso ao ensino básico, representando 20% da população. Na economia, há diversas atividades que geram renda para o município, entre elas o turismo, a agropecuária, o cultivo da cana-de-açúcar e do coco da bahia, além da Pesca.

Gráfico III

Estimativa da população de Maragogi (1) sem acesso ao ensino básico (2).



Fonte: IBGE/Cidades@/ 2007

Ao falar de um município que apresenta a maior distribuição de assentamentos rurais em Alagoas, não podemos deixar de mencionar que também essa região passa pelos mesmos desafios das outras microrregiões, sofrendo com a precariedade da subsistência de uma população carente de recursos materiais e sociais como, por exemplo, a manutenção das terras pelos neo-assentados e o grau de relação de poder que se estabelece entre o público e o privado.

Como Observa Mello (2007, p. 3, apud MELLO, 2002) acerca dessa situação:

[...] terras de diversas fazendas que abasteciam a extinta usina Central Barreiros, então localizada no vizinho município pernambucano e que se constituiu numa das maiores do país, foram ocupadas por ação dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra. Desde então, o cenário local apresenta uma crescente complexidade de reivindicações não apenas por desapropriação de áreas, assim como por ações na esfera pública que possam efetivamente assegurar condições dignas de vida para as famílias ali assentadas.

De acordo com a matéria “Realidade onde atua o projeto de 2000”, veiculada na Revista Semeando vida em 2006 Maragogi é considerado o

município onde se encontra a maior área de assentamentos no Estado de Alagoas, com 1/3 de suas terras destinadas aos assentamentos rurais. Essa realidade elevou a aproximadamente a 40% o número da população que era vulnerável, pois viviam sem as condições necessária de entra no meio de produção no município. Essas famílias beneficiadas pela reforma agrária, unidas àquelas que se encontram acampadas, têm ocupado parte da zona rural de Maragogi, cuja ligação com a cidade se dá por meio de estradas não pavimentadas, intransitáveis no período das chuvas, o que dificulta ainda mais o acesso aos serviços básicos de saúde, educação, e etc.

Tabela IV

Representação dos assentamentos rurais em Maragogi

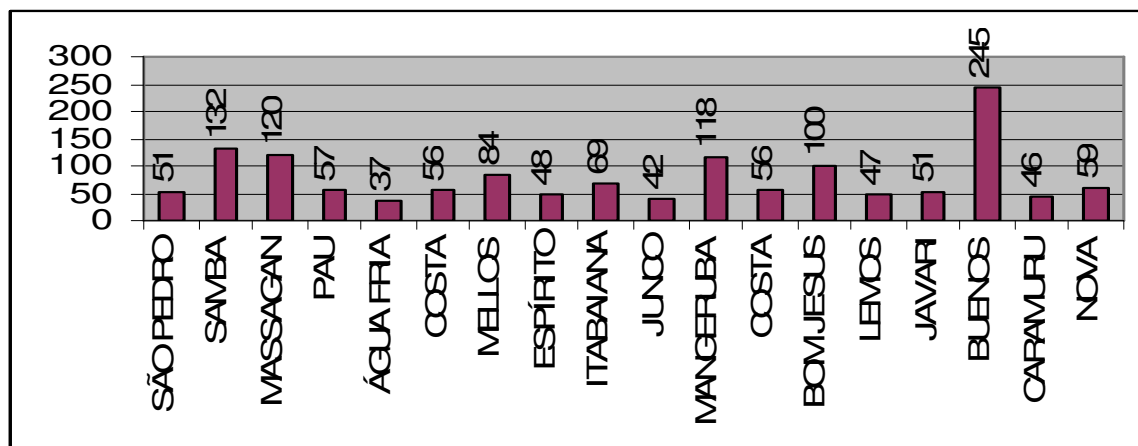
Nome dos assentamentos	Número de famílias	Data de criação
<i>São Pedro</i>	51	1997
<i>Samba</i>	132	1997
<i>Massagana</i>	120	1997
<i>Pau Amarelo</i>	57	1997
<i>Água Fria</i>	37	1997
<i>Costa Dourada</i>	56	1997
<i>Mellos</i>	84	1997
<i>Espírito Santo</i>	48	1998
<i>Itabaiana</i>	69	1998
<i>Junco</i>	42	1998
<i>Mangeruba</i>	118	1998
<i>Costa Dourada</i>	56	1998
<i>Bom Jesus</i>	100	1998
<i>Lemos</i>	47	1999
<i>Javari</i>	51	1999
<i>Buenos Aires/ Santa Rita</i>	245	2005
<i>Caramuru</i>	46	2005
<i>Nova Jerusalem/ Fazenda</i>	59	2006

Santa Luzia

Fonte: INCRA/AL/2007

Gráfico IV

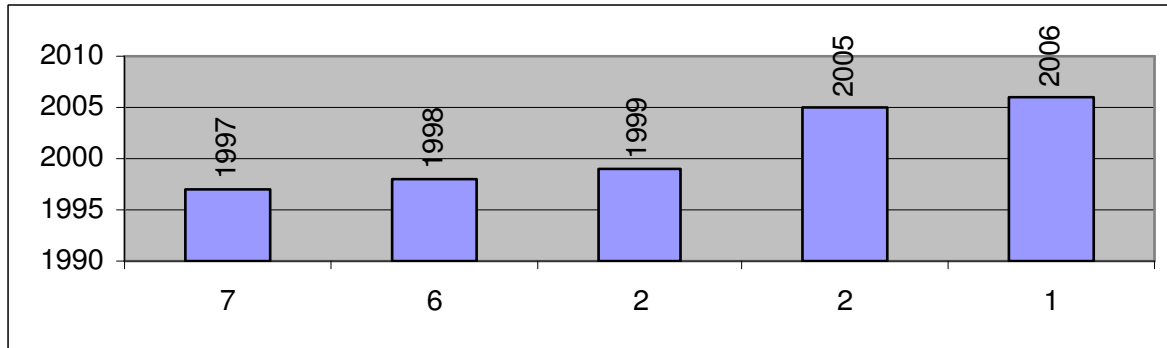
Número de famílias assentadas em Maragogi



Fonte: INCRA/AL

Gráfico V

Número de assentamentos criados por ano



Fonte: INCRA/AL

O aumento dos assentamentos rurais em Maragogi, a partir dos anos de 1997 a 1999, proporcionou o crescimento da distribuição de terras e o benefício das famílias a partir da agricultura familiar. Como observam FLORES e MACEDO (1990) foi criada uma nova forma de discutir a sustentabilidade do assentamento, ocorrendo, assim, uma mudança do enfoque produtivista-reducionista para o enfoque da sustentabilidade. Segundo os autores, trata-se aí de um conceito holístico, cuja abrangência envolve os condicionantes ambientais, históricos, sociais, político e econômicos.

Em Alagoas, foi graças a essa nova forma de pensar os assentamentos rurais como possibilidade de desenvolvimento sustentável, que a agricultura familiar entrou em pauta. Ou seja, a idéia de sustentabilidade mostrou a necessidade de expansão do programa agrário e as intervenções latifundiárias criaram esses projetos de assentamentos que adquiriram um grande destaque nas políticas públicas em vigor. Para Albuquerque (2004, p. 82), a intensificação da formação dos assentamentos rurais possibilitou à infra-estrutura física e social, através da criação de cooperativas de serviços, a existência de eletrificação rural com recursos do “Projeto Luz no Campo”, hoje conhecido como “Projeto Luz para todos”. Essas mudanças que aconteceram nos assentamentos de Maragogi também tiveram curso nos demais assentamentos rurais alagoanos.

No município existem algumas escolas municipais e a população conta com 10 postos de saúde. Além do mais, o município recebe a assistência do “Programa de Saúde da família” (PSF), que é administrado pela prefeitura municipal e presta atendimento de primeiros socorros aos assentados através do agente de saúde (o qual reside na área próxima aos assentamentos) e de um médico.

A importância dos assentamentos rurais para esta região foi grande, principalmente pela influência e iniciativa na geração de novos empregos diretos e indiretos no campo, proporcionando uma nova possibilidade de reivindicação de políticas de financiamento de projetos e créditos, em função da reforma agrária. Apoiados por uma política de crédito através do INCRA, esses assentamentos obtiveram o financiamento para a implantação de lotes, para a construção da moradia, para a manutenção da família, além do custeio da produção e a concessão de crédito para investimento. Tudo isso só foi possível porque houve ali a aplicação de um conjunto de medidas políticas que seriam exclusivamente mantidas e direcionadas para padrões agrários.

Embora haja um processo de reforma agrária que já rendeu a formação de vários assentamentos rurais, como temos visto, ainda existem muitas situações desfavoráveis a desenvolvimento realmente significativo na realidade em que vivem as famílias assentadas. Os problemas vão desde a falta de planejamento, a desorganização de um cronograma racional de investimento, ao esvaziamento recorrente da assistência técnica, dificuldades que colaboram para o agravamento dos desafios enfrentados pelos novos assentados. Dessa forma, é comum a

intensificação dos conflitos, que resultam em protestos contra os órgãos públicos e técnicos do governo.³²

A maior parte dessa área destinada à implantação dos assentamentos rurais pertencia à usina de cana-de-açúcar Central Barreiros, de onde vieram muitos dos trabalhadores rurais (outra parte dos trabalhadores vem dos engenhos e usinas de cana-de-açúcar; é formada por pessoas que não se integraram no processo de acampamento e posterior assentamento e se instalaram na periferia da cidade de Maragogi em busca na pesca e na atividade turística por qualquer tipo de sustento para seus familiares). Via de regra, a situação dessas famílias foi de extrema pobreza e em muitos casos ainda é presente esta situação.

Medeiros (2002), quando explica essa situação, observa que os movimentos sociais se vêem reféns da estrutura montada pelos poderes, apesar de eles constituírem o motor das desapropriações às quais levou a luta pela terra. Esses trabalhadores não poderiam ser intitulados como condutores únicos desse processo de aquisição de terra, que permitiu nova alternativa. Mesmo sendo condutores e atores das desapropriações, eles se tornaram “prisoneiros” das políticas do governo, e, ao mesmo tempo, da própria condição histórica em que estão inseridos essa população assentada.

Dessa forma, os movimentos sociais rurais em Alagoas foram o protagonistas no processo de desapropriação de terras em Maragogi. Mas isso não significa dizer que os movimentos atuaram como “deuses ex-machina alternativos”, como afirma Medeiros (2002, p. 10), pois muitos deles passaram a ser subordinados às condições que são postas pelo cenário político, econômico e social. Em decorrência dessa subordinação, houve também uma dependência econômica de uma população privada dos bens materiais para organizar a produtividade familiar.

Maragogi, mesmo com essa situação, apresenta aspectos positivos, como é o caso da política de parceria com o poder local feita no final da década de 90, através da Secretaria da Agricultura, que passou a ter uma postura voltada para as comunidades rurais. O intercâmbio do qual participou o próprio movimento rural fez surgir projetos como a cooperativa COOPEAGRO, organizando a produtividade dos assentamentos e fazendo o produto chegar ao mercado

³² Matéria REALIDADE ONDE ATUA O PROJETO: revista SEMEANDO VIDA disponível no site; [http.<www.coopeagro.com>](http://www.coopeagro.com)

consumidor. Os vários assentamentos rurais inseridos nessa área encontraram, assim, uma forma de melhorar a produtividade com a colaboração do município, uma ação conjunta visando o desenvolvimento do poder local. O interesse era permitir o ajuste entre as políticas públicas voltadas para os assentamentos rurais e os trabalhadores da região. Essa parceria teve grande importância no cenário local, pois permitiu não só o desenvolvimento dessa região pelo potencial turístico que ela apresenta, mas possibilitou às comunidades formadas pelos assentamentos rurais vender sua produção a partir de incentivos do próprio município.

Não podemos esquecer que as associações rurais tiveram um papel específico na luta pela aquisição de créditos para a produção e manutenção de outros projetos, numa ação que seria determinada por uma nova postura de luta pela aquisição de terra no ambiente agrário. Seu objetivo foi renovar e ampliar a coesão dos trabalhadores rurais pobres, diante das necessidades de reivindicar do Estado aperfeiçoamento das estruturas e infra-estruturas sociais e a formulação de política de fomento aos projetos agrícolas. O exemplo é a Associação Irmãos do Sagrado Coração de Jesus (Coopeagro).



Fonte: Coopeagro

É evidente que os assentamentos rurais em Alagoas se transformaram em estruturas complexas, apresentando problemas que começam desde a escolarização ao desenvolvimento de técnicas de produção, dificultando muitas vezes o desenvolvimento dos projetos que ficam submetidos às experiências negativas. Em Maragogi podemos destacar que a base social dos assentados é composta, na sua maioria, de ex-cortadores de cana-de-açúcar. Nesse contexto de forte concentração de baixa renda, em muitos desses assentamentos, tantos

ganhos sociais ocasiona em perdas que são significativas e altera a estrutura dessa economia a base da agricultura familiar. Alguns nunca tiveram contato com a agricultura. A grande parcela dessa população possui baixa escolaridade e dificuldades econômicas.

Como se sabe, o papel desse município em apoiar o fenômeno da fundação das associações comunitárias foi um elemento importante para os assentamentos rurais, principalmente à necessidade de conseguir financiamento para projetos, recursos e obtenção da terra, bem como para a formação de cooperativas rurais. Sua parceria possibilitou um novo direcionamento para construção de uma viabilidade econômica, com projetos que buscassem o desenvolvimento dessas áreas conquistadas.

Nesse ponto, a promoção da organização coletiva representada pelos assentamentos rurais alagoanos em Maragogi começou a ter uma nova posição e estratégia, fundamentais na reivindicação do desenvolvimento rural. A importância das associações estaria em fazer o homem do campo criar novos meios para alcançar seus objetivos como, por exemplo, a idealização e implantação de projetos como plantação de coco nos assentamentos rurais como resultados das reivindicações e da intervenção do Estado a partir das políticas públicas. Como observa Mello (2004): “Quem entra na luta pela reforma agrária, quer mudar sua condição de vida; ninguém casa com a reforma agrária.”

Por outro lado, ao compararmos as experiências dos assentamentos rurais em Maragogi à realidade de outros assentamentos rurais nessa mesma microrregião administrativa, não vemos uma situação semelhante. Em Porto Calvo, o processo de luta pela reforma agrária encontrou nesta região formas de contenção da ação dos movimentos sociais rurais. A ação que contavam com o poder econômico e a coerção física, ou psíquica e por isso limitou o processo de reivindicação dos movimentos sociais rurais. A grande presença histórica dos latifúndios impediu que qualquer projeto se concretizasse e viesse transformar aquela realidade social.

Essa luta tem se estendido desde os séculos XVI e XVII e vai além, principalmente pela expansão mercantilista no Brasil. A marginalização dos sujeitos menos favorecidos contou sempre com a impunidade dos crimes e a violência cometida contra o homem do campo. Ao longo dos anos, priorizou-se a

agricultura familiar sem um trabalho de organização e sem uma forma de romper com uma estrutura de total dependência das elites agrárias.

Para Lindoso (2000) essa realidade faz parte do cenário de lutas dos municípios constitutivos dessa região conhecida como “Alagoas Boreal”. Uma particularidade que pode ser vista em Porto Calvo por possui uma história de ascendência dos canaviais em Alagoas, como descreve Lindoso (2000, p, 33):

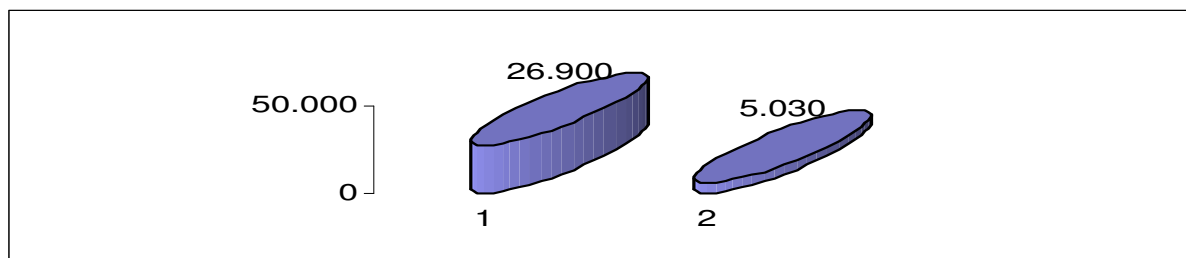
A história das comunidades e dos municípios que hoje formam a Alagoas Boreal não acaba na nossa beira Mar. Ela é parte de uma história da expansão européia do século XVI e XVII. A história da conquista, ocupação e colonização de alagoas européia. A criação dos núcleos coloniais de Porto Calvo pelo ítalo-alemã Christopher Linz é o início simultâneo dos primeiros canaviais, das primeiras fabricas de açúcar, do afrontamento da expansão caeté-tupinambá via norte.

Porto Calvo, como os demais municípios da Microrregião Litoral Norte, tem esta característica, a de ser inaugurado a partir dos grandes engenhos de açúcar que vieram mais tarde a se transformar em uma cidade.

De acordo com dados do IBGE/2004 a população estimada até o ano de 2006, no município de Porto Calvo, é de 24.906 habitantes. É um município que possui uma área total de 260 km², com o PIB de 44.942 reais, e cuja taxa de pessoas que pouco teve acesso ao ensino básico é de 5.030 (em média, 25% da população do município).

Gráfico VI

Estimativa da população de Porto Calvo (1) sem acesso ao ensino básico (2)



Fonte: IBGE/ CIDADES/2006

O município de Porto Calvo, segundo dados da reforma agrária no Estado de Alagoas, possui três assentamentos rurais, com área obtida de 2.585,8276 (ha), sendo 469 o número de famílias assentadas. Um indicativo de um município

com problemas sérios quanto a aplicação de políticas públicas, principalmente no meio rural onde a carência de recursos materiais e sociais é grande. Em média de 50 % da população faz parte do quadro de incidência de pobreza com um dos menores IDH (índice de Desenvolvimento Humano) do Estado.

Tabela V

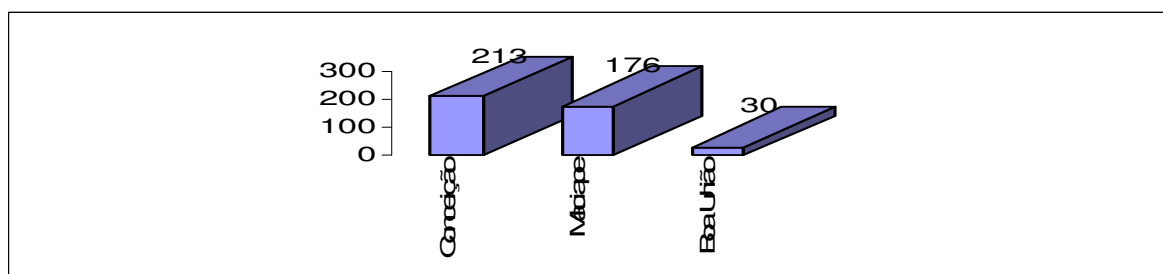
Nome, número de famílias e data de criação dos assentamentos rurais

ASSENTAMENTOS RURAIS	NUMERO DE FAMÍLIAS	DATA DE CRIAÇÃO
Conceição	213	1994
Maciape	176	1995
Boa União	80	2005

Fonte: INCRA/AL/2007

Gráfico VII

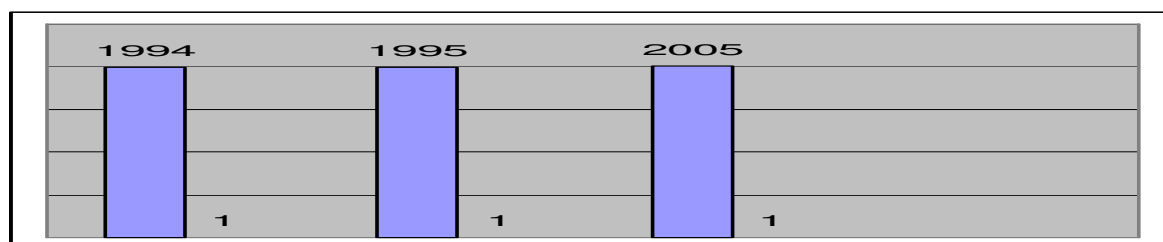
Distribuição das famílias nos assentamentos rurais - Porto Calvo



Fonte: INCRA/AL/2007

Gráfico VIII

Número de assentamentos criados em Porto Calvo



Fonte: INCRA/AL/2007

O processo de formação dos assentamentos rurais em Porto Calvo leva-nos a observar que um dos principais desafios das políticas públicas seria a

relação entre a distribuição das terras em lotes, renda, urgência da reforma agrária e a questão social. Isso pode ser observado nos dados sobre a distribuição das famílias. O número de beneficiados no papel foi maior do que a capacidade de distribuição de lotes de terra. Este é o caso de P. A. Maciape, cuja capacidade seria no máximo de 112 famílias, mas, de acordo com o INCRA, na tabela de dados consta o número de 176 famílias assentadas. Esse fato é bastante preocupante, principalmente porque deveria haver aí um ajuste das políticas públicas voltadas para os assentamentos rurais, sua função e a prioridade de quem a executa, levando em consideração o total de assentados. Esse problema fez surgir um outro, que é considerar qual a real situação da população assentada nos imóveis, sua identidade e experiências no processo produtivo. (ver tabela do Incra anexa)

Tal realidade exige de todos, uma organização e distribuição das prioridades de quem executam a reforma agrária e a aplicabilidade dos recursos financeiros. Destacando essa situação, queremos levantar uma reflexão acerca dos desafios que são iminentes, já que falamos em produtividade e desenvolvimento social do município a partir da capacidade de produtividade nos lote de terra. Que em conseqüência dessa má distribuição limita também o desenvolvimento econômico e social. E, grosso modo, as explicações disso pode ser destacado na contenção da violência e tensões do campo.

Outra situação encontrada é que, apesar de já formados os assentamentos Conceição e Maciape, é fácil ver nos dados fornecidos pelo INCRA que tem havido nessas áreas a diminuição dos lotes de terras. Sua paisagem dá a idéia de uma favela formada no município. Os assentamentos rurais têm em média mais de 10 anos de criação. Tem havido situações de aglomeração de famílias em condições péssimas de subsistência e conseqüentemente o aumento da pobreza nessas áreas carentes de informação, sem contar a falta de organização e parcerias para que sejam melhoradas as condições desses assentamentos rurais. É fácil também verificar que os problemas que ocorrem no perímetro urbano já são visíveis nos assentamentos, como o alcoolismo, violência doméstica e o latrocínio. Como afirma Mello (2007, p. 7):

Da mesma forma, a violência vem ganhando espaço nos acampamentos e assentamentos, utilizados como albergue para foragidos da justiça e formação de quadrilhas que instalam oficinas de desmanche e ponto de venda de drogas. Segundo o

Centro de Gerenciamento de Crises da Polícia Militar, órgão cuja atuação é reivindicada pelos próprios movimentos, muitos saques estariam sendo realizados com apoio de caminhoneiros e as mercadorias comercializadas em mercadinhos e feiras livres. Diante da ociosidade, do crescente consumo de álcool e drogas, duas pessoas, em média, são expulsas por dia. As próprias lideranças admitem a perda de controle da situação.

Esses fatores negativos, em Porto Calvo, nos levam a perceber a descaracterização do processo de reforma agrária no município, decorrentes, em parte, da descontinuidade das políticas públicas neste local. Não houve ali um tratamento no que se refere à realidade dos pequenos agricultores e as novas formas de produtividade; da mesma maneira, a realidade em que foi executado tal projeto de assentamento não seria a mais adequada para que ele funcionasse bem. De acordo com técnicos do município que lidam com a questão da reforma agrária e suas experiências em assentamentos rurais, eles reconhecem que esse problema apresenta algumas características que são marcantes em Alagoas, quais sejam, como distribuir, organizar e executar as políticas públicas nos assentamentos rurais. Esses técnicos também se perguntam como seria possível desenvolver projetos que incentivem a participação dos assentamentos rurais junto ao poder local, levando em conta a realidade social do assentado, evitando a dispersão ou distanciamento dos sujeitos de sua realidade e identidade cultural.

Os técnicos que trabalharam no município percebem que o fracasso nas tentativas de criar projetos e parcerias entre os movimentos sociais e o poder local permeia também as relações entre os movimentos e a administração do município, que muitas vezes são complexas. A dificuldade poderia resultar das diferenças nas posições ideológicas dos movimentos e da prefeitura, que, muitas vezes, anulam as ações do poder local nas áreas assentadas. Pela falta de conhecimento das necessidades dos assentamentos rurais e do entrosamento entre os que fazem parte do poder institucional, as parcerias não acontecem. Como os técnicos mesmos observam: “a falta de afinidade entre o movimento social e a postura técnica acaba por fazer com que esse técnico leve um projeto pronto, onde os assentados não se identificam com as propostas e não levam adiante”.³³

Os técnicos também chamam atenção para o fato de que há uma desvinculação no planejamento e na execução das políticas públicas

³³ Entrevista de R. S. Técnico do município de Porto Calvo respondendo acerca dos problemas enfrentados no cotidiano das ações levadas a efeito .

relativamente ao que a população do município necessita e aquilo que constitui o desejo das famílias assentadas. ” Sabemos que além das políticas públicas essa população carente necessita também de um acompanhamento nos projetos que muitas vezes são pertinentes, mas na realidade em eles vivem somando-se as carências do dia-a dia passam a ser verdadeiros desafios”.

Dessa forma, o que observamos são trabalhadores sem terra que, de sujeitos pensados como agentes em transformação, passaram a trabalhadores que necessitam constantemente das orientações dos técnicos. Esquece-se assim, a capacidade de os sujeitos gerirem a si mesmos, uma vez que são vistos apenas como pessoas sem experiência no processo técnico da produtividade e no manejo da terra. Melo (2007, p. 7) dá conta de que

Geralmente nos assentamentos a vida não reflete expectativas acumuladas pelas famílias envolvidas durante o período que antecedeu a posse da terra. Em decorrência, instala-se um relacionamento marcado por uma série de conflitos internos e externos. Acampamentos e assentamentos vivem situações não apenas distintas, mas tensas e adversas. Se nem sempre existe um razoável consenso em torno das formas de lutas pelo acesso a terra, existem também diferentes aspirações que se traduzem em diferentes concepções na organização dos novos espaços produtivos e sociais.

O desequilíbrio encontra-se exatamente nesse impasse: os mesmos agentes que têm a intenção de objetivar os avanços dos assentamentos rurais não priorizam a política de incentivos, principalmente pelas dificuldades apresentadas nas experiências dos projetos implantados. Essa situação acaba por obrigar os trabalhadores rurais em Alagoas a buscar alternativas de sobrevivência fora do assentamento, vendendo seu lote de terra. Como observa Silva (2001), enquanto esse agente social não puder executar sua produtividade sem a ajuda do Estado, não serão levadas em conta suas experiências, e ele acabará por sofrer com as alterações, resultando no afastamento entre as necessidades reais dos assentados e o desenvolvimento dessas áreas assentadas. Ou seja,

essas políticas geralmente são elaboradas por técnicos, muitas vezes distantes da realidade social dos assentados, que passam a ser considerados de forma abstrata, ignorando sua história, seus valores, seus saberes e interesses. (SILVA, 2001, p.1)

Para alguns estudiosos como Medeiros (2002; 2004) e Leite (2004), é esta a função que muitas vezes é dada ao assentado no Brasil, a de receptor passivo de políticas públicas; e, se pensarmos particularmente em Alagoas, que, apesar de conceber um novo direcionamento para a construção de uma viabilidade econômica, muitas vezes caminha numa rota diferente, veremos que as necessidades reais do trabalhador muitas vezes ficam apenas no plano das idéias e no alcance de uma relação mais estreita nos municípios em que estão inseridos os projetos de reforma agrária.

Com isso, o aumento no número de assentamentos criados na microrregião Litoral Norte e nas outras microrregiões a partir da década de 90 expressou um avanço em termos do potencial político-organizativo dos movimentos sociais rurais e comprova, através de algumas experiências bem sucedidas, sua viabilidade sócio-econômica e suas contribuições, tanto para a diminuição da pobreza no campo quanto para o processo de distribuição fundiária. Mas, por outro lado, essa situação não contempla a realidade de todos os assentamentos rurais alagoanos, muitos dos quais não conseguiram resolver os problemas relativos a uma população acostumada culturalmente a viver na dependência dos programas sociais. Como afirma uns dos técnicos sobre a reforma agrária em Porto Calvo, “Se o governo lança um programa e a população é avisada, no outro dia encontramos uma longa fila, mas se o município chama para um projeto poucos aparecem”.³⁴

Para Mello (2007, p. 9),

As práticas assistencialistas não se dão apenas com o Incra, mas junto a prefeituras, políticos tradicionais, órgãos do governo estadual, inclusive com alguns proprietários também interessados em desapropriações. Cada vez mais, bases não seguem orientações das direções, migram de um movimento para outro, assim como são comuns desavenças entre associações dos assentamentos como os movimentos sociais.

O conjunto dos dados sobre os assentamentos de Maragogi e Porto Calvo, apresentado acima, concorre para a afirmação de que há de fato um problema a

³⁴ Entrevista de R. S. Técnico do município de Porto Calvo respondendo acerca dos problemas enfrentados no cotidiano das ações levadas a efeito .

ser solucionado no que diz respeito ao modo de execução e aceitação das novas formas de desenvolvimento, bem como àqueles desafios que passam a existir com a formação dos assentamentos e vão se associando aos problemas estruturais. Tudo isso acaba por aprisionar os assentamentos rurais nos problemas enfrentados para torná-los produtivos e promover seu desenvolvimento sustentável.

Embora haja a perspectiva de que a situação seja solucionada pelo aumento da produtividade nos assentamentos rurais, a falta de entrosamento dos assentados com o poder local é uma carência que impede também o desenvolvimento social das famílias assentadas.

Um exemplo de participação do poder local que deu certo foi no município de Maragogi, município localizado na microrregião Litoral Norte. Essa participação acabou ampliando a possibilidade de desenvolvimento rural do número de famílias que tiveram acesso à terra. O poder local passou a ser um elemento para a realização de parceria conjunta com os assentamentos rurais. A formação dos assentamentos rurais nesse município veio contribuir para a modificação da paisagem, economia e cultura da região, motivando o aparecimento de novas identidades culturais. Essas transformações levaram ao aparecimento de novas relações que vieram ser somadas às características e condições já existentes na região, como, por exemplo, a vocação produtiva, as peculiaridades culturais e identitárias.

A partir dessas novas relações, surgiu, dessa forma, a COOPEAGRO em Maragogi. Algo semelhante se deu na microrregião do Sertão, onde foi criada a CAFISA. Ambas as iniciativas são exemplos importantes da luta dos trabalhadores para desenvolver, com o reconhecimento e auxílio do poder local, suas potencialidades no processo de produção.

Outras ações desse tipo têm modificado a vida dos assentamentos em Alagoas. E aqui é importante salientar o apoio que o Estado pode dar ao desenvolvimento das áreas assentadas. Em alguns municípios como, por exemplo, Girau do Ponciano e Porto Calvo e etc., foram criadas escolas próximas aos assentamentos, possibilitando melhor acesso à educação, mas vale ressaltar que este processo não contempla todo o universo dos assentamentos rurais alagoanos.

Em alguns assentamentos falando de poder local esse tipo de parceria é precário, podemos perceber que velhos problemas ainda continuam atuando para entravar toda forma de progresso dos assentamentos. Muitas vezes, a região assentada fica à mercê do tradicionalismo das oligarquias, que se constituíram em Alagoas, cujas formas de relação ainda estão presentes neste universo de ações. Em alguns casos, vigora a política do apadrinhamento e o clientelismo, que impõem limites ao desenvolvimento desses assentamentos rurais. Associam-se a essas formas arcaicas de relações, as novas relações de poder que passaram a fazer parte do cotidiano dos assentados a partir da associação rural.

Os tipos de relações que permeiam a realidade do campo dentro do processo de reforma agrária exercem influência direta sobre as possíveis iniciativas políticas que venham trazer melhorias para os grupos assentados. Isso quer dizer que a construção de estradas de acesso aos assentamentos, de escolas, de postos de saúde, bem como a implantação de programas como o PSF, além do auxílio de técnicos dos municípios que lidem com a questão da reforma agrária para orientar as famílias acerca da produtividade, tudo isso depende do modo como tais relações se estabelecem.

Em muitos assentamentos podemos ver o quanto a falta de ação do poder público prejudica o desenvolvimento da área assentada. Em alguns assentamentos localizados nas regiões Norte, Agreste e Sertão, a paisagem é desoladora. Parece que as áreas assentadas nunca tiveram qualquer tipo de apoio do poder local, uma vez que subsistem em condições miseráveis. O desenho quer se faz perceber é de uma favelização crescente no ambiente rural devido as poucas posse das famílias assentadas e muitas vezes a falta de incentivos, onde os recursos são limitados gerando as carências .

Foto: condições do assentamento

Fonte: acesso 342blogspot.com.br

O poder local, que tem a atribuição de garantir a infra-estrutura necessária para atender às demandas das comunidades assentadas que necessitam desses recursos para poder produzir, nem sempre está presente cumprindo o seu papel. O afastamento do município na condução de ações para desenvolver as áreas assentadas contribui, assim, para o agravamento dos problemas e a intensificação dos desafios enfrentados para a aplicação das políticas públicas que possibilitam o acesso a esses bens sociais, educação saúde, cultura e produtividade.

O poder político e as posições divergentes também operam como fator limitante da aproximação da comunidade assentada ao município. Este é mais um fato negativo, pois prejudica o relacionamento entre as associações dos assentamentos rurais e o poder local ficando muitas vezes inviável o diálogo entre estes dois setores o público e o privado. Como observa Mello (2007, p. 5),

Por sua vez, o município ainda não está integrado na política de territórios rurais adotada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário do Governo Federal. De uma maneira geral, é muito baixo o grau de articulação entre produtores, sindicatos, igrejas, movimentos comunitários, conselhos municipais e poderes públicos, o que implica numa precária participação social e numa pobre dinâmica de conselhos gestores, geralmente submissos aos interesses tradicionais, dificultando a inovação social na construção de uma nova agenda focada, por exemplo, no fomento ao cooperativismo da agricultura familiar.

Com isso, os assentamentos rurais em Alagoas perdem a valorização dos espaços locais, que viria com a execução de projetos cuja capacidade de ação

dos agentes presentes pode apontar para um real desenvolvimento, com a geração de novas fontes de rendas. Para Abromovay (2003, p. 84), o desenvolvimento das regiões assentadas advém de “ações cooperativas, que incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação — capazes de enriquecer o tecido social de certa localidade”. Porém é muito pequena ou quase inexistente esta forma de participação.

Segundo um técnico do INCRA³⁵, são poucas as prefeituras que participam no emprego de ações para desenvolver essas áreas produtivas. Dos 35 municípios, apenas 12 prefeituras têm uma participação mais efetiva junto aos assentamentos. Algumas apenas mantêm certas relações institucionais e deflagram ações relacionadas com os programas nas áreas de educação e saúde, como, por exemplo, os programas Bolsa Cidadão e de Saúde Familiar, programas que não são exclusivos dos assentamentos rurais.

Podemos observar que tem havido uma transferência de responsabilidade dos poderes do município para o INCRA. A rigor, poucas lideranças políticas e autoridades locais percebem a importância dos assentamentos para a comunidade que os cerca, motivo por que ainda não atentaram de fato para a urgência de parcerias com esses trabalhadores. Sem a ação conjunta voltada para o desenvolvimento dessa parcela da sociedade, as maiorias das iniciativas governamentais locais não vão corresponder às reivindicações e bandeiras atualmente defendidas pelos movimentos sociais.

5.5 Localização e acesso ao mercado consumidor

Além das dificuldades enfrentadas nas relações dos assentados com o poder local, existe um outro desafio que é constante nos assentamentos rurais: a sua localização e as estradas de acesso (geralmente mal conservadas). Esses problemas relativos à localização dos assentamentos dificultam o deslocamento da produção ao mercado consumidor. Em Alagoas a localização dos assentamentos rurais é um dos problemas mais sérios que está presente na realidade dos assentados e nos desafios das políticas públicas voltadas para este espaço.

³⁵ Entrevista feita em 2006

Na região Litoral Norte, por exemplo, encontram-se apenas as BR 101, 104 e a AI-130. O acesso aí é limitado, pois, para chegar a uma dessas rodovias, os assentados precisam muitas vezes atravessar estradas de barro que não oferecem condições de trafegabilidade nem segurança. O exemplo está nos assentamentos localizados em Pão de açúcar, Murici, Porto Calvo e Maragogi, os quais apresentam em sua geografia uma seleção descontínua de relevo e onde são raros os acessos para o mercado consumidor.

No município de Pão de Açúcar, o acesso aos assentamentos é feito pelas estradas de barro, que estão em péssimas condições. Para se chegar ao assentamento Japão I, passa-se horas desde o centro urbano.

De acordo com Lages (2005), a localização dos assentamentos rurais alagoanos na maioria dos casos se encontra em áreas identificadas como “áreas marginais e periféricas” que, devido à sua situação espacial, possuem estradas de acesso carentes de técnicas avançadas e de recursos para melhorar as condições de infra-estruturas.³⁶ Ao descrever as situações encontradas na localização das áreas assentadas, o autor afirma: “Passamos um ano percorrendo acampamentos, conversando com os trabalhadores sem-terra e nos assentamentos observando a experiência de implantação das famílias nos lotes. Tratava-se, na sua maioria, de áreas marginais.” (2005, p. 2)

Foto: Assentamento Matriz do Camaragibe



Fonte tudo na hora/2006

³⁶ LAGES Vinicius N.: em entrevista a gazeta web, matéria Para Além dos Arranjos Produtivos Locais; site disponível < [http:// www.gazeta.web.com](http://www.gazeta.web.com) > acesso em 26/06/05

É sério o problema da localização dos assentamentos em Alagoas, pois muitos dos benefícios que podem chegar às regiões de assentamentos dependem, em parte, da possibilidade de acesso a esses locais. A instalação de energia elétrica, o acesso aos postos de saúde e às escolas, bem como o acesso aos municípios vizinhos para comercializar produtos, tudo isso depende das condições das estradas que ligam os assentamentos a esses locais. De fato, as condições precárias das estradas nos assentamentos alagoanas têm intervindo de maneira negativa no trabalho de escoação de produtos, e, assim, reduzido a capacidade de desenvolvimento das potencialidades do homem do campo em sua produção e no acesso ao mercado consumidor. Ou seja, o que verificamos, com isso, é o aumento dos problemas dos trabalhadores com o acréscimo dos custos, que se tornam mais elevados, agravando os problemas sociais do homem do campo. Como afirma Albuquerque (2004 p. 27), “A proximidade do mercado consumidor e o seu acesso são fatores relevantes para o êxito do assentamento”.

A produção agrícola, que também depende das estradas de acesso aos assentamentos, fica igualmente comprometida. A produção dos trabalhadores fica, dessa forma, limitada nas suas possibilidades de escoamento, uma vez que à falta de uma política eficaz de comercialização dos produtos produzidos no campo vêm se unir as péssimas condições de acesso aos locais onde tais produtos poderiam ser vendidos. (Ver algumas fotos dessa situação)

Outro fator agravante: as mercadorias não encontram na localização do mercado público do município ou da capital um mercado consumidor que atenda à quantidade de produto produzido no campo. Segundo Bezerra (2007), existem apenas dois espaços no mercado da capital para que seja escoada toda a produção dos assentados. Essa produção muitas vezes não chega, devido à falta de transporte e às péssimas condições de acesso em que se encontram as estradas e rodovias alagoanas.³⁷ Para o autor, a dificuldade para chegar ao mercado consumidor se põe como outro problema que gera mais desafios para os assentados.³⁸

³⁷ Ver anexo no final da dissertação o mapa indicando as principais rodovias do Estado de Alagoas.

³⁸ Consultor do INCRA. SEMINÁRIO Agricultura familiar e fortalecimento dos assentamentos rurais. Realizado em junho de 2008 centro de convenções.

os mercados locais não comportam a produção, o único mercado que recebe um pouco esta produtividade é Maceió ainda que com muita dificuldade dos assentamentos em levar essa produção, pois falta transporte e organização para que seja feita essa ação e na falta de transporte não existe desenvolvimento dessas áreas assentadas. (BEZERRA, 2007)

Para ilustrar essa situação em União dos Palmares na microrregião Zumbi é facilmente verificável o problema da localização dos assentamentos inserido nessas áreas, durante o verão as estradas ou acessos são precários muito deles de barro e quando chove a situação é pior. (Ver anexo IV fotos do local)

5.6 O tipo de solo e a produtividade nos assentamentos rurais

A proporção dos problemas relacionados à produtividade torna-se bem mais ampla quando pensamos em desenvolvimento produtivo baseado em técnicas avançadas, recursos financeiros e outros instrumentos para sua manutenção. São problemas que não podem ser identificados *a priori*, através de diagnósticos que poderiam facilitar projetos de desenvolvimento agrícola nas áreas assentadas, motivo pelo qual se torna difícil conseguir soluções imediatas depois de formados os assentamentos. A solução, depois de detectados tais problemas, são as ações realizadas em longo prazo, devido à falta de recursos materiais e técnicos na comunidade assentada e de uma resposta satisfatória do governo.

De fato, o estudo dos solos compõe uma prioridade importante para a aplicação das políticas públicas nos assentamentos rurais. Segundo Albuquerque (2004, p. 83),

Bittencourt, Castilho, Bianchini e Silva (1999), que realizaram estudos e identificaram que a qualidade físico-química dos solos, a disponibilidade de água, a freqüência das chuvas e o relevo têm sido aspectos importantes para determinar o nível de desenvolvimento dos assentamentos. Além disso, tais aspectos podem ser considerados como pré-condições para o êxito dos projetos de assentamento. Sendo assim, o quadro natural é um fator central que pode não só determinar a diferença entre os assentamentos com maior ou menor nível de desenvolvimento, mas também, impossibilitar o próprio desenvolvimento produtivo.

Foto: Assentamento Dom Helder/Murici



Fonte: bp.blogspot.com

Em Alagoas, principalmente nas referências aos assentamentos rurais, a questão da qualidade do solo constitui um elemento crucial, pois significa escoar produtos, desenvolver as potencialidades do homem do campo em sua produção e ter acesso ao mercado consumidor.

Em entrevista realizada, Lages (2005) faz uma análise muito contundente sobre a situação das áreas de assentamentos em Alagoas. verifica que nesses anos do processo de distribuição de terra a não participação do poder público resultou em dificuldades que são experimentadas pelas famílias beneficiadas e afirmou

Alagoas possui áreas já castigadas por décadas de cultivo da cana que apesar da esperança de avanços no tratamento da questão agrária foi empurrada para debaixo do tapete desde a década de 60, pois não era um quadro animador por diversas razões.

Ora, a oligarquia alagoana não queria que se realizasse a reforma agrária no Estado. Depois, a própria condição das famílias ali instaladas contribui para agravar o quadro: trata-se de pessoas maltratadas pelas relações de trabalho nos canaviais, com baixa escolaridade, saúde precária, despreparo para os desafios de uma agricultura mais tecnificada, sempre cultivando a esperança de que o acesso à terra poderia lhes resgatar dignidade, melhorar sua condição de vida.

Nessa perspectiva afirma Mello (2007, p.7),

Tal situação reflete numa crescente dificuldade no relacionamento entre direções e bases dos movimentos de como agir perante o poder público. Quem ingressa no movimento aspira uma imediata melhoria das suas condições de vida e de uma maneira difusa o desejo de ser “liberto”, mas não tem conhecimento acerca das adversidades existentes no processo. Em razão de suas próprias condições anteriores de existência social, a grande maioria das pessoas mobilizadas tende a reproduzir práticas e valores anteriormente vivenciados. Nas

áreas canavieiras de Alagoas, a grande maioria delas, saídas de relações de moradia nas fazendas e/ou clientelísticas das periferias de núcleos urbanos, sequer teve direitos plenamente reconhecidos.

Este é um problema que gerou conflitos, se pensarmos nas expectativas dos assentados rurais alagoanos, uma vez que estamos falando de uma população carente de recursos materiais e técnicos.

Nessa análise também encontramos formas positivas como o município de Jacaré dos Homens que está vendo nascer uma experiência que deve trazer muitos frutos para a economia local. As famílias do Projeto de Assentamento Serrote/Aroeiras receberam recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar (PRONAF), e adquiriram vacas leiteiras que já estão produzindo leite para o sustento dos assentados e para o comércio.³⁹

Depois de oito anos de criação do assentamento e de um programa de custeio que não deu certo, as famílias acessaram o PRONAF A, um programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) voltado para o assentado da reforma agrária, por meio do qual foram capitalizados R\$ 18 mil de financiamento. Cada família tem hoje seis vacas leiteiras. São 1.620 litros de leite por dia produzidos nos assentamentos. Segundo o presidente da associação do PA, José Ivan Gonçalves Lourenço, essa produção garante uma renda média mensal de R\$ 600 por família. “Ainda mantemos um pedaço de terra para a produção de feijão e milho e cada família tem mais um complemento de renda com as safras”, diz José Ivan.

A comunidade fez a opção pela pecuária bovina com gado leiteiro. Havia um projeto inicial sugerindo o caprino. “Pela experiência dos assentados e vendo os problemas dos vizinhos com a criação por caprinos, decidimos pelo gado” afirma Ivan. E continua como presidente, a satisfação com o assentamento e produção que as famílias têm garantido contagia todos os assentados, “A fome acabou no assentamento”. E mais: “hoje temos renda e temos leite em casa”.

³⁹ **Matéria: Produção de leite no Sertão alagoano garante renda para assentados. Jornal Caminho da ROÇA – out./nov./dez 2008. Disponível em <[www. Jornal da roça](http://www.jornal-da-roca.com.br) > Acesso em 08/01/2007 - 10:12**

Quando se avalia os desafios que se apresentam estes vão desde os solos inférteis e cheios de pedregulhos à dependência das políticas públicas a que são relegadas as famílias assentadas. Como observa Lages (2005, p. 2-3),

Nas diversas vezes que voltei a Alagoas e conversei com colegas ligados ao tema ouvi depoimentos desoladores, ainda que aqui e ali algumas famílias terminem se estabelecendo, adquirindo lotes dos vizinhos, expandindo sua produção e melhorando de vida. No fundo o processo ainda depende de apoio das políticas públicas integradas para se sustentar.

Além desse aspecto da infertilidade dos solos existe também um outro fator que intervém na produtividade dos assentados: muitos municípios alagoanos têm a presença de fenômenos físicos naturais que dificultam o bom êxito das lavouras, como, por exemplo, a seca, os quais exigem, além de um poder aquisitivo capaz de driblar os problemas, diagnósticos técnicos para que a unidade agrícola nesses locais possa desenvolver sua sustentabilidade.

Segundo o técnico do INCRA no seminário realizado,⁴⁰

As limitações dos solos são muito complexas devido principalmente aos grandes hectares. Como, por exemplo, temos o problema do sertão que é grande, principalmente devido à sua topografia e forma do relevo. Existem 61 % das áreas sertanejas que requerem manejo de solo e adequação, pois possuem alguns graus de limitação para a produtividade.

Além da falta da água, as condições em que se encontram os solos em algumas microrregiões do Estado de Alagoas tornam inoperantes as unidades agrícolas. É clássica em debates e palestra a afirmação de que os assentamentos rurais em Alagoas estão situados nas áreas periféricas, relegados a ter pouca assistência e muita dificuldade para levar adiante sua produtividade. Segundo técnicos e agrônomos do INCRA, o problema do sertão se dá de duas formas as terras nessas localidades são baratas, que exigem um maior investimento dos órgãos responsáveis pela reforma agrária. E como afirmaram “no semi-árido estão sobrando terras, o preço é barato, pois existe pouca política dirigida para essa região, uma região carente. Sobram terras “pré-desertificadas.”⁴¹

⁴⁰ Engenheiro agrônomo

⁴¹ Idem ibid

Albuquerque (2004) destaca como é importante a qualidade do solo nos assentamentos rurais. Sendo o solo um fator fundamental para a produtividade, que se corrigidos anteriormente poderiam diminuir os desafios com a produção familiar. Alguns problemas poderiam ser identificados a partir de diagnósticos que facilitaríamos para aqueles que pretendem ter seus projetos de desenvolvimento agrícola nessas áreas. Mas a falta de continuidade das ações voltadas para este espaço torna muito difícil conseguir soluções imediatas.

A presença de recursos materiais e a qualidade do solo são condições necessárias para que haja uma boa produtividade nos assentamentos rurais, que, sem projetos contínuos para solucionar os possíveis problemas, acabam vivendo sempre em dificuldades. E assim quando pensamos em mudanças sociais as perspectivas vão diminuindo e tem os seus fatores limitantes dentro desse universo de produção agrícola familiar.

Como afirma Albuquerque, (2004, p. 83)

A qualidade físico-química dos solos, a disponibilidade de água, a frequência das chuvas e o relevo têm sido aspectos importantes para determinar o nível de desenvolvimento dos assentamentos. Além disso, tais aspectos podem ser considerados como pré-condições para o êxito dos projetos de assentamento. Sendo assim, o quadro natural é um fator central que pode não só determinar a diferença entre os assentamentos com maior ou menor nível de desenvolvimento, mas também, impossibilitar o próprio desenvolvimento produtivo.

Dessa forma, ao pensar nos desafios enfrentados nos assentamentos rurais podemos notar que algumas formas de solos e manejo nos assentamentos rurais são derivadas das antigas formas de tratamento da terra mantidas pelos grandes latifúndios, formas que, por vezes, têm prejudicado o andamento e desenvolvimento da produção nos assentamentos rurais em Alagoas.

O problema da qualidade do solo e a forma como os produtores trabalham sobre ela, a qual nem sempre demonstra o conhecimento necessário para aproveitar bem a terra, acabam se constituindo outros problemas. Comumente, o pequeno agricultor tenta copiar o modelo antigo de lidar com o solo, aplicando-o às pequenas produções, o que tem resultado na falência de muitos projetos de desenvolvimento nos assentamentos rurais. Como observa Ramalho (2004), em

“Alagoas se tenta multiplicar os modelos dos grandes latifúndios. Uma visão tradicional.”⁴²

Mas alguns resultados são bons como Traipú um município que merece destaque na microrregião do Baixo São Francisco, onde se encontram 4 assentamentos rurais criados pelo projeto de reforma agrária do INCRA/AL. Onde a população assentada partiu para a produção do gado bovino e tem conseguido manter bons resultados na sua produção.

Outras experiências que são positivas quando a forma de produtividade é o caso do assentamento de Olho D’água do Casado no aproveitamento do potencial da região com os recursos naturais oferecidos a região ao qual esta inserido assentamento Boa Esperança com a criação de tilápia, esse produto passou a integrar ao arranjo produtivo local do Baixo São Francisco promovendo o desenvolvimento produtivo dessa área assentada. O presidente da Associação dos Produtores José Benedito afirmava “ o cultivo vem tendo sucesso, com bons índices de produtividade e rentabilidade”. (CODEVASF: 2006)

Por outro lado são grandes os insucessos dos projetos onde os assentados se vêem diante da necessidade de ver a área produzindo através de projetos muito distantes de sua realidade, principalmente por terem de lidar com novas técnicas de produtividade, cultivando uma visão empreendedora e de organização e maturação de projetos. Com efeito, são novas formas de organização produtiva que exigirão do pequeno produtor qualificação e estudos, para o desenvolvimento de projetos que não podem ser realizados em curto prazo. Segue-se que essa situação não possibilitou outras soluções para o desenvolvimento produtivo como, por exemplo, o processo de diversificação da agricultura, porque não foram levados em conta os projetos de longo prazo na substituição da agricultura canavieira por outra forma de produtividade.

O que se pode inferir dessa situação é que o resultado não poderia ser de outro modo: conservou-se a utilização das mesmas formas de patronato e se deu o esvaziamento dos recursos naturais dessa região. Dada à possibilidade de diversificação agrícola de cada região, poderia se pensar na prosperidade dessas

⁴² RAMALHO. Ricardo. Painel: Aspectos Gerais da reforma Agrária. Tema: Agricultura familiar, agroecologia e agronegócio. MMT. Semana da reforma agrária e os movimentos sociais. UFAL. 2004.

áreas carentes através da movimentação do trabalhador rural de acordo com as necessidades do mercado consumidor.

Essa situação não é diferente na Zona da Mata onde a tradição às vezes passa a ser o principal vilão. Em vários assentamentos rurais, principalmente nas áreas canavieiras, o solo encontra-se degradado e, conseqüentemente, com baixa fertilidade natural, decorrência da prática da monocultura da cana-de-açúcar realizada na área anteriormente. Para amenizar essa situação, os assentados procuram aplicar técnicas de recuperação e manutenção de solos, alternativa que demanda tempo e dinheiro para que haja progresso no desenvolvimento de nova produtividade em tais áreas. (ver imagens anexo IX, condições do solo)

5.7 Poder aquisitivo nos assentamentos rurais

As expectativas dos assentamentos rurais em Alagoas passam pelo processo de produção e consumo, o qual implica conhecer melhor o universo das relações entre o Estado e os assentamentos rurais no plano político, econômico e social. (Ver fotos de algumas estruturas de casas de alguns assentamentos rurais alagoanos em anexo III)

Segundo dados do Ministério da Integração, na virada do século o Estado de Alagoas apresenta uma população de 1.032.064 habitantes, sendo 902.882 desse total pertencentes ao meio rural.

Não podemos negar os benefícios do processo de reforma agrária no Estado, pelo quais muitas famílias têm conseguido adquirir terra para produzir e garantir sua subsistência. Ao mesmo tempo, não podemos deixar de ver que essa população beneficiada tem sido levada a uma condição de dependência em relação aos movimentos sociais no suporte para a manutenção estrutural nos assentamentos. De fato, apesar de a reforma agrária e as lutas dos movimentos sociais serem uma realidade que deveriam garantir a autonomia do trabalhador, ainda se pode ter uma visão de subordinação ao poder político e econômico, visão que impera na luta pela terra e que desafia o processo de implantação das políticas públicas. Esse mesmo problema interfere na possibilidade de garantir a independência dos trabalhadores em relação aos grandes produtores e usineiros num Estado em que os avanços são poucos, principalmente para as pessoas do campo.

Os problemas são freqüentes, pois, além do processo de desapropriação das terras e implantação de assentamentos, são várias as atitudes dos proprietários de terra em Alagoas com o objetivo explícito de expulsar os trabalhadores rurais de suas propriedades. Realmente, os proprietários de terras e seus representantes também colaboram para aumentar os problemas vividos no campo, pois utiliza todos os meios de poder coercitivo para coibir a desapropriação de suas terras, dentre eles, a violência para tentar conter o avanço da reforma agrária, resultando na impossibilidade de aumentar os impactos econômicos locais, através do incentivo à produção que adviriam com a implantação dos assentamentos rurais. Com isso, há o entrave da redistribuição fundiária por meio da qual se poderia criar novas formas de economia para viabilizar o desenvolvimento local de cada município, principalmente em função do aumento populacional que é gerado a partir da alteração no desenho populacional.

Tabela. Índice de desenvolvimento de alguns municípios que se encontram os assentamentos rurais entre os anos de (1999-2007)⁴³

municípios	R. Familiar média sal. mínimo	Grau de desigualdade	% de pessoas com renda insuficiente.	Insuficiên cia Média de renda	Grau de Desigualdade c/ renda insuficiente
Atalaia	0,34	0,34	85,51	0,49	0,33
Branquinha	0,23	0,24	90,42	0,57	0,40
Colônia	0,28	0,34	84,68	0,53	0,38
Flexeiras	0,29	0,25	86,27	0,49	0,38
Jacuípe	0,35	0,30	80,32	0,42	0,27
Joaquim Gomes	0,29	0,25	86,82	0,51	0,34
Matriz de Camaragibe	0,30	0,34	86,38	0,48	0,42
Murici	0,34	0,38	83,38	0,49	0,31
Novo Lino	0,50	0,80	85,52	0,52	0,34
Porto Calvo	0,44	0,47	79,32	0,43	0,36

⁴³ Essa pesquisa feita nos mostra que nas décadas de 90e posterior essa defasagem tenha aumentado visto a falência de diversas usinas de açúcar agravando a situação do homem do campo o que reflete também nos assentamentos rurais (1987/2007)

São Luis do Quitunde	0,36	0,39	83,56	0,46	0,28
Mata Alagoana	0,34	0,40	84,68	0,49	0,31

Fonte: FAO/PNUD/FJP

Tabela que nos mostra Alagoas, um Estado que necessita de políticas públicas contínuas, pois carece de recursos em diversas áreas, à situação da população do campo na sua maioria se reflete numa miséria quase que total. Tal quadro é minimizado apenas pelo recurso a programas como o PETI e a Bolsa Cidadão. Onde cerca de 90% da população esta diretamente vinculada aos programas sociais adotados pelo governo federal. (ver anexo III com alguns exemplos dos municípios inseridos na reforma agrária e o seu índice de desigualdade social que tem como resultado o aumento da pobreza nas áreas carentes).

Ora, a relação assentamento-latifundiários-Estado é extremamente complexa. O saldo da situação real não deixa vulnerável apenas os assentados, mas abre espaço para formas inadequadas de projeto para a produção em curto prazo. As políticas que têm sido empregadas pelo Estado não conseguem se fazer eficazes no sentido de garantam a produtividade do homem do campo em seu espaço rural. Além do mais com o número de pessoas em média de 4 pessoas nas famílias assentadas temos um renda média de um salário mínimo o que caracteriza mais de 40% dos assentados.

A situação é tão critica que, se fosse cortado o beneficio do programa Bolsa cidadão, poderíamos nos depara com o caos no estado, devido ao déficit que seria provocado na renda destinada a manutenção das famílias que conta com a ajuda desses programas sociais. Isso resulta da precariedade das áreas de assentamento rurais o que contribui para que os programas sócias seja a principal fonte de renda.

De acordo com Mello (2007, p. 6),

Na base territorial alagoana, a lentidão do ritmo da reforma agrária, as incertezas, a sofreguidão do “tempo de espera” e a própria precariedade dos assentamentos concorrem para a reprodução de várias práticas assistencialistas, inclusive a partir dos próprios movimentos sociais no relacionamento com suas bases e com o Estado. Assim, além do assédio de alguns políticos tradicionais, são comuns disputas também entre os

movimentos na distribuição de cestas básicas pela Companhia Nacional de Abastecimento ou de lonas pelo Incra.

Seguindo a essa afirmação temos também a incidência de pobreza nos municípios, o que gerou um desafio maior intensificando os problemas no meio rural. Vejamos o quadro abaixo dos municípios e seu percentual de pobreza.

XXX. Tabela de incidência da pobreza nos municípios alagoanos (A partir do ano 2003)

Município	Incidência de pobreza
<u>Maceió</u>	
<u>Água Branca</u>	57,42
<u>Olho d'Água das Flores</u>	56,93
<u>Palmeira dos Índios</u>	58,39
<u>Batalha</u>	50,40
<u>Branquinha</u>	61,13
<u>Delmiro Gouveia</u>	63,51
<u>Porto de Pedras</u>	61,23
<u>Boca da Mata</u>	69.34
<u>São Miguel dos Milagres</u>	51.05
<u>Maragoj</u>	64,12
<u>Pão de Açúcar</u>	55.64
<u>Joaquim Gomes)</u>	71,64
<u>Viçosa</u>	60.83
<u>União dos Palmares</u>	60,57
<u>Porto Calvo</u>	65.14
<u>Atalaia (Alagoas)</u>	62,17
<u>Novo Lino</u>	61,38
<u>Matriz do Camaragibe</u>	60,24
<u>São Luís do Quitunde</u>	64.57
<u>Colônia Leopoldina</u>	66,00
<u>Quebrângulo</u>	55.90
<u>Jacaré dos Homens</u>	54,33
<u>Flexeiras</u>	61,16
<u>Girau do Ponciano</u>	57.59
<u>São Luís do Quitunde</u>	64.57
<u>Mata Grande</u>	52,79
<u>Piranhas</u>	44,58
<u>Chã Preta</u>	57,27
<u>Ibateguara</u>	66,84
<u>Flexeiras</u>	61.16
<u>Murici</u>	64,83
<u>União dos Palmares</u>	58,39

Traipú	55.63
Olho d'Água do Casado	56,93

Fonte IBGE/2006

5.8 As relações institucionais e sociais nos assentamentos rurais alagoano.

Se, de um lado, temos os assentamentos rurais com suas reivindicações, por outro, se encontra o espaço institucional, o Estado, representando a possibilidade de concretização das reivindicações feitas pelos assentados, atuando como gerenciador das ações. Ao Estado, por meio do INCRA, cabendo apresentar dados sobre o perfil dos assentados, as condições climáticas, qualidade do solo e as possibilidades de produção. Além disso, é ele o responsável por intermediar a relação com os representantes dos movimentos sociais, pelo financiamento e organização do projeto. Dessa forma quando pensamos em desafios temos o impacto das mudanças que são essenciais para essas novas áreas, essa instituição tem uma locução importante.

Segundo Araújo (2005, p.172),

O Incra, como representante do Estado, na questão agrária é, portanto como referência obrigatória, exercendo o papel central na política de assentamento, coordenando processo, aglutinar outras instituições estatais e não estatais definidas como complementares para viabilizar os P'ÁS.

Nesse cenário buscando desenvolver sua ação em vista de tal objetivo, o INCRA/AL, apesar de suas limitações técnicas e conjunturais, tem como uma das suas funções principais, determinar os pontos que fazem parte do processo de discussão na relação que se estabelece entre o Estado e o assentamento rural no espaço de organização e manutenção da produtividade dos assentamentos rurais e, conseqüentemente, da aplicação das políticas públicas. É, portanto, esse espaço de poder que se expressa no trabalho desse órgão que tem autoridade e poder de decisão. Ainda mais pela intensificação de assentamentos rurais nos últimos anos que não foi grande, face ao número de famílias que esperam um lote de terra, e que, portanto apresentam sérios problemas. Pode-se deduzir que este órgão se apresenta como parceiro de grande importância, pois demanda de um poder subjetivo que se reflete pelo número reivindicações em busca de soluções

para os desafios enfrentados pelos assentados que vão desde a falta de estruturas aos problemas sociais que são grandes no Estado. Trata-se, segundo Araújo (2005, p.171), de

Um poder que embora não seja absoluto, é centrado num sistema hierárquico e burocratizado do qual emergem não apenas a autoridade dos técnicos, mas todo um sistema de regras formais, de um pretensão saber que legitima a instituição e lhe confere o poder de decidir sobre os demandantes da terra e/ou recursos institucionais.

Dessa forma, ao se pensar no grau de atribuição do INCRA/AL, observamos que essa relação de poder é constante e se mostra muito maior quando se englobam as questões que surgem face aos problemas enfrentados nos assentamentos rurais e o poder local com referência à produtividade e melhorias na infra-estrutura.

Na realidade em Alagoas o que constatamos é que no processo de intervenção que o INCRA/AL é um órgão que, tem limitações, uma situação que é, em si mesma, complexa, sobretudo pela falta de técnicos, incentivos e a participação de outro poder institucional, o poder local, que poderia em muito contribuir para facilitar o processo de reforma agrária e desenvolvimento dos assentamentos; este é o caso da maioria das prefeituras, das quais a participação é mínima, ou quase nua até 2007.

O secretário estadual da agricultura em Alagoas em entrevista no ano de 2006 reconhece que, historicamente, a falta de valorização dos órgãos ligados ao campo foi uma das causas dos graves problemas enfrentados no meio rural e nas cidades. Para ele, “não é mais possível pensar em desenvolvimento rural restringindo as políticas apenas à questão da agricultura”; e mais: “A violência das cidades e todos os demais problemas urbanos são conseqüências desse processo.”⁴⁴ Se observarmos bem, veremos que o INCRA/AL passou a exercer atribuições maiores do qual deveria, sobretudo devido a essa transferência das relações de poder entre município e instituição na execução do processo de formação de novos projetos de assentamentos rurais. Um dos resultados desse impasse é que a produtividade teve que acontecer dentro de uma realidade social que provavelmente em nada se parece com as realidades vividas pelos

⁴⁴ Entrevista ao jornal da gazeta; ano/2006

assentados anteriormente; e a falta de trabalho conjunto entre os municípios que não aconteceu e que poderia possibilitar o desenvolvimento produtivo das áreas assentadas.

Adicionalmente a políticas, incentivo o estímulo para a geração de novos meios para a produtividade familiar foi pouco o que refletiu no desabafo de algumas lideranças do movimento social rural. Para algumas lideranças dos movimentos sociais rurais “o maior desafio é implantar um pólo de desenvolvimento da agricultura familiar quebrando a cultura do monopólio do açúcar, e assegurar apoio para a industrialização e a agregação de valor aos produtos”⁴⁵. Essa situação resulta da ausência de um projeto que incentive a participação do poder local.

Esse foi o resultado de uma participação institucional que quase não houve a iniciativa do poder local no sentido de elaborar projetos que melhorassem a produtividade e a vida social do assentado salvo algumas atitudes individuais. Isso quer dizer que o distanciamento entre o real e as expectativas dos assentados se fez presente no processo de aquisição de terra e logo após o gerenciamento da produtividade. Cada realidade ao qual estavam inseridos os assentamentos teve sua particularidade que, como dissemos, passou a contar com desafios a fim de evitar os problemas complexos no cotidiano de cada assentado. As divergências normalmente acontecem no momento de acionar os recursos para levar adiante as políticas públicas que deveriam beneficiar as áreas assentadas. O INCRA/AL por outro lado com a sua estrutura não conseguia responder aos anseios dessa população assentada, mais um desafio nas relações institucionais estabelecidas. Na hora de se pensar nos projetos e na aplicação dos recursos, muitos interesses ficavam em jogo, os atores desse processo se mostravam críticos quanto a concepção em termos da metodologia e o modo operacional da produção o que acaba por aparecer as divergências quanto ao seu conteúdo que e nada parece com o conjunto de relações culturais, sociais e econômicas das pessoas envolvidas neste processo.

Nessa nova situação de identidades diferenciadas muitas vezes não são levadas em conta a diversidade cultural.e muitas vezes esquecem que passou a existir nesse meio algo particular: o homem do campo; e toda a trajetória histórica,

⁴⁵ *Idem.*

possuindo sua particularidade e identidade própria, que muitas vezes entra em contradição com as idéias de aplicação nas políticas públicas, que, no caso dos assentados, trata-se de alguém que vivenciava uma realidade diferente vivida e, nessa nova situação, surgem novos caminhos, novas regras que passam a fazer parte do seu cotidiano. Ou seja, como se verifica “o processo de seleção dos candidatos a um lote, constitui esse espaço onde começam a se confrontar novas regras.” (ARAÚJO, 2005, p. 171)

Desta forma o que se presencia é que existe um jogo de poder permanente que se traduz a partir das reivindicações entre estes dois espaços de poder: movimentos sociais e o estado, o público e o privado. Na medida em que se estabelecem as normas e regras, conforme os valores sociais existentes outros passam a ser alterados pelas mesmas carências, situações que passaram a constituir o cotidiano do assentado. Essa percepção nos permite apontar para a perspectiva que ocorre nessa mudança o que possibilita encontrar a construção de novos significados pautados nas atitudes tomadas pelo grupo existente no assentamento. Um fato que se tornou desafio para o homem do campo e a aplicação da política pública nos assentamentos rurais alagoanos. Foi nesse espaço de relações de poder que o INCRA/AL enquanto órgão representante e encarregado de implantar os assentamentos rurais passou a organizar a produção da agricultura familiar. Para Araújo (*idem*, p. 173), acenando para projetos ambiciosos, o INCRA se vê diante dos poucos recursos que acabavam inviabilizando os projetos de reforma agrária no Estado. E ao se depara, assim, com a tarefa de resolver as dificuldades e problemas que apareciam a partir da implantação dos assentamentos rurais, que fizeram os projetos assumirem proporções de certa forma catastróficas em alguns casos.

Assim a realidade social que se forma a partir do processo de reivindicação de políticas públicas em Alagoas se estabelece entre as experiências concretas e as expectativas das famílias beneficiadas nos assentamentos rurais. Essas relações assumiram e encontraram situações onde o homem passou a determinar sua ação por meio da arte de liderar, assumindo um papel ativo nas relações de poder. O que pode ser percebido nas constantes idas e vindas dos assentados a capital Maceió em busca de recursos. No momento da elaboração e implantação dos projetos, aparecem as discordâncias sobre o que produzir e como produzir nos assentamentos rurais. Tal como se observa “As possibilidades de rompimento

em tais formas de relação por parte do segmento de trabalhadores, portanto, não estão dadas *a priori* constitui um dos desafios importantes.” (ARAÚJO 2005, p. 189).

O processo de transferência das famílias e de pensar a agricultura familiar com fez aparecer também novas formas de cooperação e outras formas de relações que anteriormente não eram estabelecidas. Ou seja, entraram em curso relações que não pertenciam ao ambiente, mas que se configuraram como novos elementos intervenientes na realidade. Várias foram as fontes onde partiam as tentativas de reger a vida nos assentamentos: nas normas de controle que se encontravam descritas nos estatutos das associações, o próprio discurso das lideranças, vozes que não apareceram do nada, mas das relações que foram criadas na sociedade historicamente dominada pelas relações oligárquicas e nas formas de agir, pensar e controlar os rumos da realidade construída a partir do surgimento das áreas assentadas.

No interior do assentamento rural alagoano se construiu diversidade de grupos e de relações sociais e culturais. Concorreu para isso a variedade dos elementos religiosos, de gêneros, dos movimentos militantes etc. Em vista dessa diversidade, a dinâmica das relações de poder numa dada comunidade de assentamento rural passou a ser bastante complexa. Segundo Silva (2001, p. 20), por se efetuarem em rede e por serem disseminadas por todo o corpo social, as relações de poder se constituem através de um saber, ou melhor, de uma moral vigente, que deve ser reconhecida e aceita por todos os integrantes dos assentamentos.

É dessa forma que foram construídas as relações de poder que perpassaram todas as famílias dos diferentes grupos nos assentamentos em Alagoas. Relações que se constituíram e se tornaram a base para a legitimação do poder dos líderes, sendo também legitimadas pelas famílias através do discurso dentro do próprio círculo familiar. Através dessa legitimação, o poder pode ser diversificado de acordo com cada grupo que autorizou esse poder enquanto construção objetiva e subjetiva do próprio sujeito. Sem contar que houve também nesse meio das relações institucionais dentro do espaço de produção familiar que se fez através de relações paternalistas, em que os favores pessoais e a ajuda vinda de fora tornaram os assentados endividados com os préstimos e a assistência que receberam, ficando supostamente devedor ao grupo. Como

observa Araújo (2005, p.180), a reciprocidade também aparece como uma marca das relações políticas centradas em favor pessoal, no clientelismo e na barganha individual, os quais são mecanismos de dominação que jogam dentro das próprias relações de trabalho e de vida dos assentados.

Enfim um problema que também passa a ser desafiante na estrutura dos assentamentos rurais e que muito contribui para as condições que se apresentam em Alagoas e a aquisição de políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo que realizamos pretendeu-se proporcionar, de forma muito sintética, mas objetiva, uma familiarização com o objeto propostos os desafios para a aplicação das políticas públicas nos assentamentos rurais alagoanos. O resultado obtido desta forma logrou os requisitos de objetividade e pequena dimensão do que pretendia atingir. Faz-se notar, todavia, que através da experiência e da cultura sobre os assentamentos rurais alagoanos nos foi revelado aspectos importantes da realidade dessa luta e dos desafios enfrentados, a partir do cotidiano dos trabalhadores rurais.

Esta perspectiva permitiu também apreender o processo investigativo como parte de uma realidade representada pelo objeto de pesquisa, o fenômeno assentamento rural, as políticas públicas e suas atribuições específicas no campo social, político e econômico. Buscamos aqui resgatar a produtividade, não apenas a produção material com fins econômicos, mas a produção social que acontece com a formação de novas identidades, de perspectivas de novos modelos de cultura e desenvolvimento local.

Pela análise que realizamos, foi possível perceber que, na trajetória de transferência do acampamento para o assentamento, os trabalhadores e suas famílias manifestaram contentamento por ter conseguido a terra. Foram unânimes em afirmar que houve uma mudança em suas vidas; de fato, entendem que a luta pela terra teve suas compensações. Para a maioria dos assentados, questões básicas como saúde, alimentação, moradia, educação e poder de compra melhoraram depois que passaram a ocupar as áreas de assentamentos.

Observamos que os assentamentos rurais alagoanos mesmo com essa mudança considerável traduzem uma continuidade de luta, porque o benefício da terra não garantiu à todos os bens dos quais necessitam para sua subsistência. Essa nova luta claro, não se dá de maneira uniforme e linear no que tange aos direitos reivindicados; ela apresenta diferenças e diversidades que têm a ver com as identidades culturais aí implicadas no processo de produtividade manejo da terra e nas relações de poder que estão presentes no cotidiano do assentado. O que nos levam a entender que os assentados vistos em conjunto, eles compõem uma imagem multifacetada, com muitas diferenças internas e forma de pensar

variável, principalmente, a depender do contexto econômico do município e microrregiões administrativas onde estão localizados e nas potencialidades das famílias beneficiárias do lote de terra e das instituições que ali se encontram.

Cabe, também, ressaltar, que o fato dos grupos de assentados serem constituídos por pessoas de referenciais diferentes, sejam eles mais individuais ou mais coletivos, não inviabilizou as metas da luta, uma vez que a partir da conquista da terra, da produção de subsistência, o individual e o coletivo, estes foram sempre direcionados ao objetivo da formação e da produção dos assentamentos através da agricultura familiar.

Realmente, as condições dos trabalhadores do campo foram modificadas substancialmente, se considerarmos que nos primeiros anos da luta pela distribuição de terra em Alagoas foi quase nulo o número de famílias assentadas. Os avanços se mostram ainda maiores se pensarmos que esse progresso aconteceu dentro de um Estado tradicionalmente contrário à idéia de distribuição de terras, por se tratar de uma região tradicionalmente dominada pelos grandes usineiros e suas plantações de cana-de-açúcar. E mais, os avanços ocorreram num Estado que apresenta uma quantidade elevada de trabalhadores rurais desempregados, sem meios de produção e que esperam por um lote de terra.

Verificamos que, mesmo diante de muitos obstáculos, a luta dos trabalhadores e a participação efetiva dos movimentos e órgãos interessados indicaram novas alternativas para o desenvolvimento do campo. Mas existem, ao mesmo tempo, situações que nos mostram que, se houve uma melhoria ela se traduz em menor escala, visto que ainda é possível perceber a falta de políticas públicas em algumas áreas. E que pensar assentamentos rurais dentro de uma lógica de consolidação seria levar em consideração que eles estão em processo. Trata-se, no caso, de um trabalho que vem sendo construído ao longo de décadas e que conta com a ação conjunta de diversos órgãos responsáveis pela reforma agrária, com vistas à produtividade e desenvolvimento da agricultura através da sustentabilidade das famílias. Mas as soluções muitas vezes são desconstruídas da realidade vivida em cada microrregião administrativa e município que vão desde a miséria crescente a falta de apoio a produção nessas áreas de reforma agrária.

No decorrer desta análise, pudemos verificar que o processo de formação dos assentamentos rurais se tornou promissor. De fato, o número de famílias

beneficiadas aumentou consideravelmente ao longo dos anos, chegando ao patamar de 8.000 famílias assentadas em 105 novas unidades agrícolas até o ano de 2007.

Dessa forma, embora constantemente reiterado, o resultado desse aumento de famílias beneficiadas, apesar de algumas melhorias, não alcançou os objetivos da implantação dos assentamentos, principalmente pelos baixos índices sociais seguindo como base na perspectiva, onde as ações que são empregadas neste espaço estão longe de uma realidade social econômica a qual estão inseridos os assentados. Nos projetos que muitas vezes foram obtidos mediante as diferentes lógicas de ações dos órgãos responsáveis pela execução de projeto em Alagoas, e à participação do poder local. Pelo grau de dificuldade em que se encontram várias áreas assentadas, onde os projetos são interrompidos. Seja ele obtido pelos diferentes sistemas de financiamentos, ou pela contribuição de recursos que não conduziram à formulação de ações específicas e diferenciadas das políticas sociais gerais, ou pela própria dinâmica do movimento social rural.

Observamos também na realidade dos assentamentos rurais alagoanos um conjunto de relações diferenciadas que nem sempre atuam buscando chegar a um mesmo objetivo. Verificamos isso tanto nas relações internas, como nas externas, principalmente no que diz respeito à economia, poder local e as relações estabelecidas dentro da própria área de assentamento, e se considerarmos, numa situação maior, a produtividade e incentivos do Estado nas microrregiões administrativas em que estão inseridas essas áreas de produção familiar.

Neste aspecto, se poder observar, por exemplo, que existe assentamentos rurais alagoanos, cujo problema central é o conflito, a violência, a falta de estrutura. Por outro lado, outros assentamentos têm como elemento central a pobreza, a falta de perspectivas dos assentados em gerenciar os projetos de sustentabilidade. Sem falar nos assentamentos que se encontram localizado em áreas em que os solos são inférteis exigindo maior esforço, não só do próprio assentado, em novas técnicas, mas o apoio do Estado em garantir as estruturas necessárias para levar adiante todo o processo de produção e o desenvolvimento social do homem do campo. Por outro lado também não devemos esquecer que

essas pessoas que agora são assentadas viveram sob o domínio dessa aristocracia agrária em Alagoas.

Cabe, ainda, ressaltar que a partir dessa realidade social detectamos alguns elementos cujos problemas são presentes nos assentamentos rurais alagoanos, onde são muitas as contradições ocorridas, como por exemplo, na microrregião administrativa Litoral Norte existe assentamentos rurais, que apesar da luta contra uma tradição oligárquica, o predomínio continua sendo o da plantação da cana-de-açúcar, a dependência ao corte da cana-de-açúcar onde muitos deles arrendaram suas terras às usinas. Por outro lado muitos sobrevivem dos programas sociais, onde é freqüente a pobreza encontrada e a falta de expectativa de desenvolvimento na melhoria na qualidade de vida e etc.

Quer dizer que essa realidade é existente e não somente afeta o Estado, mas os movimentos sociais que buscam os recursos, e ao mesmo tempo tem que fazer o projeto da certo, mas encontra uma relação de dependência econômica muito grande. As pessoas estão habituadas às questões imediatas, em projetos de curto prazo, o que aumenta o desafio de luta pelas políticas públicas.

Como observar o coordenador de um dos movimentos sociais rurais.⁴⁶

(...) “As vezes temos projetos no qual chamamos as pessoas para participar. São poucos o que se interessam. O exemplo que eu posso ilustrar é com relação ao projeto de educação para o saber no campo. Diante mão chamei as pessoas sem mencionar que teriam uma bolsa para aqueles que participassem onde receberiam a cada dois meses o valor um montante no valor de R\$100,00 (cem reais). Resultado, poucos se interessaram. Precisávamos de uma turma de 20 a 30 alunos, somente nove compareceram. Depois que ficaram sabendo que seriam pagos para estudar formou-se uma fila enorme para participar do projeto”. (..).

Para um dos coordenadores dos movimentos sociais rurais ao analisar o processo de desenvolvimento de cada área assentada e os desafios na aplicação das políticas públicas para desenvolver essas áreas que são carentes de recursos não apenas financeiros, mas sociais, quanto ao requisito de consolidação das famílias beneficiadas. Ele observa que,

⁴⁶ Essa entrevista foi informal e contou com a disponibilidade do coordenador em refletir sobre a situação dos assentados em meio aos problemas e desafios enfrentados pelos mesmos. Fica evidente não querer mencionar o nome para que não haja retaliações ao mesmo.

”(...) Qual assentamento que você pode citar como exemplo de qualificação, nenhum. O que você pode encontrar são alguns mais organizados em sua estrutura, com casas de farinha, escola e etc., porém se tem esses elementos, por outro lado sofrem com a produtividade. A falta de recursos para levar adiante os projetos, a falta de acesso ao mercado consumidor, estradas más conservadas entre outros elementos que compõem a vida do assentado.”(...)

De fato, em algumas microrregiões administrativas aparecem assentamentos rurais que são mais organizados, mas como observa o coordenador em muitos assentamentos rurais é total a falta de perspectiva de produtividade das famílias. Vale lembrar que esses dados esbarraram em situações diversificadas e na particularidade que se verifica, tanto na região, município e/ou assentamento rural, encontramos pessoas com gostos, saberes e identidades culturais diferentes. Algumas famílias tomam para si a perspectiva de produção em seus lotes de terra e não se limitaram a esperar os recursos do governo. Este fato, porém não pode ser observado em todas as áreas assentadas. Como mesmo afirma um dos coordenadores do movimento social rural,

(...) “Chegamos a muitos lotes de terra e perguntamos: Vocês receberam os recursos? Eles respondem: não, mas conseguimos plantar. Estamos colhendo do que plantamos. Já outros não seguem esta mesma direção e passam o tempo a espera de recursos. Resultado assentamentos rurais em péssimas condições onde é precária a situação desse assentado”(...)

O importante de ressaltar esta situação é, que em muitas áreas de produção familiar aparece o potencial do assentado que toma frente ao processo de produção. Na introdução de novas formas de utilizar os meios e as técnicas de produção, para o desenvolvimento de fontes variadas de produtividade. Há ainda o surgimento de práticas ações políticas diferenciadas, valorização dos assentados, princípios de cooperação e da organização. Essa realidade pode ser observada nas microrregiões do Litoral Norte, Sertão e Bacia Leiteira, onde tem havido o desenvolvimento de cooperativas, em que as habilidades das pessoas e dos grupos partiram de ações conjuntas necessárias e com a finalidade de alcançarem sucesso na organização e desenvolvimento dessas áreas produtivas.

Por outro lado, um dos aspectos preocupante diante da perspectiva de desenvolvimento dos assentamentos e aplicação das políticas públicas é o poder local. Segundo o coordenador do movimento é uma questão bastante complexa, principalmente com relação as prefeituras, onde se localizam as áreas de produção da agricultura familiar. Como ele mesmo ressaltar ,

(...) “os nossos principais inimigos são os plantadores de cana, os usineiros que na sua maioria elegem os prefeitos e tende a limitar o processo de formação de assentamentos rurais. Levando-os muitas vezes a depender de ações isoladas”. (...)

Dessa forma as perspectivas de atendimento de reivindicações dos assentados por construção de estradas, melhorias no acesso as suas terras, postos de saúde e escolas impõe restrições ao desenvolvimento da agricultura familiar e a distribuição da produção para o mercado interno. Com isso o impacto econômico do assentamento adquire contornos “exógenos” como observa Medeiros (2004, p.132) cujo valor é determinado fora da realidade em que foi pensada essa agricultura familiar. E como decorrência dessa situação o resultado dos arranjos formulados institucionalmente para viabilizar essa integração ao poder local com os canais de modernização e produção da agricultura familiar acabar por gerar um contingente de famílias na inadimplência e o bloqueio de sua capacidade produtiva.

Em conjunto a essa realidade vivida muitas questões passam a englobar as dificuldades existentes para o desenvolvimentos das cooperativas e a agricultura familiar, como por exemplo: as relações de produtividade e mercado consumidor que no âmbito do processo de reforma agrária não foram equacionados. Uma maior integração entre os assentamentos e as comunidades locais, bem como a desvinculação da tutela do estado, e conseqüentemente uma articulação entre da economia agrícola e o mercado de consumo.

O resultado dessa observação feita sobre o poder local leva-nos a compreender que o predomínio do trabalho familiar tem também sua limitação, principalmente nas iniciativas coletivas. Tal limitação pode ser vista, pelas iniciativas que geralmente são individualizadas através das iniciativas particulares. Porém como é observável a carência não é só encontrada nos assentamentos rurais, mas também nos órgãos responsáveis pela execução dos

projetos de reforma agrária. O INCRA cerca-se por várias deficiências, como por exemplo, na falta de técnicos em sua composição institucional. São poucas as medidas tomadas para desenvolvimento das áreas produtivas. E muitas vezes erros desse órgão seguiram-se por ação onde a produção dos assentados ficou muito frágil diante da falta de recursos empregados. Esbarrando em velhos problemas intensificados com o emprego de recursos aplicados longe da realidade do assentamento. A falta de políticas de adequação e de espaços de produção impediu também no processo de instrumentalização de técnicas dos assentados e por isso tornou-os também reféns desses desafios.

Como observa um dos coordenadores dos movimentos sociais rurais.

(...) “O INCRA muitas vezes se torna parceiro e refém dessa busca pela qualificação dos assentamentos rurais. Uma vez que a sua própria estrutura não tem técnicos suficientes para dá suporte a essas ações de qualificar as áreas assentadas. A situação dessa forma vira-se para os movimentos rurais que buscam técnicos éticos, responsáveis e que pensem no desenvolvimento dessas áreas. O resultado é que não encontramos técnicos que vista essa camisa da reforma agrária. Os recursos como aparecem ditos pelos meios de comunicação existem, porém são poucos para cobrir cerca de quase onze mil famílias. Muitos deles (técnicos) vão ao assentamento onde tem 42 famílias, e só visitam um lote de terra e essa a realidade de nosso Estado”.(...)

Não obstante, e com relação a realidade social alagoana, esta claro, portanto, que o fenômeno assentamento rural é capaz de englobar toda esses desafios, desde fatos culturais comuns aos mais complexos a um grupo. Até mesmo detalhar pequenas cenas do cotidiano na luta por alguma coisa, à medida que a luta para distribuição de terra nesse espaço foi aumentado. Além do que, surgiram situações que geraram novos elementos que passaram a ser parte da realidade dos assentados. Primeiro o acesso ao crédito agrícola, novas, ou antigas relações se estabeleceram. Sem contar com a grande importância que foi a localização das novas comunidades assentadas, modificando a paisagem nos municípios e nas microrregiões administrativas em que foram criados. Verificamos que, mesmo diante de muitos obstáculos, a luta dos trabalhadores e a participação efetiva dos movimentos e órgãos interessados indicaram novas alternativas para o desenvolvimento do campo. Onde não se esgotou apenas no plano específico do assentamento e das relações locais, a luta pelo

desenvolvimento dessas áreas ou com observa (LOPES: 2001.p.9), mas perpassam numa rede regional, estadual, nacional, permitindo que a questão local possa sempre ser tratada como algo mais amplo, que envolve interesses além do comum e particular.

Em linhas gerais, podemos observa que existe um processo de descontinuidade de aplicação das políticas públicas que muitas vezes apresentam como: lentas, insuficientes e descontínuas, principalmente aquelas que dão suporte aos assentamentos; como a falta de escolas, acesso, estradas má conservadas, localização em áreas periféricas, limites ao mercador consumidor.

Esse também seria resultado de uma nova proposta onde se observa que nos últimos anos, o Estado teria tomando o caminho oposto à sociedade civil pela reforma agrária, nota-se falha no modelo excludente que faz o Estado junto às reivindicações da sociedade civil como todo, coincidir sobre a necessidade de uma reforma agrária e as intervenções fundiárias no sentido da produção familiar como projeto de desenvolvimento que muitas vezes não avançou em termos prático ficando meramente voltado a uma subsistência a partir da formação do assentamento rural. Ou de acordo com essa definição os assentamentos rurais têm uma alternativa,

“Processo de assentamento geralmente se vincula a um prévio processo de inscrição, qualificação e aprovação, que pode envolver dinheiro ou créditos quando se tratar de assentamentos organizados por investidores privados; ou envolver soluções sociais e políticas, quando organizados pelo poder público”.
(Encarta: 2005)

Assim compreendemos que só através de políticas públicas eficazes é que poderemos observar no futuro que o termo assentamento rural pode ser significativo para o espaço rural e no seu desenvolvimento político, social e econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. Ed. São Paulo, Campinas: Editora Hucitec/editora da Unicamp, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo A objetividade nas Ciências Sociais: o caso dos assentamentos. **Revista da associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 24. n.3, 1994.

ALBUQUERQUE, Francisco. J. B. at. all. As políticas públicas e os projetos de assentamentos. **Revista Estudos de Psicologia**. Paraíba. 2002

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **A República e o Movimento Operário em Alagoas** (A Redenção dos Filhos do Trabalho). Maceió: [s.n. 19??] .

ALVARENGA, Octavio M. **Direito Agrário e Meio ambiente na Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Editora Forense. 1992.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985, p.230.

ARAÚJO, Severina. G. **Assentamentos Rurais**: trajetórias dos trabalhadores assentados e cultura política. Rio Grande do Norte, EDUFRN. 2005.

BERGAMASCO, Sônia Maria , NORDER Luis A. Cabello. **O que são Assentamentos Rurais**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1996.

DRAIDE, Sônia M. **Artigo Brasil, a proteção social após 20 anos de experimentação reformista**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/mailto:contato@comciencia.br> SBPC/Labjor © 2002>. Acesso em: 27abr. 2005.

BRANDÃO, E. C. **História Social**: da Invasão do Brasil do maxixe e Lambari. São Paulo: Marsoni, 2003.

BRUNO, Ângela M. E et al. **Políticas Públicas de créditos para os Assentamentos Rurais no Brasil**. Rio de Janeiro. 2004. Disponível em: <<http://www.google.com>>. Acesso em: 10 mar. 2005.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel ; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAVALCANTE, Paulo. **A. Mudanças e resistência: a experiência dos assentamentos rurais no município Girau do Ponciano Alagoas**. 2007. Dissertação (mestrado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal de Alagoas. 2007.

CASTELL, Manuel. Lutas urbaines et pouvoir politique. Paris François Maspero, 1973 in: SCHERER-WARREN, Isle. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Ed. Loyola. 1996.

CARVALHO, Horácio. P. Política Compensatória de Assentamentos Rurais como negação da Reforma Agrária. **Revista ABUSP**, Curitiba, n. 34, 2005.

CODATO, Adriano N. **O Estado Como Instituição**: Uma Leitura das "Obras Históricas" De Marx. Professor de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Disponível em: <<http://www.Google.com/>>. Acesso em 20 maio. 2006.

COOPEAGRO. **Matéria**: um retrato de um projeto, Semeando vida. Disponível em: <<http://www.coopeagro.com/>> . Acesso em 25 jan. 2006.

COSTA, A B. **Exclusões sociais**. Lisboa: Editora Gradiva, 2001.

CUNHA, E. da P e Cunha, E.S.M. Políticas Públicas Sociais In: CARVALHO. A et al. **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DEMO, Pedro. **Introdução a Metodologia da Ciência**. São Paulo: Atlas, 1983.

D'INCÃO, Maria Ângela. **O Brasil não é mais aquele...** Mudanças Sociais após a redemocratização: São Paulo: Cortez. 2001.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

FERRANTE, Vera Lúcia S. **Assentamentos Rurais e Agricultura Regional**: contrapontos e ambigüidades. Contextualizar é preciso: Disponível em: < [http: www.ufpe.br> debarros@Ferrant.html](http://www.ufpe.br/debarros@Ferrant.html)

FERRANTE, Vera Lúcia S. **Assentamentos na Agenda Política do Desenvolvimento Local**: O Que Desponta no Horizonte? . Disponível em: < [http: www.colóquio/arquivo>. debarros@Ferrant.html](http://www.colóquio/arquivo.debarros@Ferrant.html)

FERREIRA , Brancolina: Estratégias de Intervenção do Estado em áreas de Assentamento do Governo Federal. In: MEDEIROS, L. S. de. Et. all. (orgs.). _____ **Assentamentos Rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1994.

ALBUQUERQUE FILHO, Clóvis. **A Reforma Agrária no Brasil**: Enciclopédia jurídica soibelman. Disponível em: < [http: www. Jus. navigandi.com](http://www.Jus.navigandi.com)>. Acesso em: 07 abr. 2005.

GAIGER, Luiz. I. A práxis coletiva dos sem terra: rumo á unidade ou heterogeneidade cultural?. **Caderno de Sociologia**. Porto Alegre, v.6 p. 177-203. 1994

GLASS, Vereda: **FAO, movimentos sociais e governo querem Reforma Agrária na agenda mundial-*Carta Maior***, 09 de novembro de 2005.

GOHN, Maria da G. **Teorias dos Movimentos sociais**: Paradigmas clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Editora Loyola. 1997.

_____. **Movimentos Sociais no início do século XXI**: Antigos e Novos atores sociais. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

GUIMARÃES, Alberto P. **Quatro séculos de latifúndio**. 5.ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1981.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1987.

JACOBI, P. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas**. 2. Ed. São Paulo: Cortes, 1984.

JORNAL CAMINHO DA ROÇA. **Produção de leite no Sertão alagoano garante renda para assentados**. Disponível em: < www.jornalcaminhodaroça.com.br. Acesso em: 08 jan. 2007.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Evolução Política do Brasil**: Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense. 1957.

JUNIOR, Marco Antonio M. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo Brasileiro**: o caso do movimento de libertação dos sem terra. – USP – E-mail: mitidierousp@yahoo.com.br

LAGES, Vinicius N. A agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: questão para o debate. Encontro Nacional de Geografia Agrária, 14, de 4 a 8 de dezembro. Presidente Prudente. **Anais ...** Presidente Prudente : FCT/Unesp,1998.

_____. **Para além dos arranjos produtivos locais**. [Entrevista] Gazeta web.com seção economia 26/06/2005. Disponível em: < <http://www.gazetaweb.com>>. Acesso em: 10 out. 2006.

LEITE, S.: **Entrevista** feita a Ibase net em 25/11/2004. P.1. Disponível em: <<http://www.ibase.com>> . Acesso em: 26 mar. 2005.

_____. **Assentamentos Rurais**: impactos e geração de empregos. . Disponível em: <[http:// www.mda.gov.br/nead](http://www.mda.gov.br/nead), 2004. Acesso em: 26 mar. 2005.

_____. **Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil**: Aspectos Políticos, Econômicos e Sociais. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/nead>, 2004. Acesso em: 26 mar. 2005.

LINDOSO, A. **Formação de Alagoas Boreal**: Maceió, Catavento, 2000.

LOPES, E. S. A. **Assentamentos rurais e desenvolvimento local**: dimensões econômicas, sócio-políticas e redes sócias no caso sergipano. tese de doutorado defendida em 2001. acesso 10/03/2006. site disponível: <<http://www.nead.com.br>

MANÇANO, F: Que Reforma Agrária. Encontro Nacional de Geografia Agrária, 14., de 4 a 8 de dezembro de 1998. Presidente Prudente. **Anais ...** Presidente Prudente: FCT/ Unesp, 1998.

MARTINS, J. Souza: A militarização da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MEDEIROS, Leonildes S. **A História dos Movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Ed. Fase. 1989.

_____. **Assentamentos Rurais e Perspectivas de Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ. 2001.

_____. **Uma Nueva Ruralidad em América Latina**. O sindicalismo rural e a constituição dos “trabalhadores rurais” como categoria política. (). UFRJ. 2002. Disponível em: < [http:// www.fundaçãooperseu abrano.br](http://www.fundaçãooperseuabrano.br).>

MEDEIROS, Leonildes S. **Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad. 2004.

MELAZZO, E.S. at. all: Políticas Públicas e Exclusão Social: a construção do debate no interior do SIMESPP. FÓRUM DE CIÊNCIAS DA FCT, 4., de 15 a 17 de maio de 2003. Presidente Prudente. **Anais ...** Presidente Prudente, 2003.

MELLO, Paulo Décio A. **Reestruturação Produtiva na atividade canavieira, ação sindical e dos movimentos sociais rurais em Alagoas**. 2002. Tese (Doutorado). UFPE. 2002.

MELLO, Paulo Décio A. A contribuição da Universidade na Realização da Reforma Agrária em Alagoas: por uma universidade comprometida com a realização da transformação social no campo. SEMINÁRIO SEMANA DA REFORMA AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS, de 24 a 26 de novembro. Maceió. **Anais...** Maceió: UFAL. 2004.

MELLO, Paulo Décio A "Reforma Agrária e Movimentos Sociais Rurais" *Complexo rural agrisa: relações entre movimentos sociais e o poder público em Alagoas*. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., de 29 de maio a 1 de junho de 2007, Recife. Disponível em:
<<http://www.sbsociologia.com.br/congresso>>.

MENDONÇA, Sônia. **Rua estado e economia do Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. Grael. 1986.

MOTA, Carlos G. **Brasil em Perspectiva**. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand 1990.

MORAIS, Marco. A. **As Ideologias Geográficas**. Rio de Janeiro; Ed. Zahar. 1997.

MST. [matéria]: Criminalidade política em Alagoas é impasse para Reforma Agrária. Disponível em: < [http://: www.mst.com.br](http://www.mst.com.br)>. Acesso em: 17 set. 2007.

PIMENTEL, Jair. B. **A História de Alagoas dos Caetés aos Marajás**. Maceió, 1999.

RAMALHO, Ricardo. Por uma Universidade comprometida com a realização da transformação social no campo. Paineis: Aspectos gerais da reforma agrária. Tema: Agricultura familiar, agroecologia e agronegócio. SEMINÁRIO SEMANA DA REFORMA AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS, de 24 a 26 de novembro. Maceió. **Anais ...** Maceió: UFAL. 2004.

REVISTA ALAGOAS AGORA, matéria Integração rural: Programas assistem pequenas comunidades melhorando a oferta de serviços públicos. Maceió, a. 2, n. 42, outubro, 1985,

REVISTA CAROS AMIGOS. Matéria: A luta pela terra no Brasil. São Paulo, n. 8 1997.

REVISTA ÉPOCA Matéria: MST, uma organizada fabrica de conflitos. Rio de Janeiro, n. 1 p. (25-28), 1998.

REVISTA PRINCÍPIOS: Matéria: MST e a questão agrária. Ed. Anita Ltda, n. 45. maio/junho. Julho, 1997.

RODRÍGUEZ, A., ARDID, M. Psicologia Social y políticas públicas. In: ALBUQUERQUE, Francisco. J. B. at. all: As políticas públicas e os projetos de assentamentos. Paraíba. **Revista Estudos de Psicologia**, p. (81-88). 2002.

SADER, E. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**: Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970 – 1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, B. Adilson e at all. Conflitos agrários em Alagoas. In: Reintegração dos imóveis rurais atuação da PM Alagoas, baseada na negociação e respeito aos direitos humanos. Alagoas 2000. Dissertação (especialização em direitos humanos). site: www.saudehumana.com.br. Acesso em 25/03/2006

SANTOS, F. Assis. O processo do assentamento, como processo de produção do espaço. 2000. Dissertação (mestrado em geografia). UFBA. 2000.

SANTOS, José V. Conflictos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. Pontificia Universidad Javeriana. SEMINÁRIO INTERNACIONAL, Bogotá, Colômbia. Agosto de 2000. Disponible en la World Wide Web:<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>. acesso em 25/04/2006.

SARAMAGO, José. Terra, direito e justiça. São Paulo: **Principios**. V. n. 45, p. 9-13 Maio.junho.julho, 1997.

RUY, José. C. Os Apostolos do Passado e Os Portas Vozes do Futuro: São Paulo: **Principios**, V. n. 45, p. 14-19 Maio.junho.julho, 1997.

SCHNEIDER, Sergio, KUNRATH, Marcelo Silva, MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Orgs): **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**; Rio Grande do Sul. Editora da Universidade e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2004.

SCHERER-WARREN, I. **Movimentos Sociais**, Um ensaio de interpretação sociológica. 2. Ed. Florianópolis: Ed. UFSC. 1987.

_____. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Editora Loyola. 1993.

SILVA, L. Assentamentos Massagana III e Chico Mendes-PB: formulação de políticas públicas. **Revista GeoNotas**, v.5, n. 4, out./nov./dez. 2001.

SILVA, José Gomes. **A Reforma Agrária Brasileira na Virada do Milênio**. 2. Ed. Maceió: EDUFAL. 1997.

SILVA, José Graziano da: **O que é questão agrária**. 15.ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1989.

_____. _____. Rio de Janeiro: Editora brasiliense. 1995.

SOUSA, João Bosco M. O Processo Judicial Para Reforma Agrária. In: GODOY, Luciano de Souza. **Direito agrário constitucional: o regime de propriedade**. São Paulo: Atlas, 1998.

SOUZA, Dílson Renan de. **Reforma agrária: as experiências em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2001.

SPAROVEK, G. **Qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo. Páginas e letras Editora. 2003.

VEIGA, José. **O que é Reforma Agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: < [www: wikipèdia.com.br](http://www.wikipèdia.com.br) >. Acesso em: 10 abr. 2006.

ANEXO I

Gráficos:

1. Situação da Reforma Agrária no Brasil (1964-1994)
2. Situação da Reforma Agrária no Brasil (1965-2004)
3. Assentamentos e Projetos Implantados no Brasil
4. Distribuição por região brasileira

Tabela I. Famílias assentadas no período de 1964-1994

Período	Famílias assentadas
64-85	77.465
85-89	83.687
90-92	42.516
93-94	14.365
64-94	218.033
64-96	322.989

Gráfico 1: Famílias assentadas no período de 1964-1994

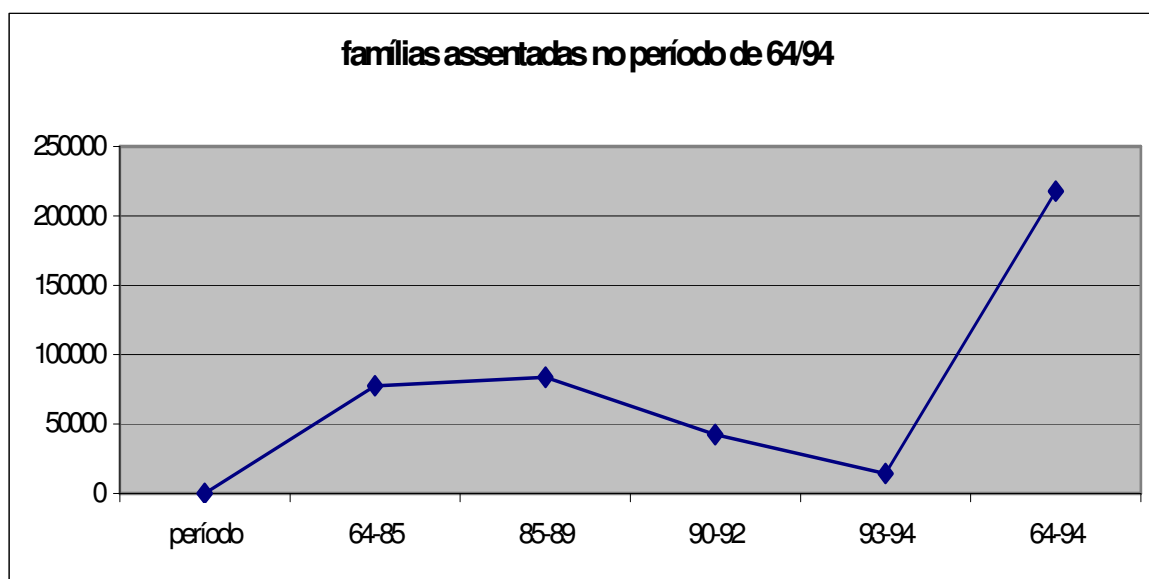


Tabela II. Famílias Assentadas - Brasil - 1995-2004. (capítulo I)

Ano/criação	Total de Famílias
1995	30.716
1996	41.717
1997	66.837
1998	98.740
1999	99.201
2000	69.929
2001	73.754
2002	43.486
2003	30.000
2004	115.000 meta do governo

Gráfico II. Famílias Assentadas - Brasil - 1995-2004. (capítulo I)

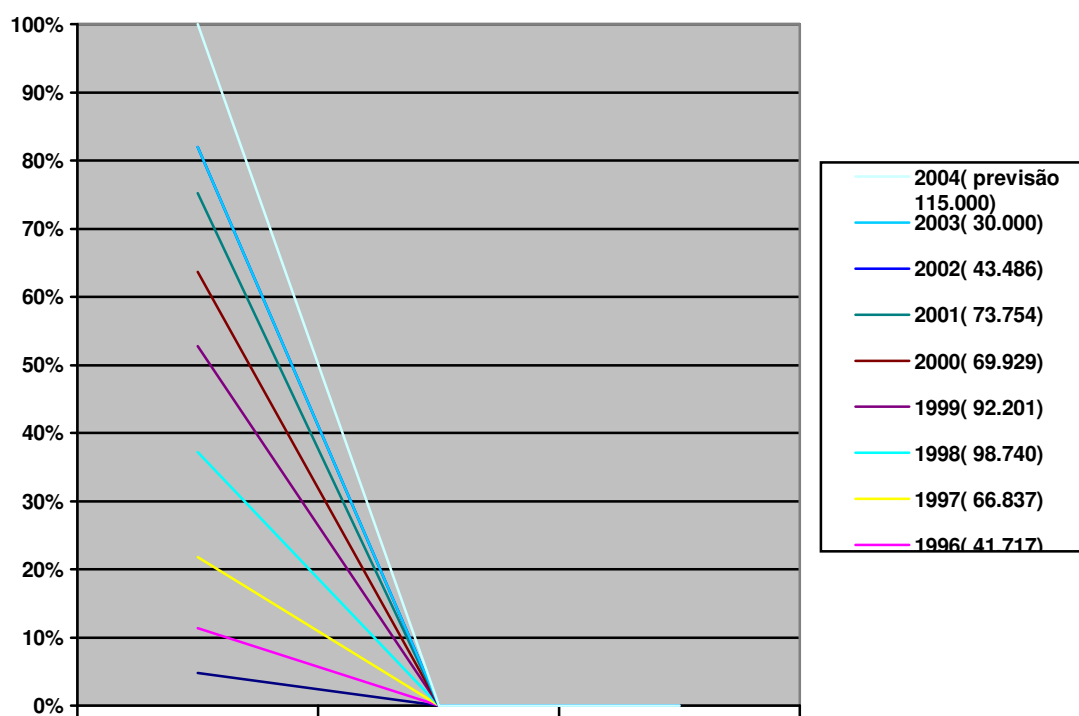
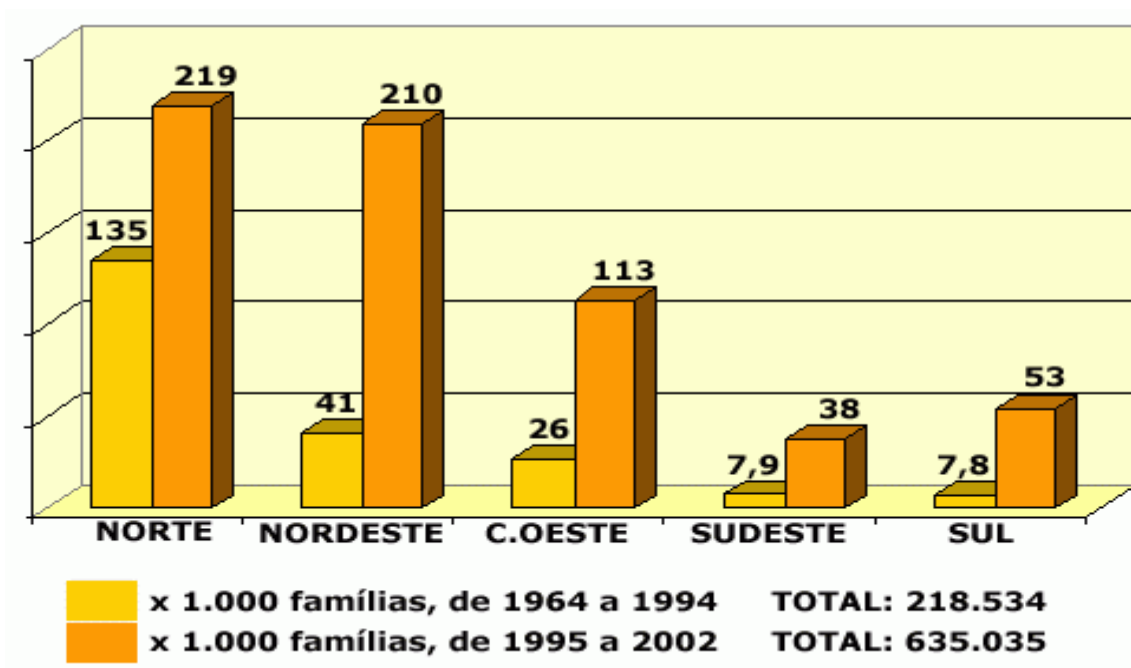
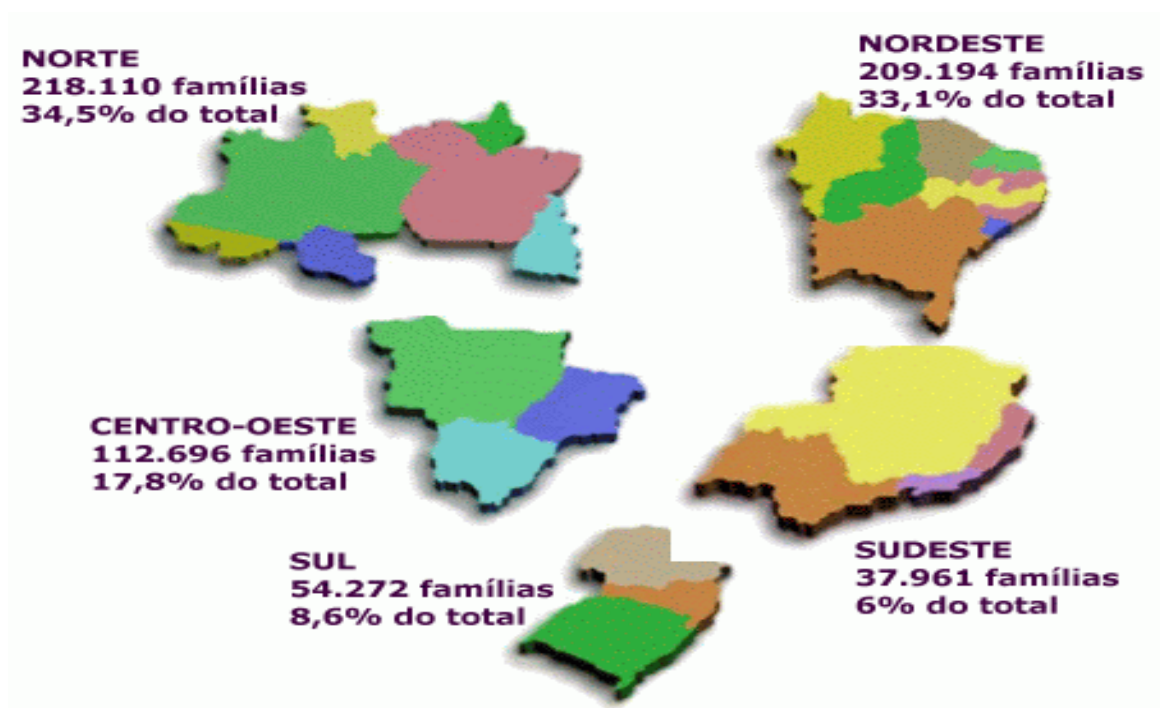


Gráfico III. Assentamentos de famílias/ implantação de projetos Brasil. 1995-2002



Fonte: Revista Veja/2006

Gráfico IV. Distribuição dos assentamentos nas regiões brasileiras. (2004).



Fonte: Revista Veja/ 2006

ANEXO II

ANEXO II

Detalhe da infra-estrutura em algumas áreas de assentamentos rurais





Fonte:Ufal/2004



fonte: googlie.com/ assentamento Alencar Maragogi



fonte:www.alagoas24 horas/Assentamento Jubileu /Maragogi



fonte: tripadvisor/assentamento: Maragogi



Fonte: blogpots.com Assentamento Dom Helder



fonte: acesso 342.blogs/ assentamento em Batalha

ANEXO III

TABELA E GRÁFICO DO IDH ALAGOANO E INCIDÊNCIA DE POBREZA

Tabela do IDH alagoano

Município	IDH(2000)
<u>Maceió</u>	0,739
<u>Olho d'Água das Flores</u>	0,686
<u>Água branca</u>	0,697
<u>Ouro Branco</u>	0,666
<u>Delmiro Gouveia</u>	0,645
<u>Boca da Mata</u>	0,626
<u>São Miguel dos Milagres</u>	0,621
<u>Maragogi</u>	0,619
<u>Pão de Açúcar</u>	0,614
<u>Batalha (Alagoas)</u>	0,609
<u>Viçosa</u>	0,607
<u>União dos Palmares</u>	0,600
<u>Porto Calvo</u>	0,599
<u>Atalaia</u>	0,594
<u>Novo Lino</u>	0,594
<u>Tanque d'Arca</u>	0,586
<u>São Luís do Quitunde</u>	0,582
<u>Colônia Leopoldina</u>	0,578
<u>Quebrângulo</u>	0,578
<u>Jacaré dos Homens</u>	0,571
<u>Matriz de Camaragibe</u>	0,568
<u>Mata Grande</u>	0,563
<u>Passo de Camaragibe</u>	0,563
<u>Chã Preta</u>	0,559
<u>Flexeiras</u>	0,554
<u>Jacuípe</u>	0,548
<u>Olho d'Água do Casado</u>	0,542
<u>Joaquim Gomes</u>	0,54
<u>Ibateguara</u>	0,58
<u>Girau do Ponciano</u>	0,535
<u>Inhapi</u>	0,515
<u>Branquinha</u>	0,513
<u>Porto de Pedras</u>	0,499

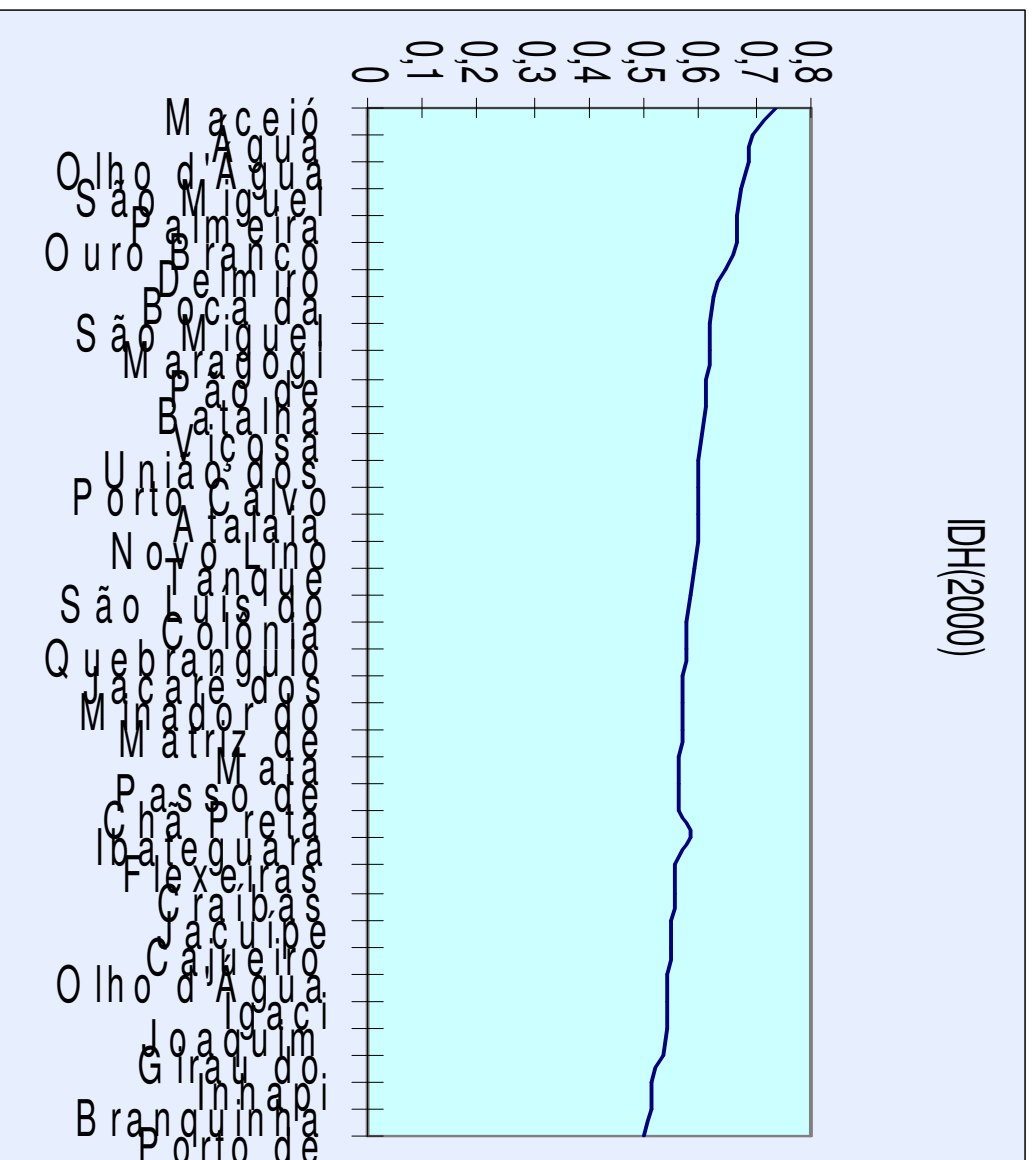
Fonte: IBGE/2000

Índice de desenvolvimento dos municípios onde se localizam alguns assentamentos rurais.

municípios	R. Familiar P. capita média sal. mínimo	Grau de desigualdade	% de pessoas com renda insuficiente.	Insuficiência Média de renda	Grau de Desigualdade c/ renda insuficiente
Atalaia	0,34	0,34	85,51	0,49	0,33
Branquinha	0,23	0,24	90,42	0,57	0,40
Colônia	0,28	0,34	84,68	0,53	0,38
Flexeiras	0,29	0,25	86,27	0,49	0,38
Jacuípe	0,35	0,30	80,32	0,42	0,27
Joaquim Gomes	0,29	0,25	86,82	0,51	0,34
Matriz de Camaragibe	0,30	0,34	86,38	0,48	0,42
Murici	0,34	0,38	83,38	0,49	0,31
Novo Lino	0,50	0,80	85,52	0,52	0,34
Porto Calvo	0,44	0,47	79,32	0,43	0,36
São Luis do Quitunde	0,36	0,39	83,56	0,46	0,28
Mata Alagoana	0,34	0,40	84,68	0,49	0,31

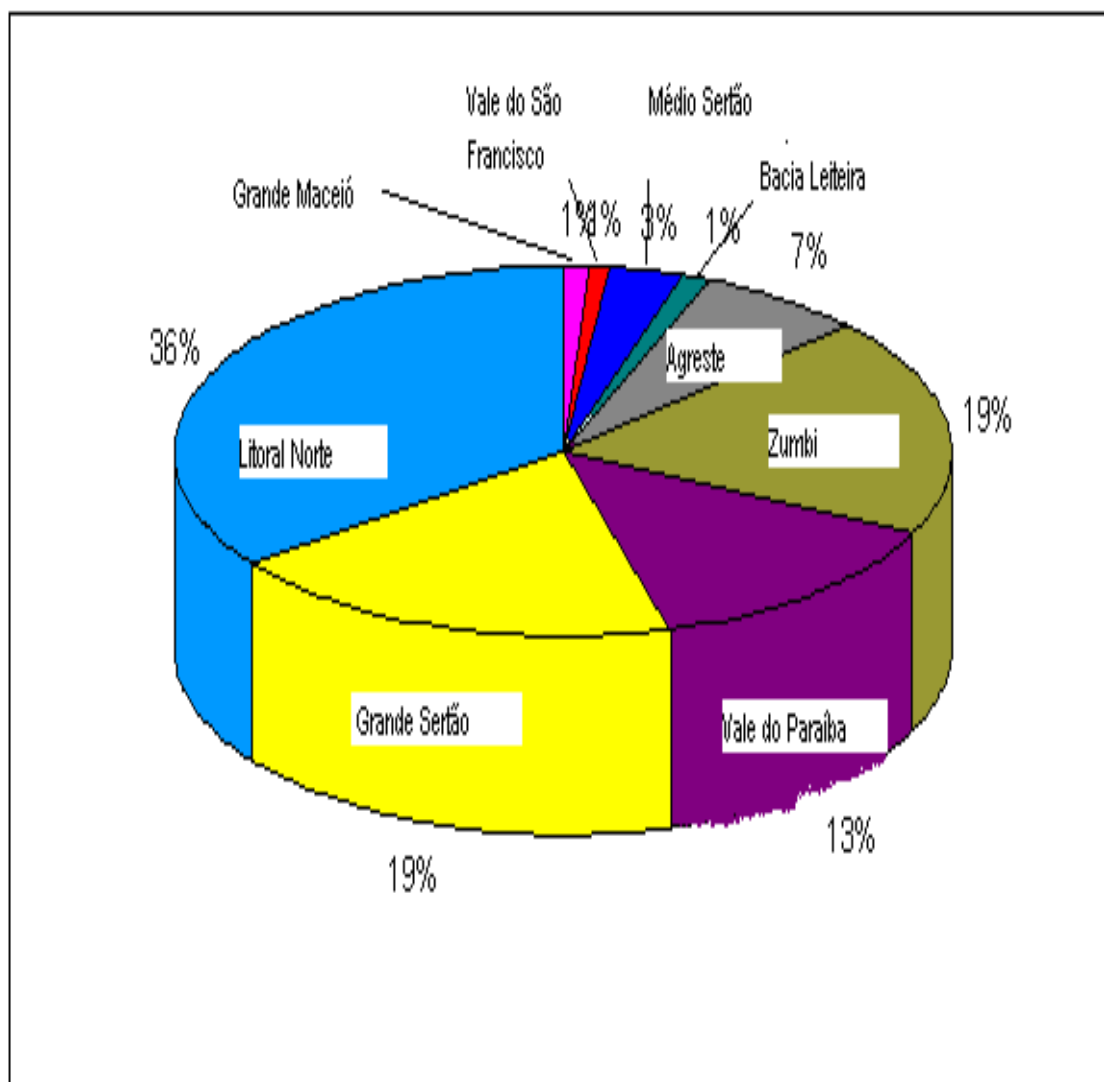
Fonte: FAO/PNUD/FJP

Representação gráfica do IDH alagoano (2000)



Fonte: FAO/PENUD/2000

Gráfico: As microrregiões Administrativas Alagoanas (%) com assentamentos rurais (Capítulo IV)



Fonte: INCRA/ 2007

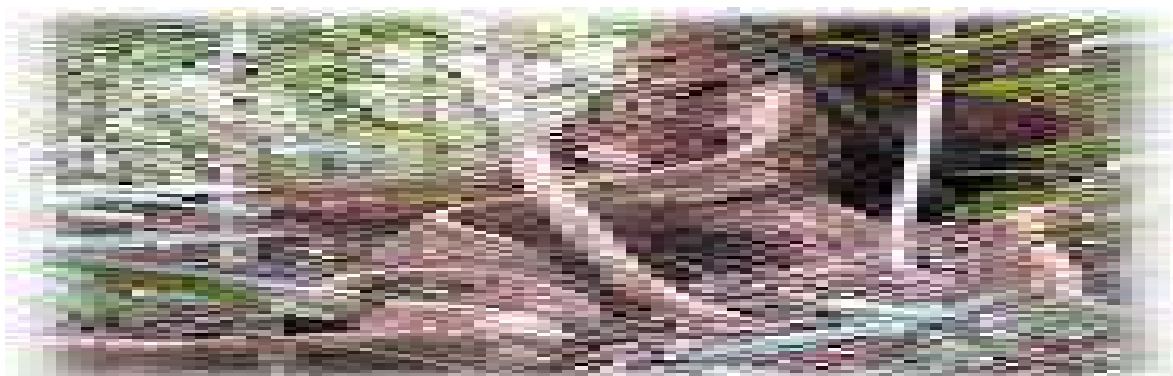
ANEXO IV

**DETALHE PRODUTIVIDADE EM ALGUMAS ÁREAS DE
ASSENTAMENTOS RURAIS**

Plantação Microrregião Administrativa do Agreste



Fonte agreste./mda na BR-201/2006



Fonte Coopeagro Litoral Norte/

Apicultura: Sertão



Fonte:soalagoasblogspot.com

Área de plantação

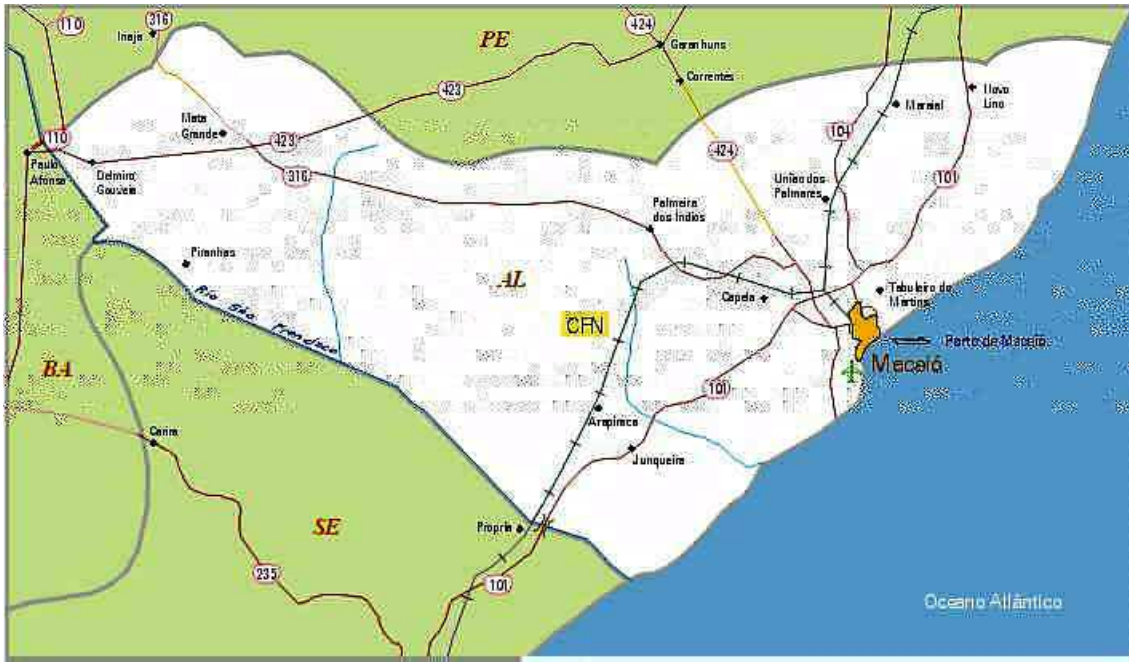


Fonte; alem temporal/ Litoral Norte

ANEXO V

**DETALHE DA INFRA-ESTRUTURA DE ALGUMAS
ESTRADAS DE ACESSOS ÀS ÁREAS DE
ASSENTAMENTOS RURAIS.
MAPA DE ACESSOS PELAS RODOVIAS ALAGOANAS**

Mapa das rodovias alagoanas



Fonte: Figlioretto/2005



Fonte: alem temporal / BR-104



Fonte/DER/Br-120. Novo Lino



Fonte: jand.química



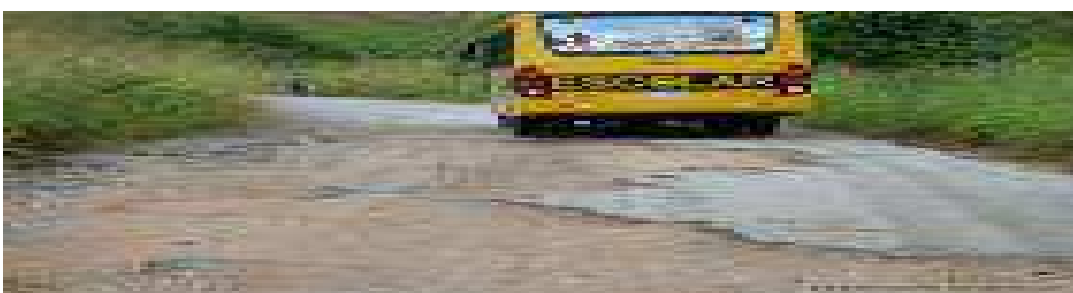
Fonte: alem temporal/ Al – Norte



Fonte: meio norte



Fonte: monbacaNotícias/ Al Norte



Fonte: falacassilda/ Porto Calvo/ Rodovia Al- Norte



Fonte: blogs pot.com



Fonte: alem temporal/ Alto-Sertão

Detalhe do acesso a área de assentamento Município União dos Palmares



Foto imóvel. Detalhe das péssimas condições de trafegabilidade da estrada que dá acesso ao imóvel.



Foto n° 4. Detalhe das péssimas condições de trafegabilidade la estrada que dá acesso ao imóvel.

ANEXO VI

**DETALHE DO SOLO DE ÁREA DE ASSENTAMENTO
RURAL/ LITORAL NORTE, ZUMBI E SERTÃO.**

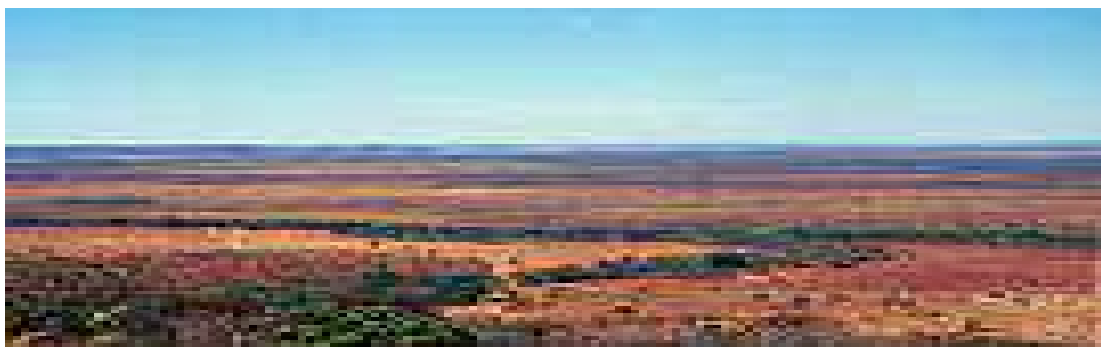


Fonte: www.frigoletto.com.br/geoalagoas/relevo.htm

Fonte: frigoletto/2006



Fonte: nearsblog.com Assentamento Dom Helder



Fonte: Sociedade ambiental Litoral Norte



Foto n°06. Banana despencada, esperando embarque para o mercado intermediário. A saliência das quinças no fruto mostra que as mesmas poderiam esperar um melhor estágio para colheita.

Detalhe do solo na área de assentamento Município União dos Palmares



Foto .Detalhe do pasto degradada,



Fonte Incra (2000).



Foto n° 2 . Detalhe do relevo predominante no imóvel com setores e linhas hidráulicas cultivados com lavouras temporárias e banana. No 1 plano ,a esquerda, observa-se folhas c/ sintomas de fome de nitrogênio.

Fonte: INCRA.

ANEXO VII

TABELA DO INCRA/AL / 2005/2007

MAPA DAS MICRORREGIÕES ADMINISTRATIVAS

MAPA LOCALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

ALAGOANOS

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
 SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SD

Sistema: SIF
 Fonte: SDM
 Usuário:
 Relatório: R1
 Data: 30/07/

Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até DataDate()

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação		Forma d	
							Tipo	Data		
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SR (22)										
AL0002000	PA NOVO GOSTO	PAO DE ACUCAR	826,0000	25	23	07	POR	00169	25/02/1987	Compr
AL0003000	PA JAPÃO I	PAO DE ACUCAR	563,0000	17	15	07	POR	00168	25/02/1987	Compr
AL0004000	PA BOA VISTA	JACUIPE	1.409,0000	185	174	06	RES	00047	20/10/1989	Desaf
AL0005000	PA VALE DO SURUBIM	MATA GRANDE	614,0000	24	24	05	RES	00080	30/11/1989	Compr
AL0006000	PA SERRA PRETA	UNIAO DOS PALMARES	739,0000	116	110	06	RES	00148	24/09/1992	Desaf
AL0007000	PA DOURADA	VICOSA	837,0500	161	221	06	POR	00026	22/09/1994	Desaf
AL0009000	PA LAMEIRÃO	MATA GRANDE	1.633,0000	46	25	06	POR	0918	19/10/1992	Compr
AL0010000	PA CONCEIÇÃO	PORTO CALVO	1.655,6300	319	221	06	POR	00355	20/05/1994	Desaf
AL0011000	PA GRUTA DÁGUA	COLONIA LEOPOLDINA	114,0000	25	20	06	POR	0918	19/10/1992	Compr
AL0012000	PA FLOR DO MUNDA	BRANQUINHA	583,7500	116	99	07	POR	00011	23/09/1996	Desaf
AL0013000	PA SANTO ANTONIO DA BOA VISTA	BRANQUINHA	464,5360	94	61	05	POR	00012	23/09/1996	Desaf
AL0014000	PA MACIAPE	PORTO CALVO	683,1300	182	116	06	POR	00009	07/11/1995	Desaf
AL0015000	PA NOVA ESPERANÇA	BRANQUINHA	609,3000	126	96	07	POR	16	12/12/1996	Desaf
AL0016000	PA ELTORADOS DOS CARAJÁS/DOIS PAUS	BRANQUINHA	731,2600	152	124	07	POR	00015	12/12/1996	Desaf
AL0017000	PA ZUMBI DOS PALMARES	BRANQUINHA	876,5918	172	115	07	POR	00017	30/12/1996	Desaf
AL0018000	PA SÃO FRUTUOSO	SAO LUIS DO QUITUNDE	956,0477	210	159	05	POR	00018	30/12/1996	Desaf
AL0019000	PA SÃO LUIZ	ATALAIA	1.192,5000	143	126	05	POR	05	28/07/1997	Desaf
AL0020000	PA CAMINHO DAS FLORES	TANQUE D'ARCA	16,0000	20	20	05	POR	06	22/10/1997	C
AL0021000	PA SANTA ISABEL	GIRAU DO PONCIANO	304,4873	48	50	06	POR	01	26/05/1998	Desa
AL0022000	PA SANTA MARIA	CACIMBINHAS	2.188,8000	100	100	06	POR	08	19/11/1997	Desa
AL0023000	PA BOA FÉ	ATALAIA	677,0000	104	100	05	POR	00007	06/11/1997	Desa
AL0025000	PA SÃO PEDRO	MARAGOGI	461,4000	69	55	06	POR	00016	23/12/1997	Desa
AL0026000	PA SAMBA	MARAGOGI	863,5700	144	132	06	POR	019	31/12/1997	Desa
AL0027000	PA MASSANGANA	MARAGOGI	963,9255	154	110	06	POR	00015	23/12/1997	Desa
AL0028000	PA PARANÁ	GIRAU DO PONCIANO	1.310,8000	170	178	05	POR	05	08/06/1998	Desa
AL0030000	PA ESPÍRITO SANTO	MARAGOGI	406,4061	45	49	05	POR	022	26/10/1998	Desa
AL0031000	PA ITABAIANA	MARAGOGI	505,2960	76	70	06	POR	06	26/06/1998	Desa
AL0032000	PA ÁGUA FRIA	MARAGOGI	445,2000	70	40	05	POR	00020	31/12/1997	Desa
AL0033000	PA JUNCO	MARAGOGI	409,5000	53	47	06	POR	020	15/09/1998	Desa
AL0034000	PA RIACHÃO	TRAIPI	584,0000	48	46	06	POR	00018	31/12/1997	Desa

UF: AL

01 - Pré-Projeto de Assentamento
 02 - Assentamento em criação
 03 - Assentamento Criado
 04 - Assentamento em Instalação
 05 - Assentamento em Estruturação
 06 - Assentamento em Consolidação
 07 - Assentamento Consolidado

350

Forma: DA

Sistema: SIPA
 Fonte: SDM
 Usuário:
 Relatório: Rel.
 Data: 30/07/20

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
 SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SD

Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até DataDate()

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação		Forma de	
							Tipo	Data		
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SR (22)										
UF: AL										
AL0034000	PA PAU AMARELO	MARAGOGI	461,8700	87	59	05	POR	00021	31/12/1997	Desaprc
AL0035000	PA MANGEBURA	MARAGOGI	1.086,0000	120	116	06	POR	02	26/05/1998	Desaprc
AL0036000	PA COSTA DOURADA	MARAGOGI	505,2000	77	56	05	POR	00017	31/12/1997	Desaprc
AL0037000	PA MELLÓS	MARAGOGI	791,8000	70	89	06	POR	04	05/08/1998	Desaprc
AL0038000	PA PARAÍSO	AGUA BRANCA	191,9425	31	31	06	POR	03	05/06/1998	Desaprc
AL0039000	PA ALGODÃO	PALMEIRA DOS INDIOS	77,4444	33	32	05	POR	015	11/08/1998	Transfe
AL0040000	PA BOM JESUS	MARAGOGI	690,6980	105	103	06	POR	021	15/09/1998	Desaprc
AL0041000	PA SANTA CRUZ DO RIACHÃO	MATRIZ DE CAMARAGIBE	912,2987	106	99	05	POR	019	28/10/1999	Desaprc
AL0042000	PA CAMAÇARI	JOAQUIM GOMES	389,0097	43	39	06	POR	028	08/12/1998	Desaprc
AL0043000	PA CANAFISTULA	JACUIPE	247,7500	45	44	05	POR	029	21/12/1998	Desaprc
AL0044000	PA PAÇAS	MURICI	715,5000	100	83	06	POR	030	28/12/1998	Desaprc
AL0045000	PA LEMOS	MARAGOGI	495,0522	45	43	06	POR	01	14/01/1999	Desaprc
AL0047000	PA JAVARI	MARAGOGI	400,0000	55	52	06	POR	07	17/09/1999	Desaprc
AL0048000	PA SITIO NOVO	TRAIPU	562,0798	62	62	06	POR	08	28/09/1999	Desaprc
AL0049000	PA MARCAÇÃO	TRAIPU	1.419,7039	162	165	06	POR	011	28/09/1999	Desaprc
AL0050000	PA RENDEIRA	GIRAU DO PONCIANO	4.135,4864	280	287	05	POR	021	27/12/1999	Desaprc
AL0051000	PA DOM HELDER CÂMARA	MURICI	303,5300	45	48	06	POR	06	15/06/2000	Desaprc
AL0052000	PA FLORESTAN FERNANDES	MATRIZ DE CAMARAGIBE	390,3232	52	42	05	POR	017	01/10/2000	Desaprc
AL0053000	PA SANTA LUZIA DO RIACHÃO	SAO LUIS DO QUITUNDE	846,8229	159	78	05	POR	032	24/11/2000	Desaprc
AL0054000	PA NOVA ESPERANÇA II	OLHO D'AGUA DO CASADO	1.412,9499	150	135	05	POR	031	15/12/2000	Desaprc
AL0055000	SANTA FÉ	CHA PRETA	541,0000	75	75	05	POR	032	21/12/2001	Compra
AL0056000	PA MANIVAS ROMUALDO	QUEBRANGULO	329,0000	67	47	06	POR	034	21/12/2001	Desaprc
AL0057000	PA CAVACO	UNIAO DOS PALMARES	544,0000	142	135	06	POR	31	21/12/2001	Desaprc
AL0058000	PA PINDOBA II	UNIAO DOS PALMARES	54,0000	141	138	06	POR	030	21/12/2001	Compra
AL0059000	PA JAPAONI	GIRAU DO PONCIANO	545,0000	46	43	06	POR	33	21/12/2001	Compra
AL0061000	PA PEBA	DELMIRO GOUVEIA	110,0000	9	7	05	POR	00	01/01/1989	Compra
AL0062000	PA PULGAS/NOVA CONQUISTA	FLEXEIRAS	264,0000	35	17	06	POR	918	19/10/1992	Compra
AL0063000	PA COBRAS/VITÓRIA DA CONQUISTA	FLEXEIRAS	267,0000	35	14	06	POR	918	19/10/1992	Compra
AL0064000	PA JUREMA	DELMIRO GOUVEIA	272,2500	40	44	04	POR	05	05/02/2001	Desaprc
AL0065000	PA JUBILEU 2000	SAO MIGUEL DOS MILAGRES	500,0000	39	42	04	POR	012	10/05/2001	Desaprc

00 - Em Obtenção
 04 - Assentamento em Instalação
 01 - Pré-Projeto de Assentamento
 05 - Assentamento em Estruturação
 02 - Assentamento em criação
 06 - Assentamento em Consolidação
 03 - Assentamento Criado
 07 - Assentamento Consolidado
 F

Sistema: SIFR
 Fonte: SDM
 Usuário:
 Relatório: Rel
 Data: 30/07/20

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
 SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SD

Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até DataBase)

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Forma de
							Tipo	Nº	Data	
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SR (22)										
UF: AL										
AL0066000	PA DELMIRO GOUVEIA	INHAPI	996,5000	88	46	04	FOR	04	05/02/2001	Desaprc
AL0067000	PA BOA VISTA II	PORTO DE PEDRAS	430,1900	76	58	04	FOR	011	10/05/2001	Desaprc
AL0068000	PA SERROTE AROEIRAS	JACARE DOS HOMENS	336,9000	41	38	04	FOR	020	18/06/2001	Desaprc
AL0069000	PA BRASILEIRO	ATALAIA	193,5000	16	30	05	FOR	022	28/08/2001	Desaprc
AL0070000	PA IPE AMARELO	ATALAIA	203,6100	15	30	05	FOR	023	28/08/2001	Desaprc
AL0071000	PA VARESE	ATALAIA	205,2000	14	29	05	FOR	024	28/08/2001	Desaprc
AL0072000	PA PADRE CIGERO	TRAIPU	368,7050	45	45	05	FOR	025	13/11/2001	Desaprc
AL0073000	PA SANTA LUZIA	SAO LUIS DO QUITUNDE	268,0000	25	30	03	FOR	014	20/11/2002	Desaprc
AL0074000	PA PARAISO AGRICOLA	MATRIZ DE CAMARAGIBE	578,5063	60	59	02	FOR	09	09/10/2002	Desaprc
AL0076000	PA CABECEIRA DE PACAVIRA	QUEBRANGULO	292,9751	35	49	04	FOR	10	12/10/2002	Desaprc
AL0080000	PA PAULO FREIRE/SERRAVA	UNIAO DOS PALMARES	1.740,6239	129	155	04	FOR	018	13/12/2002	Desaprc
AL0081000	PA CHICO MENDES/BEBIDAS	UNIAO DOS PALMARES	522,6269	52	65	04	FOR	13	02/10/2003	Desaprc
AL0130000	PA ROSELI NUNES	GIRAU DO PONCIANO	444,5200	35	33	04	FOR	04	12/05/2004	Desaprc
AL0131000	PA NOVA PAZ	GIRAU DO PONCIANO	318,0300	25	24	02	FOR	05	12/06/2004	Desaprc
AL0132000	PA OURICURI	ATALAIA	301,8317	30	-	02	FOR	11	05/05/2004	Compra
AL0133000	PA SILVIO VIANA	SAO LUIS DO QUITUNDE	851,3836	85	59	03	FOR	015	18/06/2004	Desaprc
AL0134000	PA JUSSARA E LARANJEIRAS	IBATEGUARA	1.182,2170	150	-	03	FOR	16	30/06/2004	Desaprc
Total da SR :				6.591	5.721					

00 - Em Obtenção
 01 - Pré-Projeto de Assentamento
 02 - Assentamento em criação
 03 - Assentamento Criado
 04 - Assentamento em Instalação
 05 - Assentamento em Estruturação
 06 - Assentamento em Consolidação
 07 - Assentamento Consolidado
 P

Sistema: SIPA
 Fonte: SDM
 Usuário:
 Relatório: Rel.
 Data: 30/07/20

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
 SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SD

Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até DataDate()

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Forma de		
							Tipo	Nº	Data			
Total do Geral :							77	Projetos	\$2.325,208E	6.891	5.721	

00 - Em Obtenção	01 - Pré-Projeto de Assentamento	02 - Assentamento em criação	03 - Assentamento Criado
04 - Assentamento em Instalação	05 - Assentamento em Estruturação	06 - Assentamento em Consolidação	07 - Assentamento Consolidado

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT
 COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA

Sistema: SIPRA
 Fonte: SDM
 Usuário:
 Relatório: Rel_0227
 Data: 19/06/2007

Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até DataDate()

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							UF: AL	Tipo	Nº	Data	Forma
AL0002000	PA NOVO GOSTO	PAO DE ACUCAR	828,0000	25	45	07	POR	00169	25/02/1987	Compra e	21/11/1984
AL0003000	PA JAPÃO I	PAO DE ACUCAR	563,0000	17	26	07	POR	00168	25/02/1987	Compra e	21/11/1984
AL0004000	PA BOA VISTA	JACUIPE	1.409,0000	185	288	06	RES	00047	20/10/1989	Desapropria	10/03/1989
AL0005000	PA VALE DO SURUBIM	MATA GRANDE	614,0000	24	25	05	RES	00080	30/11/1989	Compra e	01/09/1988
AL0006000	PA SERRA PRETA	UNIAO DOS PALMARES	739,0000	116	114	07	RES	00148	24/09/1992	Desapropria	09/10/1986
AL0007000	PA DOURADA	VICOSA	837,0500	223	219	06	POR	10	22/09/1994	Desapropria	29/07/1993
AL0009000	PA LAMEIRÃO	DELMIRO GOUVEIA	1.633,0000	46	38	06	POR	0918	19/10/1992	Compra e	26/06/1989
AL0010000	PA CONCEIÇÃO	PORTO CALVO	1.654,7792	210	213	06	POR	0918	19/10/1992	Desapropria	29/10/1993
AL0011000	PA GRUTA DÁGUA	COLONIA LEOPOLDINA	114,0000	25	23	06	POR	0918	19/10/1992	Compra e	08/02/1996
AL0012000	PA FLOR DO MUNDAÚ	BRANQUINHA	567,1501	100	97	07	POR	11	23/09/1996	Desapropria	08/02/1996
AL0013000	PA SANTO ANTONIO DA BOA VISTA	BRANQUINHA	464,5350	94	128	07	POR	00012	23/09/1996	Desapropria	08/02/1996
AL0014000	PA MACIAPE	PORTO CALVO	698,6348	112	176	07	POR	20	07/11/1995	Desapropria	01/12/1994
AL0015000	PA NOVA ESPERANÇA	BRANQUINHA	609,3000	126	97	07	POR	16	12/12/1996	Desapropria	07/06/1996
AL0016000	PA ELTORADOS DOS CARAJÁS/DOIS PAUS	BRANQUINHA	746,4368	143	129	07	POR	15	12/12/1996	Desapropria	09/05/1996
AL0017000	PA ZUMBÍ DOS PALMARES	BRANQUINHA	891,5313	123	119	07	POR	17	30/12/1996	Desapropria	09/05/1996
AL0018000	PA SÃO FRUTUOSO	SAO LUIS DO QUITUNDE	958,0477	210	156	05	POR	00018	30/12/1996	Desapropria	09/05/1996
AL0019000	PA SÃO LUIZ	ATALAIA	1.192,5000	143	129	05	POR	05	28/07/1997	Desapropria	05/12/1996
AL0020000	PCA CAMINHO DAS FLORES	TANQUE D'ARCA	16,0000	40	20	05	POR	6	22/10/1997	Desapropria	22/10/1997
AL0021000	PA SANTA ISABEL	GIRAU DO PONCIANO	304,4873	50	50	06	POR	01	26/05/1998	Desapropria	25/11/1996
AL0022000	PA SANTA MARIA	CACIMBINHAS	2.188,8000	100	101	06	POR	08	19/11/1997	Desapropria	16/01/1997
AL0023000	PA BOA FÉ	ATALAIA	677,0000	104	102	05	POR	00007	06/11/1997	Desapropria	17/12/1996
AL0025000	PA SÃO PEDRO	MARAGOGI	461,4000	69	51	06	POR	00016	23/12/1997	Desapropria	23/09/1997
AL0026000	PA SAMBA	MARAGOGI	863,5700	144	132	06	POR	019	31/12/1997	Desapropria	23/09/1997
AL0027000	PA MASSANGANA	MARAGOGI	963,9255	154	120	06	POR	00015	23/12/1997	Desapropria	23/09/1997
AL0028000	PA PARANÁ	GIRAU DO PONCIANO	1.413,6502	180	258	07	POR	05	08/06/1998	Desapropria	23/09/1997
AL0029000	PA ESPÍRITO SANTO	MARAGOGI	406,4061	49	48	05	POR	022	26/10/1998	Desapropria	27/05/1998
AL0030000	PA ITABAIANA	MARAGOGI	505,2960	76	69	06	POR	06	26/06/1998	Desapropria	23/09/1997
AL0031000	PA ÁGUA FRIA	MARAGOGI	445,2000	70	37	05	POR	00020	31/12/1997	Desapropria	23/09/1997
AL0032000	PA JUNCO	MARAGOGI	409,5000	53	42	06	POR	020	15/09/1998	Desapropria	23/09/1997
AL0033000	PA RIACHÃO	TRAIPU	584,0000	48	46	07	POR	00018	31/12/1997	Desapropria	23/09/1997

Sistema: SIPRA
 Fonte: SDM
 Usuário:
 Relatório: Rel_0227
 Data: 19/06/2007

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT
 COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA

Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até DataDate()

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação		Obtenção		
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SR (22)											
UF:AL											
AL0034000	PA PAU AMARELO	MARAGOGI	461,8700	87	57	05	POR	00021	31/12/1997	Desapropria	20/10/1997
AL0035000	PA MANGEBURA	MARAGOGI	1.086,0000	120	118	06	POR	02	26/05/1998	Desapropria	20/10/1997
AL0036000	PA COSTA DOURADA	MARAGOGI	505,2000	77	56	05	POR	00017	31/12/1997	Desapropria	23/10/1997
AL0037000	PA MELLO	MARAGOGI	791,8000	90	84	06	POR	04	05/06/1998	Desapropria	20/10/1997
AL0038000	PA PARAISO	AGUA BRANCA	191,9425	31	32	06	POR	03	05/06/1998	Desapropria	17/11/1997
AL0039000	PA ALGODÃO	PALMEIRA DOS INDIOS	77,4444	33	32	05	POR	015	11/08/1998	Transferênci	04/08/1998
AL0040000	PA BOM JESUS	MARAGOGI	690,6980	100	100	06	POR	021	15/09/1998	Desapropria	26/08/1998
AL0041000	PA SANTA CRUZ DO RIACHÃO	MATRIZ DE CAMARAGIBE	912,2967	106	97	05	POR	019	28/10/1999	Desapropria	26/08/1998
AL0042000	PA CAMAÇARI	JOAQUIM GOMES	389,0097	44	39	06	POR	028	08/12/1998	Desapropria	20/09/1998
AL0043000	PA CANAFISTULA	JACUIPE	247,7500	45	39	06	POR	029	21/12/1998	Desapropria	03/10/1998
AL0044000	PA PACAS	MURICI	715,5000	85	83	06	POR	030	28/12/1998	Desapropria	10/08/1998
AL0045000	PA LEMOS	MARAGOGI	495,0622	47	42	06	POR	01	14/01/1999	Desapropria	01/09/1998
AL0047000	PA JAVARI	MARAGOGI	400,0000	55	51	06	POR	07	17/09/1999	Desapropria	18/11/1998
AL0048000	PA SITIO NOVO	MARAGOGI	562,0798	62	60	06	POR	08	28/09/1999	Desapropria	16/06/1998
AL0049000	PA MARCAÇÃO	TRAIPU	1.419,7039	165	157	06	POR	11	28/09/1999	Desapropria	18/11/1998
AL0050000	PA RENDEIRA	TRAIPU	4.493,2400	287	283	05	POR	021	27/12/1999	Desapropria	16/06/1998
AL0051000	PA DOM HELDER CÂMARA	GIRAU DO PONCIANO	303,6300	45	48	06	POR	06	15/06/2000	Desapropria	30/09/1999
AL0052000	PA FLORESTAN FERNANDES	MURICI	390,3232	52	43	05	POR	017	01/10/2000	Desapropria	30/11/1999
AL0053000	PA SANTA LUZIA DO RIACHÃO	MATRIZ DE CAMARAGIBE	617,3791	79	79	05	POR	017	01/10/2000	Desapropria	30/11/1999
AL0054000	PA NOVA ESPERANÇA II	SÃO LUIS DO QUITUNDE	1.412,9499	150	134	05	POR	032	24/11/2000	Desapropria	25/10/1999
AL0055000	SANTA FE	OLHO D'AGUA DO CASADO	541,0000	75	151	07	POR	031	15/12/2000	Desapropria	21/07/2000
AL0056000	PA MANIVAS ROMUALDO	CHA PRETA	329,0000	67	56	06	POR	032	21/12/2001	Compra e	22/11/1979
AL0057000	PA CAVACO	QUEBRANGULO	544,0000	142	187	07	POR	034	21/12/2001	Desapropria	01/01/1984
AL0058000	PA PINDOBA II	UNIAO DOS PALMARES	54,0000	141	175	07	POR	31	21/12/2001	Desapropria	01/01/2001
AL0059000	PA JAPAONI	UNIAO DOS PALMARES	545,0000	46	81	07	POR	030	21/12/2001	Compra e	01/01/1984
AL0061000	PA PEBA	GIRAU DO PONCIANO	110,0000	9	7	05	POR	33	21/12/2001	Compra e	01/01/1984
AL0062000	PA PULGAS/NOVA CONQUISTA	DELMIRO GOUVEIA	134,2000	18	18	06	POR	00	01/01/1989	Compra e	01/02/1989
AL0063000	PA COBRAS/VITÓRIA DA CONQUISTA	FLEXEIRAS	133,2500	17	17	06	POR	918	19/10/1992	Compra e	01/02/1989
AL0064000	PA JUREMA	FLEXEIRAS	252,3327	48	47	04	POR	918	19/10/1992	Compra e	01/02/1989
AL0065000	PA JUBILEU 2000	DELMIRO GOUVEIA	361,1242	42	42	04	POR	05	05/02/2001	Desapropria	20/09/2000
AL0066000	PA JUBILEU 2000	SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	361,1242	42	42	04	POR	12	10/05/2001	Desapropria	04/05/2000

Sistema: SIPRA
 Fonte: SDM
 Usuário:
 Relatório: Re_L0227
 Data: 19/06/2007

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT
 COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA

Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até DataDate()

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação		Obtenção		
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SR (22)											
UF-AL											
AL0066000	PA DELMIRO GOUVEIA	INHAPI	996,5000	88	44	04	POR	04	05/02/2001	Desapropria	20/09/2000
AL0067000	PA BOA VISTA II	PORTO DE PEDRAS	440,1282	58	55	04	POR	011	10/05/2001	Desapropria	04/05/2000
AL0068000	PA SERROTE AROEIRAS	JACARE DOS HOMENS	336,9000	41	39	05	POR	020	18/06/2001	Desapropria	21/07/2000
AL0069000	PA BRASILEIRO	ATALAIA	193,5000	30	27	05	POR	022	28/08/2001	Desapropria	10/11/2000
AL0070000	PA IPÊ AMARELO	ATALAIA	203,6100	30	29	05	POR	023	28/08/2001	Desapropria	10/11/2000
AL0071000	PA VARESE	ATALAIA	205,2000	30	28	05	POR	24	28/08/2001	Desapropria	10/11/2000
AL0072000	PA PADRE CÍCERO	TRAIPU	368,7050	45	45	05	POR	025	13/11/2001	Desapropria	18/04/2001
AL0073000	PA SANTA LUZIA	SAO LUIS DO QUITUNDE	26,8000	30	30	04	POR	014	20/11/2002	Desapropria	06/08/2001
AL0074000	PA PARAÍSO AGRÍCOLA	MATRIZ DE CAMARAGIBE	578,5063	60	60	04	POR	09	09/10/2002	Desapropria	09/10/2001
AL0077000	PA BELO HORIZONTE	NOVO LINO	1.841,4882	280	236	04	POR	013	12/08/2005	Desapropria	26/08/2002
AL0078000	PA CABEZEIRA DE PACAVIRA	QUEBRANGULO	292,9751	50	50	05	POR	010	12/10/2002	Desapropria	06/12/2001
AL0080000	PA PAULO FREIRE/SERRANA	UNIAO DOS PALMARES	1.740,6239	170	166	04	POR	16	13/12/2002	Desapropria	09/10/2001
AL0081000	PA CHICO MENDES/BEBIDAS	UNIAO DOS PALMARES	522,6269	70	70	04	POR	13	02/10/2003	Desapropria	06/11/2002
AL0130000	PA ROSELÍ NUNES	GIRAU DO PONCIANO	444,5200	35	35	04	POR	04	12/05/2004	Desapropria	25/02/2003
AL0131000	PA NOVA PAZ	GIRAU DO PONCIANO	318,0300	25	25	04	POR	05	12/05/2004	Desapropria	02/12/2002
AL0132000	PA OURICURI	ATALAIA	301,8317	30	30	04	POR	11	05/05/2004	Compra e	14/11/2003
AL0133000	PA SILVIO VIANA	SAO LUIS DO QUITUNDE	851,3836	85	82	04	POR	015	18/06/2004	Desapropria	19/07/2001
AL0134000	PA JUSSARA E LARANJEIRAS	IBATEGUARA	1.182,2170	162	160	04	POR	16	30/06/2004	Desapropria	25/02/2003
AL0135000	PA PRIMAVERA	MACEIO	520,7295	60	60	04	POR	25	22/11/2004	Compra e	24/09/2004
AL0136000	PA BEZERROS	DELMIRO GOUVEIA	1.032,9834	70	68	04	POR	30	17/11/2004	Compra e	04/11/2004
AL0137000	PCA MALHADA VERMELHA	AGUA BRANCA	102,1390	20	20	04	POR	31	19/11/2004	Desapropria	
AL0138000	PA XINGOZINHO	DELMIRO GOUVEIA	495,4545	30	30	04	POR	35	28/12/2004	Incorporação	
AL0139000	PA COBRA	AGUA BRANCA	476,8790	35	25	04	POR	36	28/12/2004	Compra e	27/05/2004
AL0140000	PA SAMAMBAIA	PIRANHAS	576,6403	40	40	04	POR	38	28/12/2004	Compra e	20/08/2004
AL0141000	PA LAGOA DAS PEDRAS	PIRANHAS	494,9567	35	34	04	POR	37	28/12/2004	Compra e	20/08/2004
AL0142000	PA BUENOS AIRES/SANTA RITA	MARAGOGI	1.651,4009	260	245	03	POR	11	27/04/2005	Compra e	17/12/2004
AL0143000	PA BOM JESUS/TALHADO	DELMIRO GOUVEIA	1.119,7778	85	77	03	POR	12	27/04/2005	Compra e	12/11/2004
AL0144000	PA DOIS IRMÃOS	PIRANHAS	294,5104	24	24	03	POR	10	27/04/2005	Compra e	05/11/2004
AL0145000	PA COSTA	OLHO D'AGUA DO CASADO	524,2460	52	34	03	POR	15	11/11/2005	Compra e	12/11/2004
AL0146000	PA SÃO PEDRO II	ATALAIA	393,7685	34	34	03	POR	19	12/09/2005	Desapropria	01/12/2004



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT
 COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA

Sistema: SIPRA
 Fonte: SDM
 Usuário:
 Relatório: Rel_0227
 Data: 19/06/2007

Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até DataDate()

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção	
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SR (22) UF:AL											
AL0147000	PA SETE COQUEIROS	GIRAU DO PONCIANO	65,7460	12	8	03	POR	18	12/09/2005	Desapropria	02/06/2004
AL0148000	PA CALDEIRÕES	FLEXEIRAS	510,0000	50	48	03	POR	20	12/09/2005	Desapropria	19/07/2001
AL0149000	PA SALGADINHO	INHAPI	424,3377	34	22	03	POR	57	19/10/2005	Compra e	17/09/2004
AL0150000	PA SANTA MARIA	UNIAO DOS PALMARES	2.525,0714	192	86	03	POR	27	19/12/2005	Compra e	21/11/2005
AL0151000	PA OURICURI II	ATALAIA	982,0700	121	79	03	POR	29	19/12/2005	Compra e	
AL0152000	PA BOA UNIÃO	PORTO CALVO	435,8675	80	80	03	POR	28	19/12/2005	Compra e	14/12/2005
AL0153000	PA GORDO	UNIAO DOS PALMARES	121,5760	22	22	03	POR	30	19/12/2005	Compra e	24/11/2005
AL0154000	PA AREIAS	PORTO DE PEDRAS	460,2253	42	39	03	POR	31	19/12/2005	Compra e	01/12/2005
AL0155000	PA RIACHO GRANDE E QUIXABA	PAO DE ACUCAR	283,4463	20	15	03	POR	32	19/12/2005	Compra e	
AL0156000	PA LAGOA DA CACHOEIRA	PIRANHAS	472,1832	39	16	03	POR	34	27/12/2005	Compra e	01/12/2005
AL0157000	PA CARAMURU	MARAGOGI	453,2559	52	46	03	POR	35	27/12/2005	Compra e	28/12/2005
AL0158000	PA OLHO DÁGUA	OLHO DÁGUA DO CASADO	1.875,6032	126	63	03	POR	13	24/08/2006	Compra e	12/04/2006
AL0159000	PA 25 DE MARÇO/FAZENDA DE CRIAÇÃO	ANADIA	163,4356	20	18	03	POR	015	30/08/2006	Transferênci	22/02/2006
AL0160000	PA SONHO MEU/POSTO AGROPECUÁRIO	PASSO DE CAMARAGIBE	58,5200	8	-	03	POR	14	30/08/2006	Transferênci	22/02/2006
AL0161000	PA NOVA JERUSALÉM/FAZENDA SANTA LUZIA	MARAGOGI	467,7053	60	59	02	POR	16	18/09/2006	Compra e	06/04/2006
Total da SR :			70.754,9516	8.366	7.996						

105 Projetos

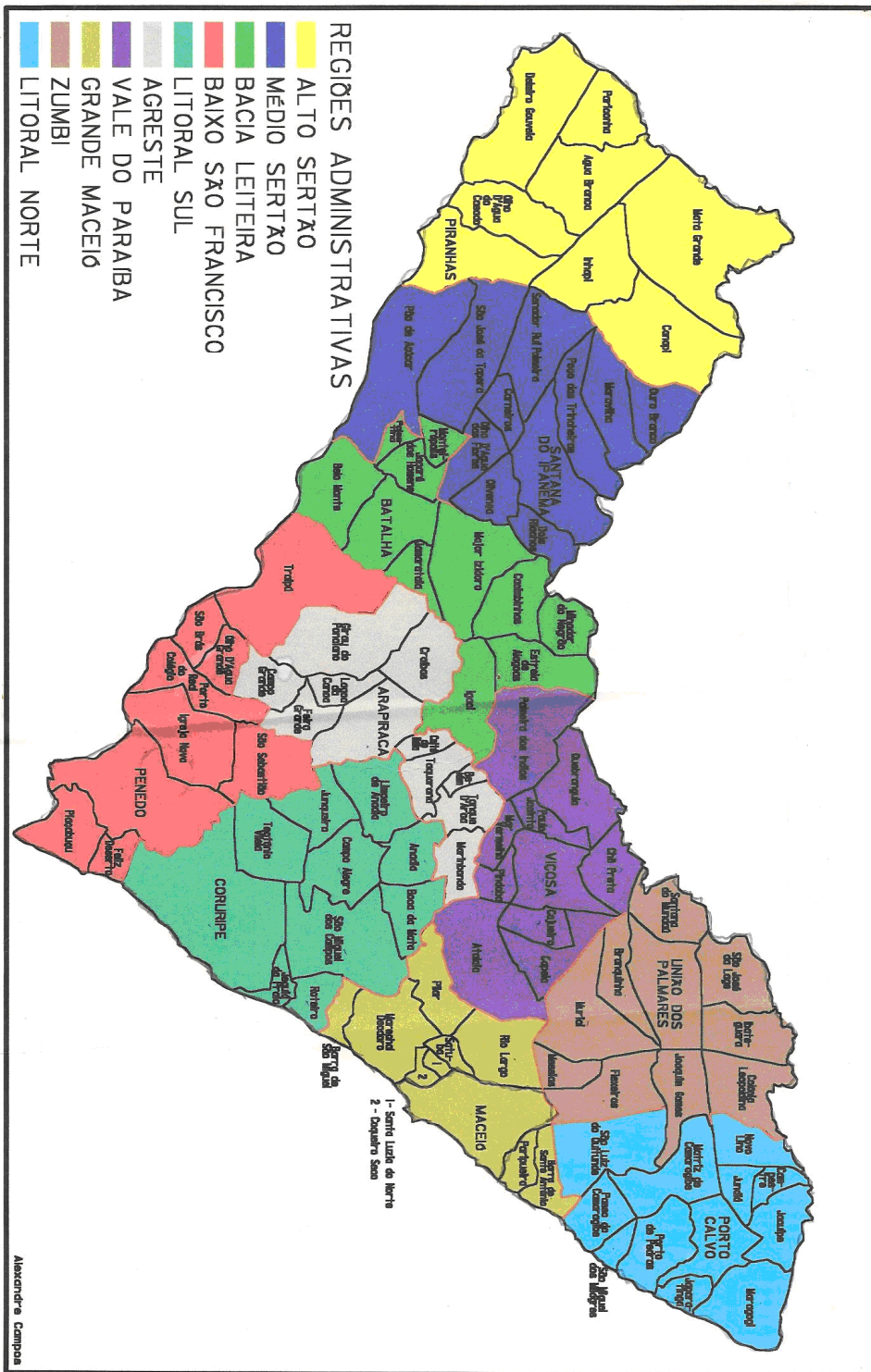
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MIDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - DT
 COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTÇÃO - DTI - SIPRA

Sistema: SIPRA
 Fonte: SDM
 Usuário:
 Relatório: Rel_0227
 Data: 19/06/2007

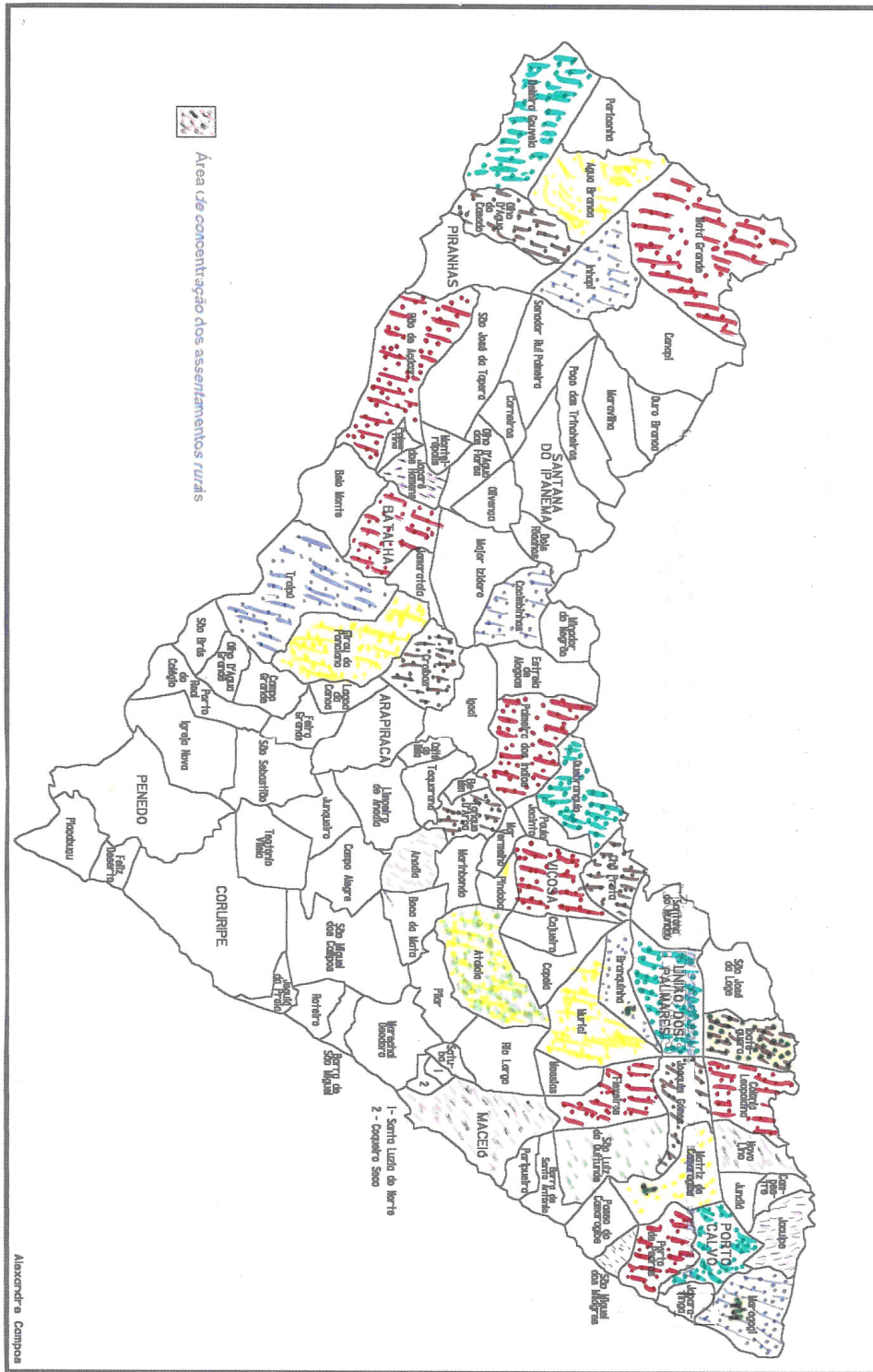
Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação

Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 Até DataDate()

Código do Projeto	Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de Famílias (capac.)	Famílias Assent.	Fase	Ato de criação			Obtenção			
							Tipo	Nº	Data	Forma	Data		
Total do Geral :							105	Projetos	70.754,9516	8.366	7.996		



Fonte: ITERAL/2000



Fonte: ITERAL/2000

